

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PPGEDU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**TRANSFOBIA E DISCURSOS DE ÓDIO COMO ESPELHO DA VIOLÊNCIA DA
SOCIEDADE BRASILEIRA: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS DE REDE SOCIAL
SOB UMA PERSPECTIVA DE LINGUAGEM, GÊNERO E EDUCAÇÃO**

**Doutoranda: Elisângela Bertolotti
Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Teixeira Porto**

**FREDERICO WESTPHALEN – RS
OUTUBRO DE 2023**

ELISÂNGELA BERTOLOTTI

**TRANSFOBIA E DISCURSOS DE ÓDIO COMO ESPELHO DA VIOLÊNCIA DA
SOCIEDADE BRASILEIRA: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS DE REDE SOCIAL
SOB UMA PERSPECTIVA DE LINGUAGEM, GÊNERO E EDUCAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus Frederico Westphalen, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula
Teixeira Porto

**FREDERICO WESTPHALEN – RS
OUTUBRO DE 2023**

B462t Bertolotti, Elisângela

Transfobia e discursos de ódio como espelho da violência da sociedade brasileira : análise de comentários de rede social sob uma perspectiva de linguagem, gênero e educação / Elisângela Bertolotti. – 2023.

221 f.

Tese (doutorado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2023.
Orientadora: Dra. Ana Paula Teixeira Porto.

1. Transexualidade. 2. Gênero comentário. 3. Redes sociais. 4. Twitter. 5. Diversidade na educação. I. Porto, Ana Paula Teixeira. II. Título.

CDU 37

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a tese de Doutorado:

TRANSFOBIA E DISCURSOS DE ÓDIO COMO ESPELHO DA VIOLÊNCIA DA
SOCIEDADE BRASILEIRA: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS DE REDE SOCIAL
SOB UMA PERSPECTIVA DE LINGUAGEM, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Elaborada por:
Elisângela Bertolotti

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Paula Teixeira Porto – URI
(Orientadora)

Profa. Dra. Rosane da Silva Borges – USP
(1ª arguidora)

Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira - UNIFAL
(2ª arguidora)

Profa. Dra. Eliane Cadoná – URI/FW
(3ª arguidora)

Prof. Dr. Claudionei Vicente Cassol – URI/FW
(4º arguidor)

FREDERICO WESTPHALEN – RS
OUTUBRO DE 2023

AGRADECIMENTOS

Desde que conheci a literatura, a qual me sensibiliza todos os dias, carrego em meu coração as poesias. Elas são protagonistas de todas as minhas manhãs, como sopros de amor, afeto, humanidade e acolhimento. Fazem-me refletir e sentir. A cada novo dia, os versos, as estrofes, as palavras lidas ganham mais sentido. E tudo isso acontece, à medida que, ao entrar em sala de aula, deparo-me com várias poesias, meus alunos, seres humanos, singulares, sem métrica, sem formas, com emoções, curiosidades...

Alimentada pelo desejo de enfatizar leituras, diálogos, reflexões, de estimular que meus alunos pensem criticamente sobre o mundo, é que o ousado sonho do Doutorado se constituiu. Nesse percurso, durante quatro anos, tive pessoas de extrema importância ao meu lado, às quais gostaria de manifestar meus agradecimentos.

Início pelos meus pais, aqueles que me mostraram, desde a infância, que todos merecem respeito. Com simplicidade, humildade e amor, incentivaram-me a trabalhar, a estudar e a ter empatia. À minha mãe, meu tesouro, obrigada por segurar a minha mão. Ao meu pai, minha mais linda saudade, minha gratidão. Ouvir Osvaldo Montenegro e relembrar as histórias contadas na cabine do caminhão são minhas mais lindas memórias. Aos meus demais familiares, irmão, cunhada, namorado, afilhados, sou grata por tudo. Obrigada por serem pessoas de paz, com amor no coração e brilho nos olhos.

Aos meus amigos, obrigada por existirem. Sou feliz por tê-los ao meu lado e dividir tantos momentos. Positividade, paz e amor para todos.

Aos meus guias, do corpo, da mente e do espírito: vocês são luz em abundância. Gratidão!

À minha sempre orientadora, Profa. Ma. Marinês Ulbriki Costa, com a qual convivi durante muitos anos na graduação em Letras, obrigada por todos os ensinamentos e momentos compartilhados. À Profa. Dra. Adriane Ester Hoffmann, agradeço pelo incentivo, carinho e diálogo diários. À Profa. Dra. Maria Thereza Veloso, obrigada pelas reflexões, orientações e ensinamentos que levarei para a vida toda. Em seus nomes, agradeço a todos os professores que fizeram parte do colegiado do Curso de Letras (URI) e do Mestrado em Letras (URI).

À minha tão amada e inspiradora orientadora, Profa. Dra. Ana Paula Teixeira Porto, ser humano admirável. Obrigada por me acolher com tanto carinho desde o mestrado, por trilhar caminhos e por permitir, ao meu lado, com ética, determinação, acolhimento e sensibilidade, que esse momento se concretizasse. Sou grata por você ter partilhado comigo seus conhecimentos e ter tornado as nossas orientações momentos de muito amor, luz, esperança, educação e literatura.

Agradeço aos professores do PPGEDU, em nome da Coordenadora Profa. Dra. Luci Duso Pacheco, pelas aulas reflexivas, momentos de diálogo e oportunidades. Agradeço, também, às Secretárias Liana Maria Basso Stefanello e Louise Dias da Rosa, pelo carinho, ética e compromisso que dispensam a todos os alunos do Programa.

Agradeço à minha banca avaliadora, Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira, Prof. Dr. Claudionei Vicente Cassol, Profa. Dra. Eliane Cadoná e Profa. Dra. Rosane Borges, por terem aceito o convite de avaliar este trabalho e por contribuírem, com leituras críticas, reflexivas e sensíveis, para o aperfeiçoamento dessa pesquisa.

Por fim, meus agradecimentos especiais a todos os pesquisadores que se inspiram todos os dias a continuar discutindo temas de relevância social em que as redes sociais são massivamente utilizadas. A todos os professores, minha admiração eterna; vocês são a diferença no mundo.

Enfim, gratidão a todos! Seguimos com brilhos nos olhos, esperança, amor pela educação e muita literatura!

*Corpo que não tem lugar, corpo que se
fazia à revelia das regras, das normas,
corpo que se prestava pras sombras,
essa era eu e eu não fazia sentido,
sequer sabia aonde eu queria chegar.
(Amara Moira, 2016).*

*Eles combinaram de nos matar, mas nós
combinamos de não morrer.
(Conceição Evaristo, 2015).*

*A educação é um ato de amor, por isso,
um ato de coragem. Não pode temer o
debate. A análise da realidade.
(Paulo Freire, 1999).*

RESUMO

As redes sociais, ao serem identificadas como uma estrutura não-linear, flexível e dinâmica, favorecem o entrelaçamento e o compartilhamento de ideias, constituindo-se como espaço acolhedor de valores, opiniões e ideologias. Nesse cenário singular, são visualizados inúmeros discursos com vieses odiosos direcionados à pessoas trans, com a intenção de exclusão e monitoramento do padrão nacional imposto pelo heterossexismo (Louro, 1997). Com base nisso, esta tese tem como objetivo central ampliar as discussões científicas acerca da transexualidade expostas na internet, a partir de análises linguística, social e de gênero de comentários sobre o tema, publicados período de 2020 a 2022, para refletir como a transexualidade é compreendida nessas publicações, além de seus desdobramentos e contextos. Para análise do corpus de comentários, foram consideradas as publicações realizadas na rede social Twitter, no perfil do Globo.com. Além disso, há a intenção de compreender: a) como se caracterizam esses comentários; b) como seus discursos posicionam valores sobre a sociedade tradicional brasileira quando se dialoga sobre transexualidade; c) projeções linguísticas, sociais e de gênero presentes nessas publicações a partir de uma análise de conteúdo; d) a importância da escola, dos currículos, dos professores nessa leitura; e) a presencialidade das políticas públicas voltadas à diversidade na educação. No que tange à metodologia utilizada, optou-se pela utilização dos pressupostos da teoria da Análise de Conteúdo, uma vez que ela “constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), (Bardin, 1997, p. 137). Ademais, a organização estrutura dos textos, baseia-se em cinco artigos que se constituem em uma conexão leitora de temática e reflexões. Com esta pesquisa, pode-se verificar como a padronização e o silenciamento de corpos são vistos na internet, mais precisamente na rede selecionada, o Twitter. Mediante o uso de recursos específicos, os comentários e demais fatores interligados ao compartilhamento de ideias demonstram como a vazão ao ódio é mostra de uma estrutura social brasileira conservadora, machista e preconceituosa. Tal fator corrobora para a constituição de pilares, em torno da educação, que promovam uma leitura atenta de políticas públicas, currículos e implementação de elementos vistos como fundamentais para a anulação do ódio e o reconhecimento da importância das diversidades, em prol de uma sociedade humanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade. Discursos de ódio. Gênero comentário. Rede social. Educação.

ABSTRACT

Social networks can be identified as a non-linear, flexible and dynamic structure that enables the intertwining and sharing of ideas, constituting a welcoming space for values, opinions and ideologies. In this scenario, many hateful discourses directed to trans people, intending to exclude them and monitor the national pattern imposed by heterosexism (Louro, 1997). In this regard, this thesis intends to expand scientific discussions about transsexuality exposed on the internet, from linguistic, social and gender analysis of comments on this topic, published between 2020 to 2022, to understand how transsexuality is seen in these publications, as well as their consequences and contexts. To the analysis of the comments, publications made on the social network Twitter and on the website Globo.com were considered. Besides, this thesis intends to conceive: a) how are characterized these comments; b) how their discourses express values about the traditional Brazilian society concerning transsexuality; c) linguistic, social and gender projections present in these publications from a content analysis; d) the importance of school, curriculums and teachers in this reading process; e) the existence of public policies directed to diversity in education. In reference of the methodology, the assumptions of the Content Analysis were used, once it “constitutes a good instrument to investigate the causes (inferred variables) from the effects (inferred variables or indicators; text references)” (Bardin, 1997, p. 137). Moreover, the text is organized in five papers that are connected. With this research, it was possible to identify how the patterning and silencing of individuals is seen on the internet, more precisely, in the selected social network, Twitter. Through the use of specific resources, the comments and other factors linked to the sharing of ideas demonstrate how the flow of hate is a sample from a conservative, sexist and prejudiced Brazilian social structure. This factor corroborates the creation of bases around education, that could promote a careful reading of public policies, school curriculum and implementation of elements seen as fundamental for the annulment of hatred and the recognition of the importance of diversities, in favor of a humanized society.

KEYWORDS: Transsexuality. Hatred Discourse. Textual Genre Comment. Social Network. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
REDES SOCIAIS E O PROTAGONISMO DE COMENTÁRIOS COMO GÊNERO TEXTUAL DE COMUNICAÇÃO DIGITAL	28
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	28
2 CIBERCULTURA E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO NA INTERNET.....	30
3 REDES SOCIAIS, PERSONAS E SUAS RELAÇÕES COM MÍDIAS DIGITAIS...	33
3.2 Personas e mídias	36
4 COMENTÁRIOS NAS REDES SOCIAIS: DA ESTRUTURA ÀS INTENCIONALIDADES COMUNICATIVAS	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E O ESPELHAMENTO DA SOCIEDADE NAS REDES	51
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	51
2 DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES	53
3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO <i>ONLINE</i>	58
4 O ESPELHAMENTO DE PERSPECTIVAS IDEOLÓGICAS E SOCIAIS	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS.....	68
AS VOZES DA VIOLÊNCIA E DA TRANSFOBIA NO TWITTER: MAPEAMENTO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS SOB A ÓTICA DA LINGUAGEM	72
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	72
1 A VIOLÊNCIA E AS RELAÇÕES DE PODER ATRAVÉS DA LINGUAGEM E DE SUAS POSSIBILIDADES	74
2 280 CARACTERES DE VIOLÊNCIA: REDE SOCIAL TWITTER.....	82
2.1 Rede social Twitter.....	85
3 MAPEAMENTO DE COMENTÁRIOS DO TWITTER: METODOLOGIA E ANÁLISE	88
3.1 Pressupostos metodológicos	89

3.2.1 Fase 1: pré-análise do material	92
3.2.1 Fases 2 e 3: Exploração do material e tratamento dos resultados	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS.....	115
(CIS)TEMA E “CONSERVADORISMO À BRASILEIRA”: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS DO TWITTER SOB A ÓTICA DE GÊNERO	120
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	120
2 TRANSEXUALIDADE E TRANSFOBIA	122
2.1 Reflexões: sexo, sexualidade, identidade.....	122
2.2 (Cis)tema à brasileira: a transfobia.....	127
3 METODOLOGIA E ANÁLISE: COMENTÁRIOS DO TWITTER	133
3.1 Pressupostos Metodológicos	133
3.2 Exploração e análise dos comentários	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS.....	171
DISCURSOS DE ÓDIO, TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: CONEXÕES E PILARES PARA UMA FORMAÇÃO HUMANIZADORA.....	180
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	180
2 DIÁLOGOS INICIAIS: DISCURSOS DE ÓDIO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO	183
3 ESCOLA E DIVERSIDADE SEXUAL	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
REFERÊNCIAS.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS.....	221

INTRODUÇÃO

A prática efetiva de leitura é parte essencial na formação humana. Sua compreensão e essencialidade, quando exploradas com fins interpretativos, críticos e em uma leitura contextualizada da realidade e da historicidade, amplia os conhecimentos sobre o mundo, além de fortalecer as concepções e possíveis ações sobre assuntos de teor social que exigem uma leitura atenta e reflexiva. É ferramenta indispensável para a aprendizagem do ser humano e elementar por despertar nos sujeitos inquietudes que ressoam em novas possibilidades leitoras e de visão de sociedade. Corroborando para a formação uma formação cidadã que compreende, interpreta e infere sobre diversas temáticas e, principalmente, sobre a realidade.

Nesse escopo, as temáticas e discussões propostas pelos enunciados que são disseminados no *online* ou no *offline*, são ampliadas à medida que novas leituras são realizadas e interligadas, pois permitem que os indivíduos leitores questionem e reflitam sobre assuntos de teor social que são discutidos no seu cotidiano. Assim, por intermédio da leitura, de textos que tenham como assunto central questões que ainda são rotuladas como polêmicas e que necessitem de posicionamentos reflexivos, lacunas, associadas a percepções estereotipadas da sociedade, podem ser compreendidas e motivar diálogos fecundos que objetivam ampliar a leitura de temas relevantes.

Ademais, a habilidade ler o mundo e suas peculiaridades através dos textos é uma maneira de contribuir para o exercício da cidadania, que envolve as singularidades humanas e a responsabilidade social de todos os cidadãos. É uma forma de intervenção social para a concretização e presencialidade da humanidade, em que as pessoas têm discernimento de seus direitos e deveres e de seu espaço na sociedade. Assim, ler, refletir, interpretar e elaborar inferências críticas sobre o mundo e os discursos que são produzidos pelos cidadãos, pode constituir-se como instrumento para que os sujeitos tenham a possibilidade de combater diversas configurações da violência e de injustiça social. Ler permite discorrer sobre assuntos que envolvem as condições dignas dos cidadãos, assim como aspectos constituintes de uma sociedade que dispõe (ou indisponha) de espaço para diálogos e incentiva os indivíduos a pensarem e a agirem de acordo com determinadas visões de mundo. Identifica-se, dessa forma, que a leitura é indispensável para a formação de sujeitos

que reconhecem seus direitos e deveres, compreendem e posicionam-se perante situações sociais.

Nesse viés, pensando na contemporaneidade, entende-se que é preciso ampliar os objetos de leitura e ter um olhar mais atento ao que circula em redes sociais – uma das ferramentas mais populares na era da cibercultura. Muitos *posts* e comentários estão em diversas redes sociais, mas o que eles indicam? O que projetam? Questões como essas apontam para um contexto singular de comunicação e interação em que a instantaneidade e as modificações no uso das linguagens, bem como de construção de relações entre as pessoas. Se por um lado há usuários das redes sociais com visão crítica, empática sobre o que postam e comentam, há outros que publicam informações e conceitos, sem preocupação com consequência e/ou resultados negativos que seus atos podem atrair.

Esse comportamento dos usuários nas redes sociais é, muitas vezes, identificado como egoísta e inconsequente, tendo em vista o modo como comunicam suas posições, conceitos e perspectivas de vida e de mundo, apresentam a importância de um estudo reflexivo sobre o tema e seus desdobramentos. De acordo com Recuero (2009), as redes sociais são compostas de atores, que correspondem a determinados grupos de pessoas e de conexões, que dizem respeito às interações realizadas pelos sujeitos na *web*. Tal junção assevera a disseminação de discursos, que são elaborados por esses sujeitos e que comunicam o que consideram conveniente para si ou até mesmo para um grupo social específico, que vejam determinadas explanações, mesmo que absurdas aos olhos de outros leitores, corretas e coerentes com pensamentos que deveriam ser, em tese, generalizados. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação, que representa o processo de compartilhar significado pela troca de informação. Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo da comunicação socializada (Castells, 2013, p. 15).

Como produto dessa pluralidade e liberdade opinativa, parte dos usuários não se utiliza de filtros em seus discursos nos canais, permitindo não apenas um (novo) movimento de disseminação de ideias e crenças, mas também oportunizando um outro fenômeno, que é a identificação das redes sociais como um ambiente “sem lei”, em que tudo pode ser publicado, sem filtros. Sob essa ótica, portanto, as redes constituem um lugar caracterizado por aceitar quaisquer discursos, positivos ou negativos, com o respaldo de que é necessário haver “liberdade de expressão”

quando se trata de exteriorizar o que se pensa. Há, assim, com as redes sociais um campo aberto para publicização de quaisquer publicações como se elas fossem uma espécie de “território livre” que dá vazão a também quaisquer ideias sem fundamentos (legais, éticos, sociais) ou juízo crítico.

Parte dessa ignorância nas redes sociais pode ser justificada pela importância da liberdade de expressão e ressignificada estruturalmente dependendo dos discursos de ódio veiculados, que são, em sua maioria, pré-julgados e originários de cidadãos que trazem em sua formação situações, reproduções discursivas e exemplos de preconceito e discriminação. Dessa forma, é diante de comentários, por exemplos, que as interações são publicadas, curtidas, compartilhadas. Tendo as especificidades desse gênero que reiteram uma comunicação com diversas ferramentas – *emojis*, GIFs, caracteres, há uma praticidade em moldar discursos de acordo com a intenção comunicativa, o público-alvo e o suporte de compartilhamento.

Dado esse contexto que envolve a leitura, as redes sociais enquanto meio vigente de interação e as diversas particularidades e viabilidades dos comentários na vida das pessoas, a investigação centra-se na leitura crítica de comentários publicados em redes sociais e direcionados a referências sobre transexualidade. Uma abordagem que se associa à necessidade de leitura de um gênero – comentário – que emerge nos novos contextos e veículos de publicação digital. Delimita-se o enfoque a comentários associados aos discursos de ódio, a partir de filtros explicitados na metodologia da pesquisa.

Nessa perspectiva, o objetivo geral é apresentar uma análise de discursos de ódio que abordam sobre a transexualidade na rede social Twitter¹. Ao enfatizar essas questões que envolvem o significado que os *posts* veiculados nas redes sociais têm no compartilhamento de discursos de ódio e preconceituosos, ressalta-se a proposição ética deste trabalho, ao pensar sob a ótica de uma leitura reflexivo-crítica sobre esse espelhamento da normatização social nas redes.

Com base nesses pressupostos que problematizam o estudo, esta tese tem como objetivo central ampliar as discussões científicas acerca da transexualidade

¹ Recentemente, a rede social em destaque teve alteração em sua logo e nomenclatura. Passou a ser chamada de “X.” A *microblogging* já havia trocado a sua razão social para “X Corp” ainda em abril deste ano, e, mesmo com especulações e questionamentos da mídia, somente em 24 de julho de 2024 essa modificação foi efetivada para os usuários. Dessa forma, devido à alteração ter sido efetivada em data posterior à seleção dos dados de análise desta tese, manter-se-á, neste texto, a utilização do termo “Twitter.”

expostas na internet, a partir de análises linguística, social e de gênero de comentários sobre o tema, publicados no período de 2020 a 2022, para refletir como a transexualidade é compreendida nessas publicações, além de seus desdobramentos e contextos. Para análise do *corpus* de comentários, foram consideradas as publicações realizadas na rede social Twitter, no perfil do Globo.com.

Com isso, tem-se a intenção, também, de discutir a) como se caracterizam esses comentários; b) como seus discursos posicionam valores sobre a sociedade tradicional brasileira quando se dialoga sobre transexualidade; c) projeções linguísticas, sociais e de gênero presentes nessas publicações a partir de uma análise de conteúdo; d) a importância da escola e dos currículos na formação humana. Nesse viés, a determinação temporal da pesquisa demonstra, ainda, a importância que o contexto social tem na publicização de textos. Assim, fatores como envolvimento político – mudanças em perspectivas governamentais; ênfase de aspectos que abrangem as lutas em torno dos direitos trans, posicionamentos sociais – conquistas, dados estatísticos e mudanças nas redes sociais – desde políticas de privacidade; aumento expressivo de comentários e de seus respectivos engajamentos; envolvimento assíduo dos usuários e troca de administradores; são alguns dos índices que justificam a escolha do período supracitado.

No que tange à metodologia utilizada, optou-se pela utilização dos pressupostos da teoria da Análise de Conteúdo, uma vez que ela “constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto)” (Bardin, 1997, p. 137). Nesse viés, a seleção do *corpus* de leitura foi baseada nas três etapas fundamentais propostas pela Análise de Conteúdo: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira etapa apresenta a parte de construção e de sistematização das ideias. Há uma identificação do material coletado. Esta etapa também é chamada de “leitura flutuante”, o primeiro contato com o texto, para a definição de categorias e indicadores de análise.

A segunda fase, exploração do material ou codificação, é pautada na confecção de codificação. São considerados textos os selecionados mediante unidades de registros, em que há a realização de uma classificação e junção de temas, informações. No caso deste trabalho, as unidades de registro foram embasadas nos direcionamentos dos discursos, em relação à categoria de análise elencada, que serão dissertadas nos próximos artigos. Correspondente à última fase,

tratamento dos resultados, inferência e interpretação ou categorização, identificam-se os dados obtidos e, a partir deles, como as temáticas de inferências sobre transfobia – discurso de ódio, agrupando os recortes de forma que conduzam a uma análise mais complexa, contextualizada, relacionam-se.

Dessa forma, a apropriação da Análise de Conteúdo, favorece que a leitura se centre nas mensagens (comunicações), permitindo que haja a reflexão e inferência de outros textos e leituras para compreensão do texto. Nesse cenário, com fins de cotejar leituras, textos, compreender a essência comunicativa dos discursos de ódio voltados à transexualidade, utilizaram-se, durante as análises, ponderações de outros autores, os quais foram considerados elementares para a pesquisa.

Dentre a metodologia e demais aspectos a serem analisados, ressalta-se a verificação de possíveis manifestações de ódio na internet quanto às questões de gênero que se diferenciam da heteronormatividade, bem como o enraizamento da transfobia nesses discursos. A contemporaneidade é predominantemente marcada pelo digital, o que infere na constituição do homem que vê, nas redes sociais, uma oportunidade de manifestação de posicionamentos muitas vezes fixados em ideias tradicionais da formação humana. Essa liberdade é questionada, portanto, neste trabalho, em virtude da restrição que esta pode estabelecer quando se dialoga sobre dignidade humana e entendimento da relevância de reconhecer a sociedade enquanto um mosaico de singularidades.

Com isso, também se propõe como problemática o engajamento do preconceito nas redes através de posicionamentos ofensivos, além de entender como as redes sociais autorizam as pessoas a falarem sobre qualquer assunto, sem filtro, sem aprofundamento, sem considerações ao outro. O *hate speech* – discurso de ódio, visualizado na *web*, prevê, nas entrelinhas, considerações, por vezes desmoralizadoras que insultam determinados grupos sociais, compactuando com o preconceito. Logo, o ato de se apropriar de determinado assunto concede essa possibilidade de os indivíduos participarem e/ou terem uma decisão sobre aquilo que afeta as suas vidas de uma forma livre, tendo em vista que a internet não oferece ferramentas de restrição em palavras ou expressões, que são dinamizadas através de *emojis*, *hiperlinks*, etc, fator que contribui para a viralização e correlação de discursos.

Com isso, veem-se outras duas problemáticas que complementam esta pesquisa: a disseminação da pertença legitimada do preconceito e o modo como esse é elaborado, pensando na construção textual dos discursos, as escolhas lexicais e as inferências acerca da transexualidade. Essas questões são apontadas à medida que se utiliza a internet como um meio de construção autônoma da individualidade humana, tendo como respaldo a necessidade da concretização de uma unidade nacional. Logo, os discursos dissertados com os recursos que os posts apresentam permitem inúmeras leituras textuais e interpretativas que, de acordo com o modo de exposição, favorece diferentes compreensões sobre a discriminação.

Ademais, reitera-se que este trabalho, ao escolher como corpus de pesquisa comentários relacionados à transexualidade, busca dar continuidade à pesquisa realizada durante o Mestrado em Letras, em que se realizou uma leitura investigativo-crítica sobre as sexualidades “excêntrica”² – travestis e transexuais, observando as peculiaridades, abordagens teóricas e a inserção social da temática, com a elaboração de práticas mediadoras de leitura para o Ensino Superior, que possibilitassem uma formação humana e leitora aos alunos e professores dessa etapa de ensino através dos textos literários e das linguagens.

Na dimensão da tese, procura-se ampliar as discussões ao selecionar as redes sociais e um de seus principais gêneros textuais – os comentários – como elementos centrais de discussão acerca de discursos sobre a transexualidade em uma perspectiva que vai muito mais além da proposição de práticas de leitura para formação de leitores. Busca-se, assim, mostrar como esses textos, enquanto gêneros textuais digitais populares e com alto índice de disseminação e aceitabilidade, podem constituir elementos de publicização de preconceitos, discursos de ódio e visões desajustadas acerca da transexualidade.

A proposta de coerência entre as pesquisas permite uma leitura ampla de como os assuntos voltados ao preconceito sexual são recorrentes. O pilar deste estudo, assim como durante a elaboração da dissertação, constitui-se com base na necessidade de pensar na formação humana dos sujeitos que são agentes sociais dos seus direitos e deveres na comunidade que ainda é regida por manifestações de ódio e pela proliferação de conceitos que menosprezam alguns grupos sociais. Além

² Utilizou-se o termo “excêntrico” – entre aspas –, com a intenção de chamar a atenção para a avaliação “fora de centro” que é dada às sexualidades não associadas ao padrão heteronormativo.

disso, atualmente, tem-se o uso exacerbado dos meios tecnológicos, o que facilita a disseminação desses conceitos pré-estabelecidos e julgados como coerentes, por isso, entende-se que o estudo dos comentários pode ser um fator determinante na identificação ou não dessas premissas.

Nesse sentido, a escolha dessa temática e a problemática estabelecida estão atreladas à necessidade de refletir sobre assuntos sociais que norteiam a vida das pessoas, bem como refletir sobre problemas decorrentes da mínima atenção e do mínimo respeito dado à transexualidade. De acordo com levantamento sobre homicídios de homossexuais, o site Agência Brasil, vinculado à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) (2021), publicou que o número de assassinatos de transexuais e travestis é o maior em dez anos no Brasil. Os números assinalam quanto a sociedade brasileira ainda precisa avançar no sentido de reconhecer a transexualidade como legítima, sem anormalidade, e, também, de pensar em possibilidades de debate dessas questões nas redes sociais (Bertolotti, 2021).

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)³, em apenas em 2019, “foram contabilizados 179 assassinatos de travestis e transexuais. Isso significa que, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada no Brasil.” Dessas, a maioria é do sexo feminino e a média de idade das vítimas é de 27,7 anos. No ano de 2020, nos meses de janeiro a março, “o número de mortes de transexuais femininas foi ainda mais expressivo, 11 suicídios, 22 tentativas de homicídio e 21 violações de direitos humanos. Além de 6 casos de mortes relacionadas ao COVID-19” (ANTRA, 2020, s.p). Para complementar tais dados, estima-se que

As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil. Apesar de não haver estudos sistemáticos sobre a expectativa de vida das travestis e transexuais femininas, Antunes (2013) afirma que a expectativa de vida desta população seja de 35 anos de idade, enquanto a da população brasileira em geral, é de 74,9 anos (IBGE, 2013).

Além disso, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de transexuais, o que favorece que empresas internacionais, como a ONG Transgender Europe (TGEu)

³ Segundo Benevides e Simpson (2017, p. 2) “A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede que articula em todo o Brasil mais de 200 instituições, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos como o resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais.”

divulgue que a taxa de homicídios contra transexuais e travestis é maior no Brasil do que em países que já têm pena de morte para essas situações, tal como países do Oriente e da África (Souto, 2019, s.p). Dessa forma, a violência contra os transexuais aumenta cada vez mais no país e, embora notificações judiciais tenham sido feitas, em 2017, em um dos mapeamentos realizados sobre os assassinatos contra travestis e transexuais, constatou-se que “dos assassinatos no Brasil, entre os concluídos, 96% foram arquivados. E somente 4% resultaram em denúncias à Justiça” (ANTRA, 2020, p. 14).

Os levantamentos citados comprovam o quão relevante é refletir sobre transexualidade, principalmente, sobre o posicionamento discursivo dos sujeitos nas redes sociais. Assim, esta pesquisa apresenta-se com teor social por estar pautada em assuntos que visam à identificação de discursos de ódio pautados em valores tradicionais que menosprezam a transexualidade e produzem preconceitos através das mídias sociais, reiterando o aumento do desrespeito entre as pessoas.

Ainda, no que diz respeito as redes sociais, segundo o site Resultados Digitais (2021), as principais redes sociais utilizadas no Brasil são: “Facebook; YouTube; WhatsApp; Instagram; Facebook Messenger; Twitter; TikTok; Snapchat.” Neste trabalho, será abordada somente a rede social Twitter. Optou-se por tal rede em virtude: a) da visibilidade que permitem em termos de número de curtidas, comentários e compartilhamentos; b) de favorecerem a publicação de reportagens, notícias e demais materiais que os usuários compartilham/repostam/*retweetam*; c) da linguagem e das atualizações que realizam para aprimoramento dos sites; d) do alto número de publicações que são realizadas diariamente, 2,4 mil publicações diárias (tuítes ou retuítes) e distribuídos em intervalos de meia hora, segundo a rede social. Isso significa que é possível tuitar ou retuitar no máximo 50 vezes a cada 30 minutos; e) das repercussões midiáticas que a rede tem quando o assunto são temas considerados tabus pela sociedade.

Ainda nesse contexto de verificação e compreensão dos elementos que compõem esta tese, conforme citado no objetivo central e na problemática deste trabalho, a leitura, seleção e análise dos comentários serão realizados através das postagens da conta Globo.com que envolvem a temática da transexualidade. Trata-se de um portal que faz parte do maior grupo de mídia da América Latina. O site é acessado mundialmente. Conforme uma pesquisa da SimilaWeb, divulgada pelo Blog Marketing de Conteúdo e a Rock Content, que tem a intencionalidade de auxiliar

empreendedores a atingirem seus objetivos quando se trata de marketing, o portal Globo.com é o 5º mais acessado da América Latina.

O site oferece um dos maiores acervos de comunicação de toda a *web* brasileira. Reúne conteúdos com vieses jornalístico, esportivo e de entretenimento da Rede Globo, cuja emissora tem a maior audiência no Brasil. Além disso, ainda de acordo com a pesquisa, 98,85% dos acessos dos usuários ao site são orgânicos, ou seja, as palavras-chave mais digitadas no campo de procura são distintas e demonstram o interesse das pessoas por programas e notícias da emissora Globo. A oferta de conteúdos variados que atinjam a diferentes necessidades e curiosidades dos sujeitos e a possibilidade de interação desses com as reportagens veiculadas são algumas das especificidades que corroboraram para a escolha do portal como objeto de pesquisa.

Salienta-se, outrossim, que esta pesquisa está centrada na Linha de Pesquisa “Leitura, processos educativos, linguagens e tecnologias”, do Programa de Doutorado em Educação, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, uma vez que se propõe a pensar na formação humana e cidadã das pessoas, contemplando uma leitura sobre os sujeitos, as linguagens e a sociedade. À vista disso, está relacionado às orientações da Linha, tendo em vista leituras, propostas de identificação, problematização e análise de assuntos que fazem parte do contexto cultura, educacional e das singularidades dos cidadãos. A correlação entre as manifestações das práticas sociais das pessoas e a leitura deste como objeto de análise deste trabalho, principalmente quando se trata do meio tecnológico, através de posts que disseminam compreensões e inferências socioculturais, críticas, ideológicas, etc, sobre a transexualidade, assevera a intencionalidade do PPGEDU e da linha de pesquisa eleita ao propor um trabalho pautado na leitura das linguagens e dos seus ressignificados na contemporaneidade.

Para construção da tese decorrente desta pesquisa, formularam-se duas hipóteses, considerando os estudos já realizados pela autora sobre o tema. Quanto à primeira hipótese, salienta-se o que segue: a existência de uma linha tênue entre redes sociais e mundo real indica como as relações são (re)conectadas em situações distintas de comunicação. As transformações decorrentes das atualizações tecnológicas, além de exigirem mudanças estruturais, enunciativas e estéticas quando se trata do ato de interagir, trouxeram novidades no que tange ao modo como o ser humano é visto no âmbito virtual. A readaptação do sujeito físico para a sua versão

“perfil”⁴, além de revigorar a realidade em termos de comunicação, enalteceu um paralelo entre o que se pensa e se julga correto em aspecto de “padronização social” e da preponderância ou não de limites dessas questões em ambas as esferas – vida real e virtual, diferenciadas, exclusivamente, pelo suporte de veiculação/execução das ações humanas.

A tecnologia é o fator que delimita a estreita fronteira entre vida real *online* e presencial. Com isso, há a necessidade de tornar público tudo aquilo que se pensa, pode ser interpretada e justificada como uma forma de “evasão da vida real” ou da inexistência de filtros e de consequências daquilo que é postado nas redes sociais. O novo caminho mostrado pelas tecnologias traz consigo uma não-delimitação de opiniões e contextos, o que facilita que essa saída da realidade seja depositada nas redes, através de textos e discursos, sobre quaisquer assuntos, sem que haja determinada preocupação com respostas ou julgamentos alheios. A liberdade da vida real é compartilhada nas telas, mediante exposição de tudo aquilo que se considera correto dentro de determinadas bolhas sociais.

Em diálogo, as especificidades comunicativas disponibilizadas pelos gêneros digitais são inúmeras. Com o uso de imagens, *emojis*, *hiperlinks*, dentro outros recursos semióticos, o diálogo entre os sujeitos, no modo perfil, torna-se dinâmico, atrativo, fazendo com que, em algumas situações, o preconceito seja suavizado. Esse aspecto, como consequência, influencia na proliferação de discursos de ódio. Logo, o resultado dessa produção enunciativa entre emissores e receptores de distâncias, culturas, idades, etc, dissemina um novo fluxo dialógico leitor, que é restabelecido por processos interpretativos que se correlacionam ou não, dependendo das crenças, leituras, formações ideológicas e intelectuais.

As redes sociais, internet, constituem-se, basicamente, como mais um elemento facilitador da comunicação humana para revelar crenças, opiniões, ideologias; porém, com as facilidades de disseminação e viralização que outras ferramentas não dispõem. Os comentários, discursos, das redes sociais apresentam apenas aquilo que já existe na sociedade brasileira, isto é, há um espelhamento do real para o virtual.

⁴ Considera-se um “perfil” toda conta criada em redes sociais de comunicação, seja com dados cadastrais corretos, aqueles que são coerentes com os da Receita Federal ou não, nomeada de “perfil fake.”

O avançar da humanidade conectada vai além da “robotização” em termos de seguir as orientações pré-estabelecidas em todos os setores da constituição social. Lê-se que essa questão se direciona, em termos de espelhamento, como uma forma de desbloqueio daquilo que aproxima e/ou distancia as pessoas. A sintonização estabelecia entre os sujeitos-perfis permite o exercício de uma certa evolução social tecnológica leitora dos grupos, em que manifestações de pensamentos “revolucionários” são ditas enquanto fundamentais e exclusivamente corretas. Nesses ambientes, todas as situações concretas do preconceito – violência física – contra travestis e transexuais são modificadas em violências verbais e não-verbais, através de memes, posts ou demais produções que tenham viés ofensivo, etc.

A personificação de uma realidade sem filtros e sem leis atrai os sujeitos. Assim, suas interações discursivas, “um dos elementos fundamentais ao exercício da liberdade de expressão” (Cardoso; Zago; Silva, 2019, s.p) são reenquadradas nesse novo contexto que, de modo geral, tem o papel de, apenas, reproduzir tudo aquilo que já ocorre em seus cotidianos, sendo um novo elemento de proliferação de posicionamentos. Pode-se identificar as redes enquanto um palco em que as ações são espelhadas e ironizadas, em sua maioria, por tudo aquilo que acontece na vida real – preconceito, discursos de ódio, etc, mediante discursos estruturados por novas possibilidades interpretativas.

Com base nisso, ressalta-se que a constituição humana dos sujeitos não é respaldada somente por um elemento, mas sim por um mosaico de situações, leituras, convivências e ideologias enraizadas que alavancam o pensar e o agir humano. Dessa forma, não se pode direcionar às redes sociais a total responsabilidade pela existência do preconceito, do racismo ou da transfobia – algo que se torna potencialmente mais visível dadas as características que a rede traz a seus usuários. As redes apenas veiculam essas questões, em outros formatos, e favorecem que esses discursos midiáticos cheguem a outros perfis, disseminando ideias e correntes, sejam elas com vieses benéficos ou não.

Quanto à segunda hipótese do estudo, aborda-se sobre o objeto de análise – comentários de redes sociais com discursos associados à transexualidade -, ele é um elemento que ratifica a posição de desigualdade a que transexuais estão acometidos na sociedade brasileira. Essa parcela da população tem sua vida comentada nas redes a partir de posições que: a) não reconhecem a identidade sexual, de gênero dos trans; b) colocam esses sujeitos como “menores” em uma escala social que

privilegia um padrão heterossexista; c) desrespeitam a condição humana e profissional do sujeito trans; d) ratificam o estigma social negativo à condição trans, alimentando preconceito sexual e de gênero, o que contribui para amplificação de uma estrutura social marcada pela desigualdade de oportunidades a esse público.

O status de um país rico culturalmente supõe a ideia, de modo generalizado, de uma identidade que incorpore, nessa característica, vários aspectos: singularidade, respeito, alteridade e humanização. Contudo, mesmo diante de um Brasil que reproduz em sua bandeira, símbolo histórico, os termos “ordem e progresso”, ainda há situações de retrocesso e de extrema exposição de valores sociais conservadores. A visualização de uma persuasão nos pressupostos que constituem o país, tendo em vista o exposto, em termos de cultura, identidade e história, por vezes, são excluídas ou silenciadas diante de situações sociais que não condizem com essa abordagem.

A exemplo dessa colocação, de acordo com o IBGE (2020), o número de desempregados no Brasil é de 13,5 milhões. A pesquisa teve sua última atualização no mês de setembro de 2020. Logo, anterior ao período da pandemia da COVID-19, esse número era de 10,1 milhões de pessoas. O aumento ocorreu em virtude da necessidade de distanciamento social, fazendo com que o mercado de trabalho se reorganizasse administrativa e financeiramente. Contudo, mesmo com o contexto pandêmico, nota-se que o número de desemprego no Brasil ainda é alto, circunstância preocupante em termos de desenvolvimento humano e social.

Paralelo aos dados e, mais especificamente sobre o público travesti e transexual, salienta-se que, dos 211,8 milhões de pessoas que habitam o Brasil (IBGE, 2020), 1,9% são travestis ou transexuais (ANTRA, 2019). Ademais, 90% desses sujeitos, quando se trata do mercado de trabalho, não possuem um emprego com carteira assinada, tampouco com os demais benefícios que são de direito dos cidadãos. Essa situação incita a outras medidas de sobrevivência, como a prostituição.

Dessa forma, a desigualdade, não somente em representações numéricas, mas em episódios visualizados nas mídias e no cotidiano, enaltecem como o Brasil se posiciona quando se trata de uma população que não se constitui com vistas à unificação nacional, haja vista que não há nem um tipo de política pública, por parte do Governo, que ampare esses sujeitos e que a comparação entre os privilégios de cada público é distinta. Nesse viés, segundo Silva (2003, p. 04 apud Roupa, 1994,

s.p), “O narcisismo das pequenas diferenças designa uma idéia de pertencimento e exclusão a um determinado grupo ou comunidade [...], criando-se um mito de superioridade, um fechamento identitário do “nós” diante dos “outros”.

Esse modo de “fechamento identitário” expresso pelo autor é visualizado com ênfase na sociedade brasileira, em que as pessoas que não fazem parte da padronização social são rotuladas e excluídas, colocando as individualidades em evidência. As singularidades são vistas, portanto, como uma afronta ao modelo pré-estabelecido por uma comunidade branca, heterossexual e conservadora. Assim, discorrendo sobre como isso influencia na vida das pessoas travestis e transexuais, salienta-se a segunda hipótese deste projeto: a visualização de uma sociedade tradicional que está em oposição a tudo que é “diferente”.

A aversão ao “diferente”, em termos de constituição humana e de relação às redes sociais, favorece que as pessoas trans entrem em conflito consigo e com as demais pessoas, tendo em vista que a taxa de homicídio desses sujeitos cresce todos os anos. A constituição de uma dualidade entre aceitar-se e não ser aceito é algo que prejudica não somente a comunidade LGBT, as pessoas que a constituem e os ideais que estas defendem, mas sim o modo como o alavancar social é administrado.

Nesse escopo, “o sofrimento de transexuais se deve em grande parte à ordem compulsória existente na sociedade que exige total coerência entre sexo, gênero, prática/desejo que são obrigatoriamente heterossexuais” (Vieira Junior, 2018, p. 29), o que traz uma dicotomia social entre o “certo” e “errado.” Diante disso e com base nesses pressupostos já apontados que se compreende que o Brasil, no século XXI, em que a tecnologia e o desenvolvimento humano, cultural e social têm todas as condições de crescimento, há preceitos que retrocedem esse processo. A valorização das singularidades não é compreendida, o que reitera situações de apagamento do outro e da sua identidade.

Com base nessas hipóteses, consolidou-se a tese central desta investigação de Doutorado: as publicações analisadas – considerando o gênero comentário, o recorte temático e o período de análise - mostram que, há visões de exclusão e preconceito quanto à condição transexual no que se refere à identidade social, sexual e de gênero – algo que passa a ser fortalecido pela capacidade de disseminação e rápida propagação dessas ideias em redes sociais para um público amplo. Nessa perspectiva, defende-se a tese de que os comentários de redes sociais, como os

analisados na pesquisa, são um difusor potencial de “espelhamento” de uma perspectiva conservadora, transfóbica, heteronormativa e preconceituosa com relação à identidade do sujeito trans, sendo, nesse sentido, um mecanismo amplificador de disseminação desses ideais.

Para a efetivação de tal proposta, esta tese foi dividida em cinco artigos que, embora segmentados, apresentam uma coerência e interdependência entre eles. Dessa forma, em alguns textos, na introdução, há uma explicação sobre a relação entre os artigos e a descrição da estrutura, sobretudo, nos artigos designados às análises. Salienta-se, também, que algumas informações, como notas de rodapé, dados gerais da coleta de dados, conceitos e exposição metodológica na íntegra, não foram realizados em todos os artigos, uma vez que se preza pela conexão entre os artigos.

O primeiro artigo, cujo título é “Redes sociais e o protagonismo de comentários como gênero textual de comunicação digital”, é uma introdução ao tema geral da tese. Objetiva apresentar como se constituem as redes sociais da cibercultura, indicando os tipos de rede, e como o comentário consolida-se como instrumento de comunicação e interação entre os usuários no contexto digital. O enfoque pauta-se na premissa de que é importante reconhecer particularidades das redes e do gênero para sustentação das análises de comentários que expressão discursos de ódio.

No segundo artigo, denominado “Discursos de ódio nas redes sociais e o espelhamento da sociedade nas redes”, a proposta de reflexão tem enfoque delimitado na questão dos discursos de ódio nas redes sociais. Caracteriza-se o conceito desse tipo de discurso, questiona os limites de expressão na rede e mostra relações entre as publicações de comentários e a estruturação social. Dessa forma, o intuito é refletir sobre a particularidade de um segmento de comentários de redes sociais associado à disseminação de discursos de ódio, sobretudo, em redes sociais digitais (RDS) e suas relações com o contexto de qual emergem, procurando compreender como esses discursos surgem, se propagam, efeitos que podem trazer a quem produz e quem é o alvo.

A terceira parte da tese está contemplada no artigo “As vozes da violência e da transfobia no Twitter: mapeamento e análise de comentários sob a ótica da linguagem”, o qual se centra em trazer ao debate comentários relacionados ao universo transfóbico expresso em uma rede social: Twitter. Nessa perspectiva, a partir de uma seleção de corpus, o texto revela e analisa a violência e as relações de poder

manifestadas através da linguagem, apresentando um mapeamento de comentários produzidos a partir de reportagens e publicados entre 2020-2022.

Em continuidade à análise dos comentários selecionados, o quarto artigo é intitulado “(Cis)tema e conservadorismo à brasileira: análise de comentários do Twitter sob a ótica de gênero”. Sua proposição é contemplar reflexões sobre sexo, sexualidade, identidade relacionadas à transexualidade nas manifestações de usuários da rede, considerando o corpus da pesquisa. O estudo visa a mostrar como as publicações projetam ideais de uma sociedade brasileira pautada pelo conservadorismo, machismo, transfobia e discriminação.

“Discursos de ódio, transexualidade e educação: conexões e pilares para uma formação humanizadora” é o artigo que encerra a tese e procura debater a intersecção entre três elementos-chave que devem ser discutidos no âmbito da formação humana. Busca, dessa forma, tecer reflexões sobre possíveis conexões e pilares, que dialogam entre discursos de ódio, transexualidade e educação, apresentando sugestões de metas e objetivos que podem ser realizados no âmbito educacional para a permanência de uma formação humana, crítica e que tem como base a ética da alteridade e do respeito a singularidades

A composição da tese, nesse formato, possibilita não apenas um percurso científico da pesquisa, em moldes menos tradicionais, porém alinhado ao discurso acadêmico, mas também um viés coerente, interdisciplinar e direcionado a questões relevantes da sociedade contemporânea, representados pela delimitação do tema da investigação e sua adequação à linha de pesquisa e à área de concentração do Programa. Tendo essa compreensão, os textos foram divididos de uma maneira visualizada como linear, que possibilita uma amplitude leitora pressuposta em uma tese. Há, sobretudo nas seções que envolvem as análises dos comentários – organizadas a partir de seleção de categorias, uma divisão peculiar amparada em apresentação da metodologia e, posteriormente, em reflexões analítico-críticas com contribuições de inúmeros autores.

Com base nisso, compreende-se que este trabalho contribui para a produção de questionamentos que permitam a identificação do enraizamento do preconceito na sociedade, reiterando como os comentários permitem que a exposição de pensamentos, sem filtros, sejam proliferadas tão rapidamente na internet. Logo, por dissertar sobre uma temática que, por muitas pessoas, é conhecida como tabu ou, sobretudo, um ato de desrespeito com a sociedade patriarcal, conservadora e

machista, espera-se que essa leitura permita que os leitores, através da construção de um pensamento humano e coletivo, tenham discernimento dos discursos atribuídos ao público transexual.

REDES SOCIAIS E O PROTAGONISMO DE COMENTÁRIOS COMO GÊNERO TEXTUAL DE COMUNICAÇÃO DIGITAL¹

Elisângela Bertolotti
Ana Paula Teixeira Porto

RESUMO: A popularização da internet tem diversificado o modo como as pessoas interagem. Ao ser vista como uma estrutura não-linear, flexível e dinâmica, a web favorece o entrelaçamento de atividades interativas (Cloutier, 1975). Nessa perspectiva, para essa efetividade comunicativa, um dos recursos utilizado é o comentário. Na esfera dos hipertextos on-line, trata-se de uma forma textual híbrida “que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície formas outras de textualidade” (Xavier, 2010, p. 208), o que se concretiza em uma leitura sinestésica, na qual diversos sentidos podem ser acionados. Nesse escopo, este artigo tem a pretensão de apresentar como se constituem as redes sociais da cibercultura e como o comentário consolida-se como instrumento de comunicação e interação entre os usuários, ambos de modo contextualizado. Para desenvolvimento desse enfoque, abordar-se-ão, a partir de pesquisa bibliográfica, leituras sobre constituição da cibercultura e das ferramentas de comunicação, as redes sociais e suas relações com mídias digitais e a importância que os comentários possuem nas redes sociais digitais. Além disso, utilizar-se-ão os pressupostos teóricos dos autores: McLuhan, (1996), Lévy (1999), Castells (1999) e Lemos (2003), para o estudo sobre o fenômeno da cibercultura; Castells, (1999), Matos (1994), Recuero (2008), Santaella (2013), Fragoso; Recuero; e Bauman (1999), em relação à temática das redes sociais, seus atores e suas relações midiáticas e; Bakhtin (1997), Dionísio (2011), Travaglia (2007), Marcuschi (2008), Rojo; Barbo-As (2015) e Milani (2010) no estudo do gênero comentário, dentre os outros. A leitura realizada permite a reflexão de que, ao disseminar um novo conceito ou pensamento, os textos reproduzidos nas redes sociais concretizam uma teia discursiva abrangente e assertiva, tendo em vista a dinamicidade, a instantaneidade, a flexibilidade, a interatividade. Ademais, as socializações permitidas pelos meios de comunicação potencializam a habilidade interativa do ser humano, dinamizando-a, fazendo com que um ocorra “dilúvio informacional” (Lévy,1999) entre os leitores e usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais. Gênero comentário. Protagonismo. Interação.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A popularização da internet tem diversificado o modo como as pessoas interagem. Na rede, elas relacionam-se, opinam, reivindicam, pesquisam, disseminam, apreendem novas informações e, até mesmo, mobilizam-se coletivamente em prol de questões sociais. Em vista disso, a internet, ao ser vista como uma estrutura não-linear, flexível e dinâmica, favorece o entrelaçamento dessas ações, o que faz com que as pessoas ampliem seus horizontes e dinamizem ainda mais o compartilhamento de ideias, permitindo que suas convicções ganhem espaço no momento em que se relacionam com outras pessoas. O uso das redes, dessa

¹ Leituras iniciais deste texto foram publicadas no capítulo “Do preconceito trans ao discurso de ódio: a exteriorização de viés conservador e de violência em posts de rede social”, do livro *Estudos de gênero e estudos de mídia: (des)construções contemporâneas*, da coletânea “Gênero, Mídias e Contemporaneidades”, organizada por Eliane Cadoná, Náthaly Zanoni Luza e Taina Kurtz, em 2022.

forma, influencia diretamente na difusão da complexidade da esfera comunicativa e na movimentação social baseada na necessidade de relações sociais *online*.

A comunicação, assim como o espaço e o tempo são únicos em cada civilização. Atualmente a considerada cultura da internet é lida e interpretada por diversos pesquisadores, já que “cada episódio na história da comunicação é marcado pela utilização de novas formas de comunicação, que transformam a sociedade e constituem um novo tipo de comunicação” (Cloutier, 1975). A interatividade *online* é popularizada e moldada à medida que novos transistores, microprocessadores e novos meios de comunicação de massa são criados, assim como seus usuários, que necessitam atualizar-se para dar continuidade à comunicação.

A constituição dos sujeitos² aprimora-se a partir de contextos que surgem e que, à medida que dão sentido às necessidades humanas, são utilizados no cotidiano. Com a ampliação das possibilidades interativas, ocasionadas pelas redes, essa reconfiguração se expande, a cada dia mais, flexibiliza o pensar humano e as estratégias de relação e publicização de ideias. A partir do exposto, este texto tem a intenção de apresentar como se constituem as redes sociais da cibercultura e como o comentário consolida-se como instrumento de comunicação e interação entre os usuários, ambos de modo contextualizado.

Para desenvolvimento desse enfoque, contemplado a partir de pesquisa bibliográfica, abordar-se-ão as seguintes seções: a) constituição da cibercultura e das ferramentas de comunicação e interação na internet; b) redes sociais e suas relações com mídias digitais e interação na rede e; c) os comentários nas redes sociais digitais, uma leitura da estrutura do texto às intencionalidades comunicativas.

Com base nisso, utilizar-se-ão os pressupostos teóricos dos autores: McLuhan, (1996), Lévy (1999), Castells (1999) e Lemos (2003), para o estudo sobre o fenômeno da cibercultura; Castells, (1999), Matos (1994), Recuero (2008), Santaella (2013), Frago; Recuero; Amaral (2012), Stuart Hall (1997) e Bauman (1999), em relação à temática das redes sociais, seus atores e suas relações midiáticas e; Baltar; Cerutti-Rizzatti; Zandomenego (2011), Bakhtin (1997), Xavier, [S.D]), Dionísio (2011),

² Nesta tese, para se referir às personas que compõem a sociedade, utilizar-se-ão vocábulos como: sujeitos, pessoas, seres humanos, cidadãos, etc. Para que não haja uma descontextualização da essência humana e humanizadora proposta na tese, que é respaldada por fatores ideológicos e culturais, entre outros, seja no *online* ou no *offline*, tal organização foi aderida. Ademais, entende-se que esses termos direcionam, com clareza, a leitura da existência de um espelhamento social, conforme a intencionalidade analítico-reflexiva deste trabalho.

Travaglia (2007), Marcuschi (2008), Rojo; Barbo-As (2015) e Milani (2010) no estudo do gênero comentário.

2 CIBERCULTURA E FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO NA INTERNET

Ao refletir sobre contemporaneidade – excesso de atividades simultâneas – surge a carência por uma comunicação, clara, objetiva e rápida. A instantaneidade e as modificações no uso das linguagens com possibilidade de comunicação e construção de relações entre as pessoas é cada vez mais enaltecida pelos cidadãos, principalmente pelos usuários das redes sociais, que fazem dos meios de comunicação, apresentados na internet, itens intrínsecos à extensão humana (McLuhan, 1996)³. Esse aspecto permite a reconfiguração de informações e, ainda, a circulação dessas em âmbito virtual, o que favorece a repercussão de situações, notícias e explanações associadas ao universo no qual se insere o sujeito.

Pensando, em época de acelerado crescimento tecnológico e de visualização da importância que a comunicação tem em todos os setores da vida humana, em como se caracteriza a era da informação, entende-se que exista uma ponte entre as redes sociais e os cidadãos e as cidadãs, que têm suas rotinas baseadas e alimentadas por ferramentas digitais de impacto. Ao refletir sobre essa conexão entre as sociabilizações real e virtual e o espelhamento que ambas sinalizam, faz-se importante discorrer sobre as redes sociais e o seu protagonismo, através de postagens, comentários, na comunicação atual.

É válido ressaltar que essa eclosão da internet trouxe, sobretudo, olhares voltados aos aspectos sociais e subjetivos dos seres humanos, que passaram a tê-la enquanto parte importante de suas vidas. De acordo com a UIT (2021), “desde 2019, 782 milhões de pessoas passaram a acessar a internet, o que significa um aumento de 17%.” Além disso, houve um crescimento de 10% no primeiro ano de pandemia, que corresponde ao maior avanço anual já verificado pelos pesquisadores.

As interações sociais, facilitadas pelas ferramentas de comunicação disponíveis na rede, são concretizadas por sujeitos com diversas particularidades.

³ O filósofo Herbert Marshall McLuhan, em seus pressupostos, expõe que há um fascínio humano sobre tudo aquilo que é extensão de si, seja em materiais tecnológicos ou invenções. Assim, os meios, o que é comunicado, referem-se aos acontecimentos produzidos, a uniões híbridas que ressoam em novas formas de pensar e agir, repercutindo na sociedade como um todo.

Para Lemos (2003), a vivência da cibercultura e de seus desdobramentos foi consolidada entre as décadas de 1980 e 1990 com a informática de massa e a popularização da web⁴, e intensificada com a criação do *world wide web* (www), em 1991. Esse fenômeno é recheado de maneiras de se relacionar com as pessoas, com o mundo, com opiniões, fatos e *fakes*. Embora muitos sujeitos entendam essa relação – face a face – como distinta das interações *online*, compreende-se que ambas ocorrem com os mesmos objetivos somente com alterações no seu desenvolvimento. Ou seja, as socializações *online* apresentam-se em novas “teatralizações” cotidianas que trazem nova configuração às situações reais dos internautas.

Essa nova ferramenta de exibição, em um formato dinâmico e acessível, reitera como os papéis desempenhados no decorrer da vida e das atividades humanas são postos em pauta quando se trata da simultaneidade das práticas discursivas sociais que são transferidas para as telas. Com isso, pode-se afirmar que a cibercultura é uma potencialidade que instaura o exercício de ver e de ser visto pelas pessoas, entendendo similitudes e distinções, as quais são matizadas diariamente. Logo,

a cibercultura dá forma a um novo tipo de universal: o universal sem totalidade. E, repetimos, trata-se ainda de um universal, acompanhado de todas as ressonâncias possíveis de serem encontradas com a filosofia das luzes, uma vez que possui uma relação profunda com a idéia de humanidade. Assim, o ciberespaço não engendra uma cultura do universal porque de fato está em toda parte, e sim porque sua forma ou sua idéia implicam de direito o conjunto dos seres humanos (Lévy, 1999, p.119).

A emergência desse ciberespaço é fruto da interconexão dos conjuntos de seres humanos, somado à inteligência coletiva e à criação de comunidades virtuais. Ambas trazem, em sua universalidade, uma não totalidade que pode ser ressignificada diante dos usuários, de suas relações e demais ações coletivas que possam resultar em novas sinergias, em um hipertexto vivo. Isso se justifica, pois, de acordo com o autor “o ciberespaço dissolve a pragmática da comunicação. Ele nos leva, de fato, à situação existente antes da escrita — mas em outra escala e em outra órbita — na medida em que a interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias *online* tornam novamente possíveis.”

Assim, as mensagens que são abordadas conectam-se com outras possíveis leituras, comentários, discursos, que trazem evolução constatada e somatizada.

⁴ Em virtude da incorporação do termo “web” nos estudos da cibercultura e por ser caracterizado enquanto estrangeirismo na Língua Portuguesa, o vocábulo será redigido, nesta tese, sem fonte itálica.

Apreende-se que, virtualmente, todas as postagens, além de serem feitas com objetivos específicos e, por vezes, sinalizados, há uma comunicação permanente sobre vários assuntos, uma vez que comunidades *online*, algoritmos de pesquisa e outros recursos imersos na era digital são progressivamente incrementados, o que facilita essas atividades de partilha leitora. A função do ciberespaço, portanto, não é a delimitação/projeção de uma cultura caracterizada como universal somente pelo fato de ser visualizada em todos os lugares, mas por sua ideia de junção humana, de conexão de semântica, onde a expressão “fora de contexto” dificilmente remove comunidades ativas existentes no mundo virtual. Dessa forma,

O mundo virtual, no sentido amplo, é um universo de possíveis, calculáveis a partir de um modelo digital. Ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e um espaço de criação coletiva (Levy, 1999, p. 58).

O conceito abordado por Lévy sobre o mundo virtual representa formas e dinamicidade que a internet pressupõe. Todas as ferramentas destacadas reforçam cada dia mais o modo como a comunicação pode ser reajustada e readaptada diante de novos contextos, sugerindo a ascensão de inéditas possibilidades comunicativas. A convergência de campos como cinema, TV, fotografia, etc, são exemplos de como o impacto do mundo moderno, da cibercultura, são importantes nos veículos de comunicação e, sobretudo, na sua conectividade.

Nessa esfera interpretativa, entende-se que as formas socioculturais propostas pelo ciberespaço trazem a não determinação de uma tecnologia, o que salienta a mobilidade proposta de tal evento tecnológico. Segundo Castells (1999), para contextualizar o tema, os rumos realizados pela sociedade não são frutos exclusivos das tecnologias, mas sim da maneira como os partícipes reagem e corroboram diante das culturas, apropriam-se de mecanismos que ressoam em novas produções discursivas, isto é, linguagens inovadoras e contextualizadas. Através desses novos ciberespaços é que as informações, signos permitem diferentes formas de pensar, de conceber o mundo em vários setores – ideologia, economia, educação, política, etc. Em esse aspecto,

Está claro o movimento social e cultura que o ciberespaço propaga um movimento potente cada vez mais vigoroso, não converge sobre um conteúdo particular, mas sobre uma forma de comunicação não midiática, interativa, comunitária, transversal, rizomática. Nem a interconexão generalizada, nem

o apetite das comunidades virtuais, nem tampouco a exaltação da inteligência coletiva constituem os elementos de um programa política ou cultura no sentido clássico do termo. E ainda assim, todos os três talvez sejam secretamente movidos por dois valores essenciais: a autonomia e a abertura para a austeridade (Lévy, 1999, p. 132).

A sinergia entre os recursos intelectuais possibilita essa comunicação e relação entre as comunidades sociais vigentes, o que reitera a autonomia e a expansão das redes. Assim, a convergência das ferramentas disponibilizadas na web prolifera os movimentos sociais, que se difundem em novos meios de comunicação e disseminam com mais facilidade e rapidez as ideias.

3 REDES SOCIAIS, PERSONAS E SUAS RELAÇÕES COM MÍDIAS DIGITAIS

A globalização traz consigo as redes sociais que se apropriam das tecnologias de informação e comunicação para relacionar-se com as dimensões globais de interação e de evolução tecnológica. Diante dessa leitura, em termos de Brasil, o Portal Cupom Válido (2021) realizou uma pesquisa sobre o uso das redes sociais. Com dados da Statista, a empresa revelou que o Brasil é um dos países com maior média de tempo de utilização diária, ultrapassando a marca de 3 horas por dia de conexão. Esse levantamento aponta, também, que o aparelho celular é o mais utilizado para tais acessos, isto é, 98% da população utiliza telefone móvel para navegar nas redes. Ademais, segundo o site Resultados Digitais (2021), as principais redes sociais utilizadas no Brasil são: “Facebook; YouTube; WhatsApp; Instagram; Facebook Messenger; LinkedIn; Pinterest; Twitter; TikTok; Snapchat.”

3.1 Sites de redes sociais: tipos de redes sociais

Os chamados Sites de Redes Sociais (SRS) são identificados de acordo com a sua capacidade de reprodução de diferentes condutas e atitudes de distintas naturezas. As ordenações discursivas e a preponderância de contextos sionormativos são reafirmados cotidianamente nesses espaços (Recuero, 2014), tornando-se locais atrativos para disseminação de opiniões e infinitas formas de manifestação. Nessa conjuntura, a expressão “rede social” traz consigo a base conceitual da transmissão da comunicação de massa, em que expressões como “mídia digital”, “mídia social”, são postos em leitura. “A partir de uma tal generalização,

todos os meios de comunicação, inclusive os de massa, inclusive o livro, inclusive a fala, passaram a ser referidos pela rubrica de "mídia" até o ponto de qualquer meio de comunicação receber hoje a denominação genérica de "mídia" e o conjunto deles, de mídias (Santaella, 2004, p. 76).

Nos SRS observa-se a existência de ambas as características com fins interativos, tais como: rápida interatividade, distanciamento físico, instantaneidade, repercussão e compartilhamentos, todas com predomínio de um laço associativo. A compreensão de tal fenômeno leva a analisar a existência e aplicabilidade do denominado capital social, identificado por representar o conjunto de recursos que podem ser potenciais a uma rede de relações, que fornecem a determinados atores supostas vantagens (Bourdieu, 1980). Ademais, tal conceito, também já foi analisado e compreendido pelos sociólogos Putnam (1996, s.p) “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” e Fukuyama (1996, s.p) “capital é produto espontâneo dos jogos repetitivos do dilema do prisioneiro.”

Atrelado a proposta deste estudo, compreende-se, mediante a leitura acima do conceito de “capital social”, nas redes sociais, que tal fenômeno está intimamente associado à hipótese de virtude cívica, respaldada por moralidades impostas socialmente e conectadas pelas redes. Assim, ganha amplitude à medida que experiências são realizadas e confirmadas enquanto fortes laços de ação coletiva, que leva os sujeitos a produzirem uma cooperação recíproca de normas e sistemas eficientes, incorporados em perfis, inicialmente e, grupos, posteriormente.

Nesse contexto, conforme Correa e Jeong (2011, p. 654, tradução nossa), os aparatos tecnológicos, além dos fatores já mencionados, poderiam favorecer um espaço “[...] para representação, conexão e participação para “minorias” que têm sido tradicionalmente excluídas da mídia tradicional e espaços públicos.” Entretanto, os algoritmos, que poderiam contribuir para tal fator, favorecem o reconhecimento e a aproximação de discursos odiosos, pois estão associados a aspectos que regem o uso – por vezes acrítico e massificado - das redes sociais.

Na *web*, a ferramenta do algoritmo possui funcionalidades por vezes imperceptíveis. Uma dessas possibilidades é a de aproximar o proprietário de aparelhos eletrônicos a objetos de interesse, para compra. Os mecanismos *online*, em conjunto, direcionam anúncios, campanhas, *story*, *posts* até o leitor, para que esse tenha a convicção de que suas necessidades sejam sanadas. A título de ilustração,

no ano de 2022, as vendas *online* aumentaram em 785%, em relação ao ano anterior (Ecommerce, 2022). Nesse sentido, para que todas os perfis e usuários das redes tenham seus desejos supridos, há diferentes tipos de redes sociais que contribuem para a disseminação de ideias, são elas: relacionamento, entretenimento, profissional e nicho. Abaixo, tabela com os tipos de rede, principais características e exemplos.

Quadro 1: Tipos de rede

REDES SOCIAIS	CARACTERÍSTICAS	ALGUNS EXEMPLOS
RELACIONAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço para diálogos, troca de experiência; • Intenção de concretização de uma rede; • Rede mais tradicional entre as demais; • Permite publicações e mensagens instantâneas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Facebook; • Instagram; • Twitter; • Tiktok; • WhatsApp.
ENTRETIENIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • Reprodução vídeos e músicas; • Ofertar vídeos, fotos, transmissões em <i>streaming</i>; • Propõe relacionamento entre as pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • YouTube; • Instagram; • Tiktok; • Facebook; • BeReal.
PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente com boa apresentação, facilitando o <i>networking</i>; • Auxilia as companhias a se posicionarem em um segmento; • Permite a construção de perfis atrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> • LinkedIn; • Opportunity; • Bebee; • Viadeo.
NICHOS	<ul style="list-style-type: none"> • Foco em setor, profissional ou social; • Favorece a publicação de materiais e informações; • Facilita a pesquisa com uso de filtros e especificações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quora; • Yelp; • TripAdvisor; • Pinterest.

Fonte: elaborada pela autora, através de Resultados Digitais (2020) e R4 Digital (2022).

As diferentes características dos tipos de redes sociais permitem compreender como a internet está preparada para as demandas individuais, coletivas e, sobretudo, para possíveis atualizações. Exemplo disso é a rede social Tiktok – em português, uma onomatopeia que imita o barulho de um relógio tique-taque, lançada na China, em 2014, que se atualiza constantemente, facilitando que os usuários criem seus conteúdos, clipes, danças, dublagens, vídeos de humor, resumos de conteúdos escolas, etc, através de filtros, vídeos rápidos com ajuste de velocidade e bate-papo.

Salienta-se, ainda, diante da leitura das peculiaridades de cada tipo de rede, que ambas possuem aspectos em comum. O Facebook e o Instagram, por exemplo, são redes que possuem ferramentas de *chat*, compartilhamentos de fotos, vídeos, *posts*, *storys*, curtidas, comentários, uso de recursos semióticos como os *emojis* e GIFs, além de mecanismos de criação de páginas com assuntos específicos que aproximam os sujeitos-perfis nas redes e admitem que os usuários coloquem uma minibiografia⁵ em seus perfis, corroborando, também, com o mercado de trabalhos e outros interesses profissionais.

Embora cada rede social tenha especificidades e possibilidades distintas de manuseio, de visualização e de postagem, algumas se assemelham e aprimoram funções com base em experiências e preferências dos internautas. Exemplo disso é a rede social Instagram que, em 2018, lançou o IGVT nos perfis e, em seguida, em 2019, instalou os *reels*, que recorda a dinâmica da rede social TikTok, em que os usuários podem visualizar, gravar e compartilhar vídeos curtos, com áudios específicos. Com as redes sociais, os sujeitos têm suas memórias, opiniões, pensamentos e reflexões divulgados e, conseqüentemente, visualizados por outros leitores, o que reitera o constante aprimoramento das redes em termos estéticos, edições, *trends*, etc.

3.2 Personas e mídias

O movimento civil de troca de informações, de construção e adaptação de perfis/identidades, comunicar-se é um f(ato) cada vez mais fácil de realizar. Logo, mídia digital, conhecimento, rede e comunicação são fatores primordiais e plenamente

⁵ Texto curto e normalmente atrativo que apresenta as principais informações de uma pessoa. Pode ser utilizado com fins sociais, empregatícios ou familiares. Essa ferramenta aparece em praticamente todos os tipos de redes sociais, com finalidades distintas.

articulados que consolidam a sociedade contemporânea hegemônica. Essa reconfiguração constante, particularidade da Web da geração atual, salienta o chamado fenômeno da sociedade em rede (Castells, 1999), aspecto que pondera novas vertentes leitoras para a sociedade midiática. Em vista disso,

a perspectiva do estudo para o que tem sido chamado de sociedade midiática, isto é, sociedades pós-industriais em que práticas sociais, modalidades de funcionamento institucional e mecanismos de tomada de decisões se transformam porque existem meios. (...) Numa sociedade midiática, a comunicação não ocorre somente entre sujeitos, mas torna-se pública com intermediação das mídias (Matos, 1994, p.21).

As mídias sociais, embora visualizadas como meios invasores, não extinguem os veículos tradicionais de interação, tampouco reduzem a sua importância na esfera comunicativa. Há uma relação profícua que gera leituras, inferências e “um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta.” Castells (1999, p.498). Isto é, a relação estabelecida entre perfis, pessoas, usuários e grupos é realizada, ocorrendo a convergência interativa midiática.

Ademais, as redes sociais digitais estão em permanente mudança em virtude de sua relação com as trocas sociais entre as pessoas. Recuero (2008, 9. 49) salienta que as redes sociais podem ser conceituadas enquanto “apropriação para a sociabilidade, a partir da construção do espaço social e da interação com outros atores.” O que corrobora com a ideia de que a rede e as suas interconexões são realizadas em prol e mediante a construção comunicativa dos protagonistas (usuários das redes).

Na mesma linha de pensamento, o pesquisador da área da administração de empresas digitais destaca que as mídias sociais são um “termo usado para descrever sites na internet que possuem conteúdo social, ou seja, são gerados pelas próprias pessoas e normalmente comandados por elas”. As possibilidades interativas, geradas pelas pessoas e pela web, são o que mantêm o vínculo de atividades, de práticas e de compartilhamento de ideias, que ressoam na amplitude das redes sociais e na concretização de novos perfis que espelham suas opiniões:

As redes operam a partir da criação de perfis que representam os usuários. Assim, elas oferecem serviços de mensagem instantânea, murais de mensagens, postagem de fotos e vídeos, entre outros [...] As redes são constituídas pelos participantes que delas se utilizam, pois, sem eles, as redes

não poderiam existir. O fervilhamento dessas redes também se deve grandemente aos equipamentos móveis, pois a consulta, a postagem e a participação do usuário podem ser feitas a partir deles (Santaella, 2013, p. 42).

Refletir sobre a internet é repensar o modo de (re) constituição da comunicação, bem como a exposição e a formação de opinião; entender como o ciberespaço sinaliza as constantes atualizações tecnológicas e a visível linha tênue existente entre elas e a sociedade humana – pessoas e perfis, sendo essas categorias distintas. Com isso,

o estudo das redes sociais na internet é retomado como abordagem principalmente após o surgimento dos chamados sites de redes sociais na internet (BOYD & ELLISON, 2007). Esses sites são caracterizados pela construção de um perfil com características identitárias (que são percebidos como os atores sociais) e com a apresentação de novas conexões entre esses perfis (as arestas na rede social). Como a internet possui ainda a característica da pertinência das interações sociais, essas são mais facilmente percebidas, gerando novas oportunidades de estudo desses grupos sociais (Fragoso; Recuero; Amaral, 2012 p. 116).

Perante as leituras dos estudiosos supracitados, fica evidenciado o diálogo existente entre as redes sociais, as mídias digitais e as identidades, tendo em vista como constroem fronteiras tecnológicas e informativas e, sobretudo, humanas. Essas conexões, que retiram as limitações de tempo e espaço, também ressoam na fluidez existente na identidade das personas *online*. De acordo com Stuart Hall (1997, p. 7), a concepção identitária “consistiria em um núcleo interior que emergia pela primeira vez com o nascimento do sujeito e desabrochava com ele, permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou idêntico.” A portabilidade de uma identidade imutável e concreta favoreceu que as pesquisas em torno do assunto expandissem, isto é, em uma perspectiva sociológica, os sujeitos passaram a ser lidos diante da complexidade que é o mundo e como essas questões afetam as constituições humanas e suas relações. Nesse sentido,

Estamos agora passando da fase “**sólida da modernidade para a fase fluida**”. E os “fluidos” são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito, mesmo num recipiente apertado, continuam mudando de forma sob influência até mesmo das menores forças. E vai além, tudo isso é como habitar um universo, onde ninguém, em lugar algum pode apontar a diferença entre um caminho ascendente e um declive acentuado (Bauman, 2005, p. 57, grifos nossos).

Atualmente, no século XXI, as vertentes sobre o tema são amplas. Com o surgimento da ideia do pós-moderno, aspecto marcado pela liquidez das mudanças

imediatistas, os sujeitos sofrem constantes modificações, que se complementam em todos os setores da vida – social, familiar, política, tecnológica, etc. -, sobretudo, na identidade desses indivíduos. Imersos ao mundo em que o fluir rege a humanidade, limitar-se às mudanças é uma difícil tarefa, uma vez que as concepções identitárias são continuamente multifacetadas não só em termos de pessoa física, na vida “real”, mas também em termos de adaptação desse sujeito para um perfil colocado na *web*.

Essa obra de arte que queremos moldar a partir do estofado quebradiço da vida chama-se “identidade”. Quando falamos de identidade há, no fundo de nossas mentes, **uma tênue imagem de harmonia, lógica, consistência: todas as coisas que parecem** — para nosso desespero eterno — faltar tanto e tão abominavelmente ao fluxo de nossa experiência. A busca da identidade é a busca incessante de deter ou tornar mais lento o fluxo, de solidificar o fluido, de dar forma ao disforme [...] **As identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora.** A eventual solidez que podem ter quando contempladas de dentro da própria experiência biográfica parece frágil, vulnerável e constantemente dilacerada por forças que expõem sua fluidez e por contracorrentes que ameaçam fazê-la em **pedaços e desmanchar qualquer forma que possa ter adquirido.** A identidade experimentada, vivida, só pode se manter unida com o adesivo da fantasia, talvez o sonhar acordado. Mas, dada a teimosa evidência da experiência biográfica, qualquer adesivo mais forte — uma substância com maior poder de fixação que a fantasia fácil de dissolver e limpar — pareceria uma perspectiva tão repugnante quanto à ausência do sonhar acordado. [...] Em vista da volatilidade e instabilidade intrínsecas de todas ou quase todas as **identidades, é a capacidade de “ir às compras” no supermercado das identidades, o grau de liberdade genuína ou supostamente genuína de selecionar a própria identidade e de mantê-la enquanto desejado,** que se torna o verdadeiro caminho para a realização das fantasias de identidade. Com essa capacidade, **somos livres para fazer e desfazer identidades à vontade** (BAUMAN, 1999, p. 8, grifos nossos).

“Fazer e desfazer identidades” aponta o caráter essencialista da convivência humana. Questões subjetivas e coletivas são colocadas em pauta e direcionam àquilo que se pode chamar de “florescimento identitário”, que é moldado e reavaliado quando necessário. Dessa forma, ler o processo da identidade nas redes sociais é uma maneira de compreender que seu conceito passa a ser relativo e em constante transformação, como o “renascimento” dos cidadãos quando expressam na internet seus pensamentos e intenções. Logo, compreende-se que não há uma identidade definida, mas sim identidades em evolução. Esse fortalecimento assevera, inclusive, que ações sejam realizadas com mais facilidade e o compartilhamento de ideias e de novas informações ocorram de forma fluente, permitindo que as relações sejam mais do que troca de informações e sim aspecto inerente à solidificação de grupos, bolhas sociais.

4 COMENTÁRIOS NAS REDES SOCIAIS: DA ESTRUTURA ÀS INTENCIONALIDADES COMUNICATIVAS

A realização da prática do letramento nas redes sociais ressignifica-se constantemente, exigindo que os leitores realizem uma leitura contextual, interpretativa e, sobretudo, crítica de enunciados que são produzidos diante de momentos históricos, culturais, políticos e ideológicos. Dessa forma, os gêneros compilam os letramentos e favorecem condições para que os sujeitos se insiram e sejam protagonistas do mundo letrado.

Atualmente, as atividades de letramento são envolvidas por recursos multimodais e multimidiáticos, tendo em vista naturezas estilísticas, semioses, etc, que unem esses meios para estabelecer uma comunicação. Assim, os computadores, os tablets, smartphones são lidos enquanto suportes para que os internautas se conectem entre si e nas redes de comunicação letradas.

Para os NLS [New literacy studies, em português, Novos Estudos do Letramento], o fenômeno do letramento é sempre socialmente situado (em uma esfera da sociedade: família, escola, universidade, trabalho) e condicionado por aspectos socioeconômicos, históricos, culturais, políticos e educacionais. Desse modo, os processos de letramentos têm sempre uma dimensão social, decorrente dos fatores e das convenções sociais que regulam as práticas discursivas em determinada esfera; e uma dimensão individual, decorrente da história e das experiências de vida de cada indivíduo que atua ou pretende atuar numa determinada esfera (Baltar; Cerutti-Rizzatti; Zandomenego, 2011, p. 25-26).

Com a presença da tecnologia, a interação com gêneros acontece no momento em que os locutores conseguem se ajustar e adaptar ao uso dos gêneros, reconhecendo que são mutáveis e flexíveis e que exigem certa estabilidade em sua utilização. Dessa maneira, Bakhtin (1997, p. 282) denomina os gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Afirma, também, que há controvérsias na sua solidez, pois os emissores têm que explorar sua criatividade, ou seja, ajustar o gênero de acordo com o seu estilo próprio, de forma inovadora e satisfatória.

Ao tratar da organização dos textos, Bakhtin (1997) afirma que os gêneros textuais se fundamentam em elementos, tais como: conteúdo temático (temática), propósito comunicativo (intencionalidade), estilo (formal/informal) e construção composicional (recursos). Cada um possui características, ou seja, têm deveres

únicos relacionados ao campo da comunicação. Contribuem, em sua totalidade, para a concretização dos enunciados, orais ou escritos.

Na esfera de atualizações em decorrência da era virtual surgiram, como meio de exposição e de incentivo ao letramento, os gêneros digitais. Tal fenômeno representa uma classe de gêneros que é determinada diante da maneira como é disponibilizado no ambiente virtual, o que reitera novas peculiaridades de composição, estilo e conteúdo temático. Portanto, ser transmitido no ciberespaço como um suporte virtual não é a sua única característica. Para que os enunciados sejam interpretados, enquanto gêneros digitais, é necessário que o corpo do texto esteja de acordo com o suporte digital, isto é, há a necessidade de traços tais como: fontes, produção e recepção do texto, *hiperlinks*, etc.

Com base nisso, é visível que, por intermédio do advento da internet, há uma reorganização linguística constitutiva. Dessa forma, os gêneros textuais emergentes exigem que os seus usuários, cidadãos da modernidade movida pela esfera tecnológica, tenham a plena estabilidade do multiletramento como porta principal para a inserção do homem na sociedade, isto é, compreendam a língua em suas diversas facetas. Reitera-se, outrossim, que a adaptação do gênero textual está inteiramente relacionada com a multimodalidade, uma vez que essa é representada em consequência do ato de comunicar-se. Assim,

as práticas sociais e os eventos em geral (não só os de letramento) são mediados e efetivados por gêneros orais, escritos e, agora também, digitais. Esses assumem um caráter essencial dentro das atividades específicas de letramento, já que estudar os tipos de letramento é uma parte do estudo dos gêneros de texto, para se saber como eles são produzidos, utilizados e adaptados a cada situação vivida pelo indivíduo pertencente a uma dada comunidade que está em processo constante de interação entre seus membros (Xavier, [s.d.], p. 6).

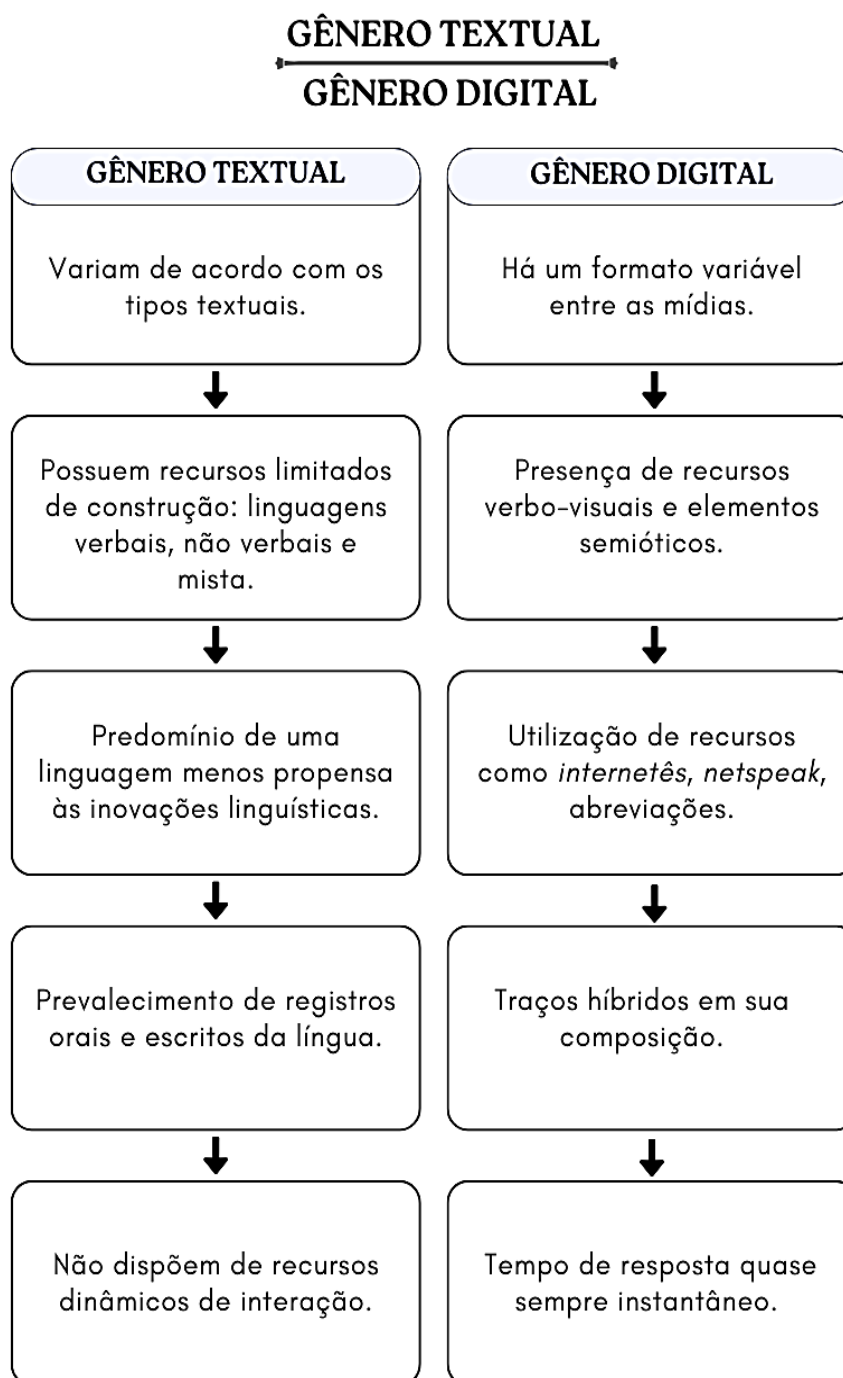
A partir do exposto, nota-se a necessidade de uma abordagem significativa desse tema durante a formação cognitiva dos discentes, visando à formação de usuários competentes da língua. Nas palavras de Dionísio (2011), as sentenças de comunicação expostas pelos textos verbais e não verbais são, em sua plenitude, multimodais. Isso se dá em decorrência da multifacetagem linguística que os enunciados indicam, isto é, apresentam especificidades e sua apresentação, tais como: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipográficas, palavras e sorrisos, palavras e animações, etc.

Segundo Travaglia (2007, p. 55), “os gêneros textuais se caracterizam por exercer uma função sócio-comunicativa específica.” Nessa perspectiva, pode-se considerar que os comentários, ao serem disseminados nas redes sociais e oferecerem inúmeras possibilidades de construção, fazem com que os usuários tenham autonomia comunicativa para apresentarem suas leituras diante dos fatos veiculados na internet. O posicionamento de cada usuário traz uma bagagem formativa, fazendo com que os discursos dissertados tenham uma intencionalidade e uma estruturação específica, com vistas à exposição de ideias claras, objetivas e convincentes.

Ademais, ao dialogar sobre o âmbito virtual, existem os gêneros digitais que possuem particularidades que resultam em mudanças na comunicação. Os gêneros digitais são identificados por apresentarem diversas possibilidades de integração de textos, isto é, a hipertextualidade é presente, incitando que várias formas semióticas sejam utilizadas em um mesmo texto, como: imagens, sons, textos verbais. A mobilidade, a produção de sentido, as propostas reflexivas diante dos *hiperlinks* e o processo de compreensão e produção de novos textos são algumas das funções dos gêneros digitais.

No que tange à mobilidade dos gêneros pode-se abordar as distinções ocorridas inicialmente entre gêneros textuais e os gêneros digitais, que são:

Infográfico 1: Principais diferenças entre gêneros textuais e digitais



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Alguns dos gêneros digitais mais conhecidos são: podcast, GIF, chat, vlog, meme, comentário e *post*. Entende-se, na conjuntura da construção dos gêneros, que suas adaptações, além de estarem aliadas às evoluções tecnológicas, amparam novas necessidades de comunicação e interação. Nessa concepção, os gêneros digitais estão inseridos na vida social dos sujeitos e é de extrema importância que haja

o domínio dessas ferramentas de interação: “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações particulares” (Marcuschi, 2008, p. 154).

Nessa perspectiva, o comentário é um dos gêneros mais utilizados na contemporaneidade. Na esfera dos hipertextos *online*, trata-se de uma forma textual híbrida que pode ser identificada, até certo ponto, como não linear, “que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície formas outras de textualidade” (Xavier, 2010, p. 208), o que se concretiza em uma leitura sinestésica, na qual diversos sentidos podem ser acionados. Isto é, ele permite que as práticas discursivas sejam desenvolvidas e que os interlocutores tenham a liberdade de mesclar artifícios da linguagem. O âmbito digital favorece que o hipertexto aborde diversas linguagens, o que o torna, de acordo com Xavier (2013), multissemiótico ou, segundo Rojo e Barbosa (2016), multimodal:

Texto multimodal ou multissemiótico é aquele que recorre a mais de uma modalidade de linguagem ou a mais de um sistema de signos ou símbolos (semiose) em sua composição. Língua oral e escrita (modalidade verbal), linguagem corporal (gestualidade, danças, performances, vestimentas modalidade gestual), áudio (música e outros sons não verbais modalidade sonora) e imagens estáticas e em movimento (fotos, ilustrações, grafismos, vídeos, animações – modalidades visuais) compõem hoje os textos da contemporaneidade, tanto em veículos impressos como, principalmente, nas mídias analógicas e digitais (Rojo; Barbosa, 2015, p. 108).

Marcuschi (2008) expõe que o hipertexto não é um gênero, mas sim um modo textual que se adequa de acordo com os diferentes gêneros, adaptando gêneros já existentes e também permitindo o advento de novos que tenham como principais características: a versatilidade e a transmutabilidade. O comentário, assim como todos os textos da esfera *online*, está em constante evolução, por isso, a cada dia, conhecem-se novas ferramentas que são incrementadas com fins comunicativos. Nesse sentido, a constituição desse gênero é marcada por uma linguagem informal ou formal, que varia de acordo com a intenção interativa, com a presença de *emoticons* – compensam a entonação utilizada na fala do texto verbal e asseveram a intencionalidade, *hiperlinks*, *emojis*, hipertextos – favorecidos pelas redes, permitindo que as pessoas depositem seus pensamentos com propósitos comunicativos específicos.

Ao trazer a difusão excessiva de diálogos que demarcam posições sobre outras pessoas, temas, fatos, etc, até com uso de palavras de baixo calão, expressões maldosas e elaboração de neologismos ofensivos – tudo possível de compartilhamento, Melo (1985, p. 116) aponta que “raramente o comentário é conclusivo. As conclusões vão emergindo naturalmente como consequência dos julgamentos anteriores.” Essa situação é decorrente nas redes sociais e pode ser encontrada em diferentes canais de comunicação – Facebook, Instagram, Twitter, sites de jornais e revistas – e com objetivos ofensivos que são direcionados a diferentes grupos sociais estigmatizados por parte da comunidade e ampliados à medida em que há interações. Alguns dos preconceitos visualizados são: racial, linguístico, cultural, religioso, sexual, etc. Dessa forma, algumas das características do gênero comentário são:

Quadro 2: Peculiaridade do gênero comentário

ITENS	DESCRIÇÃO
DIALOGICIDADE	Estabelece uma relação do sujeito-produtor com o mundo. São textos que se agregam a outros blocos de informações e assim constroem uma rede comunicativa. As ferramentas disponibilizadas salientam o fenômeno da intertextualidade.
PROXIMIDADE COM A ORALIDADE	Possui traços semelhantes com os da oralidade. Há fluidez e expressividade. Exemplo disso são: bilhetes, cartas, enquanto textos escritos e conferências, entrevistas como textos verbais/orais, além de outros tipos mistos e intermediários (KOCH, 2012).
CONTEXTUALIZAÇÕES SIMULTÂNEAS	Cada texto dissertado se relaciona com outro de forma simultânea, através dos algoritmos de pesquisa presentes na web. Isso cria uma rede colaborativa de posts contextualizados.
LINGUAGEM	São redigidos com linguagem simples, repleta de símbolos, caracteres e demais recursos oferecidos pela internet: emoji, GIFs, sons, <i>hiperlink</i> , abreviações, etc.
PROPRIEDADES HÍBRIDAS	Sua composição permite que os textos fluem em relação às características entre um gênero e outro, permitindo uma movência entre os enunciados e suas intencionalidades.

Fonte: elaborado pela autora.

Ainda na esfera das peculiaridades do gênero, é nítida a importância que sua veiculação tem nas redes, ao propor a interação entre os usuários e, sobretudo, diante de suas propriedades híbridas que facilitam a dialogicidade entre os enunciados e os textos. A rede colaborativa, em conjunto com as propriedades que se aproximam da oralidade, criam uma verossimilhança com o diálogo oral, o que reitera a facilitação comunicativa. Salienta-se, também, as mudanças estéticas que ocorrem no *online*. Há transformações que esse novo meio de comunicação trouxe para a *web*. Assim,

se os fatos de linguagem têm caráter social, o processo/produto pelo qual se dá a interação entre os interlocutores é o texto. O texto está, pois, ligado a uma situação material concreta, como igualmente a um contexto mais amplo, que configura as condições de vida de uma dada comunidade linguística. (Marcuschi, 2012, p. 21).

O novo mecanismo de difusão de opiniões proposto pelo comentário permite que todas essas características sejam visualizadas e utilizadas como forma de expansão leitora e informativa. Portanto, sua relevância social aumenta à medida que mais usuários apropriam-se de suas peculiaridades para se comunicarem, o que reitera seu papel dinâmico, maleável e contextualizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As socializações permitidas pelos computadores e demais meios de comunicação potencializam a habilidade interativa do ser humano, dinamizando-a. O “dilúvio informacional” (Lévy, 1999) passa, portanto, pensando no contexto das redes, por inúmeros perfis, leitores e ganha visibilidade à medida que é curtido, comentado e compartilhado. Particularidade definida como engajamento. Ademais, é válido ressaltar que os discursos produzidos e publicados são frutos de aspectos que estão associados à identidade dos usuários, isto é, os sujeitos e seus grupos produzem e publicam materiais que têm respaldo em diversas crenças e conceitos - ideológicos, religiosos, experiências, culturas, enraizadas na formação humana do sujeito. Itens que moldam não só o modo de comunicar, mas sim a imposição (ou não) de limites e de reflexões diante de conceitos/opiniões julgados como corretos por determinado grupo.

Oriunda disso, a implementação de um novo mecanismo de comunicação, como o comentário, permite que a difusão de opiniões ocorra de forma rápida, eficaz e, de certa forma, acolhedora. Ao disseminar um novo conceito ou pensamento, o texto recebe ideias que concordam e complementam enunciados já compartilhados, como anteriormente apontados, concretizando uma teia discursiva que pode ser considerada depreciativa se o teor textual estiver voltado aos discursos de ódio. Assim, lê-se que o comentário dialoga com o perfil das mídias, fazendo que sua disseminação seja mais abrangente e assertiva. A dinamicidade, a instantaneidade, a flexibilidade, a interatividade e a celeridade comunicativa são alguns dos itens que caracterizam esses textos.

Ainda, com a informalidade na construção das mensagens, o comentário reitera a existência da linguagem do internetês, das possibilidades de uso de tal fenômeno e, sobretudo, da apreciação da informalidade da língua nos contextos comunicacionais, uma vez que os tipos de rede também requerem a aplicabilidade de língua de maneira distinta. Sendo uma das principais habilidades desenvolvidas pelo ser humano, a interativa, a comunicação disponibilizada por esse gênero estimula e exige que as personas *online* tenham letramento digital – criatividade, raciocínio crítico, habilidades funcionais, comunicação, compreensão, para que deem conta de realizar uma comunicação clara, objetiva, concisa e, principalmente, que supra as exigências de determinado meio de comunicação e redes.

O fato de não haver, na maioria dos comentários, uma conclusão, permite inferir que, mediante sua veiculação e agilidade disponíveis pelas redes, as publicações sejam postadas, em sua maioria, sem cautela e com a ausência de filtros de palavras, figuras e/ou outros recursos. Mediante essa peculiaridade, que é convidativa para as pessoas que compartilham ou não do mesmo pensamento comentarem suas ideias, tal publicação fomenta discursos que podem ser odiosos e que incitam o aumento do preconceito e da intolerância social, além de manifestarem a progressão de um padrão agressivo através das telas.

Tendo, portanto, as junções das personas que comunicam suas reflexões e das redes sociais com a ausência de filtros que de fato removam discursos odiosos, observa-se a necessidade de compreensão da utilidade e da carga semântica, social e humana que os comentários possuem ao serem compartilhados na internet. É comum identificar, com ênfase nas redes de entretenimento, apontamentos por vezes indecentes, desrespeitosos e pejorativos, que, em suas entrelinhas, demonstram um

sujeito-perfil-autor com pouco ou sem discernimento da potencialidade que seu texto possui quando alcança outros sujeitos e algoritmos.

Aprender para depois incorporar nas ações interativas do cotidiano é fundamental para o bom aproveitamento e eficácia de uma ferramenta mundialmente manuseada. Socialmente, há uma urgência de práticas educativas que atinjam os usuários das redes para evitar riscos de uma comunicação inadequada – no *online*, mas, também, no *offline*. Compreende-se tal ação como eficaz, tendo em vista os comentários serem colocados, em alguns contextos, a serviço de práticas de violências que sistematizam o discurso de ódio vigente, o que reivindica diálogos e reflexões assíduas em todos os âmbitos que constituem a sociedade, salientando orientações de uso, utilidades, precauções, semânticas, intencionalidade comunicativa, estrutura, público-alvo.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapas-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BALTAR, Marcos; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth; ZANDOMENEGO, Diva. **Leitura e Produção Textual Acadêmica I**. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.

BOURCIER, M.-H. 2011. **Queer Zones**. Politiques des Identités sexuelles et des savoirs. Paris: Amsterdam poche, 3a ed.

BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BROWN, A. What is so special about online (as compared to offline) hate speech?. **Ethnicities**, v. 18, n. 3, p. 297-326, 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
 Catrinck, Isabela Maria Oliveira; Magalhães, Sandy Aparecida Barbosa; Cardoso, Zilmar Santos. Políticas Públicas Educacionais De Gênero E Diversidade Sexual: Avanços E Retrocessos. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 187-200, abr./jun. 2020.

CLOUTIER, Jean. **A Era do Emerex ou a Comunicação Áudio-scriptovisual na hora dos self-media**. Lisboa: I.T.E, 1975.

DIONÍSIO, A. P. **Gêneros multimodais e multiletramento**. In: KARKOVSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 131-144.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2016. 239.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004. 451 páginas.

LACAN, J. **A significação do falo**. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro, JZE, p.692-703, 1998a

LEMO, A. **Cultura das redes: ciberensaios para o século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Linearização, Cognição e Referência: o desafio do hipertexto**. São Paulo: Global, 2000.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS, C. L.G. **A ironia na interação professor aluno: de Sócrates ao século XXI uma estratégia didática**. In: *Anais do III Encontro Internacional A educação e Mercosul: Desafio Político e Pedagógico*, São Paulo, 1994.

MCLUHAN, Herbert Marshal. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1964

MEYER, Antonia Izabel da Silva. Hipertextos e Gêneros Digitais: Conceitos e características. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 10, V. 15, p. 87-108. Out/2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/generos-digitais>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROJO, R. H. R; BARBOSA, J. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1992.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S. C. (Org.). **Língua Portuguesa pesquisa e ensino**. São Paulo: EDUC, 2007a. v.2, p.97-117.

XAVIER, Antônio Carlos. **Letramento digital e ensino**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nehete/artigos/Letramento-Digital-Xavier.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2022.

DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E O ESPELHAMENTO DA SOCIEDADE NAS REDES¹

Elisângela Bertolotti
Ana Paula Teixeira Porto

RESUMO: Em tempos moldados pelo advento da cibercultura, surge um contexto singular marcado por uma ampliação autônoma de vozes e de distintas inferências culturais e ideológicas, cujos espelhamentos repercutem em manifestações em redes sociais. Nessa esfera dialógica, é fundamental discutir sobre a identificação de discursos de ódio proliferados e o modo como espelham ações da vida *offline*. Com isso, este artigo tem a intenção de refletir sobre a particularidade de um segmento de comentários de redes sociais associado à disseminação de discursos de ódio e suas relações com o contexto de qual emergem, procurando compreender como esses discursos surgem, se propagam, os efeitos que podem trazer a quem produz e quem é o alvo. Para isso, apresentar-se-ão leituras sobre discursos de ódio nas redes, alguns pressupostos sobre a liberdade de expressão *online* e como ocorre o espelhamento de perspectivas ideológicas e sociais na web. Para alcançar esse objetivo, abordar-se-ão apontamentos leitores dos autores Wieviorka (2007), Brugger (2007), Besley e Hakala (2007), Magrani (2014), Santaella (2018), Perosa (2017), Lévy (1999), para discussão da concepção, produção e circulação dos comentários; Brasil (1988), Cabral (2010), Recuero (2009), Castells (2013), Rüdiger (2004) com a intenção de compreender sobre como ocorre ou não a liberdade de expressão nas redes e suas interpretações; Ferreira, Botelho (2010), Althusser (2007), CNN Brasil (2021), Câmara (2021), Butler (2003) e Foucault (1988), sobre as perspectivas ideológicas e sociais que respaldam a construção dos comentários. Diante dessa reflexão, verifica-se que os textos/comentários disseminados nas redes funcionam como instrumento de difusão de pensamentos e ideias muitas vezes odiosas (Costa, 2008, p. 20), que se refere às atitudes que suavizam a percepção da invisibilidade. Há, diante disso, o espelhamento de ações cotidianas que denigrem imagens, corpos e identidades emergem quando colocadas nas redes sociais, através da (in)compreensão de leis e de documentos que subsidiam a liberdade de expressão

PALAVRAS-CHAVE: Discursos de ódio. Espelhamento social. Liberdade de expressão. Cibercultura.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os sucessivos e eficazes processos de revolução social, em termos de comunicação e de reconstrução identitárias, contribuem para que a ampliação de vozes e de distintas inferências sejam constantes e até mesmo primordiais, quando se reflete sobre redes sociais e suas relações interpessoais. Em tempos moldados pelo advento da cibercultura, com seus dispositivos comunicacionais *online*, surge um contexto singular marcado por uma espécie de ampliação autônoma de vozes e de distintas inferências culturais e ideológicas, cujos espelhamentos repercutem em

¹ Reflexões deste texto foram aceitas para publicação no quarto livro da coleção “Gênero, Mídias e Contemporaneidade”, intitulado *Interseccionalidade e educação: gênero, minorias, questões étnico-raciais e deficiência*.

manifestações expressas em redes sociais. É nelas que relações interpessoais também são construídas, assim como se formam nichos, aglomerando, de forma rápida e com alto alcance de projeção, perfis que a eles se adequam.

Historicamente, tem-se a leitura de que, anterior ao surgimento das tecnologias e dos algoritmos, que aproximam pessoas com ideias semelhantes, a convivência entre os sujeitos, que possuíam pensamentos divergentes era menos endógena, com inferior potencial de conflitos e inconsistências, diferente do que acontece na contemporaneidade, em que a polarização de crenças é acentuada e concretizada em performances nas redes sociais (Pellizari; Barreto Junior, 2019).

Precedente ao uso das tecnologias, também havia o hábito de dialogar e de trocar ideias. Somente em meados dos anos 1990, as pessoas iniciaram o acesso às redes sociais e, assim, somaram uma nova forma de interação ao cotidiano. A primeira rede social criada no Brasil, em 2004, foi o Orkut, que possibilitava a comunicação instantânea entre os usuários, publicação de fotos, participação em grupos, etc. Atualmente, a realidade é outra: na maioria das vezes as interações efetivadas via internet são preponderantes. Contudo, independente da forma, pode-se afirmar que a necessidade de comunicação entre grupos é homônima em todas as épocas.

Com os avanços tecnológicos constantes e as diversas formas de comunicação criadas para a interação social, esse assunto tornou-se relevante não somente em termos discursivos, mas sim no posicionamento e espelhamento humano salientado na web. Logo, discutir sobre os discursos de ódio proliferados nas redes sociais e o modo como isso espelha ações da vida real dos sujeitos é permitir que um leque de leituras seja colocado em discussão, principalmente, no que tange a tabus, tais como liberdade de expressão, direitos e deveres dos usuários, etc.

Nesse sentido, este artigo tem a intenção de refletir sobre a particularidade de um segmento de comentários de redes sociais associado à disseminação de discursos de ódio, sobretudo, em redes sociais digitais (RDS) e suas relações com o contexto de qual emergem, procurando compreender como esses discursos surgem, se propagam, efeitos que podem trazer a quem produz e quem é o alvo. Para isso, há as seguintes seções leitoras: a) discursos de ódio nas redes; b) liberdade de expressão *online*; c) espelhamento de perspectivas ideológicas e sociais e; d) considerações finais.

Para alcançar o objetivo proposto, abordar-se-ão apontamentos leitores dos autores Wieviorka (2007), Brugger (2007), Besley e Hakala (2007), Magrani (2014),

Santaella (2018), Perosa (2017), Lévy (1999) para discussão da concepção, produção e circulação de comentários; Brasil (1988), Cabral (2010), Recuero (2009), Castells (2013), Rüdiger (2004) com a intenção de compreender sobre como ocorre ou não a liberdade de expressão nas redes e suas interpretações; Ferreira, Botelho (2010), Althusser (2007), CNN Brasil (2021), Câmara (2021), Butler (2003), Foucault (1988) e Costa (2008) sobre as perspectivas ideológicas e sociais que respaldam a construção de comentários.

2 DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES

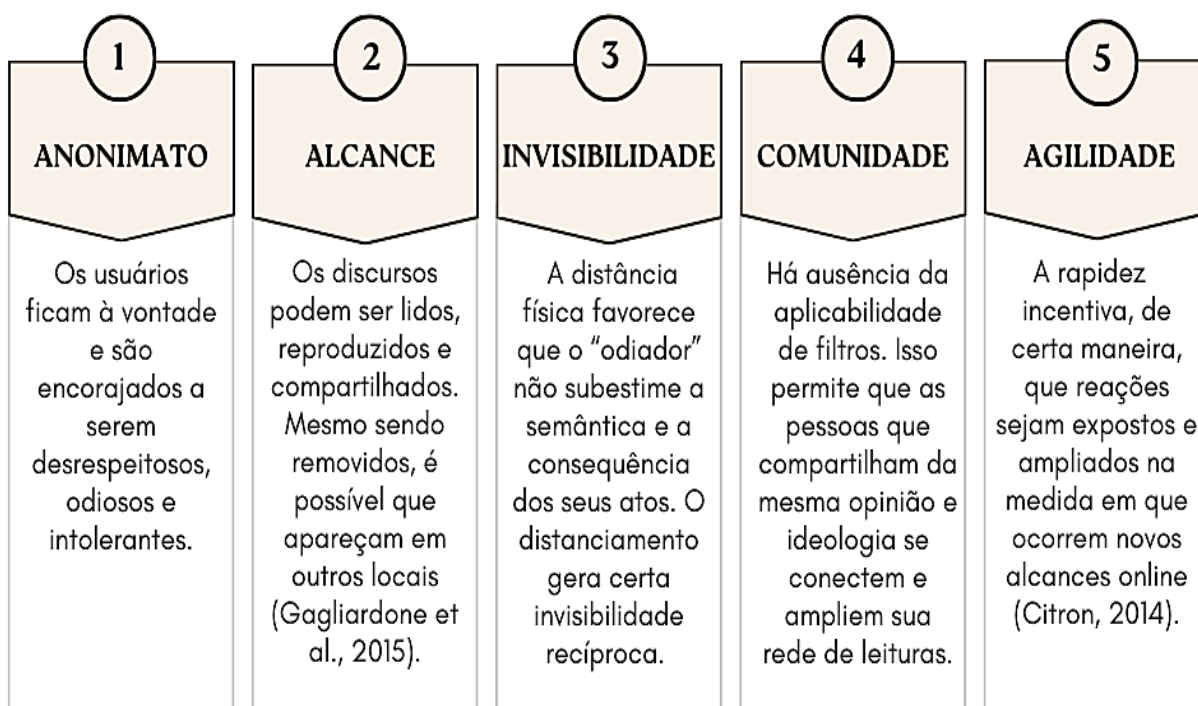
O discurso de ódio representa um modo de comunicação realizado nos diversos setores humanos, sobretudo, nos campos digitais, tendo em vista a leitura realizada no artigo anterior, que aponta sobre redes e mídias sociais e sua relação com a cibercultura. Dessa forma, o discurso de ódio pode ser lido em um intervalo complexo dos limites da liberdade de expressão e da dignidade humana. Além disso, é compreendido como uma violência que vai além do corpo, do físico. Conforme Brugger (2007, p. 118), o conceito do termo pode ser caracterizado:

como uma atitude de ódio sistemático e de agressividade irracional com relação à maneira de ser, ao estilo de vida, às crenças e às convicções de um indivíduo ou grupo de indivíduos. É manifestado por meio da discriminação de caráter religioso, nacional, racial, sexual, ético e de classe, reconhecido em discursos nazistas, racistas, xenofóbicos, homofóbicos e misóginos. Além disso, tem como elemento nuclear, para a sua identificação, a concepção de incitação à discriminação.

Ademais, o termo tem origem na língua inglesa com o vocábulo *hate speech*, que salienta atitudes de intolerância, ódio e violência contra outros sujeitos e situações sociais. O autor apresenta o conceito de discurso de ódio em dois eixos: insulto e instigação. O insulto refere-se diretamente à vítima do discurso: representa a falta de respeito direcionada aos sujeitos que participam de determinado grupo, ou seja, o preconceito e o discurso não são elaborados somente para uma pessoa, mas sim para o grupo em que tal se insere. Segundo Silva et al. (2011, p. 447), quando há um preconceito direcionado a um sujeito, todos os demais que compartilham das mesmas crenças e peculiaridades, sentem-se parte da violação. Com isso, cria-se a denominada vitimização difusa: que não se detém a denominar ou distinguir a vítima, mas sim verificar o grupo social.

Quanto ao segundo eixo, a instigação está relacionada aos demais leitores das manifestações discursivas negativas. São usuários que não se identificam com as vítimas e compartilham de determinado (pré) conceito discriminatório que amplia a abrangência de tais discursos. O emissor do discurso apropria-se de certa persuasão e utiliza-se de elementos que incitam a criação de estereótipos. Pode-se compreender, diante dessas colocações, como a falta de reconhecimento facilita o processo de disseminação de opiniões e a adesão. Também é conhecido como *cyberhate* – ódio cibernético, que pode ser divulgado em distintos formatos e plataformas, além de ser identificados em inúmeros contextos (Mendonça, Amaral, 2016; Rizzotto, Saraiva, 2020; Sarmento, 2013; Silva, Sampaio, 2017; Sponholz, 2020). Entre as principais características dos discursos de ódio estão:

Diagrama 1: Características do discurso de ódio



Fonte: elaborado pela autora a partir das leituras de Mendonça, R. F.; Amaral, E. F. L. (2012); Brown (2018).

Nesse sentido, com a popularização da internet e de suas inúmeras funções – informação, interação, criticidade, compartilhamento de dados e opiniões, etc. –, há uma facilidade em compartilhar esses discursos de ódio que, quando conectados aos filtros geracionais, que são reconfigurados pelos algoritmos, geram amplitude e rápida disseminação. Esses formatos trouxeram e potencializaram novos “fenômenos

alienadores”, conhecidos como “bolhas sociais”, que são caracterizadas como locais de produção de percepções sobre determinado assunto, principalmente, aqueles que destoam do “novo” e contestam atributos de padronização. Algumas bolhas, “comprometem a saúde social, individual e coletiva, que devem ser combatidas por meio da educação, do pensamento crítico e da ética (Gabriel, 2009, p. 125).” Ainda,

Um campo de estudos tem abordado o discurso de ódio em ambientes digitais, incluindo a sua manifestação nas chamadas plataformas de mídias sociais. Parte desses estudos observam em que medida as redes sociais digitais como Facebook, Twitter e Youtube deram poder a grupos racistas e supremacistas organizados, permitindo-lhes trocar know-how, desenvolver um vocabulário comum, integrar suas ideias, construir e mobilizar apoio (Froio; Ganes, 2019).

Tais peculiaridades estão relacionadas às bolhas sociais. Para Besley e Hakala (2007, p. 71), as bolhas sociais são compreendidas como um espaço temporário, com delimitações e objetivos específicos: unir leituras, formatos, faces e aspectos favoráveis para a organização de dados, públicos pré-determinados e informações. Nesse sentido, tal fenômeno volta-se à “personalização, privacidade e prioridade.” Com o tempo, esse conceito teve modificações, tendo em vista estar em sintonia com as identidades que o constituem. Logo, cada ação realizada na web corresponde a um algoritmo que classifica os “interesses” individuais e os socializa de acordo com os “interesses” de determinado grupo. Esse recurso é denominado “filtro-bolha”, que

se trata de um conjunto de dados gerados por todos os mecanismos algorítmicos utilizados para se fazer uma edição invisível voltada à customização da navegação on-line. Em outras palavras, uma espécie de personificação dos conteúdos da rede, feita por determinadas empresas como o Google, através de seus mecanismos de busca e redes sociais como o Facebook, entre diversas outras plataformas e provedores de conteúdo (Magrani, 2014, p. 118).

Os denominados filtros de bolhas podem, além de influenciar na construção de grupos, contribuir com a manipulação mercadológica e política dos sujeitos que utilizam a internet. Quase sempre imperceptível aos olhos do usuário, esses filtros manipulam os possíveis interesses de quem está conectado, apresentam posts direcionados nos *feeds*, controlam o acesso ao conteúdo baseado no perfil e nos hábitos de consumo; e, assim constroem uma rede oculta de relações com outros usuários de perfis semelhantes e com interações afins.

De acordo com Santaella (2018, p. 54) “criam-se monoculturas viciadas nos mesmos *feedbacks loops*. Pior do que isso é quando as crenças conduzem os indivíduos à prática inadvertida ou deliberada de espalhar notícias falsas como retroalimentação de suas crenças mal fundadas.” Além disso, atualmente, há as bolhas da pós-verdade, que são visualizadas constantemente nas redes e são desfavoráveis aos discursos que abordam fatos e acontecimentos.

Nessa abordagem, Perosa (2017, s.p) disserta sobre o “império da pós-verdade”, indicando que “é da natureza humana recusar fatos que contrariam nossa visão de mundo. A desconfiança geral em relação às instituições piora nossa capacidade de distinguir mentiras de verdades.” Em sua reportagem, a autora salienta que pesquisas em torno de comportamento humano demonstram que o “poder da crença tende a sobrepujar a argumentação racional baseada em fatos”, o que apresenta uma quase invisível possibilidade de mudança de opinião quando novos dados e fatos são colocados contra crenças ideológicas pré-determinadas.

Tais presencialidades nas redes acontecem, assim, diante de falsas e ilusórias justificativas que tentam os discursos de ódio – racismo, sexismo, etc. (Rizzotto, Saraiva, 2020; Sarmiento, 2013; Veiga Da Silva, 2014). Outrossim, o acesso a um fluxo de informações que favorecem e incentivam a comunicação tornam-se vislumbradas e lidas enquanto um termômetro de receptividade de temas, em sua maioria, empíricos, que ressoam, em alguns casos, em discursos de ódio. Isto é, o diálogo entre os membros permite que os sujeitos tenham convicções de quais páginas, perfis e *hashtags* eles seguirão, ampliando escalas de interesse e de construção de bolhas diante das redes sociais, as quais publicizam as ideias de seus seguidos que, através de *posts*, comentários, curtidas e *likes*, asseveram a fragmentação *online*. Diante disso,

a cada minuto que passa, novas pessoas passam a acessar a Internet, novos computadores são interconectados, novas informações são injetadas na rede. **Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna "universal", e menos o mundo informacional se torna totalizável.** O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas. **Não quero dar a entender, com isso, que a universalidade do ciberespaço é "neutra" ou sem consequências,** visto que o próprio fato do processo de interconexão já tem e terá ainda mais no futuro, imensas repercussões na atividade econômica, política e cultural. **Este acontecimento transforma, efetivamente, as condições de vida em sociedade.** (Lévy, 1999, p.111, grifos nossos).

A universalização do ciberespaço, decorrente das atualizações tecnológicas e da expansão de conexões, além de exigir mudanças estruturais, enunciativas e estéticas, quando se trata do ato de interagir, trouxe novidades no que tange ao modo como o ser humano é visto no âmbito virtual. A readaptação do sujeito físico para a sua versão “perfil”², além de revigorar a realidade em termos de comunicação, enalteceu um paralelo entre o que se pensa e o que se julga correto em aspecto de “padronização social” e da preponderância ou não de limites dessas questões em ambas as esferas – vida real e virtual, diferenciadas, exclusivamente, pelo suporte de veiculação/execução das ações humanas.

Afirma-se que a tecnologia é o fator que delimita a estreita fronteira entre a vida real *online* da presencial. Com o frequente uso das redes, nota-se que os recursos disponibilizados pela esfera digital constituem novas possibilidades de desenvolvimento da práxis humana, como, por exemplo: os contatos físicos, embora não suprimidos, são substituídos por vídeochamadas e outras ferramentas de diálogo; as aulas são adaptadas, em sua maioria, no atual contexto pandêmico, para o ensino remoto; as atividades de interação social, com os novos aplicativos, favorecem o desenvolvimento de novas habilidades comunicativas – vídeos, *podcasts*, fotos, *storys*, etc; a violência física contra travestis e transexuais é exposta e reiterada mediante discursos de ódio com mais facilidade. Dentre os itens destacados, é possível notar uma relação entre a vida real *online* e presencial, o que permite a leitura de uma dualidade que, embora não possa ser substituída uma pela outra, contrasta de maneira lógica e, até então, mesmo que parcialmente, eficaz.

Desse modo, a necessidade de tornar público tudo aquilo que se pensa, pode ser interpretada e justificada como uma forma de evasão da vida real ou da inexistência de filtros e de consequências daquilo que é postado nas redes sociais. O novo caminho mostrado pelas tecnologias traz consigo uma não delimitação de opiniões e contextos, o que facilita que essa “fuga” da realidade seja depositada nas redes, através de posts, sobre quaisquer assuntos, sem que haja determinada preocupação com respostas ou julgamentos alheio. Um novo mundo em que a

² Considera-se um “perfil” toda conta criada em redes sociais de comunicação, seja com dados cadastrais corretos, aqueles que são coerentes com os da Receita Federal ou não, nomeada de “perfil fake.”

liberdade da vida real é compartilhada nas telas, mediante exposição de tudo aquilo que se considera correto dentro de determinadas bolhas sociais. Assim,

as redes sociais se apresentam como um novo mundo que nos permite tornar público coisas que não ousaríamos dizer face a face. Estudar as formas de expressão através de imagens e frases feitas, bem como comentários e páginas relacionadas ao usuário podem delimitar novos modos de conduta na sociedade. Empresas, por exemplo, já buscam os perfis de candidatos, procurando entender a postura e valores pessoais de quem pretendem contratar (Santos, 2014, p. 01).

Entretanto, compreende-se que há uma relação incontestável entre a vida real e a *online*. É visível que os vínculos criados nas telas das redes ressoam de/em ações negativas e/ou positivas na vida real, como exemplo do excerto acima, presencial, dos sujeitos e vice-versa. Essa afirmação ressalta em como as redes fazem o papel de reprodução da vida fora das tecnologias. Isso é justificado, também, pela incessante necessidade que as pessoas sentem em exporem, no Facebook, por exemplo, o que estão pensando - algo estimulado por um dos mecanismos de interação da própria plataforma. Dessa forma, a vida dos usuários da rede é exposta, assim como suas percepções, estimulando novas ramificações comunicativas e ideológico-culturais.

3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO ONLINE

O paralelo entre o real e o virtual destaca a liberdade de expressão, termo amplo semanticamente e muito utilizado nas redes sociais como forma de justificativa para posicionamentos não aprovados. Sendo um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito e associado diretamente à dignidade da pessoa humana, sua leitura e autonomia, a Liberdade de Expressão integra a Constituição Federal, Artigo 5º, incisos IV, IX e XIV e no artigo 220, parágrafo 1º, quando ela afirma que:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: **IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;** XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando

necessário ao exercício profissional; Artigo 21, inciso XVI: Art. 21. Compete à União: XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão; Artigo 220, parágrafos 1o, 2o, 3o, artigo 221 e artigo 227, caput: Art. 220. **A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.** § 1º - Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º - **É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística** (Brasil, 1988, s.p, grifos nossos).

O documento reflete, também, algumas influências jurídicas que foram dissertadas por setores internacionais, como no artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, no artigo 13.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica e no artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos. Diante disso, percebe-se que a liberdade de expressão, ao garantir a livre construção de ideias e de manifestação dessas, assegurando os direitos dos sujeitos, sem censura e sem – lê-se – influências ideológicas, culturais e sociais, reitera que o ato de pensar, seja ele banal ou relevante para determinadas situações, pode ser expresso e deve ser respeitado.

A liberdade de expressão é definida por Cabral (2010, p. 55) como o direito “de qualquer um manifestar opiniões e pensamentos sem medo de retaliação ou censura por parte do governo ou de outros membros. É um conceito fundamental nas democracias modernas nas quais a censura não tem respaldo moral.” Isto é, constitui um valor moral em que sujeitos têm assegurado à possibilidade de garantir a sua própria existência, a qual é concretizada diante da exposição de suas leituras sobre o mundo. Salienta-se que, nesse contexto de construção da liberdade de expressão, a lei também impede a publicação de discursos que incitem a injúria – ofensas destinadas à uma pessoa ou grupo, a difamação – denegrir a imagem alheia e a calúnia – pronunciar falsamente que alguém cometeu algum crime.

O fato de não poder ser negada, refutada ou censurada, por pessoa física ou jurídica, faz com que não existam filtros no momento da exposição de leituras, o que caracteriza e, em alguns argumentos, tenta justificar, o comportamento dos usuários nas redes sociais e o modo como esses comunicam suas posições, conceitos e perspectivas de vida e de mundo. Essa leitura em um viés jurídico é fundamental: respaldar-se em registros jurídicos e, sobretudo, em aspectos sociais e humanos, observando o modo como sua relação interfere/influencia em uma leitura equivocada ou não de liberdade de expressão.

De acordo com Recuero (2009), as redes sociais são compostas de atores, que correspondem a determinados grupos de pessoas e de conexões, que dizem respeito às interações realizadas pelos sujeitos na web. Essa junção assevera a disseminação de discursos, que são elaborados por esses sujeitos e que comunicam o que consideram conveniente para si ou até mesmo para um grupo social específico, que veja determinadas explicações, mesmo que absurdas aos olhos de outros leitores, corretas e coerentes com pensamentos que deveriam ser, em tese, generalizados. Dessa forma:

Os seres humanos criam significado interagindo com ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informação. Para a sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo da comunicação socializada (Castells, 2013, p. 15).

Como consequência dessa pluralidade e liberdade opinativa, parte dos usuários não se utiliza de filtros em seus posts nos canais, permitindo um (novo) movimento de disseminação de ideias e crenças (Eco, 2015). Sob essa ótica, portanto, as redes constituem um lugar caracterizado por aceitar quaisquer discursos, positivos ou negativos, com o respaldo de que é necessário haver liberdade de expressão quando se trata de exteriorizar o que se pensa - mesmo que haja uma frágil promessa das plataformas de controle do que pode ser publicado ou não. Há, assim, com as redes sociais um campo aberto para publicização de quaisquer publicações como se elas fossem uma espécie de território livre que dão vazão a também quaisquer ideias sem fundamentos (legais, éticos, sociais) ou juízo crítico.

Dessa forma, as características do ciberespaço permitem uma troca simbólica (Bordieu, 1980) entre os sujeitos, fazendo com que exista um “conjunto de práticas e representações que surge e se desenvolve com a crescente mediação da vida cotidiana pelas tecnologias da informação e, assim, pelo pensamento cibernético e a civilização maquinística [...]” (Rüdiger, 2004, p. 183). Essa formatação reitera a configuração de um ambiente autodemocrático, sejam em pequenas ou em grandes comunidades com ideias em comum (Castells, 2012).

Além do caráter de troca simbólica, as redes sociais também permitem que disseminações de conteúdos, baseadas em pós-verdade, sejam realizadas de diversas maneiras e com recursos específicos, como posts e comentários. Esses,

facilitam a disseminação de leituras, tendo em vista que, enquanto gênero textual, tem função comunicativa específica que pode ser moldada de acordo com a intenção comunicativa, o público-alvo e o suporte de compartilhamento. Em vista disso,

O incitamento ao ódio através da Internet não é diferente do incitamento através de um jornal, de um panfleto, um livro ou mesmo dentro de uma torcida organizada. A diferença, naturalmente, está no alcance destes discursos e argumentos. A Internet fornece aos movimentos de ódio uma maneira fácil e de custo baixo de levar a – potencialmente – milhões de pessoas suas visões e pensamentos. Além disso, as próprias características interativas e a multiplicidade de linguagens que o meio suporta – áudio, vídeo, texto, fotografia, etc. – são, em si, elementos de persuasão, de conquista do usuário, e podem ser articuladas como forma de exposição e construção do discurso odioso (Steffen, C; Wainberg, J.A., 2008, p. 23).

Logo, os elementos de composição dos enunciados que são publicados na web facilitam a sua articulação em termo de alcance de público e de multiplicidade de pensamentos e opiniões. A dinamicidade dos textos em conjunto com um suporte eficaz e rápido – refletindo sobre os algoritmos de pesquisa *online* – salienta como os discursos de ódio e a liberdade de expressão, por vezes, entram em conflito e espelham ações e visões já manifestadas de alguma maneira da vida real.

4 O ESPELHAMENTO DE PERSPECTIVAS IDEOLÓGICAS E SOCIAIS

O conservadorismo brasileiro é configurado como uma espécie de junção de determinações ideológicas que, de modo amplo, pairam a Constituição brasileira desde a sua primeira versão. Heranças do passado colonial e escravista, por exemplo, são valores ainda notórios em práticas com vieses de autoridade, de hierarquia, de disciplina, de discriminação, entre outros. Os traços ainda vigentes destacam como essa formação atinge outras instituições partícipes da sociedade e ressoam em discursos e ações não benéficas.

A reação negativa dos indivíduos que prezam pela unidade nacional surge e é compreendida, muitas vezes, como algo automatizado, tendo em vista que está relacionada e reiterada à luz de comportamentos enraizados socialmente e que estão presentes em diversos grupos, tais como: escolas, igrejas, família, etc (Althusser, 2007). Assim, vê-se que situações de imoralidade e agressão contribuem para um determinado congelamento social que direciona as pessoas, à medida que situações de desrespeito acontecem e são cada vez mais presenciadas.

Nesse cenário, pode-se afirmar como ocorre, cotidianamente, a ampliação de tais valores e como a sua concretização se manifesta em diversas esferas sociais. Trata-se, portanto, de uma continuação que assume papel de destaque quando se pensa em preconceitos social, humano, cultural, ideológico, sexual, etc. Ao longo da história, sabe-se que inúmeras civilizações foram grifadas por conflitos que originavam, substancialmente, pela não aceitação das alteridades de determinados grupos. A título de exemplo, cita-se: a) Adolf Hitler, e seus discursos, que vitimou 6 milhões de Judeus; 7 milhões de Civis soviéticos; 312 mil pessoas com deficiência; cerca de 2 mil testemunhas de Jeová; além de milhares de eslavos, homossexuais, etc. (Enciclopédia Do Holocausto, 2019); b) conflito entre Tutsis e Hutus, em Ruanda, entre 1990 e 1994, que provocou a morte de, em média, 800 mil pessoas, através de rádios e jornais, mensagens de ódio que induziam a eliminação dos Tutsis eram emitidas.

Os casos abordados, além de vários outros já ocorridos na História, apresentam a propagação de mensagens violentas e de crenças limitantes com teor ideológico e podem corroborar com a disseminação do ódio. No Brasil, em 2016, realizou-se uma pesquisa para identificar a presença de discursos de ódio na web. Foram identificadas “393.284 menções, sendo 84% delas com abordagem negativa, de exposição do preconceito e da discriminação” (O Globo, 2016). Já em 2022, em uma pesquisa realizada pela SaferNet³, com o objetivo de verificar o aumento do uso das redes sociais na pandemia e dos enunciados construídos nesse período, apontou que “a violência *online*, o discurso de ódio, atingiu níveis recordes em 2020 e 2021 [...] aumentou significativamente as denúncias de LGBTfobia e transfobia. Os maiores números da década foram alcançados em 2020 e 2021.” Além disso,

A associação que desde 2005 trabalha para promoção da segurança digital no Brasil, já recebeu mais de 2,5 milhões de denúncias relacionadas a crimes de ódio na internet. A partir dessas denúncias, traçou um perfil dos odiados e percebeu que eles têm cor e gênero bem definidos. Cerca de 59,7% das vítimas desses discursos de ódio são pessoas negras, e 67% são mulheres. Outras minorias, como pessoas LGBTQ+ e indígenas, também figuram nas estatísticas (CNN BRASIL, 2021).

³ A SaferNet é denominada uma organização não governamental, que, através de cientistas da computação, de professores, de pesquisadores em Direito, defendem e promovem os Direitos Humanos na Internet. Link para acesso ao site: <<https://new.safernet.org.br/>>.

Conforme as informações apresentadas, os discursos de ódio são direcionados a públicos específicos com a intenção de atingi-los de modo violento e desrespeitoso. Três dos principais nichos que são alvo desses discursos são negros, pessoas LGBT e mulheres. Os números expostos, além de expressivos, salientam a necessidade de diálogos sobre o assunto, implementação de políticas públicas e, principalmente, (re)conhecimento e respeito por parte dos autores dos posts. Nesse sentido,

O discurso de ódio é centrado numa crença equivocada de meritocracia, que presume que todos temos as mesmas condições de obtermos os mesmos sonhos, o que não é verdade porque partimos de lugares de privilégios diferentes. Ele também é alimentado pela ideia de que outros são responsáveis pela infelicidade e as dificuldades enfrentadas pelo mundo. Um elemento que sustenta o discurso de ódio é a masculinidade tóxica, que promove cultura de estupro, gera discurso anti-LGBTI+ e teve um exemplo recente, com o grupo que invadiu o Capitólio, nos Estados Unidos. O discurso de ódio, por sua vez, é o que sustenta o extremismo, explica a pesquisadora, que completa: “Quando o discurso afeta a dignidade humana das pessoas, deve ser criminalizado” (Câmara, 2021).

A falsa meritocracia idealizada pelos sujeitos faz com seus preceitos sejam corretos e livres de questionamentos e/ou exclusão. Os danos causados aos sujeitos que são alvos dos discursos, que sentem medo, receio, angústia, depressão, ou seja, prejuízos psicológicos, quando caracterizados nesse formato, são considerados como danos diretos. Já os danos indiretos, são aqueles que representam a discriminação em virtude do prejuízo que ocorre em relação à reputação social dos integrantes dos grupos, o que ressoa na rotulação de que esses sujeitos não fazem parte da sociedade.

A verificação e estudo de tais danos para posterior andamento judicial, se necessário, dá-se através da interpretação e análise dos posts com base no Guia para Análise de Discurso de Ódio. O documento, elaborado entre 2017 e 2019 pelo Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP (CEPI-FGV)⁴, qualifica-se como um passo a passo para compreensão de discursos de ódio, expondo desde a identificação e avaliação até a regulamentação e o sancionamento dos enunciados. Conforme figura abaixo:

⁴ Salienta-se que a Matriz de Variáveis citada, a título de conhecimento, é utilizada como aporte jurídico para identificação e análise de discursos de ódio. Para a construção da seção crítico-interpretativa desta tese, não serão utilizados esses fatores.

Figura 1: Infográfico da Matriz e Variáveis



Fonte: CEPI-FGV. Disponível em: <<https://bityli.com/zwtmYUu>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

O infográfico avalia o discurso em várias instâncias para posteriormente aplicar as devidas providências. A liberdade de expressão e, principalmente, as perspectivas histórico-sociais-ideológicas das pessoas aparecem como item que requer destaque na Matriz de Variáveis, uma vez que respalda a ideia de que os discursos de ódio são partícipes da construção histórica da humanidade e permitem, no âmbito *online*, uma nova proposta interpretativa quando colocados em uma linha de tolerância.

Logo, no que tange, mais especificamente, ao público LGBTQIAP+⁵, as distinções, estabelecidas pelo heterossexismo, induzem que outras formas de sexualidade e gênero sejam colocadas à margem, o que convergem em discursos estigmatizadores. As pessoas que têm sua identidade sexual diferente do que é compreendido enquanto correto pela sociedade, têm seus discursos interpretados de forma afrontosa e acabam sendo penalizados pelos outros.

O natural, nessa perspectiva, quando não identificado pela sociedade que impõe o certo e o errado por meio de julgamento de valores e de pré-conceitos deficitários, revida com a exclusão social. Essas atitudes acarretam, em não raras situações, atitudes agressivas que, por sua vez, incentivam ações desumanas como

⁵ Aponta-se que a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (ABGLT) utiliza a sigla o LGBTI+. Entretanto, outros grupos preferem adotar LGBTQ+ ou LGBTQIA+ e, mais recentemente, LGBTQIAP+, que expõem uma representação abrangente.

forma de correção a esses sujeitos que são desrespeitados e têm seus direitos e deveres retidos (Butler, 2003).

A sociedade, em razão de vários aspectos da evolução social e embasada por conceitos conservadores, acabou por estabelecer como sendo o 'padrão' de identidade do indivíduo o homem-heterossexual-masculino e a mulher-heterossexual-feminina. Qualquer forma de construção da identidade que difira deste 'padrão' é vista por muitos como um desvio de conduta e, na maioria das vezes, o indivíduo que constitui sua identidade fora desse 'padrão' acaba por ser alvo de segregação social. Em função disso é que afirmamos a existência em nossa sociedade de um padrão heteronormativo, que se consubstancia como verdadeira semente do preconceito, do repúdio daquilo que possa parecer dessemelhante. (Mora; Lopes; Prandi, 2012, p. 353).

Como forma de suavizar a dimensão que a sexualidade apresenta, “a repressão funciona como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e a constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 1988, p. 10). A repressão faz com que a sexualidade, embora reprimida, seja acompanhada por um discurso destinado ao diálogo e à verdade, que necessita de constantes interrogações. Assim,

A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro. O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os "interesses" discursivos que a sustentam (Foucault, 1988, p. 30).

Ainda de acordo com Foucault (1988), as normas impostas socialmente funcionam como um dispositivo de poder, em que a padronização é cumprida. Dessa forma, esses processos contribuem para a proliferação da violência e possuem o objetivo de regularizar os cidadãos, isto é, há uma espécie de adestramento e disciplinarização dos corpos das pessoas. Ao serem postas em prática, essas normas controlam uma população por meio de uma imposição de condições físicas e biológicas, que são reiteradas à medida que discursos de ódio são produzidos e publicados (Foucault, 1988).

Com isso, verifica-se como o “congelamento social”, em termos evolução humana, é dificultado. As interiorizações realizadas entre os cidadãos partem de uma necessidade de conhecimentos formativos e humanizadores. Ademais, entende-se como as ações sociais, históricas e fisicamente realizadas, são colocadas em discussão nas redes sociais e se disseminam facilmente, construindo o espelhamento social e, também, relações humanas não profícuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais são *locus* em potencial para a visualização e reflexão em torno são só da cultura digital, mas também da democracia vigente na sociedade. Com o tempo, os anteriores nomeados “sites de redes sociais”, foram presenteados com novos e robustos conceitos, tendo em vista a visibilidade, a conexão, a ampliação das esferas econômicas, potencializando o uso de tais ferramentas para os usuários, anunciantes e desenvolvedores (Helmood, 2019; Van Dijck et.al., 2018; Davis, 2020).

A identificada evolução cultural e humana nem sempre acompanha a evolução tecnológica. A partir do retrospecto histórico da cultura e da tecnologia apresentado, evidenciou-se que as redes sociais surgiram com caráter pessoal, pensando em suas especificidades e intuitos, elas reúnem mais do que usuários que se conectam e criam perfis, sejam eles reais ou *fakes*, elas unem ideias de grupos com características peculiares que possuem afinidades, atributos e ideológicos sociais semelhantes. Esses canais de comunicação, ao estimularem a cultura participativa – entendida, por vezes, de maneira errônea pelos usuários, geram maior propagação, compreensão e registro de mensagens.

Outrossim, nessa discussão, mesmo com a existência das *affordances*, que são responsáveis por dinamizar recursos e apresentar a gama de funções e restrições sobre os sujeitos-usuários, ainda há pesquisas que questionam o funcionamento de tal fenômeno. Isso, pois mesmo com esse equipamento tecnológico, ainda há RDS que, de certa forma, estimulam e, até menos, moldam comportamentos e modos de interação e disseminação de discursos de ódio (Ben-David; Fernandez, 2016; Davis, 2020; Mendonça, Amaral, 2016).

Sob a ótica da internet enquanto suposto território livre para envio de discursos, vê-se que a segregação fortalece a massificação social e torna os sujeitos inseridos em grupos distintos do padrão individualizado e invisível. Essa invisibilidade reiterada

nas redes pode ser uma forma de violência simbólica que oprime os sujeitos. As pessoas que são apagadas sofrem o que se pode intitular de “racionalização simbólica” (Costa, 2008, p. 20), que se refere às atitudes que suavizam a percepção da invisibilidade – memes, *emojis*, caracteres com teor satírico. Assim, a invisibilidade passa a ser caracterizada enquanto uma violência simbólica e acaba não sendo identificada como ônus para a sociedade, mas sim como um padrão “normal” de comportamento, o que corrobora para o desenvolvimento do preconceito.

Nesse escopo, lê-se como o espelhamento de ações cotidianas que denigrem imagens, corpos e identidades emergem quando colocadas nas redes sociais. Através da (in)compreensão de leis e de documentos que subsidiam a liberdade de expressão, parte da população se apropria de meios de comunicação para proliferar o ódio e suas vertentes negativas. Tais ações são vistas enquanto oriundas de posicionamentos conservadores e ideológicos que atribuem conceitos preconceituosos e com teor de exclusão, tendo em vista os dados apontados neste texto que direcionam para o aumento de discursos de ódio nos canais de comunicação.

Assim, ao mesmo tempo em que a internet abre as possibilidades para a liberdade de expressão, ela também acentua o risco de abuso dessas liberdades, a ponto de o limite entre liberdade e discurso de ódio ser irreconhecível. Isso explica a proliferação de posts e de comentários alicerçados em discursos de injúrias, difamações, discriminações, direcionados a grupos minoritários em especial, como deficientes, mulheres, gays, etc. Entre as violações cibernéticas, cometidas via internet, por exemplo, que tiveram maior crescimento nos últimos anos, estão pornografia infantil, conteúdos neonazistas, racismo e violência ou discriminação contra a mulher. A peculiaridade das disseminações de ódio serem proferidas de forma anônima tem estado cada vez mais presente nas redes sociais, fazendo com que os discursos de ódio sejam proferidos e, equivocadamente, camuflados pelas telas.

Nota-se, diante dessa leitura das redes, como os comentários são instrumento de difusão de discursos cujos pressupostos éticos, morais, sexuais e de gêneros estão associadas a uma dimensão ampla: a da configuração da sociedade. Em uma sociedade conservadora, como é a brasileira, não surpreende que as redes sociais sejam espaço de disseminação de valores, por isso o espelhamento nas redes do que a sociedade também valoriza, de forma geral. Ou pelo menos parte significativa da sociedade.

Como é uma das formas de interação disponibilizada pela internet, é utilizada diariamente para veiculação de todos e qualquer tipo de ideia, variando de acordo com a intencionalidade comunicativa do autor. Salienta-se que, mediante a pesquisa realizada, os discursos são caracterizados enquanto de ódio quando disseminam um pensamento baseado na rejeição das diferenças, característica que perpetua desde a constituição humana – fatores históricos, como o regime nazista, e ideológicos. Isso significa argumentar que a cultura dos discursos de ódio não é novidade no século XXI, tampouco com o surgimento da internet. Trata-se de raízes sociais que são multiplicadas de maneira diversificada, conforme a diacronicidade e os recursos.

Sua potencialidade comunicativa, seja com o uso da linguagem ou da interação através do ícone que revela curtida/aprovação em relação aos comentários, salienta a repercussão positiva ou negativa que esse recurso expressivo possui, fazendo com influencie pensamentos e atitudes que podem causar danos morais direcionados a outros sujeitos. Pode-se afirmar que tal ferramenta ocupa uma posição quase que viral na sociedade, tendo em vista cotidianamente os usuários postarem suas ideias repletas de ideologias e, em alguns casos, ausentes de respeito, e serem aplaudidas e reverenciadas através de curtidas, comentários e compartilhamentos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Tradução de José Walter Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 128p.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapados-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.

BEN-DAVID, A.; FERNÁNDEZ, A. M. Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 27, 2016.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros Passos).

- BESLAY, Laurent e HAKALA, Hannu. Digital territory: Bubbles. In: KIDD, Paul T. **European visions for the knowledge era**. Grã-Bretanha: Cheshire Henbury, 2007. pp. 69-78.
- BRASIL. Declaração Universal do Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 08 julh. 2022.
- BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, v. 4, n. 15, 2007.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis**.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATRINCK, Isabela Maria Oliveira; MAGALHÃES, Sandy Aparecida Barbosa; CARDOSO, Zilmar Santos. Políticas Públicas Educacionais De Gênero E Diversidade Sexual: Avanços E Retrocessos. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 187-200, abr./jun. 2020.
- CITRON, D. K. **Hate crimes in cyberspace**. Harvard University Press, 2014.
- DAVIS, J. L. **How artifacts afford: The power and politics of everyday things**. MIT Press, 2020.
- ECO, Umberto. **Número Zero**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- ENCICLOPEDIA DO HOLOCAUSTO. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André. (orgs.) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- FROIO, C.; GANESH, B. The transnationalisation of far right discourse on Twitter: Issues and actors that cross borders in Western European democracies. **European Societies**, v. 21, n. 4, p. 513-539, 2019.

GABRIEL, M. (2009). **SEM e SEO: dominando o marketing da busca**. São Paulo: Novatec. HELMOND, A. A Plataformização da Web. **Métodos Digitais: teoria-prática-crítica**, p. 49, 2019.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia Conectada: A Internet como Ferramenta de Engajamento Político Democrático**. Curitiba: Juruá, 2014; p. 118.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Racionalidade online: provimento de razões em discussões virtuais. **Opinião Pública**, v. 22, p. 418-445, 2016.

MORA, Edinei Aparecido; LOPES, Fernando Augusto Montai y; PRANDI, Luiz Roberto. **A utilização do nome social por travestis e transexuais na rede de ensino como forma de inclusão social**. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues. (org.). **Minorias Sexuais**. Brasília: Consulex, 2012, p.353-374.

PEROSA, Teresa. **O império da pós-verdade**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/04/o-imperio-da-pos-verdade.html>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1992.

RIBEIRO, Maria A. **Diário virtual: hipertexto e formação da identidade dos jovens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RIZZOTTO, C.; SARAIVA, A. Violência de gênero em debate: uma análise das conversações sobre a lei do feminicídio na fanpage do Senado Federal. **InTexto**, p. 249-269, 2020.

RIEDER, B. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In: **Proceedings of the 5th Annual ACM Web Science Conference (WebSci '13)**. New York, USA: Association for Computing Machinery, 2013, p. 346–355.

ROGERS, R. Otherwise Engaged: Social Media from Vanity Metrics to Critical Analytics. **International Journal of Communication**, v. 12, p. 23, 2018.

RÜDIGER, F. Introdução à Teoria da Comunicação: problemas, correntes e autores. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edicon, 2004.

SAMPAIO, R.; LYCARIO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia & Política**, v. 26, n. 66, p. 31-47, 2018.

SARMENTO, R. Sobre a cor de Machado e o corpo de Gisele: expressões políticas em espaços ordinários na internet. **Temática**, v. 4, p. 1-19, 2013.

SILVA, A. S. Políticas públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, v. 3, n. 2, 2011, p. 58-72.

SILVA, Rosane Leal da; NICHEL, Andressa; MARTINS, Anna Clara Lehmann; BORCHARDT, Carlise Kolbe. **Discursos de ódio em redes sociais**: jurisprudência brasileira. *Rev. direito GV* [online]. 2011, vol.7, n.2, pp.445-468, jul./dez.

SILVA, Ruth Suelly Fernandes da; LIMA, Marcus Vinicius Do Nascimento. **Discurso de ódio nas redes sociais**: um limite para à liberdade de expressão. 2020. Disponível em: <<http://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54621/o-discurso-de-dio-nas-redes-sociais-um-limite-para-liberdade-de-expresso>>. Acesso em: 30 jul. 2022

SPONHOLZ, L. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências**, v. 22, n. 3, p. 220-243, 2020.

STEFFEN, C; WAINBERG, J.A. 2008. Ódio.org.br: rastreamento e caracterização de movimentos de ódio na Internet em português. In: Mostra De Pesquisa Da Pós-Graduação Da Pucrs, 3, Porto Alegre, 2008. **Anais...** Porto Alegre, PUCRS, p. 1-47

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society**: Public values in a connective world. Oxford University Press, 2018.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

AS VOZES DA VIOLÊNCIA E DA TRANSFOBIA NO TWITTER: MAPEAMENTO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS SOB A ÓTICA DA LINGUAGEM

Elisângela Bertolotti
Ana Paula Teixeira Porto

RESUMO: Considerados seres violentos por natureza, as pessoas são alimentadas por uma herança de altíssimo custo social. Assim, tudo que ultrapassa limites e gera desacordos – diante do contexto que em que ocorre – é considerado violência (Zaluar, 1999). Tal sentença se constitui como uma relação demarcada pela rejeição em relação ao outro, seja em aspectos físicos ou psicológicos (Adorno, 2002; Da Mata, 1981; Velho 2004; Kant De Lima, 1999, p. 8). Diante desse cenário social violento e único, a pluralidade e as diversidades sociais permitem que diferentes formas de expressão humana sejam identificadas na sociedade, nas redes sociais de comunicação e interação. Além disso, para abordar sobre tal assunto, na web, há o uso de recursos de comunicação, como os comentários. Esses, incitam, constantemente, a novas percepções dos sujeitos, de tudo aquilo que os constitui enquanto cidadãos e reiteram, sobretudo, a padronização como um fator arraigado, tendo em vista, nesta leitura, atuarem como “controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” (Foucault, 2011, p. 136). Com base nesses apontamentos, refletir-se-á, neste artigo, como os comentários publicados a partir dos *tweets* da rede social Twitter, através das inúmeras disponibilidades e atribuições linguísticas que os usuários podem se apropriar, dão vazão a discursos odiosos. Para isso, utilizar-se-á os pressupostos da Análise de Conteúdo que permitirá a divisão do material em categorias de análise para uma posterior reflexão, aprofundamento e contextualização dos textos. Outrossim, as reflexões dividir-se-ão em leituras sobre a violência e as relações de poder através da linguagem, a violência na rede social Twitter e a análise dos comentários selecionados. Dentre os autores abordado neste texto, estão: Levy (1994), Miglio (2001), Bourdieu (2004), Foucault (2011), Fiorin (2003), Recuero (2010), Santaella (2010) e Bardin (1997), entre outros estudiosos. Palavras de baixo calão, vocábulos com teor pejorativo, incentivo e normatização da violência, ironia, deboche e descaso são apenas alguns dos elementos que constroem uma sociedade desigual, desrespeitosa e expressamente patriarcal nas redes. As peculiaridades das redes sociais, que vão desde a produção de discursos distintos até o anonimato, dão vazão aos discursos de ódio à medida que esses se relacionam com novos textos, compartilhamentos, curtidas e, sobretudo, mediante a construção de bolhas sociais que, juntas, disseminam o ódio. Verifica-se que a liquidez, gerada pela modernidade, quando compreendida através de lentes preconceituosas e intolerantes, edifica sujeitos que, simbolicamente ou não, emitem a violência, ou seja, essas personalidades aderem o poder de padronização normativo, como visualizado nos comentários.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Transfobia. Análise de comentários. Twitter. Linguagem.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ancoradas, historicamente, por heranças culturais violentas, percebe-se que os resquícios do passado estão cada vez mais presentes no cotidiano interativo das pessoas. No Brasil, ainda nos anos 80, já se visualizavam situações que modificariam as opiniões e ações ao longo dos próximos anos em que assaltos à mão armada e o crescimento do narcotráfico indicavam uma possível calamidade. Até mesmo os acontecimentos mais recentes no país, que envolvem várias searas da sociedade, como desigualdades socioeconômicas, ausência de oportunidades à população mais pobre e a falta de adequação das políticas públicas sociais e de segurança, reiteram tal fato, uma vez que a violência é uma das práticas mais executadas por agentes do

Estado em relação às pessoas consideradas como uma ameaça para o restante da população (Stevanim, 2006; Pinheiro, 2003; Reis, 2021). Ademais, havia, no Brasil, país considerado um dos mais desiguais em comparação aos demais, em 2021, uma média de 20,4% de homicídios em relação a todo o mundo, apesar de sua população representar 2,7% da população mundial (Fernandes, 2021; Guitarra, 2021, S.P).

Nesse viés, semanticamente, o vocábulo violência tem sua origem no latim, *violentia*, que representa força física e vigor. De acordo com Zaluar (1999), tudo que ultrapassa limites e gera desacordos – diante do contexto em que ocorre – é considerado violência. A sentença se constitui, portanto, como uma relação demarcada pela rejeição em relação ao outro, seja em aspectos físicos ou psicológicos, “[...] pouco espaço existente para o aparecimento do sujeito da argumentação, da negociação ou da demanda, enclausurado que fica na exibição da força física pelo seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo” (Adorno, 2002; Da Mata, 1981; Velho 2004; Kant De Lima, 1999; Zaluar, 1999, p. 8).

Durante o contexto do Regime Autoritário Pós-64, todas as atitudes que representavam tortura, abusos, violência física e psicológica salientavam a indiferença aos Direitos Humanos. Referente ao tema, os pesquisadores Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida (2003, p. 32) apontam que “o regime ditatorial promoveu a militarização da segurança pública sob o controle do Exército.” Assim, o fim da ditadura pode ser lido como um ato simbólico e de mero registro histórico, pois ele não concretizou a anulação de discursos autoritários, manifestações odiosas e execuções repreensivas que menosprezam singularidades, tampouco inibiu a criação de novas alternativas de disseminação de preconceito.

Diante desse cenário social violento e único, a pluralidade e as diversidades sociais permitem que diferentes formas de expressão humana sejam identificadas na sociedade, nas redes sociais de comunicação e interação. Além disso, para abordar sobre tal assunto, na web, há o uso de recursos de comunicação, como os comentários. Esses, incitam, constantemente, a novas percepções dos sujeitos, de tudo aquilo que os constitui enquanto cidadãos e reiteram, sobretudo, a padronização como um fator arraigado. O “natural”, o “correto” e o “normal”, nesse escopo, são conceitos entendidos como incompletos quando se pensa em diversidade. Referir-se ao outro como “incorreto”, em sua essência, além de corroborar para o crescimento

desfavorável às singularidades humanas, causa desconforto em grupos sociais e ações que, por vezes, são discriminatórias, excludentes e preconceituosas.

Com base nesses apontamentos, refletir-se-á, neste artigo, como os comentários publicados a partir dos *tweets* da rede social Twitter, através das inúmeras disponibilidades e atribuições linguísticas que os usuários podem se apropriar, dão vazão a discursos odiosos. Para isso, utilizar-se-ão os pressupostos da Análise de Conteúdo que permitirá a divisão do material em categorias de análise para uma posterior reflexão, aprofundamento e contextualização dos textos. Durante as análises e construções leitoras de pressupostos teóricos, outros autores e pesquisadores serão citados para complementação das proposições interpretativas, tendo em vista suas abordagens serem consideradas significativas para a efetivação dessa proposta.

Nesse sentido, para melhor organização da etapa analítica, os comentários foram divididos em cinco categorias de análise que serão detalhadamente dissertadas e justificadas na seção que versa sobre a metodologia. Outrossim, enfatiza-se que, neste artigo, somente as duas primeiras categorias de análise, que envolvem o uso da linguagem e suas multifacetagens, serão contempladas, com a intenção de melhor otimizar reflexões, interpretações e correlações dos comentários no decorrer da tese.

Diante disso, este artigo está dividido em: a) a violência e relações de poder através da linguagem e de suas possibilidades; b) 280 caracteres de violência: rede social Twitter; c) mapeamento de comentários do Twitter: metodologia e análise e; d) considerações finais. Dentre os autores abordado, neste texto, estão: Levy (1994), Miglio (2001), Bourdieu (2004), Foucault (2011), Fiorin (2003), Recuero (2010), Santaella (2010) e Bardin (1997), Gachet (2007), Bardin (1997), Antra (2022), Luppiniaci (2016), entre outros estudiosos.

2 A VIOLÊNCIA E AS RELAÇÕES DE PODER ATRAVÉS DA LINGUAGEM E DE SUAS POSSIBILIDADES

O caráter democrático das redes sociais é colocado em leitura à medida que a profusão de interpretações em relação a artigos, matérias, *posts*, *tweets* é realizada. Além da visualização da violência, que é feita através desses atos, há a precariedade, no que diz respeito ao conteúdo dos enunciados, dos processos de leitura, de escrita, de apropriação da linguagem, em um contexto virtual de interação - neste caso, e do

subsídio ideológico e cultural que respaldam as produções. Autores e pesquisadores como Leandro Karnal (2016) e Leonardo Sakamoto (2016) apontam, respectivamente, que há, nas redes sociais, “um fluxo de ódio” e “falta de amor e empatia, mas falta interpretação de texto.”

Ambos os autores, dentro de suas perspectivas, de um lado um historiador, escritor e professor, e de outro um jornalista e blogueiro, apresentam propostas leitoras que se difundem no ritmo em que se lê a internet, suas disponibilidades, facilidades, adequações e, principalmente, seus usuários, aqueles que dão vazão aos textos e às inúmeras interpretações. Aliada a uma prática leitora carente, que é uma, entre tantas, fragilidade da educação brasileira, está a incapacidade de apropriação de articuladores, de argumentos e de coerência, que contemplem uma competência discursiva que comunique com objetividade, precisão, eficácia e humanidade.

A linguagem, nesse sentido, pode ser compreendida como meio de comunicação. Assim, é lida como uma função social singular e essencial para a humanidade: a linguagem reflete a sociedade em todos os âmbitos que essa é citada. Nesse direcionamento, o hipertexto indica uma nova acepção linguística: textos livres, sem fronteiras definidas, com distintas formas. Estruturalmente, uma das características da linguagem utilizada nas redes sociais, relacionada com o hipertexto, é o internetês - neologismo (internet + ês). A sua funcionalidade é facilitar a comunicação em forma de abreviações de até três letras, dispensando o uso de pontuações e monitoramentos padrões na língua, para que, em sala, momentos de interação o usuário consiga, rapidamente, expor sua ideia e ser compreendido. Tal passagem da cultura escrita para a eletrônica se torna uma transformação pontual e importante, conforme se remodela (Levy, 1994). Entretanto, não exclui a potência que é a linguagem ao espelhar as atitudes e situações sociais.

Essa peculiaridade surgiu em meados de 1995, período em que a internet iniciava seus primeiros momentos. A partir disso, instaurou-se no país o “Dicionário Internetês”, projeto exclusivo da web, com a intencionalidade de atrair o público para usufruir das redes e demonstrar os seus aspectos positivos. Posterior à aceitação dessa “nova língua”, em 1997, foram acrescentados cem novos termos no dicionário que passou a ser chamado de “Internet de A a Z”, com a primeira versão da Netiqueta, as regras de conduta da Internet, feita na Língua Portuguesa. Nesse sentido, o fenômeno é lido como uma nova forma grafolinguística, podendo ser comparada com a oralidade, uma vez que, em algumas situações, a reprodução de determinadas

palavras ou frases, não priorizam a padronização da escrita. Dessa maneira, as abreviações fazem parte da constituição linguística dessa esfera tecnológica.

Nesse sentido, a Internet também criou sua variante da língua. Hoje, milhões de pessoas no Brasil utilizam a Internet. Todos os dias, milhares de novos brasileiros se conectam a essa enorme rede. Cada vez, mais e mais pessoas estão acessando as chamadas salas de bate-papo. Com isso, mais pessoas vão aprendendo o “internetês”, o linguajar do internauta (Miglio, 2001, p. 3)

Outras características próprias da linguagem digital são: a) *emoticon* (😊); b) acrônimos (rsrsrs – risos / lol - *laughing out loud* ou rindo muito); c) abreviações (qdo – quanto / tbm – também); d) ortografia adaptada (kd – cadê / vc – você); e) GIFs; f) *emojis* (😊), etc. Todos esses recursos atribuem sentido quando colocados em um contexto comunicativo nas redes sociais. Revelam não somente as atualizações em termos de linguagem e interatividade na cibercultura, mas também, de acordo com Bourdieu (1996), conferem à linguagem uma capacidade simbólica da realidade, ressignificando situações cotidianas de comunicação. Isso ocorre, pois as estruturações da linguagem, que são moldadas com o passar do tempo e dos âmbitos de veiculação, variam de acordo com as relações que os agentes da linguagem atribuem ao mundo. Os textos são, portanto, resultados de várias visões de mundo e de novas percepções do mundo real recontextualizadas. Logo,

A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado objectivo, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (...); do lado subjetivo, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e, sobretudo, os que estão sedimentados na linguagem, são produtos das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica (Bourdieu, 2004, p. 139 – 140).

A leitura de mundo pode ser efetivada através da linguagem e, mediante a interpretação da própria linguagem, pode-se realizar novas percepções de mundo, posto que, ao conduzir visões de mundo e singularidades humanas, a linguagem é vista enquanto a própria expressão da pluralidade e plurissignificação de cenários criados pelos agentes sociais. Em função disso, a linguagem não tem apenas a proposição de transmitir ou de informar, de modo neutro e despretensioso. Ela assume, diante do seu apropriamento, a posição que o falante ocupa, em que culturas e ideologias são colocadas em cena. Dessa forma, Bourdieu (1989) aponta que o

poder não está diretamente nas palavras utilizadas para produzir textos, mas na legitimidade que lhes é conferida. Nessa perspectiva, para o autor, o poder simbólico é lido, fundamentalmente, como um poder de construção da realidade. Tal poder,

O poder simbólico “faz ver e faz crer”, transforma a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo – e desse modo, o mundo. É um poder “[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...]” (Bourdieu, 1989, p.14).

Assim, o poder simbólico apresentado pelo autor detém as possibilidades de reafirmar o direcionamento instantâneo do mundo, designando valores, classificações hierárquicas e conceitos que se dispõem aos agentes como simples, naturais e desinteressados. Para o autor, é diante do poder simbólico realizado na linguagem que se realizam as lutas ideológicas que corroboram com o caráter social da linguagem. A força das palavras e das linguagens exercem, com isso, suas intencionalidades comunicativas e tramitem valores e significados ao cotidiano das pessoas, configurando, assim, formas de dominação e exercício do poder.

Nessa seara, em Bourdieu, nota-se, em alguns pontos, que o poder requer a cumplicidade alheia em que, para ser exercido, precisa o reconhecimento do dominado, ou seja, o papel ativo do agente do poder para mesmo para aceitar o processo de poder e de dominação. Entretanto, Foucault (2011), que também apresenta algumas acepções acerca do poder e dos seus dispositivos sociais, transmite um caráter mais fluido, intangível em relação aos apontamentos de Bourdieu. Por isso, neste texto, serão considerados os pressupostos de Michel Foucault. Para o referido autor, o poder pode ser lido enquanto um funcionamento, um mecanismo realizado a partir de “regimes de verdade” estabelecidos o “poder mais se exerce do que se possui”:

O estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. (Foucault, 2011, p. 29).

Para o filósofo francês, as relações sociais estabelecidas através da comunicação, do diálogo, da linguagem e das trocas de saber são relações de poder,

tendo em vista não serem unicamente advindas entre o Estado e os cidadãos ou na linha fronteira entre as distintas classes sociais existentes. Ao contrário, para ele, as relações ampliam-se sob o viés da sociedade, apontando que “em nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos” (Foucault, 2011, p.30), isto é, inúmeros fatores podem ser interpretados como determinantes para tal fenômeno.

Anteriormente, na sociedade caracterizada como burguesa, o poder era concentrado na figura dos soberanos, dos que ditavam ordem e possuíam a autoridade, entretendo, houve um deslocamento de tal fenômeno social, fazendo com que o poder fosse ramificado nas diversas instituições e normas que surgiram. Dessa forma, passou a existir uma “economia dos direitos suspensos, relativa ao nascimento e aperfeiçoamento das novas técnicas do poder, quais sejam: a disciplina, a reclusão e a vigilância incessante” (Foucault, 2011, p.16, p.21). Com isso, o poder passou a ser redirecionado e, automaticamente, ampliado à medida que novos dispositivos de regulamentação foram implementados e, de certa forma, aceitos.

Além disso, é importante apontar que as novas formas de controle social, lidas como “minúcia dos regulamentos”, do “olhar esmiuçante das inspeções” e do “controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” (Foucault, 2011, p. 136), estão cada vez mais presentes nos aparelhos que disseminam ideologia na sociedade: nas famílias, nas igrejas, nos quartéis, nos hospitais, etc. Portanto,

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia indecência). [...] **é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar.** (Foucault, 2011, p. 172, grifos meus).

Os processos aparentemente sutis de punição podem ser ampliados, atualmente, no contexto das redes sociais, através do compartilhamento e publicação de textos que violam os direitos individuais e coletivos dos seres humano que não foram “adestrados” pelo poder social imposto. Esse poder, citado na obra foucaultiana e também compreendido no século XXI, apresenta a disciplina proposta como um poder que “tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória”. Isso porque a “disciplina, são os súditos que têm

que ser vistos” (Foucault, 2011, p. 170). Vê-se, então, que o poder disciplina tem um objetivo superior:

adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Este poder fabrica os indivíduos, tomando-os como objetos e instrumentos do seu exercício. “Não é um poder triunfante”, é um poder “modesto”, entretanto, “permanente”. Seu sucesso deve-se à utilização de instrumentos simples, como o “olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame (Foucault, 2011, p. 164).

Esse poder vigilante funciona como uma máquina que induz à produção de indivíduos que vivem nesse campo permanentemente. Entende-se que isso favorece a repercussão de tal fenômeno na sociedade, uma vez que o poder é, em suas entrelinhas, absurdamente discreto e indiscreto: enquanto está em toda as partes constituintes da sociedade, monitorando continuamente os responsáveis pelo ato de controlar, também se apresenta e funciona, na maioria dos momentos, silenciosamente, respectivamente (Foucault, 2011).

Diante da discussão do autor, infere-se que a necessidade de, em tempos como os vivenciados, em que os aparelhos de poder estão ainda mais rígidos, abandonar concepções de que o poder é o responsável por gerenciar as proibições, é uma maneira de evidenciar o preconceito. É necessário entender o poder como uma ferramenta que produz personas, que produzem os regimes, as repressões, etc. Nesse sentido, Foucault (1988, p. 13) salienta que “é preciso pensar os problemas políticos não em termos de ‘ciência/ideologia’, mas em termos de ‘verdade/poder’”, isto é, ler a sociedade e suas faces criticamente.

Tais resultados são visualizados com intensidade nas mídias, nas redes sociais, locais onde o poder, mesmo silencioso, em algumas leituras, é vigente. As estratégias para o mantimento da dominação *online* podem ser lidas em aspectos de combinação, de adaptação e de mistura, que refletem em uma legitimação do poder. A instituição moderna das redes sociais ocupa, assim, um espaço que a confere determinado poder à medida que há o carisma, as atualizações das ferramentas – sugerindo o acolhimento e a satisfação do seu uso, elementos de afetividade e de falsa demonstração de interesse no bem estar alheio. As redes se colocam e são colocadas como instâncias que representam valores sociais prestigiados.

Diante disso, o poder, através do uso da linguagem e da sua representação social, ocorre desde a atuação do Estado, enquanto instância lida como superior, até as relações, que são concretizadas e exteriorizadas através de atores e seus

dispositivos. Nisso, concebe-se, sendo assim, a não verticalidade do poder e sim a formação de redes e de estratégias eficazes de dominação. Logo, o elo entre a linguagem e a ideologia fica nítido: dá-se por meio da manifestação de realidades vivenciadas, perante sua concretização da sociedade. Isso, pois, a ideologia é lida como parte “imaneente à realidade, é indissociável da linguagem” (Fiorin, 2003, p. 55). As leituras, as visões de mundo são vinculadas à linguagem. Dessa forma, as discussões e comentários lidos nas redes sociais são a expressão da vida.

Na internet, mais precisamente nas redes sociais, a ausência do diálogo real, lê-se como *offline*, geram a confecção de comentários/*posts/tweets* que se fecham em uma negação em relação ao outro. Assim, o movimento do silenciamento, de poder, sem neutralidade, entre os discursos, como forma de negação da argumentação e leitura alheia, acaba sendo potencializado através do anonimado, conforme abordado no artigo anterior. Nesse contexto comunicativo e extremamente necessário de compreensão e inferências distintas, parte fundamental do crescimento intelectual, humano e leitor, ao invés de haver o predomínio da a “marcha civilizatória do ser humano” que renuncia “do uso da força para empregar a persuasão” (Fiorin, 2015, p. 11), há o uso da palavra como meio de prestação de serviço ao ódio, à violência e à agressividade.

Nesse sentido, “mais comunicação significa em um primeiro momento, acima de tudo, mais conflito” (Sloterdijk, 2014, s.p).” A agressividade verbal *online*, entendida como ferramenta que divulga comportamentos e discursos agressivos em relação ao outro, é verificada como uma face inédita das inquietações que patenteiam as relações através da linguagem. A linguagem se sobressai em relação à prática da violência por meio de debates, de bate-papos, tendo em vista o dialogo pressupor e necessitar de um mínimo de conhecimento da outra parte para que a troca de palavras comporte, em determinado momento, alguma agressividade.

Contudo, a abdicação à violência por intermédio da linguagem, como eixo de estruturação social, é um indicativo da perversão que há na humanidade desde o processo civilizatório. A violência verbal das mídias indica a potencialidade da língua e de suas indefinições e contradições no ciberespaço; isso, pois a palavra, ao passo que compartilha de um caráter fluido, plurissignificativo e preenche de diversas possibilidades do ciberespaço, também manifesta sua “vocaçãõ para o dizer e o silenciar, construir e destruir, juntar e separar, identificar e diferenciar” (Saldanha, 2013, p. 101).

Assim como as pessoas são reguladas, algumas, por práticas sociais, infelizmente, vigentes – machismo, misoginia, preconceito, política, o discurso também é monitorado. Novos dispositivos, novas tecnologias requerem dos seus usuários uma maneira diferenciada de interação. Isso faz refletir sobre a linguagem enquanto fenômeno que não é “fixo” (Foucault, 1988, p. 56). Maleável, dialógica, híbrida e repleta de significações, a linguagem ganha novos adereços que são direcionados por códigos estruturantes que inconscientemente, através das interpelações, moldam os seres humanos. Assim,

A linguagem é um fenômeno extremamente complexo, que pode ser estudado de múltiplos pontos de vista, pois pertence a diferentes domínios. É ao mesmo tempo, individual e social, física, fisiológica e psíquica. Por isso, dizer que a linguagem sofre determinações sociais e também goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais não é uma contradição (Fiorin, 2002, p. 8).

Reafirma-se que há uma linha tênue entre a suposta autonomia da linguagem e dos aparelhos ideológicos que a molda. Segundo Foucault (2002), existe na sociedade vários fluxos que direcionam as subjetividades humanas, ou seja, as artes, os textos, as redes sociais e demais meios de exploração da linguagem são cotidianamente monitorados e reajustados conforme a intencionalidade das potências midiática e ideológica. Esses fluxos se tornam ainda mais severos e significativos para um “regime” de estereotipação através da intensidade em que as interferências e padronizações ocorrem.

A linguagem virtual, por exemplo, para além de um instrumento de comunicação, representa a persona humana e instâncias que aproximam os conceitos de ser, colocar-se e apresentar-se diante a sociedade *online*-contemporânea. O ser humano da atualidade habita o mundo expondo sua cultura e subjetivação. Dessa forma, os discursos disseminados nas redes sociais possuem uma linguagem que se torna um produto extraído do interior da sociedade à medida que suas leituras, advindas de contextos ideológicos socioculturais, são correlacionadas.

Essa heterogeneidade das vozes sociais é considerada a interiorização da dialogicidade. Os textos produzidos pelos sujeitos são, por essa razão, considerados construtivamente ideológicos, tendo em vista uma resposta ativa dos pensamentos, das crenças e das vivências humanas exteriorizadas. Por essa razão, o discurso, tampouco as vozes sociais, não são produtos isolados, únicos ou limitados. São discursos produzidos a partir de uma realidade e de outros discursos que são

incorporados enquanto circulam socialmente. É importante, nesse viés, enfatizar que o sujeito produtor dos discursos não é assujeitado. Ele é partícipe do emaranhado de vozes, pois a sua história é única perante a emancipação da consciência singularizada.

Pode-se se dizer, assim, que as personas que produzem os discursos integram dois grandes eixos: a integridade singular e a integridade social (Fiorin, 2009). Isso, pois, tratam-se de eventos únicos que ressoam de condições individuais e claras do diálogo social e interagem concretamente, através da produção do discurso, com vozes sociais de maneira particular. Exemplos dessa interpretação são os comentários que circulam nas redes sociais: são únicos, com propriedades estilísticas e semânticas peculiares, entretanto, se difundem à medida que são incorporados em outros posts, comentários, etc.

O cidadão pós-moderno habita, além de todas as faces edificadoras da essência, da singularidade e do fazer humano, o mundo cibernético, como já mencionado neste trabalho, de modo simultâneo. Nessa existência, que é lida como o espelhamento das vivências realizadas na vida *offline*, ressoam algumas novas posições-sujeito, readequadas na internet, que, diante de nuances, aparentemente silenciosos e despretensiosos, dos sistemas ideológicos e de poder instituídos, disseminam ódio, construindo textos carregados de discriminações e de intolerâncias.

Essas personas reconfiguram a linguagem virtual para distribuir conteúdo inadequado e desrespeitoso, que ferem os direitos e a dignidade humana. Por fim, o sujeito existe no espaço *online* através da linguagem e a linguagem, em si, não existe se não estiver intrínseca ao contexto social, às experiências, à bagagem cultural. Nessa relação é que se observa a concretização da comunicação, no caso dos discursos de ódio, perversa como um dispositivo de poder.

Com base nesses apontamentos, como forma de ilustração, explanação e reflexão sobre tais dispositivos de poder e suas peculiaridades, apresentar-se-á, na seção seguinte, sobre a violência nas redes sociais, mais precisamente, na rede Twitter.

3 280 CARACTERES DE VIOLÊNCIA: REDE SOCIAL TWITTER

A incessante atualização das esferas *online* corrobora com a ampliação da produção e da circulação de novos enunciados/publicações. A formação de perfis

surge, assim, com vários vieses detentores do saber: políticos, econômicos, culturais e sociais, amplamente marcados, em sua maioria, por intolerância e radicalismo. Com frequência, assuntos polêmicos citados em postagens das redes sociais são tomados por uma descontrolada e insensata fúria, justificada por fatores externos e por irracionalidades.

As publicações, além de permitirem a interação, o compartilhamento e o comentário, são regidas e direcionadas às personas através de algoritmos estabelecidos previamente pela organização de dados das redes. Essa atividade, própria das empresas, infelizmente não é conhecida por todas as pessoas e favorece a disseminação de bolhas, caracterizadas, principalmente, por não terem o discernimento racional do sujeito que ocupa, na web, a posição de perfil-usuário, o que se torna um paradoxo em meio ao contexto social brasileiro que presa pela padronização dos corpos, dos pensamentos e das ações (Belem, 2018).

No ciberespaço, pela ausência de informações que geralmente permeiam a comunicação face a face, as pessoas são julgadas e percebidas por suas palavras. Essas palavras, constituídas como expressões de alguém, legitimadas pelos grupos sociais, constroem as percepções que os indivíduos têm dos atores sociais. É preciso, assim, colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia, na formação geralmente anônima do ciberespaço (Recuero, 2010, p.27)

Pode-se ler as publicações, os perfis e páginas como representações performáticas da posição-sujeito da vida real – *offline*, adequada para uma posição-sujeito-perfil – *online*. Isto é, uma nova maneira de concretização de discursos já proferidos. Nas redes, as palavras e demais recursos semióticos e de subsidio para manifestações discursivas, são fatores que aproximam os perfis, com o auxílio dos algoritmos, para que performances sejam materializadas e, assim, viralizadas, segregando determinados pensamentos. Além dos artifícios de linguagem, como abreviações, caracteres, elementos gráficos, vídeos curtos, combinações de letras e símbolos do teclado, *emojis*, etc, conforme citado na seção anterior.

As trocas e diálogos sobre percepções, mesmo que, em algumas leituras, vistas de forma preconceituosa, são tecidas entre os atores das redes sociais. Logo, de acordo com Recuero (2010, p. 29) “é através da comunicação entre os atores no ciberespaço [...] que a identidade desses é estabelecida e reconhecida pelos demais, unindo-os.” A mediação realizada pelo ciberespaço, nesse caso, traz questões como a facilidade comunicativa, o distanciamento entre os atores, a normalização do

anonimato e a intensificação de perfis fake à tona, justificando como os laços das redes sociais, sejam eles relacionais ou os de associação – denotam a real interação entre os sujeitos-perfis e a necessidade de participação a uma instituição *online* (grupo), respectivamente, são significativos em termos de expansão discursiva.

Todos as potencialidades citadas facilitam a proliferação das redes sociais e aderência de inúmeras atualizações que, além de atraírem o usuário, incitam ao manuseio diário e constante. Ademais, encontrar um espaço para enaltecer sua voz é um dos fatores que mais enaltece o uso das redes sociais e a edificação de seus diferentes tipos. A ausência concreta de uma plateia permite que exista uma licença alicerçada e permanente para o desenvolvimento de pensamentos e ideologias. Ao conectarem-se a outros perfis com o mesmo teor, há o florescimento de um campo fértil protegido pelo sentimento do anonimato e do distanciamento. Correlacionado a esse item está a escolha pela rede social, tendo em vista que essa é a ação inicial realizada por um sujeito para expor suas leituras na web, ou seja, não se trata de uma atitude aleatória. Segundo Silva et al. (2011, p. 449),

A fim de manifestar-se e atingir seus objetivos danosos, o discurso de ódio deve ser veiculado por um meio comunicacional. Esse meio é escolhido de acordo com o período histórico vivido pelo autor, com suas condições aquisitivas e de acesso às tecnologias, com o público visado por este, entre outras variáveis. Inclusive, pode-se dizer que o discurso é tanto mais nocivo quanto maior o poder difusor de seu meio de veiculação.

Levar esses aspectos em consideração é um indicador de como os discursos de ódio são planejados e intrínsecos à vida cotidiana das pessoas. Se há séculos o acesso aos livros, as reuniões à multiplicação de ideias eram restringidas somente entre o público que sabia ler e tinha maior poder aquisitivo e prestígio social, hoje essa habilidade se alastra com rapidez devido à democratização e à proliferação tecnológica. Conquanto que as peculiaridades das redes viabilizem abundante intercâmbio entre culturas, sociedades e seres humanos, também beneficiam conteúdos perniciosos. Tal situação, mesmo com a existência das denominadas políticas de privacidade, são recorrentes.

Bem-David e Matamoros-Fernandez (2016) dissertaram, em seus estudos, que há uma lógica das plataformas *online* favorecerem que pessoas ou grupos continuem alcançando novas audiências, recrutando novos membros e criando comunidades de ódio que possibilitam que a violência saia das telas e alcance as ruas. Entretanto,

mesmo com esses estudos, vê-se os administradores das redes sociais nem sempre cumprindo com a real necessidade de monitoramento das redes, como é o caso da rede social Twitter.

3.1 Rede social Twitter

No Twitter, rede social selecionada para este trabalho, apresenta um serviço de *microblog*, Twitter, caracterizado por ser um espaço de troca de textos curtos, até 280 caracteres, chamados de *s* e de *com* com inúmeras possibilidades interativas: curtir, *retweetar* e *retweetar* com comentários. Enviar e receber mensagens e postagens em tempo real em sites, por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento. Devido a sua rapidez e dinamismo, a rede tornou-se fonte de notícias e informações de cunho social. Contudo, torna-se importante analisar, não somente suas facilidades e recursos, mas sim suas políticas e estudos recentes sobre a rede.

Com a intenção de intensa renovação e aprimoramento, a rede ofereceu novos termos de segurança em 2018, apontando que “não é permitido promover violência, ameaçar ou assediar outras pessoas com base em raça, etnia, nacionalidade, orientação sexual, sexo, identidade de gênero, religião, idade, deficiência ou doença grave” (Twitter, 2018).” A redação salienta a austeridade aos discursos de ódio e reforça outro elemento, que a rede norte-americana se utiliza da Inteligência Artificial para deletar *tweets* ofensivos e notificar os usuários responsáveis. Essa adequação nas políticas da empresa ocorreu com mais vigor em 2018, uma vez que, em 2017, o CEO do Twitter, Jack Dorsey, idealizador da plataforma, 2006, questionou seus seguidores sobre possíveis melhorias que poderiam ser realizadas. Dentre os comentários, apareceram sugestões de denúncias de *hate speech*, rigor em relação aos *tweets* ofensivos e transparência dos perfis (Silva, et, al., 2019, p. 473).

De acordo com a Agência Mestre (2022), o Twitter possui 40,9 milhões de usuários no Brasil e mais de 500 milhões de *tweets* são publicados diariamente – o que equivale a cerca de 5.787 *tweets* por segundo (Valor.Globo, 2022, s.p). Atrelado a isso, aponta-se que 67% das empresas utilizam a rede social como integrante das estratégias de Marketing Digital, sendo o Brasil o país em 4º lugar no ranking de audiência do Twitter desde 2021. Os dados indicam que, mesmo com inúmeras redes sociais disponíveis e com, talvez, mais usuários ativos, os administradores ainda

inventem no Twitter. Ademais, no que se refere ao perfil dos usuários que acessam ao Twitter, a mesma agência realizou um levantamento que aponta alguns traços dos perfis – com base em informações vistas na rede social – dos chamados informalmente de “tuiteiros.”

66% dos usuários se identificam como homens; majoritariamente, o Twitter é acessado através de dispositivos móveis (80%); 42% dos usuários acessam a rede diariamente; a idade dos usuários varia entre 18 e 49 anos, sendo que 38% têm entre 18 e 29 e 26% entre 30 e 49 anos. Constatamos, também: 61% dos entrevistados acessam a rede, ao menos, uma vez por dia; 57% já utiliza a rede social há mais de 3 anos; 44% dos usuários passaram a utilizar mais a rede social devido à pandemia; nos próximos 12 meses, 61% dos usuários pretendem manter a frequência de uso ou aumentá-la.

Com os dados expostos, compreende-se como ocorre o dinamismo comunicativo entre as gerações e como elas redirecionam pensamentos e ideologias disseminadas nas redes. Trata-se assim de um ambiente que “mistura elementos autorais e pessoais, indicações, links, etc. a elementos de edição em tempo real – escolha de RTs à medida que o fluxo informacional se movimenta em conversações paralelas” (Santaella; Lemos, 2010, p. 79). Caracterizado, ainda, pela democratização das informações, mas que, em situações, permite refletir sobre suas políticas de segurança e privacidade.

No tocante à Segurança de Crimes Virtuais dissertada e publicada pela rede social através da Central de Ajuda, mais especificamente à “política de propagação de ódio”, lê-se que a missão do Twitter é “oferecer a todos a possibilidade de criar e compartilhar ideias e informações, além de expressar suas opiniões e crenças sem nenhum obstáculo. A liberdade de expressão é um direito do ser humano.” Paralelo a isso, asseveram não ser permitido o preconceito, tampouco o incentivo à violência, ameaças com base em diferenças culturais, sociais, étnicas, orientações sexuais, identidades, etc (Twitter, 2022). Outrossim, os travestis e transexuais integram “o grupo de pessoas sofrem assédio *online* de maneira desproporcional” e são denominados pela plataforma de “categoria protegida”, o que reitera uma proposta desigual na apropriação do termo e da integração das pessoas e de suas singularidades.

É proibido direcionar a alguém declarações ou tratamentos repetidos ou outros conteúdos com intenção de desumanizar, degradar ou reforçar estereótipos negativos ou nocivos sobre uma categoria protegida. Isso inclui atribuir o gênero incorreto a pessoas transgêneras. Também proibimos a

desumanização de um grupo de pessoas, com base na religião, casta, idade, deficiência, doença grave, origem nacional, raça, etnia, sexo, identidade de gênero ou orientação sexual (Twitter, 2022).

Somadas aos fatores acima, estão as imagens historicamente associadas à propagação de ódio - nazismo, símbolos, imagens que representam pessoas em condições degradantes, manipulação de imagens com fins odiosos; recursos que façam referência a assassinatos em massa como forma de entretenimento. Mesmo que todos esses itens sejam ressaltados pela plataforma, há a ressalva de que “alguns *Tweets* podem parecer apresentar conduta de propagação de ódio quando vistos de forma isolada, mas podem não transmitir a mesma impressão no contexto de uma conversa mais abrangente”, o que demonstra que os crimes de ódio ainda podem ser questionados e, se entendidos como consensuais, dentro de um grupo específico, por exemplo, a denúncia é desconsiderada.

Com o propósito de compreender e, até mesmo refutar algumas das normas vigentes e nem sempre postas em prática do Twitter, a empresa virtual e televisiva Olhar Digital, considerada o principal portal de tecnologia do Brasil, publicou, em 2021, um estudo denominado “Universo Trans”, que foi desenvolvido pela empresa especializada em Marketing Digital, Zygon, uma pesquisa sobre o teor das menções sobre as pessoas trans no Twitter. O estudo identificou que 88,6% são relacionadas à transfobia. Após a transfobia, o assunto mais abordado, dentro dos assuntos que envolvem o grupo LGBTQIA+, é a questão identitária, com 4,78% das menções – ênfase no pronome neutro e nome social. Na sequência, aparecem: identidade (4,78%), luta e aceitação dos demais grupos (4,03%), oportunidade – mercado de trabalho (1,51%) e corpo e movimentos de transição (1,07%).

Outro fator importante relatado pelo estudo, foi que “70% das pessoas trans ou travestis pretas e periféricas falam mais sobre racismo associado a temas como corpo e transição, oportunidade e identidade, do que sobre os demais assuntos relacionados a seus estilos de vida” (Olhar Digital, 2021, s.p). Entende-se que posicionamentos com esse teor podem ser viralizados com mais rapidez, gerando, assim, um alcance eficaz não só do *tweet*, mas sim do seu conteúdo, da delação realizada. Recentemente a rede social realizou uma alteração, de certa forma, silenciosa, que somente após alguns dias os usuários visualizaram. Originalmente apresentava-se a seguinte versão:

proibimos visar outras pessoas com insultos repetidos, tropeços ou outro conteúdo que pretenda degradar ou reforçar estereótipos negativos ou prejudiciais sobre uma categoria protegida. **Isso inclui o uso de gênero ou nome de nascimentos de pessoas transgênero** (Twitter, 2023, s.p, grifos meus).

A última frase do excerto, em destaque, foi removida pela plataforma que teve sua última atualização em abril de 2023. Lê-se tal mudança como um exemplo de como os discursos de ódio e a intolerância têm passe-livre na rede. Retroceder em uma política significativa para as pessoas trans é demonstrar uma conduta que destoa do acolhimento e do respeito ao próximo e incentiva as ofensas proferidas por determinados usuários e grupos.

Diante da leitura acima, fica nítida a fragmentação social em que estão inseridos os sujeitos trans e como, através das redes sociais que, embasadas em supostas políticas de segurança e de prevenção contra discursos de ódio, ainda possuem suas integridades físicas e/ou psíquicas comprometidas das mais diversas maneiras (SILVA JUNIOR, 2013). A ausência de filtros que supram as necessidades dos crimes de ódio e a existência de pessoas-perfis que se colocam na posição de disseminar expressões e violência reafirmam “a existência em nossa sociedade de um padrão heteronormativo, que se consubstancia como verdadeira semente do preconceito, do repúdio daquilo que possa parecer dessemelhante” (Mora; Lopes; Prandi, 2012, p. 353-374). Ademais, diante de tal leitura e interpretação contextualizada, de acordo com o objetivo desta tese, optou-se por analisar os materiais disponíveis na rede social Twitter.

4 MAPEAMENTO DE COMENTÁRIOS DO TWITTER: METODOLOGIA E ANÁLISE

“Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza” são, para Borrillo (2010, p. 13), algumas das inúmeras ofensas direcionadas àqueles que não são partícipes da proposta de “unidade nacional”, a idolatrada heterossexualidade. Dessa forma, mediante os diálogos já propostos neste texto, a invisibilidade social das pessoas trans está ligada a fatores econômicos, sociais e culturais, que asseveram a sua intencionalidade, sobretudo, aos determinantes: ideologia, cultura e sociedade. Mesmo com incontáveis projetos e avanços com relação à aplicabilidade dos direitos

e da igualdade social, o Brasil ainda é falho nesse quesito. Pensamentos enraizados ainda, infelizmente, são maioria entre os indivíduos.

Proliferar a invisibilidade ou denegri-la à medida que a exposição de corpos, pessoas e julgamentos ofensivos são publicados nas redes, expande e fortifica tudo que é fruto da normatização e reflete, automaticamente, na formação e nos posicionamentos desumanos vistos em alguns casos. Assim,

As pessoas são constantemente influenciadas pelo meio social em que vivem, seus comportamentos são instalados e podem ser repetidos graças às contingências em que o indivíduo ou grupo social está exposto, e esse indivíduo e/ ou grupo social podem interagir com seu meio social. O problema ocorre quando grupos sociais começam estabelecer comportamentos supersticiosos e preconceituosos, como as afirmações de que “pobre é vagabundo” e que os “médicos são superiores.” Não há um único fator determinante, mas diversas práticas culturais, em sua maioria, ligadas a fatores econômicos: “não compensa olhar para os invisíveis.” **Interessante frisar, que os indivíduos são invisíveis, mas o grupo ao qual pertencem constituem nicho mercadológico em potencial como, por exemplo, a “indústria da seca” no nordeste brasileiro e a “indústria da violência” nos grandes centros urbanos** (Gachet, 2007, s.p, grifos meus).

Portanto, tudo que está fora do padrão das classes hierarquicamente superiores é considerado como motivo de invisibilidade, exclusão social. Logo, a invisibilidade é identificada como o resultado de um processo de estigmatização social que está presente cotidianamente na vida das pessoas com classes inferiores a normatividade. Assim, entende-se que, atualmente, grande parte dos indivíduos deixa passar despercebido o desrespeito e a falta de humanização com determinados grupos e pessoas, que são tornadas invisíveis mediante uma regularização social vigente. Isso salienta e respalda a importância de uma leitura atenta e sensível de textos/comentários publicados nas redes sociais com fins odiosos destinados ao público trans.

4.1 Pressupostos metodológicos

Os comentários constituem uma nova forma de comunicação na internet. Ao consentir uma manifestação que mescle elementos semióticos – sons, imagens, *hiperlinks*, *emojis* –, eles favorecem novas leituras que podem ser elaboradas através da confecção de enunciados e interpretadas a partir de focos de análise distintos. Tais comentários, ao disponibilizarem esses e outros recursos, amplificam a comunicação

entre as pessoas e reiteram uma estreita ligação entre as ações sociais dos sujeitos e seus posicionamentos.

Nesse sentido, ao serem utilizados como forma de espelhamento do pensamento e das ações humanas, do *offline* para o *online*, constituídos a partir de inúmeros fatores, representam mesmo que em curtas apresentações, posicionamentos e práticas (des)humanas. Assim, com a intenção de analisar a constituição desses enunciados, com ênfase em comentários que apresentem discursos sobre a transexualidade na rede social mencionada, e as implicações que o seu encadeamento de linguagens representa, esta etapa se utilizará da teoria da Análise de Conteúdo. Isso porque

A análise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se investigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto), embora o inverso, prever os efeitos a partir de factores conhecidos, ainda esteja ao alcance das nossas capacidades (Bardin, 1997, p. 137).

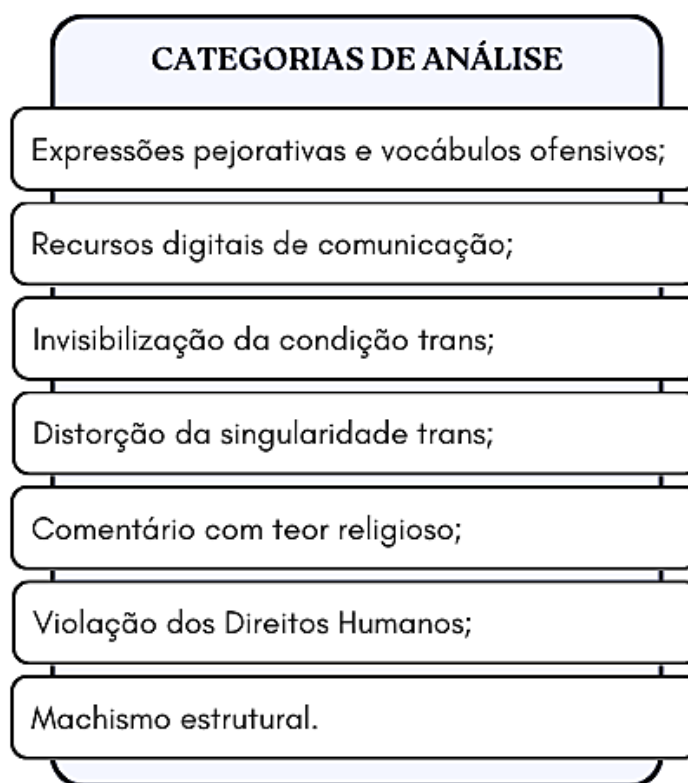
A seleção do *corpus* de leitura foi baseada nas três fases de leitura que a Análise de Conteúdo propõe, a partir dos pressupostos de Bardin (1997): a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira etapa diz respeito à sistematização das ideias e o estabelecimento dos indicadores para leitura e interpretação dos dados coletados, isto é, compreensão e realização de uma leitura flutuante, em que se tem um primeiro contato com os dados propostos para análise; a definição desses; a construção de indicadores interpretativos.

Quanto à segunda fase, exploração do material ou codificação, consiste na construção de operações de codificação. Consideram-se os textos selecionados em unidades de registros, em que há a realização de uma classificação e agregação de informações. No caso deste trabalho, as unidades de registro foram embasadas nos direcionamentos dos discursos, em relação à categoria de análise elencada (quadro 1) e nas palavras utilizadas pelos usuários da rede para comentarem sobre o assunto.

Correspondente à última fase, tratamento dos resultados, inferência e interpretação ou categorização, na qual se observaram os dados obtidos e, a partir deles, verificar-se-á como as temáticas de inferências sobre transfobia – discurso de ódio, agrupando os recortes de forma que conduzam a uma análise mais complexa, contextualizada, relacionam-se. Propõe-se uma leitura ampla e reflexiva do material.

Para sistematização da análise, tem-se como proposta as categorias de análise citadas abaixo:

Quadro 1: Categorias de análise



Fonte: elaborada pela autora (2023).

Todas as categorias de análise foram escolhidas, tendo em vista apresentarem aspectos considerados relevantes para a constituição analítica desta tese. Em suas especificidades, salienta-se que as **duas primeiras categorias**, que serão analisadas neste artigo – expressões pejorativas e vocábulos ofensivos e recursos digitais de comunicação – representam fatores relevantes ao uso da linguagem e suas inúmeras possibilidades de manifestação e construção de inferências. Assim, foram eleitas pois se entende que a linguagem e o modo como é administrada, sobretudo, no âmbito da internet, associadas ao cotidiano e às ações dos sujeitos partícipes de uma sociedade, são elementos primordiais para execução e proliferação de discurso de ódio nas redes sociais.

Outra peça fundamental para justificar ambas as categorias, depende-se da leitura de que o fenômeno discursivo da proliferação de enunciados e de mensagens virais de ódio é realizado com especificidades distintas, o que também pode favorecer

a dimensão colaborativa de textos com teor odiosos, fazendo com que não só a disseminação e o compartilhamento sejam enfatizados, mas, principalmente, a receptividade e a assertividade com que são alavancados. Ainda, abordar sobre esses eventos da linguagem em diálogo com relações de poder, de hierarquia e, acima de tudo, com encadeamentos preconceituosas que, infelizmente, são vigentes na sociedade, é uma maneira de verificar como é o funcionamento da comunicação quando as pessoas são colocadas na posição sujeito-usuário-crítico e reproduzidor de discursos, isto é, observar como a linha tênue entre o real e o virtual é expressa através da linguagem.

Propõe-se, então, essa reflexão, com uma dimensão ampla de visualização e de entendimento da linguagem não só enquanto constituinte da sociedade, mas, também, diante de seus significados, contextualizações e readequações. Ademais, justifica-se tais categorias pela importância de abordarem, também: a) a visualização da linguagem e sua edificação a partir de símbolos, caracteres, letras, etc; b) o caráter híbrido, maleável e dialógico que a linguagem possui ao ser disponibilizada em vários meios de comunicação; c) a linguagem como sistema de interação, de manifestação de pensamentos e de produção do conhecimento; d) o papel e função social da linguagem, corroborada através de elementos sociais, de incentivos políticos, de monitoramento religiosos, de constituições familiares patriarcais e demais fatores que direcionam o ser humano a uma “categorização”. Ressalta-se que os comentários, através de uma leitura subjetiva, podem pertencer a mais de uma categoria.

4.2.1 Fase 1: pré-análise do material

Nesta fase do trabalho, realizou-se uma leitura dinâmica dos comentários, na rede social Twitter, com foco no perfil do G1¹. Dessa forma, foram lidos, correlacionados e interpretados todos os comentários realizados em publicações da conta do G1 que possuíam a palavra-chave **trans**. Identificaram-se, também, publicações que abordavam sobre variados assuntos em torno do termo, porém nem todas apresentavam elementos que previamente foram selecionados para esta seção.

¹ O site do G1.com é considerado um portal de notícias brasileiro, monitorado pelo Grupo Globo e com orientação da Central Globo de Jornalismo. Desde 2006, coincidentemente ano de criação da plataforma Twitter, é um dos maiores meios de veiculação de informação. No Twitter, o perfil do G1 conta com mais de 14 milhões de seguidores e interações diárias em suas postagens. Na sequência deste texto, há uma explanação que justifica a escolha de rede.

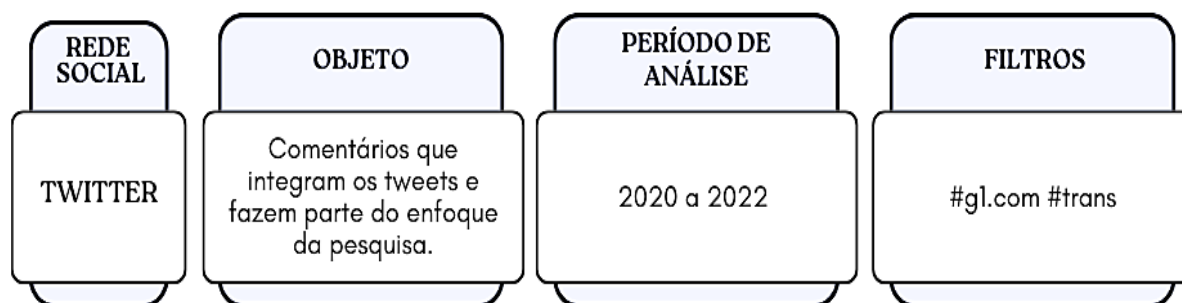
Todos os *tweets*/publicações lidos durante a seleção são originários de postagens realizadas no site da empresa que, ao serem compartilhadas como *tweet* na rede social, passam a ter novos recursos de alcance, como as hashtags, além de obterem um novo público-alvo, fazendo com que sejam compreendidos, nesta leitura, como *tweets*. No quadro 2, estão descritos os assuntos/enunciados e seus respectivos anos - contidos na seleção de comentários que abrangem as categorias de análise elencadas anteriormente:

ANO	ASSUNTO
2020	Modelo de Goiás é a primeira mulher trans a disputar o concurso Miss Brasil Mundo: 'Cheguei no inimaginável'
2020	Polícia resgata de sequestro vereadora trans do ES
2020	Aracaju elege primeira mulher trans como vereadora
2020	Casal trans comemora mudança de nome na certidão: "Nós renascemos. Para uma pessoa transgênero, a certidão é um ato de renascer"
2020	Mulheres trans presas enfrentam preconceito, abandono e violência
2021	Jovem trans de 19 anos que fez cirurgia de readequação de sexo recebe alta em cidade de SC
2021	Dia da Visibilidade Trans - Uma mulher transexual foi morta a cada dois dias no país em 2020, aponta associação
2021	Pela primeira vez, mulher trans é eleita Miss Cuiabá
2022	Modelo trans brasileira vence concurso mundial de beleza na Itália: 'Me sinto orgulhosa da mulher que me tornei'
2022	"Perceber que você é uma pessoa trans e tá num processo de rompimento é uma coisa muito louca de início, mas você vai começando a lidar, se percebendo, nascendo novamente, e é um processo de resiliência enorme", diz Acáua
2022	Justiça determina a inclusão de homens trans em programa de distribuição de absorventes da Prefeitura de SP

Fonte: elaborado pela autora (2023).

É importante salientar que os *res*² e *res* com comentários³ não foram considerados nesta seleção, mas são fatores essenciais para o entendimento do alcance que os comentários realizados nas postagens possuem. Destaca-se, ainda, que se optou por utilizar o perfil denominado como “geral” do G1, uma vez que cada região do Brasil possui um perfil do grupo G1 específico. Com base nisso, os mecanismos utilizados para realizar a seleção dos dados, na plataforma, foram, inicialmente, a apropriação da ferramenta de busca avançada com o uso de: #g1.com #trans, nos anos de 2020, 2021 e 2022, conforme quadro ilustrativo número 3:

Quadro 3: Especificidades da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Expõe-se que a escolha pelo perfil do G1 decorre de seu vínculo com Globo.com, um portal que faz parte do maior grupo de mídia da América Latina. O site é acessado mundialmente. Conforme uma pesquisa da SimilaWeb (2022), divulgada pelo Blog Marketing de Conteúdo e a Rock Content, que tem a intencionalidade de auxiliar empreendedores a atingirem seus objetivos quando se trata de marketing, o portal Globo.com é o 5º mais acessado da América Latina, perdendo para o Google, YouTube e Facebook.

O site oferece um dos maiores acervos de comunicação de toda a web brasileira. Reúne conteúdos com vieses jornalístico, esportivo e de entretenimento da Rede Globo, a emissora que tem a maior audiência no Brasil, além de um layout agradável, de fácil compreensão e localização. A pesquisa descrita acima foi divulgada em dezembro de 2019 e, conforme os dados indicadores, o site, no período

² Trata-se da republicação do original, para que fique disponível no perfil do usuário que realizou a interação.

³ Função que permite, além da republicação, acrescentar comentários e ideias no texto para, posteriormente, disponibilizá-lo no perfil.

de seis meses, recebeu 739 milhões de visitas. Essa característica garantiu ao portal a posição de 41º site mais acessado no ranking mundial.

Além disso, ainda de acordo com a pesquisa, 98,85% dos acessos dos usuários ao site são orgânicos, ou seja, as palavras-chave mais digitadas no campo de procura são distintas e demonstram o interesse das pessoas por programas e notícias da emissora Globo. A oferta de conteúdos variados que atinjam a diferentes necessidades e curiosidades dos sujeitos e a possibilidade de interação desses com as reportagens veiculadas são algumas das especificidades que corroboraram para a escolha do portal como objeto de pesquisa.

Entende-se que o reconhecimento mundial do site e, sucessivamente, de suas redes sociais, o número de acessos e o favorecimento de comentários e de diálogos com os internautas, através da aba comentários – no Twitter – contribui para o posicionamento dos sujeitos sobre os conteúdos abordados. Ademais, em 2018, o site divulgou que 8 a cada 10 brasileiros acessam as redes do Grupo Globo, o que reitera o reconhecimento do portal e permite que esta pesquisa seja desenvolvida com um suporte de análise amplamente lido, além da visibilidade que o domínio tem.

4.2.1 Fases 2 e 3: Exploração do material e tratamento dos resultados

Na prática, durante o processo de preenchimento da busca avançada, preferiu-se o preenchimento individual dos anos 2020, 2021 e 2022, para que a pesquisa fosse completa e houvesse a possibilidade de uma leitura ampla e unitária dos anos, com a intenção, também, de comparar as publicações de modo geral. Nessa ótica, a tabela abaixo apresenta o número total e por ano de publicações do Twitter do G1:

Tabela 1: Total de *Tweets* do G1 - #trans

2020	2021	2022	TOTAL
38	23	30	91

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Observa-se, na tabela acima, todas as publicações que o perfil do G1 publicou nos anos selecionados. É importante salientar que esses dados estão reduzidos em

relação ao site da empresa, isto é, fica nítido que os administradores selecionam, diante de fatores e políticas internas, quais publicações serão duplicadas para as redes sociais. Nota-se, com isso, que mesmo com a existência de termos de privacidade e possibilidades de “remoção” de comentários no Twitter, os administradores realizam um filtro interno de quais publicações podem ou não serem disponibilizadas.

Além disso, a interação entre as pessoas é restrita aos usuários da plataforma, bem como o acesso aos comentários de outros perfis. Diferente das redes sociais, em que o acesso às postagens e aos perfis específicos, para leitura, é liberado. Quanto à oscilação entre o número de publicações nos anos, percebe-se que tal fator está relacionado, de modo geral, ao mapeamento de assassinatos de pessoas trans apontado pela Antra, tendo em vista os dados citados na seção anterior, em que ocorreram, nos anos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, 175, 140 e 131 mortes. Tais estatísticas direcionam para uma percepção numérica, que, em suas entrelinhas, expressa, também, as violações de direitos e deveres, incitação à violência verbal e psicológica, que aumentam cotidianamente, isto é, tudo que diz respeito à fatores elementares da vida humana.

O aumento significativo de postagens nos anos de 2020 e 2022 pode ser lido diante de alguns acontecimentos de cunho social e político que ocorreram: a pandemia da COVID-19⁴ - teve mais visibilidade nos anos de 2019 a 2022, que permitiu o aumento do uso das redes sociais no mundo todo, uma vez que as pessoas, genuinamente, necessitam se comunicar. A recomendação pela OMS, nesse período, era que todos ficassem, se possível, em seus lares, o que resultou no aumento de indivíduos que se apropriaram com assiduidade das redes sociais e, assim, realizarem seus diálogos pessoais e afetivos, atividades profissionais e acadêmicas, etc.

Ademais, nos anos pesquisados, o país tinha como presidente Jair Messias Bolsonaro, do partido PL, o qual, em inúmeras manifestações públicas de bases conservadoras, explanava que as pessoas do grupo LGBTQIA+ é “que têm que nos respeitar” e que a “minorias tem que se calar e se curvar a maioria” (Congresso Em Foco, 2022). Além disso, foi um dos opositores do Projeto de Lei da Câmara (PLC)

⁴ Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde foi notificada sobre inúmeros casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, localizada na República Popular da China. Com o aumento dos casos, na sequência, em 11 de março de 2020, a COVID-19 passou a ser denominada pela OMS como uma pandemia, tendo em vista a sua rápida distribuição geográfica. Em decorrência disso, mais de 82 mil pessoas vieram a óbito somente no ano de 2020 (OMS, 2022).

122/2006, que tinha por função criminalizar a homofobia e crimes resultantes da discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, alegando que o projeto ia contra o que mais importante do Brasil: a família (patriarcal) brasileira.

Ambas as leituras, citadas em relação ao número de *tweets*, revelam que outro fator que salienta o aumento das publicações é a repercussão, em sua maioria negativa, que as postagens tiveram dentre as bolhas sociais. Mesmo com várias visualizações e manifestações de ódio, os sites postavam atualizações sobre os assuntos que estavam relacionados às pessoas trans, o que gerava mais entretenimento para aqueles que postavam seus discursos e, conseqüentemente, mais interação e aumento dos algoritmos, o que trazia benefícios para o rendimento financeiro, administrativo e publicitário da rede social.

Nesse viés, tal determinação temporal eleita aponta para a importância que o contexto social tem na publicização de textos. Aspectos em torno de envolvimento político – mudanças em perspectivas governamentais; ênfase de aspectos que abrangem as lutas em torno dos direitos trans; posicionamentos sociais – conquistas, dados estatísticos e mudanças nas redes sociais – desde políticas de privacidade; envolvimento assíduo dos usuários e troca de administradores; aumento expressivo de comentários e de seus respectivos engajamentos; são alguns dos índices que justificam a escolha do período.

Com base nisso, realizou-se a seleção dos comentários que continham discursos de ódio contra as pessoas trans. Estima-se a leitura de mais de 3 mil comentários, incluindo promoções, discursos não-odiosos e, comentários duplicados. A tabela abaixo ilustra o número de textos selecionados:

Tabela 2: Total de comentários selecionados

2020	2021	2022	TOTAL
67	24	85	176

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Durante a leitura dos comentários, foi impactante a quantidade de comentários que continham discursos de ódio, transfobia e incitação à violência contra as pessoas

trans e a anulação dos Direitos Humanos. Dos 176 comentários, alguns trazem essas referências sistematizadas, tais como: a) 56 deles utilizam expressões como: bichona, puto, viado; X-men; b) 45 direcionam rótulos pejorativos, utilizando o prefixo trans como: transbezero, transputo, transcaprine; c) 22 deboçam do uso do pronome neutro; d) 15 rotulam o sujeito trans como “doente mental”, etc.

Além disso, percebeu-se a incessante repetição de comentários com os mesmos discursos, isto é, textos que se perseveram, sobretudo, com recursos de pontuação, como interrogações, GIFs, *emojis*, enfatizando a indiferença e a falta de empatia com o teor do *tweet* e com as personas mencionadas. Além disso, há a função da curtida que também é um indicativo de interação – vista com ênfase nos comentários, favorecendo a leitura de que as redes sociais têm conhecimento de seus usuários, sobretudo de seus possíveis comportamentos em relação aos comentários e às postagens, tendo em vista permitir que a interação ocorra de diferentes maneiras, todas de forma significativa.

Como visto na tabela acima, há uma relação coerente entre as publicações e o número de comentários em cada ano. Novamente os anos de 2020 e 2022 tiveram ênfase, em termos numéricos, nos discursos transfóbicos. Já 2021, possuiu menor destaque nos dados, estando de acordo com a pesquisa publicada pelo Mapa da Violência (2021), que aborda que houve, nesse ano, uma redução de 7% de assassinatos, não fragmentado por grupos sociais. Entretanto, essa peculiaridade não reduz a dimensão odiosa e alarmante que os discursos e quaisquer atos violentos têm na sociedade.

Outro componente desta leitura que possui relevância ideológica e política, com ênfase, é a ampliação de comentários no ano de 2022, período eleitoral no Brasil, em que houve extrema polarização entre eleitores. Parte da população favorável a candidatura de Luís Inácio da Silva e a outra a Jair Messias Bolsonaro, que possuem propostas, ideologias e pensamentos distintos sobre o ato de governar.

De um lado, respectivamente, o incentivo à retomada a política de valorização do salário mínimo; fortalecimento de projetos contra fome e pobreza; fortalecimento da educação pública; atendimento à demanda da saúde; recomposição dos investimentos em cultura e fomentar a descentralização do acesso ao esporte e lazer; promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Já do outro, o fomento à garantia do aumento do acesso a armas de fogo à população; privatização empresas; exclusão de ilicitude para os integrantes de órgãos de segurança; redução da taxa de

informalidade no mercado de trabalho; ampliação o alcance do 5G; melhoria a posição brasileira em rankings internacionais de educação; incrementação ações para que os estudantes desenvolvam pensamento crítico sem conotações ideológicas; combate ao crime organizado (Senado, 2022)

As propostas e preocupações são evidentemente distintas no que tange ao ser humano, ao desenvolvimento sustentável e às reais necessidades de aprimoramento a nível de Brasil. Neste âmbito de evolução e de valorização das singularidades, excluem-se, nesta leitura, os projetos que o incentivo à violência, a normatização do ódio, a ênfase e investimento em recursos inéditos, sem ter os básicos assegurados, etc. Soma-se, portanto, vistos como projetos fundamentais, a promoção de políticas públicas educacionais que respaldem o ensino e a aprendizagem de qualidade, os direitos e deveres das pessoas assegurados, o acesso à cultura para todos, a segurança, etc.

Tendo esses pressupostos como integrantes desta reflexão interpretativa sobre o número de comentários com teor odioso obtido em 2022, salienta-se os comportamentos de extrema direita recorrentes no Brasil. Historicamente, ao ser estudado por pesquisadores de diversas áreas, esse fato está sendo comparado com um importante marco do país, a redemocratização, ocorrida em 1985.

Algumas situações atuais que reiteram essas ações são advindas dos posicionamentos do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que, em seus discursos, realizava várias apologias ao período da Ditadura Militar. Ademais, dentre as atividades que reafirmam a extrema-direita, estão: bloqueio de rodovias, acampamento em frente a quartéis, atos de vandalismo em lugares público. Nas redes sociais, essas atrocidades são cometidas com o uso de discursos odiosos, preconceituosos, incentivo à praticas violentas, etc.

Os dados supracitados, contextualizam a seleção dos comentários e a intencionalidade da pesquisa, com pois reiteram o pressuposto de espelhamento social. Na sequência, para melhor ilustrar a seleção dos comentários, há o quadro 4, que aponta o número de comentários lidos, por ano, e sua respectiva categoria de análise. Aspecto que intensifica a leitura analítico-reflexiva deste trabalho:

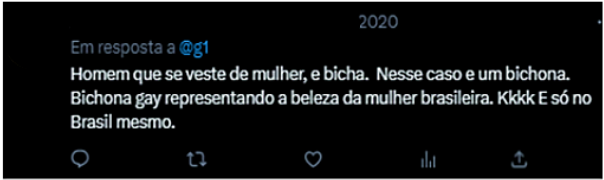


Quadro 4: Categorias de análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ANOS			TOTAL
	2020	2021	2022	
Expressões pejorativas e vocábulos ofensivos	17	15	15	47
Recursos digitais de comunicação	5	8	10	23
Invisibilização da condição trans	15	14	20	49
Distorção da singularidade trans	4	5	8	17
Comentário com teor religioso	15	15	20	50
Violação dos Direitos Humanos	17	15	18	50
Machismo estrutural	18	13	20	51

Fonte: elaborado pela autora (2023).

As leituras, referentes aos comentários e suas respectivas categorias, serão realizadas conforme descrito na introdução deste texto. Dessa forma, diante do cômputo dos comentários e de seu entendimento mediante as categorias de análise, optou-se por apresentar, nesta seção do texto, um exemplo de cada categoria, mais especificamente as duas primeiras categorias, por ano, e uma leitura reflexivo-crítica, conforme as tabelas e considerações abaixo. Salienta-se, ainda, que os comentários exemplificados podem ser atribuídos a mais de uma categoria de análise, tendo em vista a amplitude leitora, em aspectos semânticos, discursivos e contextuais que se inserem. Durante a análise, os comentários serão referenciados conforme ano descrito no quadro e/ou *tweet* correspondente e, em alguns recortes, com título do *tweet* a qual estão vinculados.

Quadro 5: Categoria de análise: Expressões pejorativas e vocábulos ofensivos

ANO	TÍTULO DO TWEET	INTERAÇÕES	EXEMPLO DE COMENTÁRIO
2020	Modelo de Goiás é a primeira mulher trans a disputar o concurso Miss Brasil Mundo: 'Cheguei no inimaginável'	425 <i>Retweets</i> 347 <i>Tweets com comentário</i> 7.936 <i>Curtidas</i>	
2021	Jovem trans de 19 anos que fez cirurgia de readequação de sexo recebe alta em cidade de SC	49 <i>Retweets</i> 12 <i>Tweets com comentário</i> 2.387 <i>Curtidas</i>	
2022	Polícia resgata de sequestro vereadora trans do ES	17 <i>Retweets</i> 21 <i>Tweets com comentário</i> 581 <i>Curtidas</i>	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O descaso pela língua e por sua semântica, em diversos níveis de comunicação, é um dos fatores que permite a leitura do preconceito em contextos interativos, no *online* e no *offline*. Sendo o português uma língua expressamente maleável, multifacetada, dinâmica e híbrida dentro de suas variedades, há muitas riquezas morfológicas que facilitam a criação e a (re)adaptação de expressões em distintos contextos. Dentro esses apontamentos, pode-se afirmar que é mediante a harmonização de sufixos, prefixos, adjetivações e demais aspectos que a semântica e a estilística dos vocábulos permitem que a comunicação é direcionada. Dessa forma, de acordo com Sandman (1989, p. 67):

Há muitas formas de expressar o despreço, pela língua: com palavras de denotação pejorativa (sem-vergonha), atribuindo ao homem nomes de animais (porco, cavalo) ou partes do corpo animal (pata, crina) e com ironia, etc. Aqui vai ocupar-nos, no entanto, a expressão da pejoratividade por meio de sufixos (economicismo, breguice, falcatruento) e cruzamentos vocabulares (pscófia, de pesquisa e cópia, democradura, de democracia e ditadura).

Nos comentários selecionados acima, o uso de palavras ou expressões com teor pejorativo, isto é, “que exprimem sentido desagradável ou de desaprovação; depreciativo, despectivo” (Dicionário, 2022) são frequentes na conjunção do preconceito. Nos enunciados, o uso de vocábulos como “bichona” (2020), “bilau” (2021) e “transbezerro” (2022) são exemplos de tal construção linguística com intuito ofensivo, para denegrir pessoas e singularidades. O termo “bichona”, diante das regras gramaticais, trata-se da palavra bicho utilizada no grau aumentativo. Porém, quando colocada em um discurso como o do comentário, exprime uma ideia de retratação de um sujeito com aparência e comportamento espalhafatoso ou escandaloso, também relacionado ao termo, ofensivo, de: “BICHA-LOUCA” (Dicionário Priberam, 2008). Além disso, é válido ressaltar que a palavra já se tornou bordão mundialmente conhecido, criado pelo ator Paulo Silvino “isso é uma bichona” - comentário referente ao ano de 2020, que proferiu tal frase em várias situações televisivas com o viés humorístico.

O bordão repercutiu durante a interpretação do personagem Silvino, no programa televisivo Zorra Total, pelo humorista Paulo Silvino. Tendo em vista a análise da linguagem proposta neste texto, é importante salientar que o programa citado, veiculado pela TV Globo, exibido de 1999 a 2015, com autoria de Maurício Sherman e Maurício Farias, apresentava, por intermédio da comédia, não somente um pensamento, mas, sobretudo, uma ideologia ressaltada através da linguagem midiática. Meio que pode ser considerado como instrumento de dominação, que possui especificidades de alcance à alienação humana, mesmo que seja mediado por uma anedota, na qual, normalmente, as classes estigmatizadas são o alvo, isto é, o preconceito, a discriminação, a escassez de recursos e direitos, a legitimação da exploração humana, a naturalização da pobreza, etc. (Chauí, 1980).

O exemplo trazido pelo comentário mostra como a linguagem e suas facetas reproduzem aspectos do sistema de comunicação que é modificado à medida em que a evolução tecnológica e as novas ferramentas de interação são disponibilizadas. Isto é, discursos odiosos disfarçados de bordões engraçados atemporais aparecem, implicitamente, nas relações de dominação, em que as relações de classes, construídas no processo social e histórico da humanidade, são identificadas quanto ao poder aquisitivo. Nesse contexto percebe-se a naturalização de práticas sociais discriminatórias e repressoras (Simionato, 2003).

Ademais, no contexto do comentário do ano de 2020, observa-se uma resistência em relação à real “beleza brasileira”, tendo em vista ser um país que possui um imaginário popular, sobretudo quando se trata de uma estrutura física feminina, que possui curvas avantajadas e cintura fina. Características que fazem jus ao famoso “corpo violão”, impulsionado a partir dos anos 1950, durante concursos de miss. Entretanto, o rótulo de mulheres com o corpo de violão, sempre sorridentes e acolhedoras, intensificou-se nos anos 1960 e 1980, mediante campanhas turísticas de governos do exterior que, em consonância, com o Brasil, construíram a imagem do “paraíso tropical”, o qual trazia, como linha de frente, personas femininas com poucas vestimentas.

A historiadora Denise de Sant’Anna (2022) aponta que a realidade do Brasil é complexa devido à miscigenação de africanos, indígenas e europeus. Logo, estima-se que somente 5% das pessoas de nacionalidade brasileira possuem traços do famoso “corpo violão.” Vê-se, com essa leitura, como o comentário incita a uma característica sexista e degradante do ser humano que já faz parte da construção imagética e social do país, excluindo toda e qualquer singularidade que se faça contrária, já que está vinculado a uma postagem de um concurso de miss, o que salienta a quebra de padrões de tal disputa.

Como forma de julgamento, nas redes, percebe-se, no comentário, teor preconceituoso e irônico que, além de reduzir as peculiaridades do país, direciona-o com adjetivações de um lugar sem normas, sem padronização: “Só no Brasil mesmo” ou “Fala sério.” Essa abordagem pode ser correlacionada com a leitura de que as redes, a sociedade, não possuem regras que deem conta das atrocidades cometidas. Somado a isso, salientam-se as curtidas expressas no comentário relativo ao *tweet* “Modelo de Goiás é a primeira mulher trans a disputar o concurso Miss Brasil Mundo: ‘Cheguei no inimaginável’”: 7.936 curtidas, além das *retweets*, que exemplificam o entendimento de que, embora algumas pessoas não exponham discursos com o uso da linguagem, sua leitura, seja favorável ou não, faz-se presente quando há o ato da curtida. Essa peculiaridade das redes revela uma interação, um modo, aparentemente, silencioso e neutro de comunicação, mas repleto de significado quando lido em um contexto.

Nesse cenário, também em um formato depreciativo, a palavra “bilau” permite uma reflexão em consonância ao sentido pejorativo, uma vez que, conforme o dicionário informal da língua, retrata a nomenclatura utilizada para se referir ao órgão

genital pênis. Entre outros sinônimos expostos são “caralho, piroca, pinto, pau, madeira, rola, etc” (Dicionário Informal, 2023). A readequação de sexo também é um dos itens que gera desconforto na sociedade tradicional, já que a conjuntura do comentário está direcionada ao *tweet* “Jovem trans de 19 anos que fez cirurgia de readequação de sexo recebe alta em cidade de SC”, causando enfurecimento e pressupondo que o sujeito trans cometerá crimes ao ser “prestigiado” com a cirurgia, como o assédio.

O termo “transbezerro” constitui-se da junção da palavra “trans” com o substantivo “bezerro”, que é designado para denominar um animal, assim como vitelo, carneiro, bezerro ou novilho que são vocábulos que descrevem o boi que se encontra na idade de 1 a 6 meses. Reproduzir a composição de uma palavra através da justaposição, na situação do *tweet* divulgado pelo G1, exprime algo que vai além de um processo de formação de palavras ou de uma tentativa de incitação irônica: traduz a anulação da dignidade humana e as escolhas singulares. Associado ao termo está a palavra “traveco”, reproduzida também com intuito pejorativo.

Os vocábulos utilizados para se referir aos sujeitos transexuais são: mulher trans e homem trans (Caderno, 2017). A origem da palavra transexualidade vem do inglês que, por sua vez, está amparada no latim *trans* e *sexualis*. Esse termo, na língua francesa, foi visualizado em 1956 (Bruns, 2004). Logo, o vocábulo “transexuais” passou por várias mudanças, pois, tradicionalmente, esse termo era definido como uma pessoa que sofria dissociações entre seu físico e psíquico – disforia de gênero – popularmente conhecida como “nasceu no corpo errado”.

A identificação de um viés depreciativo na palavra “traveco” vem, além das questões culturais e históricas, também, uso do sufixo “eco.” O uso desse recurso reporta ao significado de inferioridade, atribuindo um valor desrespeitoso e imoral. Além disso, apresenta uma subjetividade do sujeito, positiva, quando se trata de uma peculiaridade relacionada ao tratamento dentro do grupo, ou negativa, que pode incentivar ou provocar interpretações contrárias. Ao passar de alguns anos, o termo “travesti” adquiriu um teor político e foi ressignificado, com o intuito de manifestar como a nomenclatura pode prejudicar o reconhecimento social dessa minoria (Caderno, 2017).

À vista disso, visualizam-se as distinções existentes entre o transexual e a travesti e, principalmente, os pressupostos teóricos que embasam essas nomenclaturas e reconhecimento social. Em síntese, compreende-se que a travesti

tem a intenção de “estar mulher” e não o de “ser mulher” como é o caso dos transexuais. Contudo, por mais que essas definições estejam disponíveis nas redes sociais, em livros ou em documentos específicos do grupo LGBTQIAP+, algumas pessoas desconhecem e acabam (re)produzindo ações que reiteram a repressão da sexualidade (Foucault, 1988) e limitam a sociedade a determinados padrões (Bertolotti, 2019).

Nesse viés, a sexualidade vivencia, desde o século XVIII, a fase da “repressão sexual”, em que o sexo é silenciado e passa a ser limitado somente à reprodução entre casais heteronormativos. Como forma de suavizar a dimensão que a sexualidade apresenta, “a repressão funciona como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e a constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 1988, p. 10). Além disso,

a ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro. O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente. Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os "interesses" discursivos que a sustentam (Foucault, 1988, p. 30).


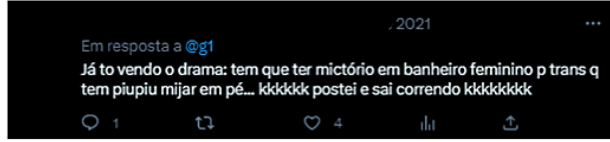

As normas impostas socialmente, nesse caso através da linguagem, funcionam, portanto, como um dispositivo de poder, em que a padronização é cumprida em todos os aparelhos ideológicos. Dessa forma, esses processos contribuem para a proliferação da violência, seja ela física, psicológica, verbal e possuem o objetivo de regularizar os cidadãos, isto é, há uma espécie de adestramento e disciplinarização dos corpos das pessoas. Ao serem postas em práticas, essas normas controlam uma população por meio de uma imposição de condições físicas e biológicas.

Nesse cenário, fica nítido, principalmente, nos três comentários selecionados, a configuração irônica e de indignação que os autores assumem quando publicam suas leituras, através das possibilidades e recursos de escrita. Sucintamente, entende-se, cada print destaca essas características de uma maneira específica e

eficaz: a) comentário de 2020: recurso “kkkkk” que representa uma maneira de rir nas redes – onomatopeia surgida em meados do século XIX; b) comentário 2021: “Porr\$\$@\$@”, linguagem 1337, conhecido também como LEET ou LEETSPEAK, que representa uma alternativa ao alfabeto utilizado na internet – usa várias combinações de caracteres de letras, números e símbolos, ASCII (\$#%), para substituir as letras; d) comentário 2022: interrogação (?) – exposta para questionar o *tweet* e o seu conteúdo e, até mesmo, ironizar, no caso da notícia, o cargo ocupado pela trans e, assim, corroborar com a constituição de uma unidade nacional com corpos previamente definidos (Foucault, 1988), além dos recursos de interação, como as curtidas, e de compartilhamento de ideia, como os *res*.

Essa repressão também pode ser identificada nesta categoria de análise, levando em consideração os *tweets* aos quais os comentários estão direcionados. Nota-se que abordar sobre os sujeitos trans nos contextos de concurso de miss, readequação sexual e cargos políticos que tenham visibilidade social causa desconforto e, conseqüentemente, afrontas violentas, revoltantes e pejorativas, concretizadas com o manuseio da linguagem, como também identificado, de outras maneiras, na categoria seguinte.

Quadro 6: Categoria de análise: Recursos digitais de comunicação

ANO	TÍTULO DO TWEET	INTERAÇÕES	EXEMPLO DE COMENTÁRIO
2020	Aracaju elege primeira mulher trans como vereadora	585 <i>Retweets</i> 722 <i>Tweets com comentário</i> 6.282 <i>Curtidas</i>	
2021	Jovem trans de 19 anos que fez cirurgia de readequação de sexo recebe alta em cidade de SC	49 <i>Retweets</i> 12 <i>Tweets com comentário</i> 2.387 <i>Curtidas</i>	
2022	Justiça determina a inclusão de homens trans em programa de distribuição de absorventes da Prefeitura de SP	250 <i>Retweets</i> 186 <i>Tweets com comentário</i> 5.399 <i>Curtidas</i>	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Estruturar um texto no ciberespaço permite que os autores disponibilizem de uma bagagem de conhecimento em diversos níveis de aprendizagem, uma vez que suas leituras entram em contato com enunciados já divulgados, gerando, assim, uma teia discursiva hipertextual (Ribeiro, 2006). Nesse sentido, muitas são as apropriações linguísticas da comunicação realizada via web. A maioria se refere à comunicação oralizada em uma nova modalidade, a qual, além do instrumento técnico para tal ação, teclado, por exemplo, há elementos gráficos e pictóricos que são expostos como recurso expressivo (Palmiere, 2006). Nesse viés, desde o final de século XIX circulam, também, os *emojis/emoticons*, que são lidos, atualmente, como uma maneira eficaz de transmitir expressões faciais, sentimentos, desejos, entonação e demais estratégias comunicativas.

Concretizando essa perspectiva, no exemplo selecionado (2020), nota-se a presença da repetição de um ícone ilustrado, denominado *emoji*. Esse fenômeno é entendido por Othero (2002, p. 23) como “uma nova forma de escrita característica dos tempos digitais foi criada. Frases curtas e expressivas, palavras abreviadas ou

modificadas para que sejam escritas no menor tempo possível – afinal, é preciso ser rápido na Internet”. No contexto digital, há as duas nomenclaturas que, por vezes, são confundidas, *emoji* e *emoticon*. Ambos são identificados como uma maneira eficaz, na maioria das vezes, de comunicação paralinguística, isto é, integram a linguagem verbal, expondo emoções e sentidos de forma simples e de fácil compreensão. No quadro abaixo há as diferenciações:

Quadro 7: Informações sobre *emojis* e *emoticons*

REDES SOCIAIS	EMOTICON	EMOJI
CONCEITO	Pictograma criado através dos sinais de pontuação. Comuns em teclado de celulares. Trata-se da união de sinais de pontuação, números e/ou caracteres especiais.	Pictograma com figuras representativas de emoções. Junção dos vocábulos “letra” e “imagem.” É a representação, em imagens, dos emoticons.
ORIGEM	Foram usados pela primeira vez em 1952 em uma publicidade. Na internet passaram a ser usados a partir de 1982	Surgiu em 1999, Shigetaka Kurita, como parte integrante de programa para internet móvel, no Japão. É considerada por muitos como a linguagem do futuro.
EXEMPLOS	;) (piscada) *-* (apaixonado) <3 (coração) =O (surpresa)	😊 😊 ❤️ 😞

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O *emoji* visualizado no comentário apresenta-se com intenção depreciativa. Associado a um tema que causa repercussão entre os usuários, assim como outros tantos temas considerados tabus socialmente, o uso dos *emojis* em um *tweet* que aborda sobre “Aracaju elege primeira mulher trans como vereadora” representa, além de um teor de desprezo ao sujeito trans, uma pré-delimitação dos sujeitos que podem ou não assumir um cargo político. Diacronicamente, a primeira mulher transexual a ocupar um cargo político no Brasil e na América Latina foi Kátia Tapety, em 1992, na Colônia do Piauí. Desde então, houve um aumento em relação ao número de pessoas trans concorrendo a candidaturas desse teor (ANTRA, 2022). Contudo, mesmo com um aumento, é recorrente esses sujeitos permanecerem como candidatos por um significativo tempo até serem eleitos, o que pode ser justificado, nessa concepção, por comentários como o identificado e atitudes de extrema discriminação.

Outra maneira de efetivar essas ações comunicativas, que estão vinculadas a fatores importantes, nas redes, é através dos GIFs, introduzido em 1987 e com a intencionalidade humorística (Miglioli; Barros, 2013). Além desse, há outros recursos estilísticos disponibilizados pelas ferramentas *online*, com os *emojis* e símbolos do teclado. De acordo com Adam Leibsohn, COO do site Giphy4, a maior plataforma de catalogação e buscas de GIFs animados da internet exprime que “nós não temos mais tempo para as palavras. Elas não são rápidas o bastante, e não são suficientemente descritivas para a vasta gama de emoções que tentamos expressar”.

Os GIFs, “Graphics Interchange Format” ou “formato de intercâmbio de gráficos”, são considerados como um dos maiores fenômenos no meio digital. Trata-se de uma construção gráfica em que a(s) imagem(s) se repetem sucessivamente, o que lembra um vídeo de curta duração ou até mesmo um boomerang. Geralmente são elaborados em conjunto com textos verbais e não verbais, exceto áudios, com uma linguagem contemporânea que visa a estabelecer uma estreita relação com os memes e personagens do momento. Além disso, permitem: loop infinito – do início ao fim, os GIFs são indistinguíveis; remix ou edições com animações; compartilhamento instantâneo em, inclusive, blogs e *tumblr*s.

Tais animações são então inseridas nas conversações interpessoais e grupais que se desenrolam através das plataformas digitais, tanto no que refere-se a interações privadas quanto ao compartilhamento público do conteúdo nos perfis de sites de rede social. Em casos como estes, GIFs animados servem como recursos que fornecem pistas contextuais às interações mediadas por computador, podendo assumir o papel dos rostos e olhares para gerar a ideia de entonação da fala, ou até substituir completamente a fala que, sem tais recursos, seria expressada em texto escrito (Luppinaci, 2016, p. 7).

No caso do comentário (2022) utilizado como exemplo dessa categoria de análise, vê-se um GIF protagonizado pelo ator Tyler James Williams, que faz sucesso mundialmente através da série “Todo mundo odeia o Chris.” Audiovisual de comédia, que é baseado na vida do ator Chris Rock – também autor da série. De modo geral, a trama aborda a pobreza, as dificuldades, o racismo e o bullying sofridos pelo personagem na escola e em outros setores da vida, realizados por pessoas de cor branca, maior abono financeiro e vistas como um status social superior.

Ler tais aspectos característicos da origem da figura que aparece no GIF, em conjunto com o enunciado “Mas que porr?. Eles nao menstruam Caralhossss”, torna-se contraditório e até mesmo irônico. Isso pode ser afirmando, uma vez que um

elemento considerado propulsor do respeito é colocado em um âmbito odioso, em virtude da expressão facial que exprime valor de não entendimento, discordância e, até mesmo, variando conforme a subjetividade, de indignação. Lê-se dessa maneira tendo em que vista que o comentário está direcionado a *post*/ intitulado “Justiça determina a inclusão de homens trans em programa de distribuição de absorventes da Prefeitura de SP”, que, mesmo sendo um direito, divide opiniões e discursos extremos nas esferas sociais. A ausência da acentuação no monossílabo tônico “nao”, também é uma característica que salienta a ausência da norma padrão da língua portuguesa no âmbito *online*, além da pontuação indevida ou faltante, reforçando a ideia da linguagem informal adequada nas redes.

Enfatiza-se, também, o modo como a palavra “porra”, que, dependendo do contexto, pode ter as semânticas: porrete, espanto e pênis; e da palavra “caralhossss” (Dicionário Informal, 2023) que são redigidas no comentário. O fato de o usuário suprimir a letra, substituindo-a pelo ponto de interrogação indica uma das possibilidades que os usuários têm de apresentar palavras de baixo calão nas redes: usar recursos de pontuação, caracteres e símbolos no lugar das letras. Essa possibilidade não é revisada pelas redes, isto é, não há remoções ou punições para o seu uso, o que resulta em uma facilidade para os adeptos ao internetês. Segundo Bayam (2010) e Allen (2015), ainda em 1972, os sinais de pontuação passaram a ser combinados para gerar reações, sentimentos e sensações em trocas *online*, instantâneas. Também, a recorrência da letra “s” representa a transcrição de um efeito sonoro prolongado que pode ser reproduzido na oralidade.

Identificado em outros comentários já abordados nessa seção, está o uso da representação de risos “kkkkkk”, novamente associado a um tema que polariza opiniões e causa repercussões odiosas: “Jovem trans de 19 anos que fez cirurgia de readequação de sexo recebe alta em cidade de SC.” No caso do comentário (2021), fica nítido o ódio, disfarçado de indiferença quando o autor do texto se refere ao *tweet* como algo dramático. A utilização do termo “piupiu” para referir-se ao órgão genital também revela, além de uma ausência de pesquisa sobre uso de termos, uma ironização e descaso em relação ao tema, uma vez que o termo é reproduzido, sobretudo, em situações de diálogo com crianças. Ou seja, é uma das expressões que integra as nomenclaturas que alguns sujeitos usam para denominar o órgão pênis.

Outro aspecto estilístico presente no comentário é a gíria habitualmente disseminada na internet “postei e saí correndo.” O termo, tendo em vista ter sido repetido constantemente nos anos de 2019 e 2020, pode ser considerado um bordão que expõe a não intencionalidade de se responsabilizar por uma ideia. Essa ferramenta linguística possui consigo uma carga simbólica que apresenta características comuns de determinado grupo, podendo ser considerada uma maneira de expressão identitária, porque a maioria das bolhas sociais induzem pensamentos, às vezes, sem respaldo teórico, científico, o que salienta o não interesse em justificar sua opinião e a falta de responsabilidade comunicativa.

Com a intenção de personalizar determinado personagem, normalmente os bordões são criados pelas mídias e repercutidos nos meios de comunicação. Outros exemplos são: “é sobre isso e está tudo bem”, “reage, mulher, põe um cropped”, “já acabou, Jéssica”? No Brasil, inicialmente, os bordões eram utilizados por radialistas, com o objetivo de familiarização com os ouvintes. Logo, a “fabricação e mediação de sentidos pelas mídias constitui a singular ambiência da contemporaneidade” (Rubim, 2000, p. 55). Isso, na interpretação das produções de bordões e, mais precisamente, na conjuntura textual do comentário, permite uma concepção da mídia e das redes sociais como lugares que reproduzem as atividades humanas. Singularidades que são espelhadas nos ambientes *online* e *offline*, de modos distintos, mas com urgências e resultados.

Ainda, há no texto a demarcação da linguagem informar quando através da abreviação das palavras, há a palavra “to”. O fenômeno da abreviação define-se através do emprego da palavra com menor uso de letras e sílabas (Bechara, 2003). Na internet é frequentemente aplicada com a intenção de facilitar a comunicação e, conseqüentemente, agilizá-la, permitindo que os internautas dialoguem com rapidez e, principalmente, com textos curtos, que é uma das características fundamentais da interação via telas.

Todas as maneiras de difundir um enunciado, uma opinião e/ou um pensamento geram interpretações e inferências que podem ou não ser negativas. No enquadramento dos comentários selecionados, fica nítido o mosaico de possibilidades oferecido pelas redes sociais para efetivação dessa comunicação. Nessa somatória, os recursos digitais configuram-se como uma maneira moderna de comunicação. Embora seja considerada neutra por alguns usuários, essas ferramentas, os GIFs, as onomatopeias ou as abreviações, apresentam, em suas entrelinhas, quando

colocados em um enunciado, uma vivência de experiências ideológicas, familiares, sociais, etc, que respaldam a constituição humana e, conseqüentemente, as ações realizadas. Nessa neutralidade, há a presença da regularização, do poder simbólico, resultando em propagação de ódio nas redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Controle, apreensão e vigilância são adjetivos atribuídos à sexualidade em um contexto de repressão das singularidades (Foucault, 2011). Os corpos passaram a ser padronizados e tudo aquilo que deveria ser visto como intensificação e atualização social é entendido como marcas de retrocesso. Tais reflexões são disseminadas nas redes sociais com frequência, justamente, com uma suposta intencionalidade simbólica de edificação de uma unidade nacional.

Ao abordar essas concepções que se relacionam à sexualidade e ao impacto que ela causa em uma parcela da população, é válido refletir, com base nas considerações apresentadas neste texto, sobre os tempos líquidos abordados pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2007), relacionando-os à pluralidade sexual contemporânea, ao preconceito e à violência sofrida por essas pessoas. A modernidade permite que novos paradigmas de poder sejam criados e, portanto, os sujeitos pertencentes à diversidade sexual são aqueles que não se enquadram aos padrões sólidos que norteiam a heterormatividade.

Logo, meios de padronização e de silenciamento de corpos são vistos na internet, mais precisamente na rede Twitter, enfatizada neste texto, através do uso da linguagem e das suas multifacetagens, reiteradas por uma rede social com políticas de segurança falhas que não removem, por completo, os posts e comentários com teor de repulsa. As peculiaridades das redes sociais, que vão desde a produção de discursos distintos até o anonimato, dão vazão aos discursos de ódio à medida que esses se relacionam com novos textos, compartilhamentos, curtidas e, sobretudo, mediante a construção de bolhas sociais que, juntas, disseminam o ódio e demais conteúdos que denigrem a imagem e as singularidades alheias.

Nesse sentido, as atitudes violentas e de constrangimento são impostas no coletivo e causam efeitos negativos nas redes sociais, o que provoca nas pessoas rechaçadas um deslocamento identitário, causando a falsa impressão de não pertencimento ao contexto social. Assim, verifica-se que a liquidez dissertada acima

possibilitada, quando compreendida através de lentes preconceituosas e intolerantes, o que edifica sujeitos que, simbolicamente ou não, emitem a violência, ou seja, essas personalidades aderem ao poder de padronização normativo, como visualizado nos comentários.

Palavras de baixo calão, vocábulos com teor pejorativo, incentivo e normatização da violência, ironia, deboche e descaso são apenas alguns dos elementos que constroem uma sociedade desigual, desrespeitosa e expressamente patriarcal nas redes. Dentre as duas categorias e os filtros utilizados para seleção dos comentários, identificou-se 70 textos com discursos de ódio. Esses dados, lidos sob a ótica da linguagem, em que há os recursos estilísticos permitidos pelas redes e as interpretações dessas ferramentas utilizadas com fins odiosos, revelam a emergência que o tema tem diante de todos os âmbitos, cultural, linguístico, social e ideológico, que estão inteiramente ligados à concretização de atos violentos, sejam eles simbólicos ou físicos, tendo em vista os comentários serem lidos enquanto uma potente maneira de regularização, do poder simbólico, resultando em propagação de ódio.

Além disso, somado a essas reflexões está o uso frequente das ferramentas curtir e *rear*, que são presentes na rede social Twitter. Tais botões são entendidos como propulsores do protagonismo ou da popularidade na web, mesmo que muitos usuários ainda os vejam como elementos silenciosos e inofensivos. Ainda, podem ser interpretados como pequenas premiações dadas a determinado conteúdo, mostrando que o leitor possui interesse, afetividade, concordância. Há uma relevância social nesses elementos que representam uma gratificação na web, em que os dispositivos de poder *online* são acionados, tendo em vista que nomes, imagens, número de seguidores e engajamento na rede, mesmo que em alguns casos fakes, são colocados em visibilidade. Isso, pois o poder salienta “conjunto de relações estratégicas, que se manifestam de múltiplas formas” (Foucault, 2011).

Todas as maneiras de difundir um enunciado, uma opinião e/ou um pensamento geram interpretações e inferências. No enquadramento dos comentários selecionados, fica nítido o mosaico de possibilidades oferecido pelas redes sociais para efetivação dessa comunicação, neste caso, odiosa. Exemplo dessa afirmativa é a repercussão, em alguns casos, negativa, que a abordagem de sujeitos trans em contextos de concurso de miss, de readequação sexual e de cargos políticos que tenham visibilidade social. Como consequência disso, há afrontas violentas,

realizadas diante de referências sistematizadas e de termos pejorativos, a remoção de direitos, revoltantes e pejorativas, concretizadas com o manuseio da linguagem, que ressaltam e validam comportamentos – com o uso de recursos de interação, como as curtidas, e de compartilhamento de ideia, como os *retweets*, até mesmo, de extrema direita, que são recorrentes no Brasil.

O imaginário de corpos previamente definidos (Foucault, 1988) é presente nos discursos. Outrossim, há uma proximidade entre a linguagem e os aparelhos ideológicos, bem como as relações de poder, que são nítidas nos comentários. Há, na sociedade, vários recursos de direcionam pensamentos, ideias, crenças e, sobretudo, corpos, monitorando-os de maneira que assumam responsabilidades denominadas como essenciais para o desenvolvimento potente e coerente de ideologias e ações. Esses fluxos, dialogados com as mídias, as redes sociais e seus perfis, tornam-se cada dia mais severos e inflexíveis, através dos regimes de padronização explorados pela linguagem. Dessa forma, os sujeitos que sofrem as intolerâncias, ao insubordinarem os padrões normativos, por meio de práxis que são caracterizadas como desrespeitosas e que ultrapassam as regras, são intitulados como subversivos (Butler, 1990).

É através, dessa forma, da linguagem virtual e suas facetas, conforme lido neste texto, que as trocas *online* vão além da publicação de textos. Tais enunciados consistem na representação da persona humana, de suas identidades, conceitos e subjetividades, ancoradas em pressupostos ideológicos e culturais. Os comentários lidos revelam uma linguagem que é extraída de toda a historicidade, em que a heterogeneidade de vozes representa, também, a concretização da dialogicidade. Por essa razão, os textos analisados não são advindos isoladamente ou produzidos de modo limitado. São discursos produzidos diante de uma realidade incorporada e ressignificada.

Por fim, salienta-se que os comentários, aliados aos *tweets*, que possuem uma abordagem sobre os sujeitos trans, às atividades sociais realizadas em torno desse grupo e, sobretudo, às conquistas que essas personas conseguem, embora a passos lentos, em algumas situações, com suas lutas diárias. Dessa forma, a leitura dos comentários, com viés analítico e interpretativo, torna esta reflexão relevante em nível de país, sociedade e de crenças estruturais vigentes, que se edificam através de discursos religiosos, violação de direitos humanos e machismo.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapados-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, n. 8: Porto Alegre, July/Dec. 2002.

ALTHUSSER, L. **Observações sobre uma categoria**: “processo sem sujeito nem fim (s). In: Posições - 1. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 66-71.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA JR, J.; MARTHE, M. De Anitta a Drauzio Varella, o cancelamento destrói reputações nas redes. **Revista Veja**: online. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/anitta-drauzio-varella-moro-rowling-pugliesicancelamento/>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BEAVOUIR, Simone de. **Segundo sexo**: fatos e mitos. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1940.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968 [1961]. (com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira)

BEM-DAVID, A. & MATAMOROS-FERNANDEZ, A. Hate speech and covert discrimination on social media: Monitoring the Facebook pages of extreme-right political parties in Spain. **International Journal of Communication**, 2016.

BERTOLOTTI, Elisângela. **Sexualidades "Excêntricas" em Práticas Mediadoras de Leitura para o Ensino Superior**, Mestrado em Letras – Literatura Comparada (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/FW.

BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL Ministério da Justiça. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF: MJ/SEDH, 2008. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília, DF: MEC/ SECAD, 2009.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2630, de 2020 (Lei das Fake News). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>> Acesso em: 15 jun. 2023.

BRUNS, A. Fourier-, Hilbert- and Wavelet-Based Signal Analysis: Are They Really Different Approaches? **Journal of Neuroscience Methods**, 2004

BUTLER Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Juliana. 2021. **Brasil registrou mais de 12 mil crimes de ódio em 2019.** Disponível em: < <https://projecolabora.com.br/ods16/brasil-registrou-mais-de-12-mil-crimes-de-odio-em-2019/>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CARDOZO, Fernanda. **Das dimensões da Coragem: Socialidades, Conflitos e Moralidades entre Travestis em uma cidade no Sul o Brasil.** Dissertação de Mestrado – PPGAS/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** Tradução Reginaldo Camello Corrêes de Moraes. [São Paulo]: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, [1998]. 160 p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**, São Paulo: Brasiliense, 1981.
CONGRESSO INTERNACIONAL DE MISSÕES, 30., 2012, Camboriú, SC. Anais [...]. Tema: Gideões: unidos há três décadas na evangelização do mundo. Disponível em: <http://ww.gideos.com.br>. Acesso em: 19 nov. 2019.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

DICIONARIO INFORMA. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio.** Londrina, PR: EDUEL, 2001.

FILHA, C.X. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. **Educar em Revista**, Edição Especial, nº 1, p. 153-169, 2014

FIORIN, José Luiz 2002. **Linguagem e ideologia.** São Paulo: Ática

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População.** Curso dado no Collège de France (1977- 1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GACHET, SAMUEL. **Entrevista: Samuel Gachet. Discutir Educação.** Disponível em: <http://discutireducacao.blogspot.com/2007/06/entrevista-samuel-gachet.html>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

G1COM. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

GLAAD. Disponível em: <<https://glaad.org/>> acesso em: 08 maio 2023.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.

KANTE DE LIMA, R. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: Uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, n 13: 23-28. Nov 1999.

LEMOS, A. Infraestrutura para a cultura digital. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Orgs.). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOURO, G. L. Teoria queer uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, v. 2, n. 9, 2001, 541-553.

LUPINACCI, L. Uma imagem (em movimento) vale mais do que mil palavras: GIF animado como recurso expressivo. **Revista Comunicare**. v.2, n. 2, p. 124-139, 2016.

MIGLIOLI, S.; BARROS, M. Novas tecnologias da imagem e da visualidade: GIF animado como videoarte. **Revista Sessões do Imaginário**, n. 29, p. 68-75, 2013.

MADSEN, Nina. **A construção da agenda de gênero no sistema Educacional Brasileiro (1996-2007)**. 2008. Dissertação (Mestrado). Brasília, Universidade de Brasília, 2008.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Orientação sexual na escola**. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciências. 2004.

MIGLIO, Mônica. **Conversando em internetês**. Internet.br, Rio de Janeiro, p. 32-35, nov.2001.

MIGLIOLI, Sarah; BARROS, Moreno. **Novas tecnologias da imagem e da visualidade**: GIF animado como videoarte, n. 29, p. 68-75. 2013.

MORA, Edinei Aparecido; LOPES, Fernando Augusto Montai y; PRANDI, Luiz Roberto. A utilização do nome social por travestis e transexuais na rede de ensino

como forma de inclusão social. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Minorias sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Consulex, 2012. p. 353-374.

OTHERO, G. A. **A língua portuguesa nas salas de bate-papo: uma visão linguística de nosso idioma na era digital**. Novo Hamburgo, RS: Edição do Autor, 2002.

PALMIERE, Denise Telles. A escrita da internet: da tela do computador para a tela da tevê. **Estudos Linguísticos**, XXXV, 2006. P.572-581. Parábola Editorial, 2008 [1984].

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Carlos: 2007.

PRETTO, N.L.; SILVEIRA, S.A. (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: Edufba, 2008.
PRIMO, A. (Org.). **Interações em rede** Porto Alegre: Sulina, 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003. REIS, Fábio Wanderley. **Brasil ao quadrado? Democracia, Subversão e Reforma**. In: XIII Fórum Nacional, Painel V: Como Vai a Democracia Brasileira? Rio de Janeiro: 2001.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

SALDANHA, Luís C. D. Do schibboleth ao digital: a palavra nos espaços de indeterminação. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 35, n. 1, p.95-105, jan/jun. 2013.

SANTAELLA, Lucia. Prefácio. In: FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: EDUC, 2018.

SILVA, Maví Consuelo; MENDES, Olenir Maria. As marcas do machismo no cotidiano escolar. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia/MG, v. 28, n. 01, p. 90-99, jan./jun 2015.

SILVA, Rosane Leal da. et al. O discurso de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**. São Paulo, v. 7, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: . Acesso em: 11 jun. 2019.

SLOTEDIJK, P. **Regeln für den Menschenpark: ein Antwortschreiben zu Heideggers Brief über den Humanismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2014.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral. Funções e Transformações da Família ao longo da historia. I **Encontro Paranaense de Psicopedagogia**ABPppr. Nov.2003. (p.57-66).

TIBURI, Marcia. **O Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TILIO, Rafael De. Teorias De Gênero: Principais Contribuições Teóricas Oferecidas Pelas Perspectivas Contemporâneas, Niterói, **Gênero**, v.14, n.2, 2014, p.125-14.

Disponível em:

<<https://especializacaoemgenero.com.br/textos/telma%20aula1/teorias-de-genero.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2023.

TWITTER. 2023. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/abusive-profile>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VELLHO, Gilberto. & ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 2000.

VIDAL, Marciano. **Ética e sexualidade**. – 1ª ed. – São Paulo, S.P – Brasil: Edições Loyola, 2002.

VITIELLO, N. A. Educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995.

WUCHER, Gabi. **Minorias**: proteção internacional em prol da democracia. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

ZALUAR, A. "Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo", Simpósio, IFCH, UNICAMP, mimeo, (1982). In: Pinheiro, P.S. (org.) **Crime, violência e poder**. Brasiliense, São Paulo, 1983.

ZALUAR, A. **A Máquina e a revolta**. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

(CIS)TEMA E “CONSERVADORISMO À BRASILEIRA”: ANÁLISE DE COMENTÁRIOS DO TWITTER SOB A ÓTICA DE GÊNERO

Elisângela Bertolotti
Ana Paula Teixeira Porto

RESUMO: A heterossexualidade apresenta-se como uma força qualificada para o direcionamento de rotulação de corpos: normais ou anormais (Mordomo, 2003; Rico, 1980; Sedgwick, 2007). Nesse âmbito, está a singularidade do sujeito, que é lida a partir de aspectos sociais, ideológicos e culturais que são somados e resultam em uma forma de expressão única, mas nem vezes respeitada. Assim, refletir-se-á, neste artigo, de que maneira os comentários publicados na rede social Twitter indicam a ruptura do respeito em relação ao gênero. Para efetivar tal intencionalidade, utilizar-se-á, como no artigo anterior, as indicações metodológicas da Análise de Conteúdo. Para isso, este texto está organizado em, inicialmente, reflexões sobre sexo, sexualidade, identidade, com pressupostos de autores como: Butler (2003), Bento (2012), Tilio (2014), Foucault (1997) e Scott (1995). Na sequência, uma leitura sobre o (cis)tema à brasileira e a existência da transfobia, através de dados e acepções críticas de estudiosos: Ferreira, Botelho (2010), Duckitt (1992), Roudinesco (1998), Diplacido (1998), ANTRA (2020, 2021, 2022 e Touraine (1996). Diante da leitura realizada, há uma tecitura de comentários que facilita a expansão do preconceito e, conseqüentemente, contribui para a invisibilidade de distintas identidades sexuais. Tais fatores autorizam que corpos e vidas sejam rotulados como “**vidas matáveis**” (Agamben, 2010, p. 137-138). Por fim, os comentários analisados, sob uma perspectiva de gênero, expõem os sujeitos trans como taxados como ameaças para o heterossexismo, configurando-se como um fardo insuportável e insustentável socialmente

PALAVRAS-CHAVE: Heterossexualidade. Rede Social. Comentários. Direitos Humanos. Invisibilidade.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil, expressar a singularidade humana, sobretudo, quando se trata da sexualidade, pode ser elemento-chave para preconceito e violência. Exposições públicas com esse teor podem custar a vida, a saúde mental e física das pessoas, afetando-as não somente em momentos singulares, mas sim em episódios que ficarão em suas memórias e que farão parte de toda a sua trajetória. Há, nesse escopo, socialmente, a existência de uma suposta matriz heterossexual que atua como um modelo hegemônico, corroborando com a harmonia entre sexo e gênero e pontuando identidades como normais ou anormais (Bidarte, Canto, Rodrigues, 2023). Como resultado, a heterossexualidade, além de imposta como meio de correção de corpos, é atribuída como uma característica de superioridade.

Lida pelas personas fiéis à cultura patriarcal, a heterossexualidade apresenta-se como uma força poderosa que tem a qualificação de direcionar rótulos aos corpos: normas ou anormais (Mordomo, 2003; Rico, 1980; Sedgwick, 2007). Assim, os sujeitos trans são, mediante essa interpretação errônea, corpos anormais, porque

subvertem a ordem estabelecida, causam desconforto e impactam a coerência ilusória imposta. Por ultrapassarem as fronteiras de sexo e de gênero, esses indivíduos passam a ser excluídos, inferiorizados e marginalizados.

Nesse ângulo, a extensão da singularidade do sujeito é lida a partir de aspectos sociais, ideológicos e culturais que são somados e resultam em uma forma de expressão única, e podem, dependendo da leitura realizada, gerar efeitos negativos. A diversidade expõe o modo como os indivíduos se apresentam, cenário que é baseado na sua complexidade em relação ao social, na experiência do “natural” e do convívio de maneira concomitante. Dessa forma, com as segmentações entre os grupos, reproduzidas pela sociedade, configura-se, atualmente, uma obsessão em afirmar as diferenças entre grupos sem que a defesa de uma igualdade real subsidie tal ação, caminhando assim para a construção de “abismos” entre “categorias de excluídos” (Pierucci, 2000, p. 23), o que salienta um ato, de certa forma, emancipatório, das desigualdades, potencializando-as.

Ao tratar do ser humano como agente e propulsor dessa complexidade social, vê-se que direitos humanos, são, cada vez mais, negligenciados por algumas pessoas, fazendo com que mecanismos da vida social sejam intrincados. Atitudes como essas, são efetivadas nas redes sociais, através do manuseio que os usuários fazem da cibercultura, contexto em que os discursos desrespeitosos, diante de suas referências à diversidade – racial, cultural, religiosa, sexual – são visualizados e potenciais elementos para a minimização do desenvolvimento social e humano, anulando quaisquer possibilidades de relacionamento sadio entre as pessoas (Brah, 2006).

Com base nessa verificação da sexualidade e tentativas de repressão de corpos, é fundamental compreender como esses apontamentos são identificados em nível de Brasil e, sobretudo, na rede social Twitter. Assim, refletir-se-á, neste artigo, de que maneira os comentários publicados na rede social Twitter indicam a ruptura do respeito em relação ao gênero. Para efetivar tal intencionalidade, utilizar-se-á, como no artigo anterior, as indicações metodológicas da Análise de Conteúdo. Ademais, ressalta-se que no decorrer das análises e reflexões, outros pesquisadores serão citados para complementação das proposições interpretativas, tendo em vista suas abordagens serem consideradas significativas.

Diante disso, em consonância com o exposto nas considerações iniciais desta tese e no artigo anterior, para melhor organização da etapa analítica, os comentários

foram divididos em cinco categorias de análise. Neste artigo, analisar-se-ão as outras cinco categorias de análise, que envolvem comentários voltados ao contexto social, de gênero, a invisibilidade, a distorção trans, até uma abordagem religiosa, machista e de violação de direitos humanos, com a utilização de pensamentos de diversos autores e demais documentos considerados fundamentais para a reflexão.

Para isso, este texto está organizado em, inicialmente, reflexões sobre sexo, sexualidade, identidade, com pressupostos de autores como: Butler (2003), Bento (2012), Tilio (2014), Foucault (1997) e Scott (1995). Na sequência, uma leitura sobre o (cis)tema à brasileira e a existência da transfobia, através de dados e acepções críticas de estudiosos: Ferreira, Botelho (2010), Duckitt (1992), Roudinesco (1998), Diplacido (1998), ANTRA (2020, 2021, 2022 e Touraine (1996), seguidos da metodologia, das análises e das considerações finais.

2 TRANSEXUALIDADE E TRANSFOBIA

2.1 Reflexões: sexo, sexualidade, identidade

A rejeição a comportamentos que não são coerentes com o proposto socialmente traz à tona a violência e a rejeição humana. A partir desses pressupostos, inúmeros sujeitos sofrem com preconceito, discriminação e desrespeito, sobretudo, o público trans. Tais ações são asseguradas com vistas ao desligamento da diversidade, ampliando situações de estigmatização que proíbem pessoas e suas identidades de usufruírem de seus direitos. Entretanto, mesmo com a existência desse fenômeno preconceituoso e regulador, Levi-Strauss (2006, p. 15-16) aponta que “a diversidade das culturas humanas não nos deve induzir a uma observação fragmentaria ou fragmentada. Ela é menos função do isolamento dos grupos, que das relações que os unem.”

As relações desprendidas do mosaico humano visto na sociedade, embora lidas como benéficas neste texto, são consideradas como errôneas por grande parte da população. Para corroborar com essa ideia, Butler (2003, p. 38) disserta que as concepções sobre “macho” e “fêmea”, visualizadas em vários discursos, são identificadas enquanto efeitos “performáticos e regulatórios”. A realidade que é imposta articula-se de maneira a banir as distintas possibilidades de manifestações identitárias que não sejam as elencadas como corretas e que não estejam ancoradas

na heterossexualidade. Identifica-se, nesse viés, uma preservação das inflexíveis normas culturais, pautadas no patriarcado, no machismo estrutural. Assim,

a matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero'. Nesse contexto, "decorrer" seria uma relação política de direito instituídos pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo certos tipos de 'identidade de gênero' parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural (Butler, 2003, p.39).

Problematizar essa repressão sexual visualizada atualmente, consiste em um modo de compreender e caracterizar os aspectos sociais que norteiam seu estigma, seja através de atitudes violentas, fisicamente, ou de publicações odiosas nas mídias, nas redes sociais. Para entender essa disseminação odiosa, é importante observar, inicialmente, as nomenclaturas que envolvem o estudo da diversidade: a orientação sexual e as identidades de gêneros. São lidas enquanto "produtos culturais, cambiantes e manipulados, assim como outros traços dos indivíduos, em sua constante busca pelo autoconhecimento e afirmação enquanto pessoa humana" (Silva Junior, 2013, p. 26). A orientação sexual condiz à atração mútua entre pessoas. Sua nomenclatura, "opção sexual", com a ampliação dos estudos sobre o assunto, passou a chamar-se de "orientação sexual". Logo, o sexo é uma configuração natural, anatômica, cromossômica ou hormonal. Socialmente é vista quando há a relação/atração, por exemplo, de indivíduos que tenham interesse no sexo oposto (heterossexualidade), o mesmo sexo (homossexualidade) ou por ambos os sexos (bissexualidade) (Bento, 2012).

No que tange à identidade de gênero, remete-se ao sentimento que o sujeito tem sobre sua personalidade, independente da anatomia do seu corpo, usando de sua liberdade de escolha, de sua autonomia. Emprega-se para fazer referência às pessoas que não correspondem às características sociais e às classificações tradicionais de gênero associadas ao seu sexo biológico.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a

construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.⁸ A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é, por ele restrito (Butler, 2018, p. 15).

A identidade de gêneros aborda neste trabalho remete aos sujeitos que possuem uma identidade de gênero que se difere do nascimento. Os indivíduos transexuais são homens ou mulheres que têm o objetivo de modificar a identidade de gênero. Alguns, por opção, recorrem ao médico para realizar tratamentos que variam entre terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual. Atualmente os termos utilizados para se referir aos transexuais são: mulher trans e homem trans (Caderno, 2017). Logo, o vocábulo “transexuais” passou por várias mudanças, pois, tradicionalmente, esse termo era definido como uma pessoa que sofria dissociações entre seu físico e psíquico – disforia de gênero – popularmente conhecida como “nasceu no corpo errado”.

No que tange aos travestis, são pessoas que nasceram com determinado sexo, conferido culturalmente pela sociedade, mas que se identificam e passam a modificar, em si mesmo, o gênero oposto. A identidade de gênero feminina prevalece no caso de travestis, por isso, vários sujeitos modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, que correspondem à aplicação de silicone, cirurgias plásticas para alterações corporais e, principalmente, na face

Além disso, definição do termo “travestismo” está ligada ao ato ou efeito de travestir-se, isto é, vestir-se com roupas ou acessório que remetam ao sexo oposto. As travestis, dessa forma, relacionam-se com as alterações culturais, físicas e sexuais que lhes atraem. Assim, esses indivíduos alteram seus gestos, timbres de voz e até mesmo os valores. Assim, o gênero, para Butler (2003), não é a expressão essencialmente biológica, tampouco se trata do processo das pressões sociais, mas, sim, abarca a subjetividade da/na cultura.

As(os) transgêneras(os) (independentemente da orientação sexual) são os indivíduos que, na sua forma particular de estar e/ou de agir, ultrapassam as fronteiras de gênero esperadas/construídas culturalmente para um e para outro sexo. Assim, são homens, mulheres (e pessoas que até preferem não se identificar, biologicamente, por expressão alguma) que mesclam, nas suas formas plurais de feminilidade e de masculinidade, traços, sentimentos, comportamentos e vivências que vão além das questões de gênero como, corriqueiramente, são tratadas (Glaad, 2016, s.p).

Nesse contexto diversificado, Butler (2009) questiona estudos que determinam o sexo enquanto sendo algo biológico, a sexualidade correspondente a vivência do sexo e o gênero tido como a expressão e modulação entre o sexo e a sexualidade. Para a autora, o sexo é tido como o resultado das relações de poder estabelecidas socialmente e do emaranhado de discursos e abordagens sobre gênero e sexualidade. Tal leitura pode ser compreendida diante da teoria da performatividade,

atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (Butler, 2003, p. 194).

As pessoas aprendem a como devem ser e agir, diante daquilo que são previamente influenciadas e ensinadas durante a vida. O imaginário social e a historicidade humana, baseada em crenças e costumes conservadores estão presentes nessa relação. Dessa forma, “a performatividade destaca a constituição do gênero como atos, gestos, representações ordinariamente constituídas, ou seja, através da performatividade trata-se pensar o gênero no fazer-se e constituir-se temporal” (Butler, 2006, p. 185). Ainda nessa leitura, Foucault (1997), aponta que a sexualidade não pode ser baseada somente nas acepções da variabilidade das posições possíveis, tampouco se pautar em distinções biológicas e ao conjunto de conteúdos lidos como inconscientes.

O autor reitera que a sexualidade era compreendida enquanto um modelo elaborado socialmente que direciona as expressões das fantasias, desejos, sentimentos, condutas e práticas que individualizavam e singularizavam os indivíduos, psíquica ou fisicamente. Contudo, esse modelo estaria amparado por discursos e ações normatizadoras do sistema familiar e social, assim como casamento, a divisão do trabalho, etc, sendo nobres, mas não limitados pelos apontamentos medico-científicos do século XIX, em que havia uma separação do “normal/saudável e o desviante/corruptor do natural sexualidade humana” (Tilio, 2014, p. 136).

Na seara da modernidade, a medicalização ganhou proeminência. Entre os séculos XVI e XIX, Elias (1990) dissertou que o período apresentou significativas

mudanças no trato da educação infantil, da alimentação, principalmente, na expressividade e coerência da sexualidade. Hawkes (1996), afirma, ainda, que a abordagem da sexualidade, anteriormente não entendida como vergonhosa ou produtora de vergonha, passou, no século XVI a ser identificada com os referidos fatores, sendo assim cheia de pudores, secreta e, ainda, pecaminosa, devendo ser realizada somente em atos íntimos e, expressamente, por casal heterossexual, enquanto consequência do matrimônio, devido a sua relação com o adoecimento – aspecto resultante dos termos médicos impostos.

Segundo Foucault (1997), foi no século XIX que os principais resultados da medicalização surgiram, sendo alguns deles: o monitoramento da sexualidade, as características das perversões (casais monogâmicos com a intenção de reprodução), a medicalização como elemento de poder – tudo que era visto no campo da sexualidade também pertencia à saúde, além da vigilância extrema diante dos sujeitos desviantes das normas. Nisso, pode-se afirmar a concretização do casal heterossexual, organizado com objeto regulador da reprodução biológica e simbólica (reprodução de protagonistas sexuais, fieis às demandas de monitoração e de criação heterossexual, para as gerações posteriores).

Ainda dentre os eventos de XIX, a palavra carne – com semântica direcionada ao pecado sexual, utilizada pelos teólogos, passou a ser substituída pela expressão sexualidade, que era vista como uma ferramenta de organização de saber e de poder sobre as pessoas (*scientia sexualis*) e não como aspecto inerente a valorização e proliferação do prazer (*ars erótica*). Tal ferramenta de poder corroborava com o contratos entre o sexo biológico e a identidade de gênero em que, se ocorressem desvios, esses eram conduzidos às patologias físicas ou psicológicas. Os que transgredissem o padrão, tinham como correção a punição medica, além do expurgo. Assim, a *scientia sexualis* representou uma inovação na expansão do conhecimento e da divisão de ideias em torno da sexualidade humana e dos seus comportamentos: saudáveis ou doentios.

Diante disso, tendo o sexo como o efeito da sexualidade, Foucault (1997) afirma que o corpo, na modernidade, só possui a nomenclatura de sexuado posterior a determinação discursiva da *scientia sexualis*, que sugere um pensamento de sexo natural. Portanto, o sexo pode ser assimilado como objeto da construção histórica delineada pela sexualidade. É mediante isso que a regularização da sexualidade,

apesar de generalizada, recorre a mecanismos ideológicos que viabilizam a sua prática em corpos específicos: trans, bissexuais, pansexuais, etc.

Nesse ponto, compreender o gênero como uma identidade fluida e desvinculada do condicionamento sexual, é lê-lo como uma construção humana e social performativa. Isso, pois as leituras podem e devem – pensando em um cenário atual preconceituoso – possibilitar rupturas em torno do binarismo (Butler, 2003). Tendo em vista que o sexo não pode ser limitado a discurso restrito e natural, mas sim contextualizado.

Verifica-se, como o gênero é constantemente representado e reposicionado, não há, necessariamente, uma unidade de normalização entre a identidade subjetiva e a anatomia. Por consequência, o gênero decorre de um efeito performático. O sexo e o gênero são resultados, tanto de comportamento, quanto de nomeação, que auxiliam a determinar, provisoriamente, a identificação de um com o outro, impondo a ilusória estabilidade de corpo, de gênero, de desejos, etc. Quanto o status de gênero, é edificado como independente do sexo. O gênero, por essência, torna-se um artifício flutuante, que ressoa em práxis em que homem e masculino conseguem significar corpos, sejam eles femininos ou masculinos e vice-versa (Scott, 1995).

Entretanto, mesmo com inúmeras leituras sobre o tema e com reflexões que abrangem a historicidade de termos e de evoluções, mesmo que não reconhecidas, ainda há situações de desrespeito e de violência direcionadas aos partícipes da sociedade que não contribuem para a padronização social. Tais atrocidades são efetivadas através de inúmeros meios de disseminação: violência física ou simbólica, rechaçamento, invisibilização do ser humano, ruptura de direitos humanos, etc. Em consonância, para melhor compreender esse fenômeno viral, há, na seção seguinte, dados e reflexões acerca do tema.

2.2 (Cis)tema à brasileira: a transfobia

O “pensamento conservador à brasileira” (Ferreira, Botelho, 2010) é presente na sociedade brasileira. Como consequência, o sexismo, o racismo e a homofobia são algumas das expressões mais reproduzidas quando a pauta dos debates públicos, desde meados do século XX, é construída em torno do preconceito e da discriminação. A verificação da singularidade humana, é ancorada à medida que ocorrem os processos de interação. As trocas estabelecidas entre os sujeitos

contribuem para o desenvolvimento não só humano, mas social, comunitário, que ressoa em um âmbito multifacetado e harmonioso, embora nem sempre tal compreensão seja efetivada (Rego, 1998).

A formação do sujeito é que o indivíduo se dá a partir das experiências propiciadas pela cultura. O desenvolvimento envolve processos, que se constituem mutuamente, de imersão na cultura e emergência da individualidade. Num processo de desenvolvimento quem tem caráter mais de revolução que de evolução, o sujeito se faz como ser diferenciado do outro, mas formado na relação com o outro; singular, mas constituído socialmente e, por isso, mesmo, numa composição individual, mas não homogênea (Smolka; Goés, 1993, p. 10).

Assim, essa diferenciação dos sujeitos perante os demais, permite, em inúmeros casos, a inserção do preconceito. Esse modo de refutar ao que é expresso e lido como “incorreto”, é compreendido como um conjunto de rotulações, na maioria dos casos, negativas. Dessa forma, os traços dos sujeitos, a forma física, a sexualidade, por exemplo, são alvos de discriminação e preconceito. Estes, são reiterados à medida que são desqualificados e identificados enquanto pertencentes a grupos menos prestigiados, em virtude de “não se encaixarem” em normas sociais estabelecidas (Junqueira, 2009).

O preconceito, tido, também, como consequência da escravidão, é interpretado como a criação de um conceito antecipado, uma formação de ideias que, por vezes, é feita sem reflexão a respeito do assunto. Estudos referentes ao preconceito iniciaram com alguns psicólogos na década de XX (Duckitt, 1992). Com base nesses aportes iniciais, vários autores passam a estudar o assunto e, assim, novas leituras foram elaboradas. Gordon Allport, por exemplo, em 1954, publicou o livro *The Nature of Prejudice*, que apresenta a influência dos traços, das emoções e da cognição no aparecimento do preconceito e assevera que o preconceito está envolvido em modo negativo de pensar sobre as pessoas sem conhecê-las.

De acordo com Allport (1954, p. 7, tradução minha), pode-se definir o preconceito “como uma atitude hostil e de aversão em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence a esse grupo, e, portanto, presume-se ter qualidades que são atribuídas a esse grupo.” Ainda conforme o autor, esse artifício por ser justificado pela tendência da “*overcategorization*”, entendida enquanto uma “supercategorização” das coisas, em que os sujeitos realizam determinados ajustes para a compreensão do real. Mediante a essas ações,

os indivíduos constituem prejulgamentos que corroboram para a sua compreensão de mundo. Assim,

O preconceito é o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e portanto adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem (Mezan, 1998, p. 226).

Interpreta-se que o preconceito pode ser identificado em diversos valores que depreendem dos juízos – em circunstâncias preconceituosas – por intermédio de representações que os sujeitos elaboram com base na sua realidade. Essas representações, por tratarem-se de sujeitos inseridos em uma sociedade, não são frutos de construções individuais, uma vez que fatores históricos, ideológicos e culturais exercem papel fundamental para a concepção e discursos que enaltecem o preconceito no âmbito social.

Nesse sentido, as ações excludentes estão vigentes nas práticas discriminatórias contra as formas de ver e viver escolhidas que se opõem à normatização imposta. Há a existência dos mais diversos tipos de preconceitos, tais como: mulheres, negros, imigrantes, homossexuais, deficientes, dentre outros. Em relação ao preconceito contra travestis e transexuais, utiliza-se o termo transfobia.

A transfobia refere-se à discriminação contra pessoas trans, uma sanção social naturalizada e normalizadora contra as pessoas que vivem a transgeneridade. Normalmente, o termo pode ser evocado para representar um grupo heterogêneo de violências específicas que atingem mulheres transexuais, travestis, homens trans, pessoas não binárias, entre outras. Sendo constate na sociedade brasileira, pode ser visualizada em casos de extrema violência. Algumas instâncias, dessa forma, são desenvolvidas pela violência e outras podem envolver a falta de conhecimento sobre o assunto, sobre os direitos e os deveres dos cidadãos e, até mesmo e, principalmente, por condições sociais e/ou religiosas. A transfobia, assim, está vinculada a um discurso violento direcionado a pessoas que não seguem a imposição da sociedade “cissexual,”

Historicamente, em 1953, o psiquiatra Harry Benjamin, que teceu o termo transexualismo com a intenção de aliviar o sofrimento que seus pacientes apresentavam (Roudinesco, 1998, p. 764). Assim, após tal episódio e a criação dos

termos homofobia e heterossexismo, surgidos no final da década de 60 como reflexo das mudanças trazidas pela Revolução Sexual¹, que propunha uma reflexão sobre questões relativas à orientação sexual, o vocábulo transfobia, através de sua tradução do termo original anglo-saxão transfobia, passa a ser utilizado.

A homofobia e a transfobia constituem-se com equivalentes dentro do suposto sistema de gênero. Nele, toda e qualquer ruptura ou desvio da coerência do sexo, do corpo, e do desejo expõe a pessoa transgressora, deixando-a vulnerável a variadas formas de violência. A incongruência da heterossexualidade sujeita a pessoa à homofobia e à transfobia. (Smigay, 2002; Mott; Cerqueira, 2003; Jesus, 2014)

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições. (Bento, 2011, p. 554)

É nítida uma proposta de sistematização de preconceito sexual, em que as normas sociais estabelecidas pela cultura heteronormativa são colocadas em prestígio. O resultado dessa proposição é a violência contra os sujeitos trans, através de agressões físicas e psicológicas. No Brasil, por exemplo, ambas as formas de manifestações de transfobia são, socialmente aprendidas, diante de discursos de ódio proferidos por políticos, religiosos e familiares, para “monitorar o desvio”, fazendo com que a separação binária do sexo permaneça com rigidez.

No contexto de seu status de transexuais, lésbicas, gays e bissexuais experienciam homofobia e estigmatização, o que os coloca em risco para sofrer eventos de vida negativos, especificamente eventos relevantes para a homossexualidade (ex. perda de emprego, moradia ou custódia de filhos; violência e discriminação decorrente de sua orientação sexual), assim como problemas diários mais crônicos (ex. escutar piadas preconceituosas, estar sempre na defensiva) (Diplacido, 1998, p. 140).

Do mesmo modo que parte da sociedade os repulsa, há uma inibição por parte dessas pessoas causada pela estigmatização e controle a que são submetidos.

¹ A Revolução Sexual ou Liberação Sexual é conhecida como uma perspectiva social que desafia os códigos tradicionais vigentes relacionados à sexualidade e a interpessoalidade. Esse fenômeno ocorreu no mundo ocidental nos anos de 1960 até 1970. Com ele, mudanças ocorreram e novos códigos de comportamento sexual foram desenvolvidos e tornaram-se regra. Assim, a liberação sexual abarca a normatização da homossexualidade e da aceitação do sexo fora das relações heterossexuais, principalmente relativo ao casamento. (Gikovate, s.d)

Eventos com esse teor, geram a sensação de desamparo e podem prejudicar o convívio social, a dinâmica familiar – tendo em vista casos de agressão familiar – e, até mesmo, a saúde física e emocional desses indivíduos e o futuro profissional.

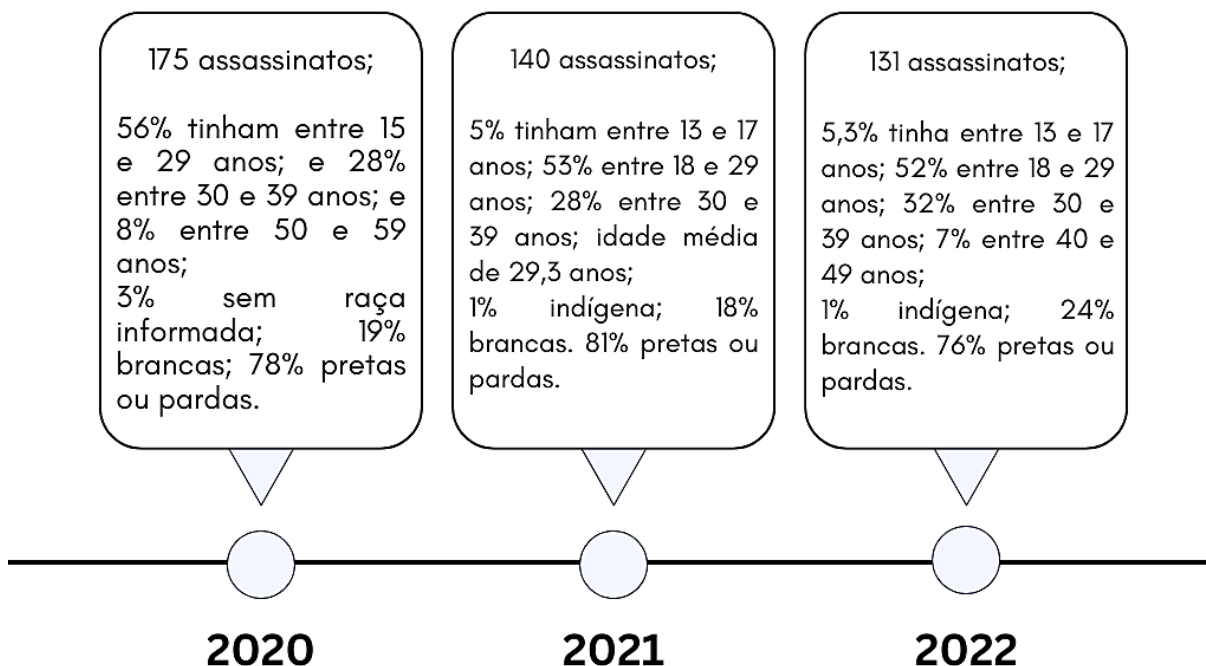
Tratando dessas configurações da transfobia, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)² (2017), ao observar a negligência do Estado em divulgar dados estatísticos sobre a transfobia, decidiu publicar dossiês anuais com dados e informações. A atividade é realizada desde 2017. De acordo Bruna Benevides, Secretária de Articulação Política da ANTRA e autora do Mapa de relatório dos Assassinatos de Travestis e Transexuais Brasileiras (2019, p. 8), as mortes são sempre de modo muito violento, “o assassinato por tiros encabeça a lista de mortes, mas não são um ou dois tiros, é uma execução. Há casos em torno de 20, 30 tiros, como se o assassino quisesse matar também a alma da vítima. Expurgar de vez a existência Trans.” Além disso,

As formas de matar a população trans variam. Abaixo de 2% correram assassinatos por apedrejamento (1,7%), atropelamento (1,7%), estrangulamento (1,7%), pauladas (1,7%), queimação 0,9%) e asfixia (0,9%). Os demais casos (1,7%) não apresentam informações. Foram verificados que 51,3% dos assassinatos foram resultantes de tiros, 18,3% de facadas, 12,2% de espancamentos, sendo que em 7,8% dos assassinatos há mais do que uma forma empregada para matar, envolvendo requintes de crueldade, tortura e espetacularização do suplício das vítimas (Silva, et al., 2019, p. 45).

Em 2021, em média 140 pessoas trans foram assassinadas. Esse número é dividido entre 135 travestis e mulheres transsexuais e cinco homens trans e pessoas transmasculinas. Em relação ao ano de 2020, o número reduziu em 35 assassinados. A estatísticas da brutalidade contra as pessoas trans só entre os anos de 2017 e 2021, foi de 781 pessoas trans mortas. A idade média das vítimas é de 29,3 anos de idade. Além disso, em 2021, 81% eram travestis ou mulheres trans pretas ou pardas (ANTRA, 2020). Abaixo, tabela com os dados referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022:

² Segundo Benevides e Simpson (2017, p. 2) “A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede que articula em todo o Brasil mais de 200 instituições, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos o resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais.”

Diagrama 1: Dados da ANTRA



Fonte: elaborado pela autora, com base em ANTRA (2020, 2021, 2022).

Os dados³ acima apresentam a emergência de diálogo, de reflexão, de humanidade e de empatia. Há uma situação de entrecruzamento de racismo com a transfobia. Compreende-se que tal fator é predominante, uma vez que, cada dia mais, vê-se discursos de ódio pronunciados com normalidade, frases e palavras de baixo calão descritas e englobadas em um contexto preconceituoso e, sobretudo, uma sociedade estruturalmente machista, em suas entrelinhas, respaldada por aparelhos sociais e ideológicos vistos com preponderância e importância nas comunidades.

A diminuição, em termos numéricos, lidas em alguns períodos, não é o suficiente para que o descaso com a população seja efetivo. Os dados salientam como os corpos trans são vistos e como são sistematizados socialmente: sem respeito, ética, compaixão e direitos. Ainda de acordo com o documento, salienta-se que, em torno dos 13 anos de idade, as pessoas trans são expulsas de casa. Esse fator torna a população ainda mais vulnerável e exposta não somente a violência, mas a instâncias de sobrevivência como a prostituição. Conforme o dossiê, 78% das pessoas trans e travestis assassinadas em 2021 eram profissionais do sexo.

³ No documento elaborado pela ANTRA, há inúmeros fatores utilizados para leitura e confecção de estatísticas sobre os assassinatos. Entretanto, foram selecionados os três eixos acima, tendo em vista entendê-los como complementares, em suas singularidades, para mapeamento proposto inicialmente neste trabalho.

Além disso, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de transexuais. A cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil. De acordo com o relatório do Trans Murder Monitoring (TMM, 2020) “do total de 4.042 assassinatos catalogados pela TGEU, 1.549 foram no Brasil. Ou seja, sozinho, o país acumula 38,2% de todas as mortes de pessoas trans do mundo”. Após do Brasil no ranking de países que mais matam pessoas trans no planeta, estão México e EUA. Em relação aos estados brasileiros que mais tiveram mortes, estão: São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins não registraram assassinatos.

Destaca-se, ainda, que o TGEU identificou que, entre os motivos que levam à agressão, “estão grandes níveis de violência no contexto histórico (colonialismo, escravidão, ditaduras), alta vulnerabilidade de transexuais na prostituição e a falha do Estado em prevenir e investigar esses crimes.” (Cunha, s.d). Logo, esse excerto, somado à porcentagem de notificações de agressão/assassinato que foram arquivados e atitudes violentas das pessoas, reflete a carência de diálogos sobre essa temática e, sobretudo, a importância que discussões que abranjam esses dados têm na formação de sujeitos que desconhecem, por vezes, os direitos, os deveres e as necessidades dos demais.

A violência brutal desses assassinatos faz com que esses sujeitos sejam estigmatizados e excluídos do convívio social. Isso ocorre, pois são populações historicamente vítimas de estereótipos que geram discriminações sociais e os tornam alvos de agressividade e desrespeito. As pessoas cisgêneros e heterossexuais, nesse sentido, baseiam-se em estereótipos sociais e, conseqüentemente, tornam-se pessoas transfóbicas, homofóbicas, etc, permitindo que a sociedade regreda em termos de condições de igualdade e de prática da alteridade, parte elementar da formação cidadã. Logo, um dos meios de corroborar com tais atrocidades, é o uso das redes sociais como forma de disseminação de discursos de ódio.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE: COMENTÁRIOS DO TWITTER

3.1 Pressupostos Metodológicos

A organização da pesquisa é fator fundamental para o seu melhor andamento e para melhor visualização dos resultados. Nesse viés, este texto está pautado nos pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo, assim como o texto anterior,

intitulado “As vozes da violência e da transfobia no Twitter: mapeamento e análise de comentários sob a ótica da linguagem”, que realiza a análise dos comentários entendidos, enquanto essência de composição, fatores de linguagem, que correspondem as duas primeiras categorias de análise eleitas. Optou-se por tal organização, tendo em vista a importância da coerência entre os textos. Dessa forma, há, nesta proposta, os indicativos metodológicos de Bardin (1997), que direcionam para as seguintes etapas de leitura: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Em consonância, esta produção reflexivo-crítica abordará as outras cinco categorias de análise eleitas, que são: Invisibilização da condição trans; Distorção da singularidade trans; Comentário com teor religioso; Violação dos Direitos Humanos e; Machismo estrutural. Logo, como há uma correlação entre os artigos, este texto, realizar-se-á as etapas de exploração e análise do material (comentários) das categorias elencadas. Todas foram selecionadas, pois se compreende que, em sua conjuntura, apresentam leitura que pode demonstrar aspectos fundamentais para esta tese em termos sociais, contextuais e de gênero.

Nesse sentido, alguns dos fatores que potencializarão a escolha das referidas categorias, contextualizam-se diante da visualização de discursos que apresentam ironização ou incitam descaso em relação às escolhas alheias, além de textos que explanam insatisfação no que diz respeito aos realizados pelo G1, no que tange aos sujeitos trans e as suas singularidades, conquistas e lutas. Ainda, nessa leitura, percebe-se que como a identidade trans é recebida pela sociedade, em que há, por uma parcela, o direcionamento de que ser trans é um transtorno psíquico, amparando-se em discurso empíricos e científicos descontextualizados e incoerentes.




Outrossim, a religiosidade humana colocada como uma amarra nos discursos, sendo a detentora da singularidade humana, em que tudo que está contrário ao que está dito em livros considerados detentores do saber e, também, em conhecimentos e crenças de pessoas que perpassam suas interpretações, são menosprezados. Nesse contexto, outro aspecto que motiva esta análise é o incentivo e a normalização da violência verificada em notícias, interações e redes sociais, como forma de “adestramento de corpos”, de posicionamentos e de individualidades. Somado a isso, há, atualmente, a identificação de determinada violação dos Direitos Humanos direcionada aos grupos que são menosprezados, silenciados e colocados à margem

da sociedade, bem como a ocorrência do machismo estrutural, que é exposto diante de estratégias e organizações que sustentam a dominação patriarcal.

Todas as justificativas apontadas acima foram construídas com base na leitura e na seleção dos comentários. Textos extremamente impactantes e revoltantes, que requerem a construção de interpretações, inferências, respaldos sociais e contextuais, uma vez que se disserta, neste trabalho, sobre comentários que estão vinculados a *tweets* que abordam sobre vidas, seres humanos. Lê-se, também, que os comentários, através de uma leitura subjetiva, podem pertencer a mais de uma categoria. Dessa forma, optou-se por uma divisão em que as categorias fossem salientadas e exemplificadas, havendo, em alguns momentos, a retomada de autores e pressupostos, justamente para que haja uma correlação entre as proposições analíticas.

3.2 Exploração e análise dos comentários

Quadro 1: Categoria de análise: Invisibilização da condição trans

ANO	TÍTULO DO TWEET	INTERAÇÕES	EXEMPLO DE COMENTÁRIO
2020	Casal trans comemora mudança de nome na certidão: "Nós renascemos. Para uma pessoa transgênero, a certidão é um ato de renascer"	82 <i>Retweets</i> 40 <i>Tweets</i> com comentário 1.718 Curtidas	
2021	Pela primeira vez, mulher trans é eleita Miss Cuiabá	252 <i>Retweets</i> 239 <i>Tweets</i> com comentário 9.130 Curtidas	
2022	Modelo trans brasileira vence concurso mundial de beleza na Itália: 'Me sinto orgulhosa da mulher que me tornei'	21 <i>Retweets</i> 3 <i>Tweets</i> com comentário 836 Curtidas	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O descaso e a indiferença em relação ao outro, são fatores em voga no cotidiano. Com a intenção de transmitir ausência de afeto, compreensão e respeito ou, até mesmo, com o propósito de ser aceito em determinado grupo ou atrair atenção na web, há a concretização de discursos odiosos. São várias as maneiras que esses enunciados podem ser visualizados: com deboche, com humor e ironia, para direcionar ao texto certa insignificância; com a pretensão de demonstrar que o conteúdo da postagem é irrelevante; para correlacionar as postagens com personagens, bordões e fatores que menosprezam e ridicularizam o assunto.

Essas inferências e posicionamentos que reiteram a invisibilidade trans podem ocorrer de diversas maneiras: agressão física, violência psicológica, abandono de familiares, não acolhimento do mercado de trabalho, disseminação de discursos ofensivos, mas, principalmente, na negação de sua existência e desrespeito. Perante essa leitura, pode-se entender que esses sujeitos não são invisíveis, mas sim invisibilizados diante de ordens sociais restritas que são defensoras de uma suposta expectativa de padronização humana.

Lê-se que a invisibilidade é uma forma de desaparecimento do indivíduo dentre os demais. É também vista como um conjunto de dois fenômenos psicossociais que têm papel essencial na sociedade capitalista: “humilhação social e reificação” (Costa, 2008, p. 15). O primeiro é visualizado enquanto produto da história da humanidade, uma vez que expõe a desigualdade de classes. No que tange ao segundo, é compreendido diante de um processo histórico que se relaciona com a sociedade capitalista. Especifica-se pela (re) transformações das atividades humanas, ou seja, retrata a separação da totalidade em relação às partes, caracterizadas como meio de desestruturação moral. Por isso,

a invisibilidade é expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-salariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas (Gonçalves Filho, 2004, p. 22)

O ato de invisibilizar é, dessa forma, uma ferramenta de violência simbólica que oprime pessoas e singularidades. Os sujeitos “apagados” são direcionados à denominada “racionalização simbólica” (Costa, 2008, p. 20), que se refere às

atitudes que minimizam as evidências da invisibilidade. Assim, em algumas situações, com a ausência da violência explícita, a violência simbólica acaba não sendo identificada como ônus para a sociedade, mas sim como um padrão comum comportamento, o que reitera para o desenvolvimento do preconceito em diversas formas de comunicação, conforme os comentários printados para esta categoria.

Nesse viés de visualização dos sujeitos, a identidade é aspecto fundamental da essência humana. Com isso, “o nome é um elemento de individualização da pessoa na sociedade. Ele é um direito de personalidade, algo íntimo” (Brasil, 2020). No Brasil, somente no de 2018, as pessoas trans passam a ter o direito de mudança de nome, sem necessitar de comprovações de redesignação sexual. De acordo com o Provimento Nº 73 de 28/06/2018, estão autorizadas a solicitar a mudança as pessoas trans “maiores de 18 anos ou menores de idade com a concordância dos pais. Conforme a regulamentação, podem ser alterados o prenome e agnomes indicativos de gênero e o gênero em certidões de nascimento e de casamento.”

Mesmo com esse direito garantido, ainda há situações de intolerância e tentativas de remoção de tal atitude. No comentário de 2020, que faz relação com a alteração de nome, postado no *tweet* “Casal trans comemora mudança de nome na certidão: “Nós renascemos. Para uma pessoa transgênero, a certidão é um ato de renascer”, vê-se com nitidez essa ação. Há uma situação de deboche quando o autor do comentário compara a vitória da troca do nome com o nome da dupla Caju & Castanha.

A referência pode ser compreendida devido ao fato de os integrantes da dupla serem reconhecidas como “reis do improviso do ritmo da embolada” (R7, 2019). Com o uso de pandeiro e demais instrumentos musicais, a embolada representa a improvisação durante a composição de canções, que pode ser elaborada diante de qualquer temática ou assunto. Amplamente, letras produzidas por Caju & Castanha continham teor político, social, cultural e um viés humorístico, o que reitera o potencial que o comentário tem ao ser direcionado ao tema da mudança de nome, induzindo que o *tweet* e a conquista trans trata-se de uma piada.

Nesse mesmo contexto de reafirmação de direitos e de conquistas da comunidade trans, é o assunto das cotas, que dividem opiniões no Brasil. Culturalmente, o sistema de cotas surgiu na Índia, na década de 30. Na sequência, outros países, Malásia, Austrália, Colômbia, também aderiram tal política. Nos

Estados Unidos, algumas Universidades revisam seus modos de seleção na década de 70, momento em que o movimento dos Direitos Civis dos Negros teve ênfase, o que incentivou que as Instituições tivessem a autonomia de reservar vagas e bolsas para estudantes negros (Lima; Vieira, 2019).

No Brasil, em 1997, apenas 1,8% dos jovens, entre 18 e 24 anos, havia frequentado uma Instituição de Ensino Superior (Censo, 1997). Assim, baseada na experiência do EUA e no dado apontado, no ano de 2000 a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou lei que reservava metade das vagas para das Universidades Estaduais para estudantes das Escolas Públicas. Um ano após isso, determinou que 40% dessas vagas fossem destinadas à autodeclarados negros e pardos. Dessa forma, “as cotas raciais são ações afirmativas aplicadas em alguns países, como o Brasil, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais (Lima; Vieira, 2019, s.p). Entretanto, mesmo com a Lei de Cotas, Nº 12.711, promulgada em 2012, os sujeitos trans ainda não são totalmente inseridos nessa política.

Compreender tais contextos históricos e verificar a necessidade de implementação de políticas pública com esse teor, demonstra como o comentário (2021) salienta falta de empatia e de não reconhecimento dos direitos e deveres das pessoas. Além de um desconhecimento em relação ao sistema de cotas, há a presença de uma ironização quando associado o tema com um concurso de beleza, aspecto intrínseco ao imaginário cultural brasileiro, conforme descrito no texto anterior. Outrossim, a presença do ponto de interrogação (?) também indica tal semântica, além de ser convidativo, isto é, para que outros usuários da rede se posicionem e curtam o posicionamento. Há, também, neste comentário (2021), em específico, o aumento número de curtidas, sendo 9.130, o que interfere diretamente na repercussão do texto e gera, além da identificação entre as bolhas sociais, a disseminação de discursos de ódio.

Ainda nesse entendimento, garantir aos indivíduos trans o acesso às Universidades, às competições e a quaisquer lugares que compõem a sociedade não deve ser elemento questionável, mas sim como ponto elementar para a evolução social. Em concordância, além dos tópicos já apontados como meio de invisibilização dos sujeitos trans, está o comentário (2022), que, relacionado o *tweet* “Modelo trans brasileira vence concurso mundial de beleza na Itália: 'Me sinto orgulhosa da mulher que me tornei'”, incita que os sentimentos alheios, os seres

humanos que compõem do *tweet* e a sua comunidade fazem parte de um *fanfic*.


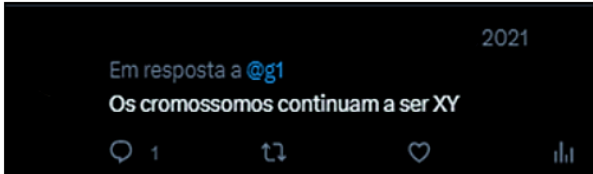
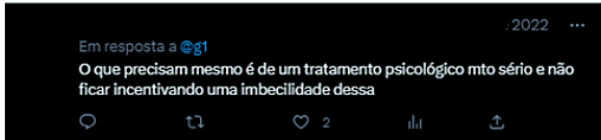
As chamadas *fanfictions* surgiram através de publicações denominadas *fanzines*, que circulavam em grupos de leitores. Logo, esse gênero digital passou a ser incorporado no cotidiano dos internautas, tendo em vista a criação de sites específicos para a confecção de tais textos. Para Pelisoli (2008), esse texto favorece que o leitor crie uma nova interpretação a partir da história original. Mostra, também, que os autores possuem autonomia para dialogar entre textos, personagens, realinhamento moral, troca de gênero, deslocamento de personagem, erotização e enredos, etc., construindo a sua versão de *fanfic*. Ao ler o texto-origem o autor da *fanfiction* vai “[...] produzindo sentidos sobre os sentidos já produzidos pelo autor [do texto original]” (Almeida; Karhawi; Possari, 2010, p. 2).

Com isso, ao sobressair-se à ausência da formalidade comunicativa, do desconhecimento da hibrididade das *fanfics*, o comentário direciona a reflexão de que a temática do é ficcional. Partindo disso, ao caracterizar o assunto de tal forma, nota-se a demonstração não só da ironia, mas do deboche em relação às pessoas trans. Ainda, há, novamente, uma menção aos concursos de beleza, o que ressalta a proposta de padronização da beleza no Brasil e o modo como esse preceito está fundamentado e integralizado nas ideias. O texto exposto no comentário designa, às pessoas trans, o adjetivo de anormais, considerando-as, portanto, como um desvio, indesejável, por que a normalidade não as admite. Nesse cenário, discursos como esses, demarcam princípios de um poder de normalização, de mecanismos com os quais se pretende “defender a sociedade” de qualquer “degenerescência” (Foucault, 1997, p.66-67).

Na presente categoria analisada, identificaram-se comentários que, de maneiras implícitas e distintas, dedicam-se a reiterar a inviabilização dos sujeitos trans. Essas investidas são notáveis quando há, nos discursos, por exemplo: a) referência à políticas e à leis que são consideradas elementares na história dos grupos inferiorizados; b) questionamentos em relação ao mérito das pessoas trans, desconhecendo-as como sujeitos participes da sociedade; c) apelo a perpetuação de um imaginário social enraizado; d) insistência de uma “normalidade” humana e; e) presença do alto número de curtidas e de interações que os *tweets* tiveram, o que indicam um meio de interação potente de perpetuação de ódio. Assim, invisibilizar a população trans, em uma esfera pública, alimenta a ilusão de que essas pessoas não existem na sociedade, o que se concretiza, para o Estado, para

as políticas públicas e algumas personas, em uma certa conveniência, por que facilita a correlação dessas pessoas aos estigmas da prostituição, da inferioridade, da marginalidade, do pecado, etc.

Quadro 2: Categoria de análise: Distorção da singularidade trans

ANO	TÍTULO DO TWEET	INTERAÇÕES	EXEMPLO DE COMENTÁRIO
2020	Casal trans comemora mudança de nome na certidão: "Nós renascemos. Para uma pessoa transgênero, a certidão é um ato de renascer"	82 <i>Retweets</i> 40 <i>Tweets com comentário</i> 1.718 <i>Curtidas</i>	 <p>Legenda: "Só existe XX e XY."</p>
2021	Jovem trans de 19 anos que fez cirurgia de readequação de sexo recebe alta em cidade de SC	49 <i>Retweets</i> 12 <i>Tweets com comentário</i> 2.387 <i>Curtidas</i>	
2022	"Perceber que você é uma pessoa trans e tá num processo de rompimento é uma coisa muito louca de início, mas você vai começando a lidar, se percebendo, nascendo novamente, e é um processo de resiliência enorme", diz Acauã	3 <i>Retweets</i> 2 <i>Tweets com comentário</i> 75 <i>Curtidas</i>	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Cultivar a singularidade humana é, atualmente, um desafio. Isso faz com que as reflexões em torno da diversidade impliquem em uma leitura de itens que se diferem do que é normatizado como padrão no âmbito social e moral vigente. Há vivências em um mundo multipolarizado, culturalmente patriarcal, globalizado e midiático, em que veiculam paradigmas amparados em ideologias que, em muitos casos, são estruturalmente enraizadas. Dessa forma, sustentar um sistema que segmenta, exclui e oprime seres humanos é colocar em voga não somente a liberdade que o indivíduo tem enquanto partícipe da sociedade, mas sim a sua própria singularidade, a sua identidade.

Em vários âmbitos da comunidade, educacional, empresarial, empregatícia, existe, ainda, rotulações que direcionam e discriminam as pessoas, em virtude de cor

de pele, de cabelo, de deficiência, de orientação sexual, enfim, de suas individualidades (Grunig, 2009). Por isso, considera-se fundamental enaltecer as diversidades e compreender, através delas, que a heterogeneidade é uma ferramenta em potencial para a transcendência dos parâmetros pré-estabelecidos pelas culturas, ideologias, comportamentos religiosos, etc. Tal atitude favorecerá que as barreiras das “caixas limitantes” do binarismo sejam reavaliadas (Butler, 2003).

Nesse sentido, é visível na sociedade brasileira, diante de situações de extrema violência, nas redes sociais ou não que alguns valores morais, pautador em ideologias racistas, discriminatórias e de cunho heteronormativo, ainda comandam a sociedade brasileira. Ambas alicerçadas pelas heranças patriarcais de um ideário sexistas, machista e excludente que determina costumes e corpos. Essa edificação histórica, ancorada em panoramas opressivos e exploratórios ainda influencia no monitoramento de corpos “humanos, restritivos, julgadores e punitivos” (Silva; Azevedo; Torres, 2019). Partindo de tais legados no contexto da distorção da singularidade humana, Tiburi (2018, p. 76-77) afirma que

[...] viver em uma sociedade na qual as pessoas são marcadas como gado. Ninguém que tenha uma forma democrática de pensar e de sentir pode gostar de ser marcado ou de marcar o outro. [...] depois vieram a se apropriar, como forma de usar a marcação sofrida para politizar a própria vida violentada pela ordem dominante. Assim, torna-se possível tanto denunciar o processo de marcação quanto assumir um lugar de menor sofrimento no contexto dos preconceitos contra os quais se luta. [...] se está a definir um outro lugar relacionado ao direito de ser quem se é, o direito de existir. O direito de estar presente.

As ideias de liberdade humana, sem estar marcada e presa a uma imposição de poder já é discutida desde a Grécia Antiga, em que Sócrates afirmava “conhece-te a ti mesmo”, corroborando com a importância do autoconhecimento para a individualidade e para a coletividade, lê-se. O aforismo grego está em ênfase na atualidade, uma vez que, através dele, há a personificação de lutas por direito, contestação de padrões. Contudo, esse ideário ainda é limitado por aparelhos de dominação que tendem a disseminar meios de disciplinarização de corpos e de controle social, designando a moralidade e moldando os sujeitos (Han, 2017).

Um dos meios de manutenção de tais artifícios de manipulação de personas, são os discursos de ódio manifestados na web. Nesse contexto, os comentários desta categoria de análise assemelham-se em termos de composição e de incitação interpretativa. Ambos os dois primeiros s “Casal trans comemora mudança de nome

na certidão: "Nós renascemos. Para uma pessoa transgênero, a certidão é um ato de renascer" (2020) e "Jovem trans de 19 anos que fez cirurgia de readequação de sexo recebe alta em cidade de SC" (2021) direcionam à esfera de renascimento, seja através da mudança do nome ou da readequação sexual.

Baseando-se em fatores genéticos, o comentário (2021), de certa forma, afronta o teor da postagem impondo que "Os cromossomos continuam a ser XY". Infere-se que, na leitura do compositor do comentário, mesmo com a readequação sexual o jovem trans referido continuará possuindo o cromossomo XY, isto é, permanecerá tendo a genética considerada masculina. O discurso em leitura, além de transfóbico, salienta como os movimentos sociais utilizam-se das redes de comunicação, como o Twitter, como meio de atuação e propagação de um repertório crítico que impõe certa resistência em diálogo com as escolhas alheias. (Gohn, 2011).

Em consonância, os comentários (2020) e (2022) expõem que "Só existe XX e XY" e "O que precisam mesmo é de um tratamento psicológico mto sério e não fica incentivando uma imbecilidade dessas", reiterando que tudo que está fora do padrão, desvia do centro, é considerado além de incorreto, uma imbecilidade e um incentivo às demais pessoas a realizarem as mesmas atividades desprezáveis. No primeiro comentário referenciado, há a imagem que apresenta os pictogramas ou símbolos, que identificam sexo/gênero, amplamente utilizados, principalmente os dois primeiros símbolos, sobretudo, em locais públicos.

Anterior as atualizações dos símbolos, eram utilizados apenas três símbolos, masculino, feminino e híbrido, colocados para discernir o sexo efetivo das plantas, em 1751 (Rohden, 2001). Com o tempo, as acepções sobre essas leituras, até certo ponto, evoluem e, como consequência, impactam diretamente na simbologia e reforçam uma ideia de desestruturação das padronizações impostas. Dentro do binarismo de gênero, tais elementos são identificados com relação explícita às cores, "azul para menino e rosa para menina." Frase presente no cotidiano de crianças, jovens, adolescentes e adultos, reforçando as relações de poder, as indicações ideológicas e o imaginário social.

Ademais, o discurso reforça essa ideia quando, circulado em verde, estão os símbolos que representam o feminino e masculino, direcionado com a flecha com a legenda GÊNERO. Em contra partida, os demais pictogramas estão ressaltados e identificados como DESORDEM MENTAL. O direcionamento interpretativo dessa imagem, em conjunto com o comentário (2022) permite retomar o início dos estudos

da sexualidade, no século XIX, em países de língua alemã. Nesse período, a homossexualidade – lida, nesta análise, enquanto termos que integra toda a comunidade LGBTQIAP+ - foi um dos primeiros alvos do estudo, uma vez que era entendida enquanto um desvio à norma heterossexual. Em 1886, o psicólogo Richard Von Krafft-Ebing dissertou que a homossexualidade era causada por determinada “inversão congênita.” Logo, em 1952, a primeira publicação do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM) considerou-a como “desordem.” Além disso,

A homossexualidade foi incluída sob o termo “homossexualismo”⁶ na 6ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial de Saúde, em 1948, na categoria 320, “personalidade patológica”. Na 8ª Revisão da CID, em 1965, a categoria 302, “desvio e transtornos sexuais”, incluiu o homossexualismo na subcategoria 302.0. Na 9ª revisão manteve-se esta classificação, entretanto, ela passou a ser fortemente criticada dentro dos campos da medicina, da psicologia e da psiquiatria, sendo rejeitada também pelos movimentos homossexuais em muitos países (GAMA, 2019, p. 08).

Após anos de pesquisas, somente em 1991, no Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em sua décima publicação, removeu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10). Em 1985, o Conselho Federal de Medicina também excluiu de sua relação o “homossexualismo”. Por fim, somente no ano de 1999, através da Resolução 001/1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) decretou novas normas éticas para a atuação dos profissionais, vedando qualquer indicação de tratamento (ZAMBRANO, 2006). Embora o “tratamento para a homossexualidade” ainda ter sido pauta no contexto político em nível de Brasil, mediante o projeto PDC 234/2011 que tinha a proposta da “Cura Gay” (Magalhães; Ribeiro, 2015).

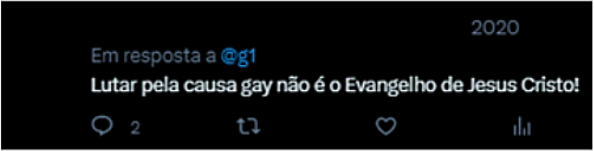

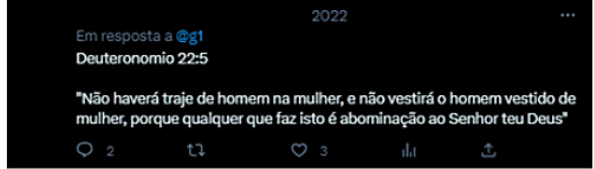
As referências histórias e científicas sobre os estudos em torno de tema ainda não são o suficiente para que as pessoas respeitem e reconheçam as singularidades alheias. Todos os anos de incentivo à patologização da homossexualidade estão presentes quando novas propostas de curas referentes à orientação sexual surgem, sobretudo, quando discursos sobre a “cura gay” são amplamente difundidos em ambientes religiosos e políticos. Os debates sobre tal ação também foram realizados no Congresso Nacional, na segunda década dos anos 2000, amparada por uma bancada composta por pessoas evangélicas, que acreditavam, segundo aponta Souza (2016, p. 55) que a ideia de que a “homossexualidade é um pecado ou uma doença está na crença de um comportamento não aceito por “Deus.”

Com a crescente argumentação em torno do assunto ganhando a visibilidade da mídia e em congressos e eventos destinados ao tema, as pessoas passaram a acreditar que o uso da cura gay na sociedade seria benéfica, pois traria, além de melhora em termos psíquicos, a padronização social e a ênfase da heterossexualidade. Mesmo que os métodos utilizados fossem invasivos psíquica e fisicamente, através de tratamentos de choque. Diante desses fatores, surgiram críticas relacionadas ao trabalho da sexualidade e do respeito mútuos nas escolas e demais aspectos que respaldavam a edificação de uma unidade nacional, assim como o comentário visualizado, que indica esta leitura quando evidencia que tudo que foge no binarismo de gênero se trata de uma desordem mental. Além disso, o comentário reproduz a ideia de que ser trans e externalizar individualidade é um incentivo para as demais personas na sociedade. Dessa forma,

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. [...] Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser. (Foucault, 1988, p. 135)

Partindo dessa leitura, os contextos históricos, os meios de repressão e de adestramento de corpos são vigentes e reatualizados à medida que nos meios de divulgação e disseminação da violência ocorrem. As reflexões possibilitadas nesta categoria, através dos comentários selecionados, salientam o potencial que os discursos odiosos que anulam a singularidade trans têm na internet, além o fato de que, ao serem publicados, são disseminados e valorizados mediante as frequentes interações realizadas nos enunciados, que são indicativos de aproximação com as ideias compartilhadas. Nesse cenário, fica nítido como o desconhecimento da história, dos direitos das pessoas, da ausência de políticas públicas que abranjam todas as comunidades e, principalmente, a carência de respeito e empatia com os seres humanos estão em voga.

Quadro 3: Categoria de análise: Comentário com teor religioso

ANO	TÍTULO DO TWEET	INTERAÇÕES	EXEMPLO DE COMENTÁRIO
2020	Pastor quer se dedicar à causa LGBTQIA+ após filha trans ser morta: 'Enquanto houver desrespeito, haverá morte'	342 Retweets 404 Tweets com comentário 5.160 Curtidas	
2021	Mulheres trans são eleitas para o Parlamento da Alemanha pela primeira vez	58 Retweets 9 Tweets com comentário 1.172 Curtidas	
2022	Advogada fala sobre ser 1ª trans eleita conselheira em seccional da OAB: 'Representatividade é um caminho sem volta'	26 Retweets 2 Tweets com comentário 466 Curtidas	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

As religiões sempre existiram e as ações em torno dessas são uma forma de manifestação cultural que favorece que inúmeras teias comunicativas e interativas, com fins comuns, edifiquem-se. Através da prática religiosa, as pessoas procuram uma maneira de formar e manifestar peculiares, meios de transformação, solidariedade, fé, crença, etc. Dessa maneira,

Religião é a realização socioindividual (em doutrina, costume, frequentemente ritos) de uma relação do homem com algo que o transcende e a seu mundo, ou que abrange todo o mundo, que se desdobra dentro de uma tradição e de uma comunidade. É a realização de uma relação do homem com uma realidade verdadeira e suprema, seja ela compreendida da maneira que for (Deus, o Absoluto, Nirvana, Shûnyatâ, Tao). (Kung, 1986 apud Libanio, 2001, p. 55)

Para Libanio (2001), a religião desempenha a posição de compreender a mais profunda e singular dimensão do ser humano. Concretiza-se em uma matriz voltada à antropologia, em que se difundem as religiões. Justamente nessa relação que se mantém a religiosidade. A fé ocupa sua proporção quando o homem se sente

“interpelado por uma palavra revelada de Deus e a acolhe como exigência ética de vida”. Nessa seara, é relevante salientar que as noções iniciais da fé sempre são realizadas pelas famílias. No Brasil, por exemplo, o “catolicismo está presente desde a chegada dos colonizadores portugueses, em 1500, e é até hoje a religião que congrega a maior parte da população (64,6%)” (Franco, 2017, p. 198).

Inerente a isso, a sociedade brasileira é marcada, historicamente, por desigualdades, injustiças e violências, conforme já mencionado nesta tese. As manifestações de fé são, em alguns casos, vistas como agentes da esperança e da readequação das normas. Refletir, então, sobre discursos homofóbico, transfóbicos, nos preconceitos direcionados à comunidade LGBTQIAP+ é pensar como a sociedade age diante de sua própria sexualidade. A partir do século XVII, o sexo tornou-se integrante da comunidade, sendo necessário e, de alguma maneira, aspecto inerente aos poderes estatais: domínio e controle (Foucault, 1984). Na época, existiram discursos realizados pela igreja na Idade Média que mediavam regras e preceitos, de modo que, para que houvesse êxito na manutenção dos instrumentos de verificação elaborados em torno da suposta pureza esperada, os praticantes precisavam detalhar rigorosamente seus atos sexuais, além de priorizarem regras. Assim,

A pastoral inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra. A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-las moralmente aceitáveis e tecnicamente úteis (Foucault, 2003, p.24).

Tendo essas ações como exemplos, a igreja buscou meios de controlar e moralizar o sexo, bem como a sociedade burguesa ao criar padronizações. Ambas as técnicas de manipulação estão relacionadas. Reproduzidos, também, no século XVIII, momento em que surgiram as grandes revoluções e o aumento populacional, novos e elementares meios de controle foram impostos: limitações de alimentação, moradia, nascimento, casamento, etc. Para Foucault (2003), a economia política ocupou uma posição inquestionável de observatório sobre determinações, sexo e seus efeitos na sociedade.

Dessa forma, discursos religiosos e moralizantes foram, com o tempo, sendo atrelados à biologia e à economia, determinando que o comportamento sexual das

peças virasse conduta. Mead (2006) salienta que homens, mulheres, gays, trans, todos os sujeitos, podem realizar atividades distintas, mas por razões iguais, mesmo que ainda seja recorrente a valorização do trabalho denominado como masculino. Esses preceitos se mantêm no século XXI, pois é nítido que, desde a infância, em que as crianças já são monitoradas para, mesmo que indiretamente, externalizarem a importância da valorização da uniformidade sexual, com vistas à sobrevivência da cultura, utilizando de frases como “menina usa rosa e menino usa azul” (Santana; Benevento, 2013), mesmo que, no século XX, o rosa tinha associação com o sexo masculino, tendo em vista expressas uma ideia de pessoa ágil, forte, enquanto o azul possuía mais semelhança com o sexo feminino, por indicar algo amável.

Com o tempo as ideias e pensamentos se inverteram. Isso, pois a sociedade reconstruiu a imagem do ser humano, impondo singularidades, em que o gênero é considerado desviante. Meios de asseverar esses pensamentos são brinquedos, roupas, frases “menino não chora”, “seja homem”, “cozinha é coisa de mulher”, etc. Tal vigilância e aplicabilidade de regras atinge, assim, grupos específicos, como os trans, que têm sua essência questionada. A verificação de corpos, de pensamentos e desejos constituem-se em que renovam as posições de poder da sociedade e requerem a participação ativa e representativa das pessoas. Isso faz com que todos os modos de pensar, agir, construir relações sejam desconsiderados e punidos (Musskopf, 2012).

Nessa reflexão, nota-se que o âmbito religioso influencia nas relações interpessoais, nas atividades socioculturais, nas comunidades e, ainda, no intrapsíquico do indivíduo, interpolando-o por de emoções, crenças, ideologias (Henning-Geronasso; Moré, 2015). No que discerne à sexualidade e aos comportamentos sexuais, com o intuito de oferecer meios de manter a socialização e a organização de uma sociedade patriarcal, através de argumentos advindos de livros religiosos, como a Bíblia, a religião influencia seus participantes a seguirem fielmente tais práticas (Silva; Paiva; Parker, 2013).

Com esse cenário, inúmeras crenças condenam diferentes condições sexuais, deixando os seres humanos à mercê das concepções retrogradadas, tendo em vista as influências que sofrem no decorrer da vida, que reitera que, se em sua origem, as religiões abraçavam todas as pessoas e suas individualidades, atualmente, com a complexidade da modernidade, ela passa a abranger cada vez menos grupos (Durkheim, 1968).

Todavia, mesmo com a existência de normas e condutas impostas pelas igrejas, há várias outras questões que influenciam na concretização dos dogmas e no fato dos fieis seguirem ou não tais pressupostos. Um deles é o fator cultural, o qual amplia as possibilidades de compreensão de mundo e, por consequência, a execução das acepções que são, originalmente, emitidas pelas crenças. Logo, “as visões de mundo religiosas não podem ser consideradas monolíticas, estáveis ou isentas de reflexividade, assim como as visões de mundo científicas não podem ser consideradas culturalmente neutras e absolutamente racionalizadas” (Duarte; Carvalho, 2005, p. 492- 493).

Entretanto, mesmo com readequações nesse sentido, ainda há muitas religiões que condenam tudo aquilo que foge do centro. Ademais, é importante destacar, neste contexto de entendimento do papel da religião na sociedade e no monitoramento de condutas que, tais atitudes são disseminadas por seres humanos, os fiéis, aqueles que representam as igrejas e seus ideais. Dessa forma, não se pode apontar somente uma instituição ou religião que dissemine esses preceitos, mas sim compreender que, independentemente do modo, as políticas de padronização e de incentivo à unidade nacional são vigentes e disseminadas por seres humanos que possuem os mesmos direitos e deveres dos demais partícipes da sociedade.

Na rede social Twitter, a partir dos comentários destacados, essas ações de vigilância são recorrentes com o uso, em sua maioria, de um dos livros mais conhecidos mundialmente, a Bíblia. Logo, vemos nos textos, principalmente, nos prints dos anos de 2021 e 2022, respectivamente referidos aos s “Mulheres trans são eleitas para o Parlamento da Alemanha pela primeira vez” e “Advogada fala sobre ser 1ª trans eleita conselheira em seccional da OAB: 'Representatividade é um caminho sem volta'”, a concretização de atitudes preconceituosas com a apropriação e readequação de citações bíblicas.

O primeiro comentário, 2021, tem, em sua composição o termo “Messias”, que representa “o ungido”. Sua origem é “hebraica, *meshiha*, que significa “o ungido”, derivado de *mashah*, que quer dizer “ungir” (Dicionáriopróprio, 2022). O discurso aborda que “O Messias está vindo”, somado ao elemento: “arrependa-se e prepare-se, pois depois que o arrebatamento acontecer o status da terra será mudado para sempre.” Os verbos no modo imperativo e a afirmação de que a humanidade terá reviravoltas é uma maneira de induzir a um pensamento ou atitude. Tal comentário, vinculado ao que aborda sobre o fato de uma mulher trans estar no Parlamento,

demonstra como a política e a religião são tenuamente ligadas e seus desdobramentos odiosos e pré-estruturados, aparentemente, funcionam.

Analisar esse discurso em relação ao contexto político vivido no ano de publicação do comentário, amplia a intencionalidade comunicativa e abrangência analítica do texto. Em 2022, como já discorrido neste texto, o Brasil era administrado por Jair Messias Bolsonaro. No período de concorrência até o final do seu mandato, como estratégia político-eleitora, visualizaram-se recorrentes episódios míticos para anunciar o candidato e demonstrar tudo aquilo que ele se acreditava sobre ele, mesmo que ilusório, desde sua identidade até a sua personalidade, para assumir a posição de presidente. Por isso, “a eleição de um presidente pode ser vista, em nível simbólico, como uma mítica procura, uma busca do Grande Pai, do Rei” (Randazzo, 1996). Esse processo de “mitificação” induzido pelo ex-presidente foi, de certa forma, associado, por seus fiéis seguidores, como alguém que traria a mudança divina, a restauração, seria, literalmente, o “Messias”, tendo em vista, outrossim, a coincidência de nome e os aspectos políticos e familiares ressaltados durante a campanha.

Ademais, Randazzo (1996) afirma que todos os seres humanos possuem uma espécie de mitologia única, mas os políticos, com fins óbvios, debruçam-se para cultivá-las. No entanto, na comunicação política esses valores são elementares para a confecção, nem sempre verdadeira, de enredos atrativos e convencedores, para eleger uma figura. Girardet (1987, p. 191) sentencia que nenhuma organização política, independente de ordens e princípios morais, “ignora o fenômeno da encarnação, da personalização do poder; todo líder, todo chefe de partido, tende mais ou menos a tomar a fisionomia do Salvador.

Dessa forma, incumbir à Jair Messias Bolsonaro, além da semelhança de nome, o atributo de mito, de lenda como era chamado por seus eleitores, é uma maneira de demonstrar como elementos não só ficcionais, mas intrínsecos a um imaginário, a aparelhos ideológicos de estado são vigentes (Althusser, 1970). No universo político, Grün (2014) direciona que as mitologias são instrumentos de definição social e cognitiva que ressoam na coesão dos grupos e disseminam uma realidade única, mas repleta de consciência.

Nesse aspecto, está o comentário de 2022. Ao tratar do tema de “1ª trans eleita conselheira em seccional da OAB”, o texto causou impacto e indignação. Novamente um usuário da rede manifestou-se, mas, nesta conjuntura, com o trecho: “Deuteronomio 22:5 “Não haverá traje de homem na mulher, e não vestirá o homem

vestido de mulher, porque qualquer que faz isto é abominação ao Senhor teu Deus.”” Novamente há um recurso religioso manifestado como forma de tentativa de mudança e de incitação à excentricidade negativa dos sujeitos travestis e transexuais. Aliado à crença, lê-se o termo “abominação”, que representa repulsa, aversão a tudo aquilo que foge do centro, dos padrões.

No contexto de ambos os comentários, contextualiza-se o novo projeto de lei desenvolvido pelo Senado Federal, o PL 2.630/2020, também identificado como Lei das Fake News, proposto pelo Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA – SE) e denominado como a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Aprovada por 238 votos favoráveis e 192 contrários, o PL possui 152 emendas. Posterior a inúmeras e intensas manifestações da sociedade e reflexões, o projeto sofreu importantes modificações. Aprovada, resumidamente, a versão final do texto apresenta, no caput de seu art. 1º que a Lei impõe “diretrizes e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada a fim de garantir segurança, ampla liberdade de expressão, comunicação e manifestação do pensamento” (Brasil, 2023).

Durante especulações e repercussões de cunho negativo sobre o projeto, ocorreu a disseminação da ideia de que versículos bíblicos não poderiam ser publicados nas redes sociais, com o amparo do PL das Fake News. O episódio causou impacto e indignação de fieis e de sujeitos que consideram tais trechos e pensamentos importantes para o seu cotidiano, para a sua manifestação nas redes sociais. O cartaz fake publicado pelo deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) continha, dentre os versículos que não seriam mais autorizados a publicação “[...]Romanos 1:26-27, **Deuteronômio 22:28-29**⁴, Coríntios 11:3, Mateus 10:34-36” (G1, 2023, s.p, grifos meus).

Entretanto, "as vedações (da lei) não implicarão restrição à manifestação artística, intelectual ou de conteúdo satírico, religioso, político, ficcional ou literário, ou a qualquer outra forma de manifestação cultural, nos termos dos arts. 5º, inciso IX, e 220 da Constituição Federal." O que concretiza a informação de que não haverá proibição de publicação de conteúdos que tenham, em sua composição, trechos retirados da Bíblia. Nesse esboço, a coincidência da citação do livro de Deuteronômio

⁴ A título de conhecimento, os trechos reproduzidos em livro de Deuteronômio versam sobre questões de fé, sociedade e família: composição da família, fé em Deus machismo, imposição patriarcal, direitos dos homens, importância da crença religiosas, etc.


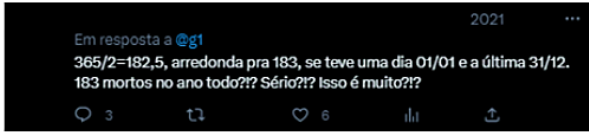

salienta como fatores religiosos são utilizados e amplamente reconhecidos como meios de disseminação de pensamentos, por vezes odiosos, e de monitoramento social. Vê-se que muitas delas se baseiam somente em acepções religiosas somadas a pressupostos políticos que são vistos como coerentes. Desse modo, pode-se afirmar que as religiões têm atuado como personagens essenciais nos processos de poder proliferado nas redes (Foucault, 2011).

Nessa mesma linha de pensamento, há o comentário de 2020, que se refere ao “Pastor quer se dedicar à causa LGBTQIA+ após filha trans ser morta: 'Enquanto houver desrespeito, haverá morte’”. No presente texto, fica visível não a indignação pela luta da causa gay – e de todos os sujeitos da comunidade LGBTQIAP+, mas, sobretudo, de um PASTOR dedicar-se a tal ação. O posicionamento de uma pessoa popularmente conhecida e respeitada dentro das religiões evangélicas impulsiona uma manifestação concretizada em por 5.1600, além de *res*.

No comentário selecionado, também com interação de 2 pessoas, que fizeram novas inferências, pode-se depreender a indignação do usuário ao não aceitar que um pastor se dedique a causa LGBTQIAP+ e, muito menos, em a mesma persona ter uma filha trans e amá-la, defendê-la. Argumentar tal contexto apontando que essa luta não é “Evangelho de Jesus Cristo”, é uma maneira de indicar como o “fanatismo e obscurantismo religiosos são responsáveis pelo antagonismo contra a homossexualidade” (Kinsey, 1953, p. 484 apud, Vida, et al., 1985, p. 96).

Referente aos comentários analisados e aos contextos lidos com vieses interpretativos, associativos e reflexivos, nota-se a presença marcante que a religião e os dogmas religiosos têm na vida dos seres humanos que possuem crenças compatíveis. Há uma eficiência dos discursos religiosos, das ideologias, das instituições e de suas estratégias de comunicação (Maingueneau, 2008). Isso fica notório quando autores de discursos odiosos mencionam textos bíblicos e/ou vocábulos e expressões que remetem ao âmbito religioso, com fins de julgamento. Atitudes como as identificadas, demonstram-se como porta-vozes para assegurar a perenidade dos elementos de regularização social.

Quadro 3: Categoria de análise: Violação dos Direitos Humanos

ANO	TÍTULO DO TWEET	INTERAÇÕES	EXEMPLO DE COMENTÁRIO
2020	Na fila por trabalho, trans falam sobre preconceitos e empregos dos sonhos	26 <i>Retweets</i> 3 <i>Tweets com comentário</i> 288 <i>Curtidas</i>	
2021	Dia da Visibilidade Trans - Uma mulher transexual foi morta a cada dois dias no país em 2020, aponta associação	1.083 <i>Retweets</i> 163 <i>Tweets com comentário</i> 6.244 <i>Curtidas</i>	
2022	Vídeos: Homem agride mulheres trans com socos e água no rosto na Zona Sul de SP: 'Ele destruiu o meu sorriso'	11 <i>Retweets</i> 4 <i>Tweets com comentário</i> 138 <i>Curtidas</i>	

Fonte: elaborado pela autora (2023).

“Quando falo em travestir, a sensação de simplificar um universo tão diverso me incomoda” (Lopes, 1995, p. 224). Incoerências como essas permitem a construção de leituras e inferências acerca do modo como os sujeitos trans são vistos na sociedade brasileira. A proteção, o zelo e o afeto são, inúmeras vezes, ausentes quando se trata dessa parte da população, que possui os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos. Mencionar essa desigualdade é retomar artigos científicos do século XIX, que abordavam sobre o que é normal e natural na humanidade. Por consequência, os comportamentos desviantes antinaturais e passíveis, portanto, de regulação.

Entretanto, para que se possa, efetivamente, realizar uma discussão e torno do que é normal e do que é desvio, é imprescindível pensar que que “o normal não é um dado natural e evidente, antes o resultado de discursos e práticas sociais [...]. A normalidade tem uma história” (Miskolci, 2003, p. 109). Capítulo o qual os sujeitos trans foram e ainda são situados na classe dos “seres abjetos” (Butler, 2002, p. 19)

ou, até mesmo, dos “degenerados”, conforme os discursos burgueses sobre a sexualidade e suas esferas políticas e sociais.

Carregam-se, assim, heranças sociais que alimentam o preconceito, a intolerância, a individualidade e a falta de empatia. As atrocidades cometidas através desses posicionamentos são visualizadas, diariamente, diante da disseminação de ódio entre as pessoas. Em que as vítimas, consideradas abjetas, são desprovidas de humanidade, o que resulta na remoção dos seus direitos (Louro, 2012). Tudo que desafia o eixo heteronormativo, aquilo que é visto como natural na sociedade, é considerado uma afronta. Nesse sentido, pessoas trans, homossexuais, pansexuais, são vistas como excêntricas, pois questionam o comum, ou seja, colocam em xeque novas indagações e possibilidades.

Essa rejeição ao que é considerado anormal ressoa em violência, seja ela física ou simbólica. Isso com o objetivo de demonstrar para a sociedade que as pessoas que não vivem conforme as regras são punidas pelos meios de poder, impondo a leitura de que tais cidadãos são invisíveis, inumanos e não assegurados. Dessa forma, de acordo com Smith e Santos (2017, p. 195):

Como herança das práticas sexuais do patriarcado, percebe-se que estigmas e por consequência atos de violência baseados no gênero (das mais variadas formas), tornaram-se constitutivos de nossa sociedade e das relações sexuais e de gênero estabelecidas entre nós. Isso porque, ainda temos dificuldade para reconhecer e entender algumas performances que contrariam o modelo hegemônico, embaralhando os códigos e discursos produzidos nas zonas de conhecimento e, também de reconhecimento das identidades construídas a partir do gênero. São forças de/em germinação de novos usos possíveis da sexualidade. Para se aproximar e reconhecer essas identidades é necessário certo desnudamento que permita entrever os fluxos que essas performances baseadas no gênero arrastam consigo.

Embaralhar esses códigos e discursos é uma tarefa difícil, tendo em vista a conjuntura vivida pelo país. Movimentos de ruptura e de apagamento de pessoas são evidenciados, por exemplo, em comentários como os selecionados para esta categoria. Assim, são infinitas as tentativas de apagamento do outro através das redes sociais, como uso de palavras, recursos, ofensas e agressões simbólicas. Tais ações são identificadas em textos que incitam o rompimento dos direitos humanos desde o incentivo de agressões físicas até à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

Os s dos anos de 2021 e 2022, intitulados, respectivamente, “Dia da Visibilidade Trans - Uma mulher transexual foi morta a cada dois dias no país em 2020, aponta associação” e “Vídeos: Homem agride mulheres trans com socos e água

no rosto na Zona Sul de SP: 'Ele destruiu o meu sorriso"', refletem diretamente sobre a violência realizada contra as pessoas trans. Crimes de ódio como os reproduzidos nos enunciados das publicações revelam a urgência de uma proteção por políticas públicas para a população trans, sem hierarquia ou discriminação. Uma vez que,

Os crimes de ódio diferenciam-se dos crimes em geral em razão de sua motivação. Isso porque são praticados contra determinada pessoa em razão da intolerância do agente contra a vítima, em razão dela pertencer a determinado grupo social. Ou seja, são praticados contra determinada pessoa em razão do preconceito do agente contra a vítima, em razão desta pertencer a um grupo social que aquele acha intolerável. É precisamente o caso da transfobia, a saber, as violências (físicas e morais) e discriminações (diretas, indiretas, institucionais, etc.) contra travestis, mulheres transexuais e homens trans, bem como da homofobia e da bifobia, enquanto violências e discriminações contra lésbicas, gays e bissexuais. Logo, crimes de ódio são mais graves que os crimes comuns. (ANTRA, 2017)

Nesse viés, sendo direcionados a um grupo e pessoas específicas, com uma força ainda mais potente que a física, através de palavras, de ideologias e de proposições de bolhas sociais, os autores dos comentários (2021 e 2022), descrevem, precisamente, a sua transfobia. O primeiro se ocupa de cálculos para efetivar sua persuasão, expondo: “ $365/2=182,5$, arredonda pra 183, se teve uma dia 01/01 e a última 31/12. 183 mortos no ano todo??? Sério?!? Isso é muito???” A estratégia, além de incoerente, aponta para a indiferença que o compositor do comentário tem em relação aos seres humanos que sofrem com atos violentos.

A diminuição de personas em números é a concretização da violência, dos dogmas e dos estigmas sociais pré-concebidos na sociedade e disseminados no cotidiano das redes. Ademais, reitera a existência da violação dos direitos das pessoas, tendo em vista essa se caracteriza por “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência ou qualquer tratamento diferencial direta ou indiretamente baseado em um motivo proibido para discriminação anula o gozo, ou exercício, em pé de igualdade, dos direitos garantidos” (Pacheco; Pacheco, 2016, p. 215).

Outro elemento que corrobora com essa violência e indicações do exercício do poder, está no comentário de 2022, que aborda “Ninguém apanha de graça, conta a história verdadeira. Como sempre esse povo e a mídia fazendo merd@.” No em que houve a interação, há a apresentação de vídeos de um homem agredindo uma mulher trans. Além disso, o discurso questiona a publicação, incitando uma versão contrária da história, que coloca o sujeito trans, denominado como “esse povo” enquanto

merecedor ou causador da agressão. Novamente a violência é imposta como meio elementar de regulação de corpos.

“Atos isolados de violência emergem quando formas anteriores, invisíveis de violência, se revelaram ineficientes na imposição de normas ou convenções culturais” (Miskolci, 2017, p. 34). A sensação de impotência em relação às ferramentas de regulação humana são combustíveis para as pessoas transfóbicas, incentivando-as a cometer ações violentas e de quebra de direitos. Logo, os comentários ilustram essas atrocidades, pois trazem, além da diminuição dos seres humanos em números, a afirmação de que as pessoas trans violentadas são as mesmas que motivam essa situação, seja pela vestimenta, comunicação, cor da pele e, no caso do *tweet* de 2022, pelo fato serem trans. Ângulos como os apontados anulam a singularidade humana e demonstram como os atos realizados no cotidiano das pessoas, *offline*, é espelhado nas redes sociais.

Em conformidade com episódios violentos, como os citados na publicação, está a redação do Dossiê da ANTRA (2022, p. 44), que informa: “das 131 vítimas de assassinatos localizadas e consideradas nessa pesquisa, 130 eram travestis/mulheres trans, deixando nítido que a motivação tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) das vítimas, que representam 99% dos casos.” O número de assassinatos aparece inferior quando se refere aos transmasculinos, porque se acredita que, parte considerável dessa população, quando falecem ou enfrentam cenários de violência, são identificadas de forma errônea. Isso ocorre, pois alguns não têm retificação de nome nos documentos, seu nome social não é de conhecimento mútuo ou devido ao processo de genitalização – sobretudo no início da transição. Entretanto, as mulheres trans têm 38 vezes mais chances de seres assassinadas.

Nesse contexto, estão, também, as redes sociais, as mídias, que podem atuar como suportes favoráveis, quando utilizadas com fins de disseminação do respeito e de denúncia de crimes. Contudo, em muitos casos, são ferramentas de publicação de notícias com informações incompletas ou incoerentes. Dessa forma, os aparatos midiáticos são vistos como “a principal fonte de dados, com 75% dos casos. Dos 131 assassinados considerados, 32 (24%) deles vieram de fontes complementares, sejam de relatos testemunhais e/ou de grupos específicos – redes sociais” (Antra, 2022, p. 49). Complementando,

há notícias de assassinatos trans reportados pela mídia que podem apresentar distorções sobre as identidades das pessoas que foram mortas. Muitas reportagens não trazem exatamente a autoidentificação das vítimas como mulheres transexuais ou travestis. Há ainda a problemática decorrente do processo de identificação feito pela mídia, investigadores e pesquisadores, através da designação *post mortem* a partir da forma com que a identidade da vítima também era constituída e reconhecida socialmente (ANTRA, 2022, p. 51).

A não identificação correta dos sujeitos trans nas mídias, quando se tem a possibilidade de veracidade informativa, é uma forma de desrespeito. Descortinar esse pensamento na mídia reflete, ainda, na importância da autonomia e das necessidades singulares e coletivas que devem ser evidenciadas na sociedade, como maneira de reafirmar os direitos de igualdade e liberdade e os direitos econômicos, sociais e culturais, dissertadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na resolução da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi instaurada com o objetivo de (re) conhecer um conjunto de direitos que assegurem a dignidade dos cidadãos, de todos as pessoas partícipes da sociedade. Tal Declaração é resultado das atrocidades realizadas no período da Segunda Guerra Mundial, estabelecendo um possível horizonte ético inovador, em que são identificadas as medidas de justiça que o Estado possui com os cidadãos. Há em alguns dos seus artigos,

Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Artigo 2. 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, **sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.** Artigo 3. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...] Artigo 5. Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Artigo 6. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. Artigo 7. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. [...] Artigo 15. 1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade.[...] Artigo 18. **Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.** Artigo 19. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. [...] (Declaração Universal Dos Direitos Humanos, 1948, [s.p], grifos meus).

Lê-se, com base nisso, que, para haver o exercício da cidadania, da ética entre as pessoas, é necessária a compreensão da dimensão que o respeito e os direitos e deveres do ser humano desempenham. Ser cidadão, de fato, inicia-se com a relação individual, a extensão disso é o resultado visualizado na sociedade e nas atividades coletivas, no caso das redes, nos discursos publicados. Dessa forma, é preciso que haja a aplicabilidade das leis e uma formação integral que contemple os princípios básicos dos direitos humanos, que iniciam, também, dentro do âmbito familiar, em que a responsabilidade, o respeito, o coletivo são exemplificados e compreendidos enquanto necessários para uma atividade cidadã consciente.

Entretanto, essa garantia não é realizada em vários contextos sociais em que as pessoas trans estão inseridas. Quando se trata do mercado de trabalho, também é contemplada a resistência na contratação das pessoas trans. Exemplo disso é o de 2020: “Na fila por trabalho, trans falam sobre preconceitos e empregos dos sonhos.” Como forma de enfatizar tal fato, está o comentário selecionado, em que seu autor expõe: “Na minha empresa não teria vagas...” Ambos os textos, publicação e interação, salientam a falta de acesso ao mercado de trabalho, conseqüentemente, a ambientes comunitários, de direito mútuo, reforçando uma ideia contrária ao “direito de ter direitos” (Arendt, 2000, p. 330).

Conforme descrito na DUCH (1948), “Artigo 23. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 24. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.” Nessa seara, inserção no mercado de trabalho é um dos maiores obstáculos sofridos pelos cidadãos trans, espaço demarcado por exclusão, preconceito e rótulos, acentuando a transfobia e a normatização definida como aceitável (Louro, 2001). Outrossim,

As possibilidades de inserção no mercado de trabalho para os transgêneros são mínimas; mesmo nas situações em que estas executem atividades tidas como femininas, não são consideradas mulheres e pela ambiguidade são alvos de preconceitos por parte da sociedade. Considera-se que a questão da diversidade é colocada a dupla dificuldade enfrentada pelos transgêneros, pois é difícil para a mulher entrar no mercado de trabalho, e ter as mesmas condições trabalhistas e salariais do homem, o desafio aumenta para a travesti. (Nascimento, 2003, p.37).

Desse modo, as barreiras encaradas para essa população conseguir seu lugar de merecimento no mercado de trabalho são evidentes. Há uma proposta de

segregação social norteadora de atitudes trabalhistas excludentes (Costa; Cândido; Bizerra, 2015). Um levantamento feito pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 2020, apontou que somente 13,9% das mulheres trans e travestis atuam em empregos formais no mercado de trabalho. em contraponto, os homens tanzalizam uma proporção de 59,4%. Nesse raciocínio, a ANTRA (2022, p. 42, grifos meus), ressalta que “dentre toda a comunidade LGBTQIA+, são as travestis e mulheres trans, **especialmente negras e periféricas, a maior parcela desempregada, em subempregos e/ou na prostituição.**” Tal situação revela, portanto, que não somente a identidade de gênero, de certo ponto determinante, corrobora para o não acesso ao trabalho formal, mas, também, a cor da pele, a história, as vivências culturais e imaginárias. Somado a isso, está o fato do aumento da prostituição, por necessidade, como meio de sobrevivência, uma vez que as empresas não dispõem de espaço para essas pessoas trabalharem.

As pessoas trans, além de lutar por suas vidas, precisam lutar por trabalho, políticas de saúde, contra a violência e inclusive pelo reconhecimento da própria existência. Somos um Sindicato com referência e de luta, principalmente no que tange a questão da diversidade. O objetivo é avançar cada vez mais nos debates e nos direitos, principalmente diante do retrocesso às políticas voltadas para a população LGBTQIA+ no governo de 2022. (Pirota, 2023, s.p).




As lutas são frequentes, sobretudo, quando a vida e os seus meios de manutenção estão em ênfase. No Brasil, conforme já visto nesta tese, heranças históricas do preconceito, da escravidão, do ódio são identificadas todos os dias, através de atitudes violentas e de discursos disseminados nas redes sociais, como o comentário em reflexão (2020). Como meio de monitoramento, as relações de poder se mantêm (Foucault, 2006), principalmente, no ano de publicação do comentário, em que declarações realizadas por representantes políticos com alta visibilidade foram realizadas. Exposições rompendo com a promoção Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, além do fim do Orçamento Federal destinados as ações correlacionadas à população LGBTQIAP+, foram algumas das atrocidades cometidas em nível nacional (Diadorim, 2022).

Tais situações são utilizadas neste texto a título de exemplificação e, outrossim, como forma de respaldar como o Brasil é habitado por sujeitos que, às

vezes, não têm discernimento do seu papel social, enquanto cidadão e ser humano. Tais comportamentos são amparados, em sua maioria, por discursos políticos e públicos, que reforçam a ideia do ódio na sociedade. Diante disso, os comentários lidos nesta categoria de análise reiteram com a sociedade vê a pessoa trans e a quais fatores esse público é submetido para se manter vivo, pois, para essa parcela da população, vislumbrar uma possibilidade de escolher o emprego, participar de atividades na comunidade, são, infelizmente, exercícios limitados pelo preconceito.

Portanto, além de condições acessíveis para a introdução no mercado de trabalho e de oportunidades e experiências, é importante haver meios sensatos que se comprometam com toda a sociedade. Tais práxis vão desde a organização familiar, a releitura dessa proposta engessada e patriarcal vista no Brasil, aplicabilidade e criação de políticas públicas que contemple e acolham esses sujeitos e todos os outros que são desprezados e têm seus direitos removidos. Refletir sobre isso, em conjunto com a leitura dos comentários e das atrocidades cometidas atualmente, conforme citado acima, vê-se que o Estado não tem sido apenas omissor, como também é protagonista em diversas violações e violências contra as pessoas. Os impactos dessas crises é, acima de tudo, é questionar a segmentação social e lançar ideias para uma luz que aborde sobre os problemas e as soluções para essas situações.

Quadro 4: Categoria de análise: Machismo estrutural

ANO	TÍTULO DO TWEET	INTERAÇÕES	EXEMPLO DE COMENTÁRIO
2020	Modelo de Goiás é a primeira mulher trans a disputar o concurso Miss Brasil Mundo: 'Cheguei no inimaginável'	245 Retweets 347 Tweets com comentário 7.936 Curtidas	 <p>Legenda: "Homens sempre levando a melhor, mais uma vitória para o time masculino"</p>
2021	Dia da Visibilidade Trans - Uma mulher transexual foi morta a cada dois dias no país em 2020, aponta associação	1.083 Retweets 163 Tweets com comentário 6.244 Curtidas	
2022	Modelo trans brasileira vence concurso mundial de beleza na Itália: 'Me sinto orgulhosa da mulher que me tornei'	21 Retweets 3 Tweets com comentário 836 Curtidas	 <p>Legenda: "modelo trans? Aura femi ????? travesti homem que operou ... tirou a genital ...mas ainda permanece dna masculino... cheia macho... não tem.uterio ... MAXHO SÓ ISSO"</p>

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A construção identitária é edificada com base em relações pessoais e a contextos que as pessoas são inseridas. Essa edificação pode ser denominada como sujeito psicológico (Hall, 2015). Como partícipes desse processo estão vários fatores presentes na sociedade, entre eles: família, escola, mídia e igreja. Para Foucault (1987), as práxis que demandam o punir e o vigiar são elementos importantes para a fixação de comportamentos considerados corretos para determinado período de tempo. Atualmente, isso ocorrer quando os cidadãos são vigiados, punidos e interrogados por suas atitudes – sobretudo, as consideradas desviantes.

O potencial que esses âmbitos sociais têm na formação humana são inquestionáveis e corroboram para as mais diversas interações (Oliveira; Maio, 2014). Essa construção, além de ter reflexos, pode ser mutável, uma vez que "[...] são sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero [...] têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural" (Louro, 2001, p. 12). Acerca disso, dessa construção de identidades, está a sexualidade, que inicia desde o nascimento das crianças e que tem, como um dos principais fundamentos, a

família. Local onde as manifestações de afeto são compreendidas e repercutidas no decorrer da vida, sejam elas positivas, ou negativas, como é o caso do machismo, que pode direcionar os sujeitos a terem atitudes agressivas e limitantes em relação aos outros.

Com a repetição de discursos de atitudes que asseveram essa cultura, consolida-se e fomenta-se “o machismo nosso de cada dia” (Costa, 2022). A presencialidade que esse fenômeno tem na atualidade indica o quão fundamental é revê-lo e compreendê-lo contextual e criticamente. Sendo um tema considerado tabu por muitas pessoas, os pensamentos em torno de machismo estrutural são discutidos, em muitos casos, de forma indireta ou camuflados através de expressões que não comprometam opiniões. Dessa forma, pouco se fala sobre tal tema em escolas, famílias, igrejas, etc. Contudo, essa prática, assim como todas as outras manifestações de pensamento, não é neutra, uma vez que “[...] a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade” (Saffioti, 1987, p. 24) e essa é uma das formas de regulamentação populacional.

Conforme Arciniega (2008), o machismo estrutural pode ser lido como uma conjuntura patriarcal sistêmica, em que o sexismo é vigente. A expressão escolhida para nomear esta categoria possui linha tênue com o racismo, o machismo e as desigualdades sociais, uma vez que há uma intersecção histórica entre gênero-raça-classe. De acordo com Saffioti (2015, p.15) “[...] o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres.” Nesse viés, as ideologias de cunho patriarcal e conservadores que colocam o sexo feminino à mercê da sociedade, apresentam uma opressão que está estruturada na sociedade, o machismo estrutural.

Neste artigo, há a ênfase nos aspectos em torno do machismo. É considerado um comportamento que ressoa em atitudes, opiniões e ideias de um sujeito que é contra a comparação e a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, pois há a intenção de favorecer, exclusivamente, o sexo masculino em relação ao feminino. Ainda nessa leitura, Hirigoyen (2006) disserta que o estereótipo da masculinidade não é um fator atual. Trata-se de resquícios de um episódio correlacionado com a Revolução Industrial, do século XVIII, momento em que, aos homens, eram atribuídos adjetivos corajosos, valentes e ágeis. Enquanto às mulheres, com a feminilidade, eram direcionadas características afetuosas, pacientes, com instinto maternal e

acolhedor. Em síntese, historicamente, os homens possuíam a condição de provedores, já as mulheres, ficavam com seus filhos, em casa, mesmo que tal fundamentação não tivessem condição coerente com a natureza do sexo (Beauvoir, 1940).

Assim, em um pensamento machista, há um “sistema hierárquico”, em que a masculinidade tem lugar de excelência que a feminilidade não alcança. Como complemento, compreende-se que esse “sistema de representação-dominação utilizado através do argumento do sexo, mistifica as relações entre homens e mulheres: [...] polos dominantes e polos dominados” (Drumont, 1980, p. 82). Nesse sentido,

Historicamente, o homem sempre foi considerado o detentor único do poder, e as mulheres sempre se viram excluídas dele, isso condicionou o modo de pensar de ambos, desde o berço: é assim, porque sempre foi assim! Essa representação social, partilhada por todos, ainda mantém os estereótipos, apesar da evolução dos costumes (Hirigoyen, 2006, p. 75).

Identifica-se, diante desse contexto, uma proposta de polarização imaginária. Para Saffioti (2013), a considerada ideologia machista dá vazão para que o homem se sinta dominador em relação à mulher. Exemplo da concretização de tal atitude é a pesquisa publicada pelas Instituições Monitor da Violência, Núcleo de Estudos da violência da USP (NEV-USP), FBSP e G1 (2023), a qual aponta que em 2022 em torno de 1,4 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Ainda, “o Brasil teve 3,9 mil homicídios dolosos (intencionais) de mulheres em 2022 (aumento de 2,6% em relação ao ano anterior); foram 1,4 mil feminicídios, o maior número já registrado desde que a lei entrou em vigor, em 2015.”

Nessa conjuntura da violência, há leis de suporte às mulheres que sofrem agressões, tais como: Lei n. 11.340/2006, Maria da Penha, que tem o objetivo de coibir atos de violência doméstica e a Lei nº 13.104/2011, que caracteriza o feminicídio como um homicídio qualificado. “É considerado feminicídio quando o assassinato envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher da vítima” (BRASIL, 2015). Entretanto, as afirmativas supracitadas nem sempre são eficientes e aplicadas de acordo com as necessidades de cada contexto de vivência, cada região.

Os dados apontados são relacionados à violência contra a mulher, porém as agressões e atitudes violentas realizadas não são direcionadas somente a esse

público, além de que atitudes machistas, em algumas esferas, não são efetivadas somente por homens. No que diz respeito à população trans e o machismo, identifica-se uma linha tênue maléfica para a sociedade e para os envolvidos, uma vez que esse fenômeno se concebe “enquanto estrutura ideológica no sei das ideologias, dominantes e das instituições de controle” (Drumont, 1980, p. 80).

Em um mundo patriarcal, há uma leitura da sexualidade como algo genérico. Exemplo disso e dos apontamentos realizados anteriormente, estão os comentários selecionados para esta categoria. Os s realizados em 2020: “Modelo de Goiás é a primeira mulher trans a disputar o concurso Miss Brasil Mundo: 'Cheguei no inimaginável” e 2022: “Modelo trans brasileira vence concurso mundial de beleza na Itália: 'Me sinto orgulhosa da mulher que me tornei””, direcionaram a reflexões das conquistas dos sujeitos trans em um cenário extremamente valorizado pelo brasileiro, o padrão de beleza.

Entretanto, uma compreensão da beleza em sua singularidade não é efetivada. No comentário de 2020 fica nítida a competição que é edificada, sobretudo, por homens, em relação ao público feminino, na seara da publicação, os trans. No texto, o autor afirma que “Homens sempre levando a melhor, mais uma vitória para o time masculino.” A rivalidade entre os supostos times resulta na idolatria e mérito masculino, que “sempre”, de acordo com o autor do discurso, possuem o melhor desempenho. Além disso, somando ao texto verbal, está a imagem que, coloca três pessoas em um pódio: em 1º lugar, obviamente, está um homem, de óculos e chapéu escuros, com músculos em evidência, um punho cerrado e, em sua outra mão, um troféu, indicando a vitória. Já nos demais degraus, estão, em 2º lugar uma mulher (trans), pele e cabelos claros, expressando medo através da posição dos seus braços e do seu olhar em direção ao homem; em 3º lugar, propositalmente, está outra mulher (trans), com as pernas e a face machucadas, também manifestando temor.

Ainda, não ironicamente, a pessoa que ocupa o último espaço do pódio, além de ser uma mulher trans, é negra, isto é, há, nesta leitura, mais um fator agravante para tal sujeito ocupar um lugar de inferior destaque. Em concordância com essa leitura, ressalta-se que, “travestis e mulheres trans morrem mais no espaço público e em sua maioria são **negras**, assim como são as travestis e mulheres trans as principais vítimas de assassinato (ANTRA, 2021, grifos meus).

Nessa reflexão, vê-se, também, na base do pódio a frase “Strong woman competition”, que, em português, significa “competição de mulheres fortes.”

Novamente, a presença de elementos que respaldam a ideia da preponderância e suficiência masculina são visualizadas. No comentário em análise, há elementos que, em suas entrelinhas, direcionam para a masculinidade tóxica, “que pode ser explicada como a noção, estreita e repressiva, de que só haveria um tipo de masculinidade, definida por determinadas características, como a agressividade, a hipersexualização, a competitividade, a virilidade, entre outras” (Branquinho, 2020, s.p).

Esse fenômeno é compreendido Collinson e Hearn e Hearn, enquanto turvo, seja diante de uma leitura conceitual até contextualizada, uma vez que determinar a masculinidade tóxica, com somente uma leitura é, também, desenfatar seu, existente, poder perante as esferas sociais e limitá-lo, excluindo as diversas possibilidades de toxidade que tal fenômeno tem. Essencializar e fomentar caráter inigualável pré-concebido à masculinidade, favorece a exclusão entre as identidades de gênero e reitera a “dicotomização do sexo (biológico) *versus* gênero (cultural), dessa forma marginalizando ou naturalizando o corpo” (Connel, Messerschmidt, 2013, s.p).

Em conformidade a essa leitura, está o discurso publicado referente ao de 2022, em que, observa-se o texto “modelo trans? Aura femi ?????? travesti homem que operou ... tirou a genital ...mas ainda permanece dna masculino... cheira macho... não tem.uterio MAXHO SÓ ISSO”, somando a um GIF de um sujeito com a face sisuda, braços amostra e com roupas e equipamentos indicativos de um trabalho braçal. Os elementos constitutivos do comentário, ressoam em preconceito e transfobia em todos os aspectos. Inicialmente, o autor apresenta vários itens que são questionados pela heteronormatividade: redesignação de genital, identidade de gênero, sexo estabelecido no nascimento, etc. Na sequência, com recursos de escrita e pontuação, demonstra insatisfação e inflexibilidade em relação ao conteúdo do e às pessoas trans, motivado pela pré-concepção de beleza.

Um padrão de beleza é compreendido enquanto um conjunto de orientações de cunho estético que determinam corpos. É edificado diante de processos culturais centralizados em espaço e tempo históricos, por isso é mutável, híbrido. Assim, todas as culturas têm uma tentativa de definição do que é belo, expondo, até mesmo, quais partes do corpo devem ou não serem valorizadas socialmente. Tais parâmetros acabam desqualificando as pessoas que têm uma construção identitária distinta (Baldissera, 2022).

Na Pré-História, o corpo é visto como uma arma de sobrevivência que servia para a caça e para a fuga dos predadores. Mesmo o corpo tendo essa funcionalidade, os padrões de beleza passaram a ter notoriedade. Edificou-se, assim, uma hierarquia, em que os homens, no tipo, usavam garras e dentes de animais para a diferenciação das outras pessoas. Já as mulheres, tinham a obesidade como traço essencial, pois era associado à fertilidade. Durante a Idade Média, esses preceitos mudaram. Com a influência acentuada da Igreja, os hábitos de higiene advindos dos gregos e dos romanos, os padrões de beleza foram desconsiderados, pois as ações voltadas ao corpo eram vistas como profano e contra as condutas divinas. A beleza, para o sexo feminino, nesse caso, era uma consequência da devoção e da castidade, assim como a Virgem Maria. Para o sexo masculino, tudo era uma questão de poder, em que a referência era o rei (Humanidade, 2020).

Durante o período Renascentista, a essência humanista retornou. Mais tarde, no século XIX, os corpos avantajados passaram a ser bem vistos e enaltecidos, sobretudo, na classe burguesa. Após, no século XX, com as conquistas e emancipação das mulheres, os espartilhos foram extintos. Saias na altura do joelho passaram a ser confeccionadas, sendo mais leves, sem exigência marcações na cintura. Os marcos dessa beleza ainda são encontrados na sociedade e nas passarelas: cabelos lisos, corpo magro, seios fartos, curvas, pele bronzeada, etc. Como consequência, as novas frentes de beleza que se opõem são criticadas e as pessoas que as adquiriram também, sofrendo preconceitos de vestimentas, e formatos e corpos, enfim, de singularidades existente, como no comentário selecionado. Mesmo com isso, há tendências e movimentos que buscam reconhecer a beleza em todas as pessoas, tendo como exemplo os desfiles e as competições para missa, como os s realizados, que tem a pretensão de dar espaço e visibilidade aos sujeitos trans.

Outra intervenção significativa, para tais apontamentos, em torno da masculinidade tóxica, do machismo e do fenômeno controlador de sujeitos e de sua beleza está presente no comentário de 2021: “Mulheres de verdade morrem aos montes todos os dias. Esses homens de saia são privilegiados.” A estruturação discursiva da publicação incita que o fato de, a cada dois dias, uma mulher trans ser morta no Brasil é irrelevante. Além de uma abordagem que anula a identidade de gênero, há, nessa interação, para o autor, comparativo pré-determinado entre o que

é considerado mulher, suas vestimentas e singularidade. Novamente, a ruptura do direito de **ser** é presente e repugnada, quando fora dos padrões.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou, em 2021, dossiê com índices, motivações, denúncias, localidades e demais informações sobre o feminicídio e suas dimensões. Segundo o documento, os dados compilados a partir dos boletins de ocorrência da Polícia Civil indicam que “1.319 mulheres vítimas de feminicídio no último ano, decréscimo de 2,4% no número de vítimas; e 56.098 estupros (incluindo vulneráveis), apenas do gênero feminino, crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior.” O Brasil é composto, aproximadamente, de 203 milhões de pessoas, sendo 50,1% da população do sexo feminino (IBGE, 2022).

Nesses dados, no que tange aos sujeitos trans, pesquisa realizada na América Latina indica que 1,9% dos indivíduos brasileiros é de pessoas trans ou não binárias, totalizando 4 milhões de pessoas em conjuntura populacional estimada em 212,6 milhões de cidadãos realizadas em 2020. Em tal estudo realizado pela UNESP, realizaram-se entrevistas com 6.000 pessoas em 129 municípios de todas as regiões do país (IBDFAM, 2022). Dessa forma, 2 a cada 100 brasileiros são trans ou não binários.

No contexto do comentário de 2021 em consonância com as informações supracitadas, que salientam, desde o índice de feminicídios no Brasil, até os números obtidos, através de estudos e pesquisas, sobre a população trans e não binária, é possível notar a autenticidade da violência e do ódio. O rol de percentuais supracitados, embora com nuance de cotejo, foi salientando com a intencionalidade de demonstrar que, independentemente de sexo ou de gênero, os seres humanos sofrem agressões e são assassinados todos os dias por sujeitos que se consideram detentores do saber e pretende, diante de suas atitudes excludentes, normatizar **um povo**.

Com isso, assevera-se que os “homens de saia”, como citado pelo autor do comentário de 2021, não são privilegiados, mas sim estigmatizados, mortos e com seus direitos removidos por cidadãos que têm seus conceitos e valores baseados em ações segmentadas. Ademias, fica perceptível, nesse quadro, como há a tentativa de disseminação de minorias e de classificação de corpos, delimitando quais podem ou não ser mortos. Salienta-se, nessa leitura, que, mesmo com uma porcentagem menos expressiva, os sujeitos do sexo masculino mantêm um machismo que pode ser estrutural, tóxico e agressivo. Logo,

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não se explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais. (Foucault, 1988, p. 98).

Esses aspectos são justificados por vários fatores, como: a maioria dos administradores públicos são do sexo masculino, nuances históricos que descentralizam o sexo feminino, papéis previamente estipulados para determinados corpos, funções e ferramentas de apagamento de singularidades, etc. Portanto, tendo esses pressupostos, a tentativa de dominação de corpos é inegável nos comentários analisados. Tal frente que reafirma a importância de uma vigilância em torno das escolhas e das peculiaridades humanadas é vigente e se potencializa à medida que novas e antigas estratégias de controle são instauradas e mantidas. O poder instaurado socialmente, seja ele circular, vertical ou ascendente requer habilidade no ato de sua mobilização. Isso, pois processos de industrialização, urbanização, contratos de ideias, atualizações tecnológicas e demais aparatos são fatores que corroboram, quando manuseados por ferramentas de poder, para a padronização de corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transfobia adoece, mata e silencia. Viver em um país em que a cultura heterossexista é vigente, para muitas personas, é sinônimo de medo, apreensão e luta por sobrevivência e espaço na sociedade – família, igreja, mercado de trabalho, etc. Nesse cenário, seja através de uma fetichização ou de uma fragmentação, o corpo trans é, frequentemente, questionado, uma vez que as políticas, as morais e os valores arcaicos são tidos como os responsáveis por catalogar e condenar como estranhos e possíveis de homicídios, sejam eles literais ou metafóricos (Paez-Vacas, 2010).

Então, ora o corpo trans irrompe com o suposto sistema, sendo visto como uma afronta, ora o mesmo corpo, que tem seus direitos removidos, torna-se abjeto para os

demais cidadãos e, em alguns momentos, para si mesmo, tendo em vista a (re)pressão e o medo sentido. É diante de tais situações que a morte trans passa a ser naturalizada, reincidente, fazendo com que exista a obrigação de autocontrole e de autofiscalização, com o objetivo de realizar, com eficácia, as expectativas ético-morais e institucionais da sociedade “cis-hetero ditatorial e falocêntrica” (Caravaca-Morera, Padilha, 2018, s.p). Assim,

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle: "Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!" A cada movimento de um dos dois adversários corresponde o movimento do outro. (Foucault, 1979, p. 83).

Nessa mesma direção das imposições e suas consequências, estão as dicotomias sociais entre sexo, sexualidade, identidade, feminino e masculino, macho e fêmea e, sobretudo, a repressão *versus* a visibilidade e a opressão *versus* os direitos. Com a cibercultura e demais meios sociais de manifestação de opiniões e de edificação de bolhas sociais, há um reforço desses mecanismos que ressoam na exclusão da cidadania, de direitos e deveres das pessoas; além de acelerar o sistema que é indicativo de morte prematura para as pessoas trans, sendo seres considerados descartáveis por uma parcela que se considera superior, com poder adquirido (Foucault, 2003).

A visibilidade dos artifícios tecnológicos, favoreceram que o encarceramento em relação às personas trans se multiplicassem. O fenômeno da cibercultura facilitou as interações entre os usuários, a concretização de bolhas sociais em prol de manifestações odiosas, os inúmeros meios de publicizar pensamentos, ideais, valores e ideologias, etc. Tucker, Kunstman e Posocco (2014) dissertam que se vive, atualmente, em controle polissêmico de comportamentos que descortina os processos de objetificação dos sujeitos e das populações. Isso faz com que manifestações discursivas, como os comentários selecionados neste artigo, para análise, atuem como protagonistas de uma era marcada por mortes, lutos, fúrias, perdas em relação às propostas de transfobia, discriminação e violência.

Nesse viés, manuseados como uma espécie de telas ideológicas, em branco e prontas para uma construção peculiar e, em alguns casos, odiosas, estão os

comentários. Gênero digital híbrido e com potencialidades específicas advindas das redes: interações através de novos comentários, de curtidas e de *res* – como o caso do Twitter. A administração realizada pelos usuários, diante do gênero comentário, ressalta a sua influência e maleabilidade, sobretudo, quando se trata de discursos violentos e de ruptura dos direitos humanos.

Compreender essas questões é, ainda, identificar os comentários como um elemento de monitoramento, de poder (Foucault, 1998). Os usuários, ao entrarem em contato com os comentários, são os responsáveis por disseminá-los com vistas a expandir discursos de vários teores. É neste ponto que surge um dos maiores riscos e malefícios da viralização de publicações como as destacadas no artigo, as quais são recorrentes e a amostra apenas ilustra um fenômeno comum, que acende alertas sobre a violência dos discursos nas redes sociais.

No que tange ao público trans, no período e rede social previamente determinada para essa leitura, há um significativo número de comentários manuseados com a intenção de violar os direitos, distorcer singularidades, invisibilizar condições humanas e, ainda, corroborar com o machismo estrutural no país, como forma de adestramento de corpos. É preciso não apenas compreender esse movimento, como também implementar ações que possam (re)ver a formação de quem usa, de forma massiva e acrítica, as redes sociais para manifestação de visões e preconceitos a serem combatidos veementemente em uma sociedade que se quer humanizada.

Mediante essa leitura, as categorias de análise construídas e seus respectivos comentários são elementos que permitem refletir sobre a sociedade e sua proposta de unidade nacional. Portanto, compreende-se a prevalência de uma espécie de passaporte de violência e preconceito, o qual varia entre os sujeitos que podem e devem viver com prestígio e status vislumbrado e outros indivíduos que, dependendo de suas escolhas e identidades passam a ser marcados, rotulados com o selo da morte (Valencia, 2012).

Vidas que são caracterizadas como sem valor, tendo em vista que essas “se colocam sobretudo na intersecção entre a decisão soberana sobre a **vida matável e a tarefa assumida de zelar pelo corpo biológico da nação**” (Agamben, 2010, p. 137-138, grifos meus). É essa tecitura que ocorre a expansão do preconceito e da propagação que contribui para a invisibilidade de distintas identidades sexuais. Essas práticas garantem a inferioridade desses sujeitos e dos seus direitos sociais, aspecto

que reitera atitudes negativas, como a transfobia e a homofobia. A exposição concreta do preconceito, nesse sentido, advém de diversos fatores que contribuem para essa hierarquia sexual. Em sua maioria, esses itens são baseados em pressupostos religiosos, morais, culturais, etc.

Há, nos textos lidos, um imaginário social enraizado que insiste em uma “normalidade” humana, mesmo que contraditória. Logo, seja diante de apontamentos religiosos, que são presentes por intermédio de dogmas e crenças, muitas vezes, limitantes, ou de agressões físicas os meios de repressão e de adestramento de corpos são vigentes e (re) atualizados – tendo em vistas seus resquícios históricos, à medida que nos meios de divulgação e disseminação da violência ocorrem, no *offline* e no *online*. Há certa eficiência nesses discursos que edificam e multiplicam ideais de famílias patriarcais, de ideologias, de instituições, etc, com vistas a assegurar a perenidade da regulamentação social e, sobretudo, humana. (Maingueneau, 2008)

Identifica-se, outrossim, nos comentários utilizados como elementos de reflexão e inferência, mesmo que nas entrelinhas, exista presente e forte proposta de sistematização de preconceito sexual, em que as normas sociais estabelecidas pela cultura heteronormativa são colocadas em prestígio. Como resultado dessa idealização, está a violência contra os sujeitos trans: agressões físicas e psicológicas, apagamento social, desmerecimento e questionamento em relação ao mérito das pessoas trans, remoção de direitos de acesso à escola, ao trabalho, à sociedade. Outra ferramenta marcante nessa leitura é a presença do alto número de curtidas e de interações que os s tiveram, o que indicam um meio de interação potente de perpetuação de ódio. Tudo em prol da vigilância de barreiras baseadas em “caixas limitantes” do binarismo (Butler, 2003).

Assim, há a limitação do respeito à diversidade, fazendo com que esses sujeitos sejam excluídos da sociedade e não tenham a possibilidade de usufruir dos seus direitos enquanto cidadãos, como acontece com os demais. Os discursos também refletem, nessa conjuntura, como a sociedade vê a pessoa trans e a quais fatores esse público é submetido para se manter vivo, pois, para essa parcela da população, vislumbrar uma possibilidade de escolher o emprego, participar de atividades na comunidade, são, infelizmente, exercícios limitados pelo preconceito.

Tais práxis são identificadas desde os processos de organização familiar, em que os sujeitos trans sofrem rechaçamento, violências e são submetidos a prostituição, por exemplo, para manterem-se vivos. Nesse contexto, a transfobia e o

desrespeito se expandem, uma vez que está pautado em uma vigilância engessada e patriarcal brasileira. Logo, há a carência de aplicabilidade e criação de políticas públicas que contemple e acolham esses sujeitos e todos os outros que são desprezados e têm seus direitos removidos. Como sequela, detecta-se que o Estado não tem sido apenas omissivo, como também é protagonista em diversas violações e violências contra as pessoas, que se potencializam à medida que novas e antigas estratégias de controle são instauradas.

Na rede social eleita, percebe-se, através do manuseio e aplicabilidade de convicções dos usuários, o controle ou o desejo de controle sobre comportamentos privados, sejam eles publicados por uma rede de comunicação, como é o caso do G1.com ou não. Com o intuito de ganhar visibilidade, curtidas, *res*, seguidores e de propagar a universalização de valores que são constituídos culturalmente e perpassados entre as gerações, há uma necessidade de ferir condutas desviantes e, assim, julgar o normal e o naturalizado.

Por fim, os comentários analisados, sob uma perspectiva de gênero, expõem os sujeitos trans como taxados como ameaças para o heterossexismo, configurando-se como um fardo insuportável e insustentável socialmente. Mesmo com a consolidação de princípios democráticos, como os expostos na Constituição e citados neste texto, os discursos conservadores, exemplificados pelos comentários, ganham força e incentivo. Dessa forma, é essencial, além de compreender tais produtos discursivos, quais fatores podem se tornar pilares para a ampliação e o reconhecimento de pessoas, de seus direitos e deveres e, principalmente, a do pleno exercício da cidadania, como fundamento da dignidade humana, enquanto princípio formador do Estado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Observações sobre uma categoria**: “processo sem sujeito nem fim (s)”. In: *Posições - 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 66-71.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapados-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Disponível em:

<<https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos//t1099.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

AGAMBEN Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN Giorgio. **Meios sem fim: notas sobre a política**. Tradução Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGAMBEN Giorgio. **O uso dos corpos**. Tradução Selvino J. Ausmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

AGAMBEN, G. 2002. Homo sacer. **O poder soberano e a vida nua**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG. ARENDT, H. 2000. Origens do Totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras.

AGÊNCIABRASIL. 2022. Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGENCIAMESTRE. 2023. Estatísticas do Twitter no Brasil. Disponível Em: <<https://www.agenciamestre.com/redes-sociais/estatisticas-twitter-brasil/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ALENCAR, Daniele Alves; MOREIRA, ARRUDA, Maria Izabel Moreira Arruda. Fanfiction: uma escrita criativa na web, **Perspect. ciênc. inf.** v, 22, n. 02, 2017. Disponível em: <http://www.revistaaopedaetra.net/volumes/vol%2010.2/vol10.2-Tamires_Felix.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ALMEIDA, C. A. de; KARHAWI, I. S.; POSSARI, L. H. V. Trransmídiação: a saga crepúsculo continua na produção da fandomination. **Revista Linguagem**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao15/015.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

ALLPORT, G. W. (1954). **The nature of prejudice** (3ª ed.). Wokingham: Addison-Wesley.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Estudos feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

ARCINIEGA, M. G; ANDERSON, T. C; TOVAR-BLANK, Z. Tracey. Toward a Fuller Conception of Machismo: Development of Machismo and Caballerismo Scale **Journal of Counseling Psychology**. 2008

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco ; PELLIZZARI, Bolhas Sociais e seus efeitos na Sociedade da Informação: ditadura do algoritmo e entropia na Internet. Belém,

Revista de Direito Governança e Novas Tecnologias, n. 5, v. 2, p. 57-73, 2019.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/340426325_Bolhas_Sociais_e_seus_efeitos_na_Sociedade_da_Informacao_ditadura_do_algoritmo_e_entropia_na_Internet>.

Acesso em: 16 jul. 2022.

BARTHES, R. O Rumor da língua.. Lisboa: Edições 70, 1984.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.

BENTO, B. **Brasil**: país do transfeminicídio. Centro latino- americano em sexualidade e direitos humanos. Rio de Janeiro, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo vol. I. Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. Tradução de Sérgio Milliet. [1949]

BIDARTE, M. V., Silveira do Canto, L. G., & Rodrigues, M. B. (2023). Travestis and Transsexuals in the Fantástico Special Report: Male Prison Units are not the “Show of Life”. **Organizações & Sociedade**, v.30, n. 104.

BITTENCOURT FILHO, José. **Matriz religiosa brasileira**: religiosa e mudança social. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.) Mídia e Racismo. In: **Coleção Negras e Negros**: Pesquisas e Debates, 2012. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/roberto-carlos-da-silva-borges-e-rosane-borges-orgs-mc3addia-e-racismo.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2023.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BROWN, A. What is hate speech? Part 1: The myth of hate. **Law and Philosophy**, v. 36, n. 4, p. 419-468, 2017.

BUTLER Judith. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. Gênero, trajetórias e perspectivas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade . Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos. DANTAS, Elizabeth. C. Apostila de ética. Universidade Católica do Salvador, 2017.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica Trans: Diálogos Sobre Dispositivos De Poder, Morte E Invisibilização Na

Contemporaneidade, **Texto contexto – enferm**, v. 27, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/TYJ397gFMBrfCcdch9JZdtf/#>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARDOSO, S. C.; ZAGO, C.; DA SILVA, B. V. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71639/discurso-de-odio-nas-redes-sociais/3>. Acesso em: 28 jul. 2020.

COELHO, Leonardo. **Lei das Fake News: o que é o PL 2630?** 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-das-fake-news/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjws7WkBhBFEiwAli168xg41uNtQ Qc1oCW5YFe9sFXO4xvHR-S1UQi9StemxRip1Ruxb4SZMRoCRIUQAvD_BwE>. Acesso em: 20 jan. 2023.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garís**. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. 423f. Tese (Doutorado em Psicologia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009.../costafernando_do.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

DA MATTA, Roberto.. **As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social**. In: DaMatta, R. et al. A violência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.11- 44.

DALMOLIN, Aline Roes; CASTILHO, Marina Martinuzzi; FELICIANI, Márcia Zanin. Nós versus eles: ódio biopolítico contra a população LGBT no Twitter de Marco Feliciano, **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, v. 13, n. 2 p. 273-86. Disponível em:

DiPLACIDO, J. **Minority stress among lesbians, gay men, and bisexuals: a o&s - Salvador**, v.18 - n.59, p. 625-641 - Outubro/Dezembro - 2011 639. HEREK, G. M. (Ed.). Stigma and sexual orientation: understanding prejudice against lesbians, gay men, and bisexuals. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998. p. 138-159. V. 4.

Duarte, L. F. D. & Carvalho, E. N. (2005). Religião e psicanálise no Brasil contemporâneo: novas e velhas Weltanschauungen. **Revista de Antropologia**, v. 48, n. 2, 473-500.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: JZE, 1990.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2005. 294p. 3

FELIX, T. C. O dialogismo no universo fanfiction uma análise da criação de fã a partir do dialogismo bakhtiniano. **Ao pé da letra: revista dos alunos de graduação em Letras, Pernambuco**, v. 10, n. 2, p. 119-133, jul./dez. 2008. Disponível em:

<http://www.revistaaopedaleta.net/volumes/vol%2010.2/vol10.2-Tamires_Felix.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

FERREIRA, Sandro de Souza. **Agamben e a vida nua**: produto final da máquina antropológica. ED. 239, 2007. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1385-sandro-de-souza-ferreira>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FLOYD-THOMAS, S.M.; GILLMAN, L. Facing the Medusa: confronting the ongoing impossibility of women's studies. **Journal of International Women's Studies**, vol.2, nº 2, p.35-52, 2001.

FORUMDESEGURANÇA. **Violência contra a mulher**. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, R. S.; CASTRO, M. F. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão, **Seqüência**, n. 66, p. 327-355, Florianópolis, jul. 2013. Acesso em: 28 jul. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido**: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p.17-34.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo. Cia. das Letras. 1987.

GONÇALVES FILHO, José Moura. **Subjetividade, Humilhação social e sofrimento II**. Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão. Tradução. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Gohn, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Giachini, Enio Paulo. 2. 2017. Vozes, Petrópolis: 128.

HENRIQUES, Ricardo et al. **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, DF, MEC/SECAD, 2007. (Coleção Cadernos SECAD, nº 4).

Henning-Geronasso, M.C. & Moré, C.L.O.O. (2015). Influência da Religiosidade/Espiritualidade no Contexto Psicoterapêutico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, 711-725.

HIRIGOYEN, Marie France. **Mal-Estar no Trabalho**: Redefinindo o Assédio moral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

LEAL DA SILVA, R.; et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência Brasileira, **Revista Direito Gv**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 445-468 | Jul-Dez 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/QTnjBBhqY3r9m3Q4SqRnRwM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 maio 2023.

JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. (In)visibilidade Trans 2. **História Agora**, [s. /], v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JURKEWICZ, Regina Soares. **Cristianismo e Homossexualidade**. Movimentos sociais, Educação e Sexualidades. Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro. GARAMOND, 2005. 278p.

KATO, M. **No Mundo da Escrita**: uma perspectiva psicolingüística. São Paulo: Ática, 1986.

LEVY-STRAUSS, Claude. **A origem dos modos à mesa** (*Mitológicas v. 3*). São Paulo: Cosac Naify, 2006. 524p.

LIBANEO, José Carlos. **Buscando a qualidade social do ensino**. In: Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. (p. 53 – 60).

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidades**: pedagogias contemporâneas. Pró-posições, vol.19, nº 2, p.17-23, 2008.

LUCENA, Simone. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 59, p. 277-290, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/Mh9xtFsGCs6HRpCWWM5XhvL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MAIA, A. C. B.; Eidt, N. M.; Terra, B. M.; & Maia, G. L. (2012). Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, 17 (1), 151-156.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. S. Possenti. São Paulo:

MARCHI, M. C. F. **Orientação sexual como tema transversal**: um estudo exploratório sobre representações de professoras. 2000. Dissertação. (Mestrado) - Universidade Federal de Rondônia, Roraima, 2000.

MARTINS, Ângela Maria. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 207-232, março/ 2002.

MILANI, Fabio. **O post, o gênero literário vira-lata**. 2010. Disponível em: <<https://fabiomalini.com/artigos/o-post-o-genero-literario-viralata/>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fábio Ronaldo da (Orgs.) **Estudos de gênero: sexualidade, corpo, e representações**. Campina Grande: Editora Amplla, 2022.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.

MUSSKOPF, André S. Via(da)gens teológicas. Itinerários de uma teologia queer no Brasil. São. Paulo: Fonte editorial, **2012**.

HENNING-GERONASSO, M.C. & Moré, C.L.O.O. Influência da Religiosidade/Espiritualidade no Contexto Psicoterapêutico. Psicologia: Ciência e Profissão, 2015.

PELÚCIO, Larissa. **“Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo”**. In: ANTHROPOLOGICAS, ano 8, volume 15(1), 2004, p.123-154.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Secularização segundo Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido**. In: SOUZA, Jessé (org.). Weber. Brasília: A atualidade de Max. Ed. UnB. 2000.

RAMOS, Priscila da Silva; AQUINO, Katia Aparecida da Silva. Ações na parte diversificada do currículo: um relato de experiência na perspectiva de uma aprendizagem significativa crítica. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife, v.1, n.1, p. 240 -249, 2015.

RANDAZZO, S. **A criação de mitos na publicidade: como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

RODRIGUES, Humberto. **Religiões e Perseguições**. O amor entre iguais. São Paulo: MYTHOS, 2004, 155-174p.

RODRIGUES, D. G., & PELISOLI, C. Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório. **Revista de Psiquiatria Clínica**, 2008.

ROHDEN, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. **Coleção Antropologia e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Marisa (Org.). **Gênero e Cidadania**. Coleção Encontros. V. 1, pp. 59-69, Campinas: PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero, 2002. Disponível: http://doeplan.org.br/porsermenina/?gclid=CKiXr4_motQCFYkFkQodaLMGaw>. Acesso em: 25 out. 2022.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 22, p. 23-32, dez. 2003.

SANTANA, Vagner Caminhas; BENEVENTO, Claudia Toffano. Conceito de gênero e suas representações sociais. EFDportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, n. 176, Enero de 2013. Disponível em: . Acesso em: mai. 2016.

SANTOS, Valmaria Lemos da Costa; SANTOS, As Redes Sociais Digitais E Sua Influência Na Sociedade E Educação Contemporâneas. **Holos**, Ano 30, v. 6, 2014. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/273499277_AS_REDES_SOCIAIS_DIGITAIS_E_SUA_INFLUENCIA_NA_SOCIEDADE_E_EDUCACAO_CONTEMPORANEA_S>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SCOTT, J. W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Luiz Rogério Lopez et al. (2019). **A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais**: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube. Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação, 12(2), 470-492.

SILVA, Reginaldo Oliveira. Morte impune, luto proibido: vida nua e vida precária em Giorgio Agamben e Judith Butler. **Trans/Form/Ação**, v. 43, n. 3, Jul-Sep 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/trans/a/JNPY8CBCSWdCDY5zWgS58Xn/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SILVA, C. G.; PAIVA, V.; PARKER, R. Juventude religiosa e homossexualidade: desafios para a promoção da saúde e de direitos sexuais. **Interface**, Botucatu, v. 17, n. 44, p. 103-117, 2013.

SMIGAY, K. E. V. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

SOUSA JÚNIOR, C. A. A. DE .; MENDES, D. C.. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. spe, p. 642–655, nov. 2021.

SOUZA, F. M., and ARANHA, S. D. G., orgs. Interculturalidade, linguagens e formação de professores [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016

SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. R. (orgs.). **A linguagem e o outro no espaço escolar**: Vygotsky e a construção do conhecimento. 2. ed. Campinas: Papirus, 1993.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 15. ed. - Petropolis: Vozes, 2014. 360.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 126 p.

TILIO, Rafael De. Teorias De Gênero: Principais Contribuições Teóricas Oferecidas Pelas Perspectivas Contemporâneas, Niterói, **Gênero**, v.14, n.2, 2014, p.125-14. Disponível em:

<<https://especializacaoemgenero.com.br/textos/telma%20aula1/teorias-de-genero.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2023.

TWITTER. 2023. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/abusive-profile>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VERMELHO, S. C. et al. Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, Campinas, mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jul. 2020.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.

DISCURSOS DE ÓDIO, TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: CONEXÕES E PILARES PARA UMA FORMAÇÃO HUMANIZADORA¹

Elisângela Bertolotti
Ana Paula Teixeira Porto

RESUMO: Há presencialidade da cibercultura (Levy,1999), das redes sociais e de inúmeros e inusitados meios de comunicação. Assim, nota-se exponencial aumento de produção e de disseminação de discursos que incitam e normalizam a violência, bem como a ausência de atividades educacionais voltadas para a sensibilização e conscientização de tais práticas. Portanto, este artigo tem o objetivo de refletir sobre possíveis conexões e pilares, que dialogam entre discursos de ódio, transexualidade e educação, a fim apresentar possibilidades para anulação efetiva de disseminações odiosas. Pretende-se, também, apresentar sugestões de metas e objetivos que podem ser realizados no âmbito educacional para alcançar tal intencionalidade, principalmente, através da: a) Produção de material didático; b) Formação inicial e continuada de professores; c) Currículo escolar. Lê-se esses elementos enquanto searas que podem construir para a construção de formação humana, crítica e que tem como base a ética da alteridade e do respeito a singularidades. Através de uma pesquisa bibliográfica, abordar-se-ão autores como: Levy (1999), Rosenfeld, (2001), Chauí (2000), Junqueira (2009), Louro (1997), Brando (2020), entre outros pesquisadores, além de documentos norteadores da educação e de políticas públicas. Nessa leitura, salienta-se as práticas educativas sustentadas em uma perspectiva de educação cidadã, humana e respeitosa necessitam letrar todos quanto a questões que envolvem os direitos de homens e mulheres trans. Isso pressupõe a resignificação de conceitos e a reestruturação de visões estanques sobre parâmetros de sexualidade sacralizados em sociedades conservadoras como a brasileira e carentes de questionamento, o que pode ser ativado em práticas educativas sustentadas nos pilares indicados. As metas e objetivos dissertados constituem relações independentes, mas que, em uma reflexão aprofundada, relacionam-se harmoniosamente.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio. Transexualidade. Educação. Formação humanizadora. Metas e objetivos.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há um exponencial aumento de produção e disseminação de discursos que incitam e normalizam a violência. Sendo os percursos de momentos históricos da humanidade, que descortinaram em crimes atrozes e desumanos, esse fenômeno é protagonista em situações da vida cotidiano. Nesse sentido, com a presencialidade e da cibercultura (Levy,1999), das redes sociais e de inúmeros e inusitados meios de comunicação, a velocidade com que textos, com teor desrespeitoso, principalmente, são viralizados, torna-se aspecto preocupante para o desenvolvimento da sociedade.

A identificação de uma espécie de não-responsabilização pelo que é produzido, disseminado, curtido e compartilhado, reitera o potencial que a internet enquanto lugar que, até possui leis – devido a termos de segurança e a configurações exigidas, mas

1 Reflexões iniciais deste artigo foram publicadas no artigo “Relações de gênero, transexualidade e educação: leitura crítica de discursos de ódio em redes sociais” e edição da *Revista Interletras*, n. 37, v. 11, ago/2023/Jan/2024. Disponível em: <<https://www.unigran.br/dourados/interletras/artigos.php>>. Acesso em: 10 set. 2023.

que nem sempre são aplicadas, fazendo com que muitos usuários, em algumas situações, não sejam incumbidos por seus atos. Tais fatores permitem que comentários, opiniões, valores e ideologias sejam trilhados pelas telas, seja através de usuários utilizando perfis *fakes* ou de personas – figuras políticas – reconhecidas pela mídia e tem, inevitavelmente, peculiaridades convidativas para ampliação de grupos que expõem pessoas e suas singularidades de maneira a torná-las centro de um espaço preconceituoso. Logo, são “discursos públicos que se utilizam de retóricas e declarações inflamatórias, exacerbando o estigma, o racismo, a perseguição das minorias” (Cruz, 2019, s.p).

Considerados pela “Estratégia e Plano de Ação das Nações Unidas sobre os Discursos de Ódio” (2022), estes podem ser compreendidos enquanto “qualquer tipo de comunicação na fala, escrita ou comportamento, que ataca ou usa linguagem pejorativa ou discriminatória com referência a uma pessoa ou grupo com base em quem eles são.” São enunciados que podem ser replicados somente pela sutileza, previamente identificada, ou pela falta de critérios e das informações que são publicadas, sendo fruto, ainda, de questões estruturais enraizadas socialmente.

Ao disseminar discursos com esse teor, várias pessoas, consideradas, erroneamente, integrantes de parte marginalizada da população, são agredidas e têm seus direitos de acesso à saúde, à educação, ao trabalho e a valores como seres humanos removidos. Isso, justificado pela ausência de cumprimento de regras sociais, que monitoram corpos, ideais, desejos e individualidades. A proposta de unificação nacional é recorrente e reforçada à medida que vários espaços sociais incentivam essa situação, por aparelhos ideológicos do Estado. Exemplo disso, são as igrejas, as famílias, as políticas e, sobretudo, as escolas, que se constituem como um dos “principais aparelhos sobre as classes subalternas, pois é o grande regulador e controlador das massas, o sistema de ensino é responsável para preparar mão de obra para as indústrias, caracterizando a ideologia da alta burguesia” (Althusser, 1970, p. 55).

Constatando a escola, a educação, como protagonista nesse processo, nota-se como, em tal espaço, também se passou a duplicar produtos e práticas sociais que colocam em confronto, em determinadas situações, as relações de poder, além deixar em evidência diferenças, desigualdades, preconceitos de gênero, classe cor, etnia, etc. Aponta-se esses itens, uma vez que a escola não é terreno neutro. Assim como os demais territórios integrantes da sociedade que disseminam, simbólica ou

literalmente, discursos de quaisquer teores. O âmbito educacional correlaciona-se com enunciados institucionalizados como verdadeiros. As personas que estão nas instituições de ensino são interpeladas diariamente por leituras.

Nesse cenário, o papel dos seres humanos, da escola, dos documentos norteadores da educação e do Estado, das leis, dos professores, no processo de combate aos discursos de ódio, é imprescindível. Concretizar uma educação voltada para a cidadania é propiciar uma formação contextualizada pela diversidade social e cultural, solidária, com a execução prática da ética da alteridade, tendo o pleno reconhecimento dos direitos e deveres, evidenciados em publicações e ações corriqueiras. De acordo com Candau (1999, p. 112),

educar para a cidadania exige educar para a ação político-social e esta, para ser eficaz, não pode ser reduzida ao âmbito individual. Educar para a cidadania é educar para a democracia que dê provas e sua credibilidade de intervenção na questão social e cultural. É incorporar a preocupação ética em todas as dimensões da vida pessoal e social.

Ao salientar a incorporação de uma dimensão ética² na vida das pessoas, pressupõe-se observar alguns documentos norteadores das políticas públicas. Embora existam esses documentos, leis e demais instrumentos relacionados, vê-se, a falta da compreensão do que é ser humano e de quais as reais necessidades existentes uma formação dinâmica e contextualizada, que resulte em sujeitos conscientes do seu voto, da singularidade humana, dos seus direitos e deveres com o Estado³ e com os demais cidadãos.

O aparato legislativo, quando se pensa em formação em prol da cidadania é de suma importância para a escola, família, Estado e demais eixos que compõem o desenvolvimento social, porém, mesmo que esses instrumentos sejam complexos e configurem como indispensáveis, ainda há lacunas no que concerne a sua execução. Essas situações são identificadas, conforme temática central deste trabalho, em momentos de violência, disseminação de ódio, limites da liberdade de expressão, espelhamento de práxis, dados estatísticos divulgados por jornais e demais

2 Compreende-se por dimensão ética as práticas sociais e legislativas que valorizam os direitos humanos e os têm enquanto aparato norteador da formação de pessoas que respeitem a diversidade social, cultura, etc., e que tenham convicção da importância da concretização desses instrumentos na sociedade.

3 Apesar de, no Artigo 5º da Constituição Federal, ser prevista a igualdade de direitos e deveres a todos os brasileiros, é notável que, na prática, isso nem sempre ocorre. Exemplo disso é a comunidade LGBTQIAP+, a qual, ao ser estigmatizada pela sociedade, não tem seus direitos identificados, o que se concretiza em fator potencial para a reincidência da violência e da exclusão desses cidadãos.

pesquisas, conforme supracitado nos artigos anteriores. Vê-se, assim, que a educação, o respeito em torno da singularidade e da responsabilidade social e humana que as pessoas possuem, entendidas como pilares para a constituição da cidadania, da formação humana, são elementos articuladores do sujeito com suas transformações sociais, culturais, tecnológicas, etc. Dessa forma, deve contribuir para que o sujeito tenha visão do real significado de cidadania e como as práticas sociais a reitera.

Diante dos pressupostos supracitados e das demais reflexões propostas nesta tese, este artigo tem o objetivo de refletir sobre possíveis conexões e pilares, que dialogam entre discursos de ódio, transexualidade e educação, a fim apresentar possibilidades para anulação efetiva de disseminações odiosas. Pretende-se, também, apresentar sugestões de metas e objetivos que podem ser realizados no âmbito educacional para alcançar tal intencionalidade, principalmente, através da: a) Produção de material didático; b) Formação inicial e continuada de professores; c) Currículo escolar. Lê-se esses elementos enquanto searas que podem construir para a construção de formação humana, crítica e que tem como base a ética da alteridade e do respeito a singularidades.

Com o intuito de efetivar a proposta, dividir-se-á, este artigo em: inicialmente, diálogos e discernimentos entre discursos de ódio, liberdade de expressão. Posteriormente, reflexões em torno das escolas e a abordagem da sexualidade, com apresentação de metas e objetivos como sugestão para melhorias e aplicabilidade de ações que anulem discursos com teor odioso. Para tanto, considerar-se-ão leituras de autores como Mora; Lopes; Prandi, (2012), Louro (1997), Brando (2020), Schuchter; Carvalho (2016), Melo (2015), Junqueira (2009), Bento (2011), Miskolci (2016), Foucault (1999), Maia (2004), entre outros.

2 DIÁLOGOS INICIAIS: DISCURSOS DE ÓDIO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Desde os primeiros processos de interação humana, os sujeitos são apresentados a valores, conceitos, costumes, culturas, regras e sistemas previamente estabelecidos e perpassados, sem, em alguns casos, reflexões em torno do contexto social vigente e sua origem. Nesse momento introdutório e em passos seguintes do desenvolvimento, esses elementos ensinados nem sempre decorrem de uma

bagagem que contemple o respeito de maneira íntegra e unânime, tendo em vista que alguns cidadãos destinam valores e determinam como o respeito deve ocorrer e quem deve prestigiá-lo. Há uma segmentação da valorização humana,

O Brasil é marcado por discriminações e desigualdades. A grande maioria da população está à margem da proteção e respeito aos princípios e direitos de igualdade. Existe um abismo entre o discurso e as atitudes em busca dos princípios e direitos de igualdade, liberdade, participação, solidariedade e condições humanas de vida (Thomaz; Oliveira, 2008, p. 08).

Assim, a cultura, enquanto fenômeno híbrido, é um processo social e histórico modificado de acordo com a evolução humana. Deste modo, os papéis e as funções sociais não são estáticos e podem ser reconstruídos à medida que novos discursos e pontualidades são colocadas no centro das discussões. Atualmente, não mais vigorosa e nem como fato anulatório das barbáries cometidas na história da humanidade, através dos discursos de ódio, mas sim com mais possibilidade de alcance humano, as redes sociais, presenteiam seus usuários com a instantaneidade, a facilidade e a disseminação de pensamentos, aproximando personas, ideias e ideologias.

Nesse cenário, os discursos de ódio são lidos enquanto um fenômeno que ainda não possui um conceito-chave, tendo em vista seu caráter de potencialidade e maleabilidade dentre os espaços da sociedade. Entretanto, pode ser identificado, de modo geral, como ferramenta primordial no ato de discriminação, intolerância, incentivo e normalização da violência. Não compreender as diferenças, negá-las e distinguir grupos sociais, rotulando o correto e o errado, em conjunto com inúmeros fatores sociais enraizados no imaginário cultural, ressoa, muitas vezes, a atitudes eugênicas. Como consequência,

genericamente, o discurso de ódio se caracteriza por incitar a discriminação contra pessoas que partilham de uma característica identitária comum, como a cor da pele, o gênero, a nacionalidade, a religião, entre outros atributos. A escolha desse tipo de conteúdo se deve ao amplo alcance desta espécie de discurso, que não se limita a atingir apenas os direitos fundamentais de indivíduos, mas de todo um grupo social, estando esse alcance agora potencializado pelo poder difusor da rede, em especial de redes de relacionamento [...] (Silva, 2011, p. 446).

Como resultado das ações intolerantes realizadas, estruturadas a partir de discursos de ódio, aumentam os crimes. Os ataques a grupos que são taxados como

minorias em forma de racismo, misoginia, xenofobia, intolerância religiosa, transfobia, lesbofobia, etc, são colocados no ranking de crimes cibernéticos. Isso, pois há muitas semelhanças com “modelos fascistas de Estado, uma vez que o absolutismo que os caracteriza promove a perseguição, o preconceito com aqueles que não se alinham ao tipo idealizado imposto e a construção de dogmas pautados no senso comum” (Tiburi, 2016, p. 167).

Os nomeados *hater speech* (Rosenfeld, 2001) – autores dos textos com teor odioso – baseiam suas publicações em aspectos que envolvem etnias, deficiências, culturas, raças, gêneros, isto é, em subsídios que fazem parte da historicidade humana. Logo, os discursos de ódio não podem ser identificados, somente, enquanto produção opinativa, pois não são elaborados, meramente, a partir da individualidade – sentimentos e considerações – humana, mas fazem parte de um amplo contexto. Esses textos podem ser compreendidos em duas esferas de composição: “o insulto e a instigação” (Silva, 2011, p. 448).

O primeiro, está vinculado a vítima, a quem receberá tal insulto, sendo edificado com a intenção de atingir a dignidade de determinadas pessoas e grupos, tendo em vista modo “errôneo” de manifestação – aquele que difere do considerado correto. Já o segundo traço, relaciona-se com o outro, ou seja, com as demais pessoas e usuários que terão contato com aquele discurso, para que se sintam convidados a participar da prática discriminatória, ampliando, assim, o raio de abrangência e, também, fomentando palavras e ações regulatórias. Na organização verbal de um discurso de ódio, há a identificação argumentativa de inúmeros fatores que são usados com o objetivo de denigrir, são:

[...] banimento do outro, ou a tentativa de banimento (I) que se revela numa atitude de intolerância quanto ao diferente geralmente considerado como inimigo. O acionamento do pânico, tanto moral quanto social (II) instiga intencionalmente o medo entre a maioria dominante com o objetivo de torna - lá oprimida O argumento ideológico (III) de cunho político, social ou religioso mira a manutenção de um estado de coisas para um grupo dominante (Santos e Silva, 2014, p. 05).

Diante dessa leitura, pode-se verificar que as manifestações de intransigência do ódio não são fatos recentes na sociedade, “se o ódio surge no meio da sociedade em seu exercício tecnológico e, em nossa época, no ápice da tecnologia que é o digital, é porque, de alguma forma, ele é parte dessa sociedade” (Tiburi, 2016, p. 32). O espelhamento social entre *online* e *offline* é nítido. A sociedade, diferente do que se

prega em discursos políticos enredados com fins de autopromoção e midiáticos, está longe de ser cordial e pacífica (Chauí, 2000).

Baseando-se em tais premissas, há, na esfera do discurso de ódio, como integrante das ações que menosprezam corpos, pessoas, identidades, os limites para efetivar a ação que denigre o outro, sua singularidade e essência. Nesse contexto que abrange a tentativa de redução desses textos odiosos, está o papel da liberdade de expressão, do seu conhecimento e aplicabilidade. Dessa forma, denominado como direito fundamental, pois tem a pretensão de garantir a plena efetivação da dignidade da pessoa humana, a liberdade de expressão favorece que os sujeitos tenham o benefício de manifestar ideias, sem temer represálias ou coerções. Assim,

segundo o artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e da Organização das Nações Unidas (ONU), resolução 217 A III, em 10 de dezembro 1948, diz que: Art. 19º. Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão. (DUDH, ONU, 1948).

Por se tratar de um direito fundamental, é verificado em duas instâncias: subjetiva – transmite a ideia de que há a proteção da pessoa humana nas relações de natureza jurídicas; e objetiva – determina aspecto objetivo para o crescimento da nação democrática, que se consolida diante do direito de liberdade. Historicamente, com a outorgação da Constituição de 1937, que foi precursora no que discerne o episódio de inspiração fascista e de censura, tendo como nome central o de Getúlio Vargas, a liberdade de expressão foi limitada a uma leitura política e midiática, de imprensa.

A publicização de informações e notícias era realizada e controlada, assiduamente, pelo governo. Quando questionada, ordem de exílio e de prisão eram colocados em prática, como forma de vigilância do poder. Na sequência, com a Constituição de 1946, novas diretrizes em torno da liberdade de expressão foram tomadas, estabelecendo o fim da pena de morte, direito à greve e à censura. Mesmo com alterações, a democracia passa por novos desafios em 1964, como Golpe, oficializando a Ditadura Militar no Brasil. Em 1967, implantou-se a Lei de Imprensa nº 5.250/1967, “que censurava os meios de comunicação em uma das medidas que integram o AI 5 - ato institucional nº 5 de 1968, nesse período a liberdade de

expressão sofreu um ataque ainda maior que durante o Estado Novo.” Nesse sentido, a evolução da liberdade de expressão, em uma reflexão histórica,

embora a Lei de Imprensa tenha ampliado os meios de difusão midiáticos, acrescentando os de radiodifusão e agências de notícias, a censura persistia com a entrada em vigor do regime de exceção. Nesse assombroso período, não apenas os pensamentos que contrariavam o governo que receberiam censuras. A partir do momento em que criaram a Censura Prévia, todas as notícias e trabalhos da imprensa deveriam passar por uma análise governamental antes de ser publicadas para só então o cidadão brasileiro conseguir acesso à determinada notícia. Inúmeros são os casos em que foram censuradas reportagens, notícias, revistas, livros e até mesmo músicas e peças teatrais. Um verdadeiro golpe na cultura do nosso país. Além das várias pessoas que foram torturadas, mortas e exiladas por simplesmente tentar exercer o direito de falar (Caetano, 2016, p.18).

O direito de falar e expor pensamentos foi reintegrado, somente, em uma leitura de situações históricas, com o encerramento do período ditatorial. Momento que foi dissertado o asseguramento de tal liberdade e que permanece até os dias atuais na Constituição Federal de (1988), parágrafo 2º, do artigo 220: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.”

Calcadas nesses acontecimentos, no fato desse direito estar assegurado e da, em alguns casos, má interpretação e aplicabilidade da lei, inúmeras pessoas desconhecem ou não aplicam os limites da liberdade de expressão, tendo-a como uma ferramenta de legitimação de poder que funciona, nesse caso, como medidora da democracia em determinados grupos (Silveira, 2007). É necessário, portanto, que a liberdade de expressão “sofra algumas limitações no intuito de impedir ou diminuir a violação de outros valores importantes para a dignidade humana, como a honra, a imagem e a intimidade das pessoas, ou seja os chamados direitos da personalidade” (George Marmelstein, 2013, p. 130).

Direito requer limite, principalmente, quando agride outras garantias fundamentais – trabalho, saúde, educação, respeito, etc. Ressalta-se isso, não só em virtude desses elementos serem reafirmadas pela Constituição, mas também por abrangerem a dignidade do ser humano e do seu espaço na sociedade. Direito de exercer a cidadania e de viver em sociedade sem medos e receios, não deveria ser uma utopia. Trata-se de uma situação social que exige questionamentos, reflexões e, principalmente, posicionamento. Exercer o direito de divulgação de pensamentos, não

significa expandir preconceitos, ofensas e calúnias: Artigo 5º, IV, da CF/88, segundo a lei 7.716/89, “serão punidos os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”

Direcionado ao público LGBTQIAP+, há inúmeras manifestações que convidam as pessoas a pensarem sobre o tema. As paradas do Orgulho LGBT, por exemplo, são organizadas em diversas localidades do país e contribuem para a divulgação de episódios de discriminação e de violências que tal segmento da população é colocada. Casos de transfobia, homofobia, lesbofobia são fatores que demonstram, conforme já mencionado, a intolerância que reina na cultura brasileira em relação as singularidades humanas.

A sociedade, em razão de vários aspectos da evolução social e embasada por conceitos conservadores, acabou por estabelecer como sendo o ‘padrão’ de identidade do indivíduo o homem-heterossexual-masculino e a mulher-heterossexual-feminina. Qualquer forma de construção da identidade que difira deste ‘padrão’ é vista por muitos como um desvio de conduta e, na maioria das vezes, o indivíduo que constitui sua identidade fora desde ‘padrão’ acaba por ser alvo de segregação social. Em função disso é que afirmamos a existência em nossa sociedade de um padrão heteronormativo, que se consubstancia como verdadeira semente do preconceito, do repúdio daquilo que possa parecer dessemelhante. (Mora; Lopes; Prandi, 2012, p. 353-374).

Nesse contexto, que apresenta fatores potencializadores para o repúdio em relação ao outro, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara aprovou, em 2019, projeto que dispõe sobre a criminalização da homofobia e a transfobia, PL 7582/14. Em sua construção, tem por crime hediondo, o homicídio cometido contra o público LGBTQIAP+. No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decretou pela criminalização da homofobia e da transfobia, fazendo com que estivessem relacionadas pela Lei de Racismo, Lei n 7.716/1989. Na decisão, a Corte definiu como crime condutas que “envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém” (STF, 2019).

Ademais, “o artigo 20 da lei em questão prevê pena de um a três anos de reclusão e multa para quem incorrer nessa conduta. Há, ainda, a possibilidade de enquadrar uma ofensa homofóbica como injúria, segundo o artigo 140, §3º do CP” (Fabris, 2022, s.p). Diante do exposto, lê-se que as ações realizadas, embora públicas, nem sempre são de conhecimento geral e completamente efetivadas. Não se trata de pesquisa, interesse, mas sim de contato e acesso à informações que dão

visibilidade, na maioria das situações, para problematizar negativamente e aumentar o rechaçamento humano.

Tais fatores são potenciais influenciadores na disseminação de discursos odiosos, o que salienta a necessidade da compreensão e da identificação das esferas sociais em torno do assunto como, por exemplo, as políticas públicas da educação, o seu papel e presencialidade em propor ações que sejam aplicadas e monitoradas, para evitar a difusão de discursos preconceituosos e a expansão do ódio.

3 ESCOLA E DIVERSIDADE SEXUAL

A escola é local privilegiado para a identificação da diversidade de expressões. Além de sua já visualizada função social de incentivo à prática da cidadania, o espaço também é *locus* de diálogos e de reflexões em torno de inúmeros temas. Entretanto, pesquisadores como Toneli (2006), Louro (2001) e Junqueira (2009), dissertam que as atividades pedagógicas que abrangem a diversidade sexual são realizadas de modo contrário ao que está determinado nas políticas. Logo, tais práticas têm incentivado a patologização e o estigma no que diz respeito às pessoas que não seguem a heteronormatividade.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (Louro, 1997, p. 57).

Identificada, inicialmente, como espaço que acolhe alguns, mas não a todos, a escola foi vagarosamente sendo requisitada por todos. Somente em novembro de 1930 houve a instauração de um Ministério da Educação, mas somente em 1960 centralizou-se a necessidade de reformulação e ideias, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Anterior a esse período, meados de 1920, a escola ainda se correlacionava com os jesuítas, que foram os primogênitos no quesito instituições de ensino brasileiras. Além disso, a igreja católica ainda exercia forte poder (não à toa) sobre os sistemas de ensino. Por consequência, mesmo com a

edificação de instituições públicas, o modelo tradicional de ensino se manteve: aritmética e leitura como base; alunos respeitando regras rígidas; ensinamentos morais e religiosos. A título de exemplo, uma das publicações da Revista Escola Primária, em 1921, aborda:

O ensino deve ser dado em aula, em conjunto, em turmas de oito ou dez alunos, lendo o professor no quadro mural a lição do dia, fazendo os alunos, em conjunto e depois cada um de por si, repetirem-na muitas vezes e em voz alta. Reproduzindo-a depois o docente por escrito e por partes no quadro preto, faça os alunos copiar as letras, as sílabas, as palavras, as sentenças uma e muitas vezes, até que possa passar ao ditado (também no quadro preto) dessas mesmas ou de outras combinações semelhantes.

Percebe-se como as orientações eram direcionadas para que o país fosse reconhecido enquanto um lugar de boas condutas. No mesmo documento, há uma abordagem sobre a Proclamação da república que indicava Dom Pedro II enquanto sujeito exemplar: “Diga a mestra que o nosso imperador, Pedro II, era bondoso, justo e sábio, cercava-se mesmo de brasileiros ilustres, muitos dos quais prestaram relevantes serviços à Pátria, mas o mal estava na forma de governo.” Ainda, no que se relaciona a formação de professores, havia, precariedade: “ainda nos anos 1960, havia a possibilidade de os professores cursarem apenas uma escola normal ‘regional’, o que significa que eles faziam o ginásio (equivalente do sexto ao nono ano) como se fosse uma Escola Normal” (Brando, 2020, s.p).

O momento de transição de tal episódio foi quando ocorrer o embate entre os tradicionalistas e os membros da “Escola Nova”, que tinha o objetivo de atualizar os currículos, indicando maior liberdade ao aluno. Nessa seara, o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, assinado por autores como Anísio Teixeira e Cecília Meirelles, foi o auge das mudanças. O texto solicitava um projeto educacional com característica unificada, que descentralizava modelos e tinha o princípio de um ensino universal, gratuito e, também, laico, sobretudo, de alunos com 7 a 15 anos de idade. Na redação do texto, cotinha,

Se a educação está intimamente vinculada à filosofia da cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. [...] A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo libertário.

Mesmo assim, nesse cenário, a igreja católica regia boa parte das atividades educacionais. O reajuste de paradigmas aconteceu somente com a revolução de 1930, pelo Ministério da Educação, influenciada pelos pressupostos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Uma mudança gradual. Havia a visualização do protagonismo do aluno, de reorganização de conteúdos e maior dinamicidade nas aulas e na construção do conhecimento.

Diante do exposto, pensa-se em como essa educação proposta, além de amparar as necessidades de aprendizagem e de formação dos indivíduos, abarca políticas públicas que deem conta de dialogar sobre a diversidade sexual, discursos de ódio nas instâncias educacionais. É importante ressaltar que as políticas públicas envolvem a relação entre o Estado e a sociedade, havendo a necessidade de um contato intenso e mútuo. De acordo com Azevedo (1997, p. 20), os documentos edificadas nesse entorno estabelecem o “Estado em ação” ou o “Estado em movimento”, ou seja, elas ressoam em respostas concedidas pelo Estado à sociedade, diante de soluções possíveis ou não sobre determinado problema. No que concerne à educação, as respostas são várias e lacunares, ao mesmo tempo. Nesse sentido,

Os anos de 1990 marcaram um período de internacionalização, mundialização e globalização dos mercados econômicos, bem como a tendência de redefinição do papel do Estado. Diferentes impactos foram produzidos no campo das políticas públicas de corte social, criando dificuldades e alargando o fosso entre os chamados “primeiro” e “terceiro” mundos, ainda que sob o véu da valorização e do respeito às diferenças e peculiaridades das culturas locais. Das mais diversas formas, e por variados meios, esses elementos se fizeram presentes em muitas políticas internacionais e nacionais, nos seus distintos momentos.

Pode-se inferir que a participação do governo brasileiro e da sociedade possuía estreitas relações com a Constituição de um novo “pacto nacional”, direcionado às atribuições da diversidade sociocultural. Mesmo que o direcionamento fosse o cumprimento de objetivos de universalização, flexibilização de currículos, por exemplo, organizado por agências internacionais. Ressalta-se, ainda, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, no ano de 1990; evento convocado por Banco Mundial (BM), UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Infância, para dialogar sobre as melhorias na educação primária, além de novas proposições para a educação, todas dissertadas na Declaração Mundial sobre

Educação para Todos. Os redirecionamentos colocavam em evidência o papel do Estado e a importância de um novo movimento de negociação entre as instâncias sociais, econômicas e políticas sobre a educação (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2002).

No Brasil, as considerações supracitadas serviram como base para o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) e, também, para o Plano Nacional de Educação (2001) (De Tommasi, 1996). Em concordância, há a edificação de uma compreensão e atenção à diversidade sexual, que ocorre quando há pensamentos em torno da equidade social, adequando-a às peculiaridades locais. Atrelado a isso, é que a educação ganhou ênfase em sua presencialidade e passou a ser proclamada em diversas searas da sociedade como

eixo da produtividade com equidade, difundindo-se a ideia de que a oportunidade de acesso seria a via para a promoção da equidade social, pressupondo igualdade de oportunidades, compensação das diferenças, desenvolvimento equilibrado e coeso do corpo social em seu conjunto, o que é promovido pela adequação à eficácia – metas – e à eficiência – meios (CEPAL; UNESCO, 1995, p. 201).

Assim, diante das influências das agências de teor internacional, direcionou-se o foco à equidade, aparecendo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9394/1996 (Brasil, 1996). A definição era específica para tratar da educação especial, sobretudo, da educação indígena. Nesse viés, com a concordância em relação ao LDB, em nível federal, passou-se a “centralizar a incumbência de elaboração do currículo oficial” (Barretto, 2006, p. 2), com a intenção de readequação e substituição do currículo que era anteriormente aplicado e visto como mínimo comum. Logo, delimitar conteúdos curriculares para a educação básica tornou-se pauta principal nas reformas das políticas educacionais. Exemplo disso, é a Constituição Federal, de 1988, que já dissertava sobre a obrigatoriedade do estado em edificar parâmetros para orientar as práticas educativas.

Através da orientação e coordenação do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), em 1995, as primeiras leituras dos Parâmetros Curriculares Nacionais focalizados nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse contexto, é válido ressaltar que o estabelecimento dos PCNs é resultado de normativas redigidas pelo Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Logo, após o lançamento de tais parâmetros da educação, a partir de 1998, há a inserção do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Em tais normativas, havia a introdução de uma

leitura que direciona para a diversidade cultural, efetivada mediante um tema tido como transversal que é denominado “Pluralidade Cultural”, isso, pois:

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características **étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais** que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais **discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira**, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um **país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal** (Brasil, 1997, p. 121, grifos meus).

É nítida a importância dos PCNs como um aparato documental “político-normativos que orientam a elaboração e efetivação de currículos para a educação escolar brasileira” (Freitag, 2004, p. 13) e o seu ineditismo quando apresentam um avanço que tange ao tema da sexualidade e do gênero na esfera educacional (Assunção, Teixeira, 2000; Altmann, 2001). Entretanto, nota-se, ainda, determinada subordinação de sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença, em um assunto tido como transversal intitulado de Orientação Sexual. Tais apontamentos são vistos como objetos de crítica, podendo ser elementares, dependendo da interpretação, para a ênfase da intolerância (Marchi, 2000; Lira, 2009; Daniliauskas, 2011).

Nesse cenário, sendo assuntos que envolvem a humanidade, vivências e direitos, há políticas públicas que foram implementadas a partir de 1980 que são consideradas, nesta leitura, fundamentais para a implementação diálogos sobre a diversidade sexual. Lê-se de tal maneira, tendo em vista ser década identificada por vários autores, como Barreyro e Rothen (2011), enquanto “momento da proposta” ou “construção da agenda da avaliação” (Almeida Junior, 2005), pela formação de políticas de avaliação na educação superior. Ademais, foi período de reflexões teóricas avançadas com a construção de referenciais alternativos em relação ao modelo tecnicista, trazendo a possibilidade da participação de novas interpretações (Calderón; Borges, 2013).

Neste momento, assim, a avaliação adquiriu aportes qualitativos e participativos, trazida por uma compreensão de caráter político e sociológico que foram efetivados em torno das práticas avaliativas utilizadas na época. Ainda na etapa, pesquisadas de autores renomados e seus pressupostos tiveram destaque, tais como: Pedro Demo – práxis avaliativas qualitativas e participativas, com a intenção de uma educação transformadora; Ana Maria Saul – propostas democráticas

com uma avaliação emancipatória para reorganização de cursos; Menga Lüdke – leituras sociológicas, entre outros autores.

O momento histórico é considerado relevante, tendo em vista o desenvolvimento de outras atribuições e políticas públicas, que são vistas como elementos em potencial. Para além disso, como forma de impulsionar novas discussões em comunidades escolares, direção, órgãos públicos e partícipes do processo educativo, apresentar-se-ão na sequência, mediante os diálogos discorridos nesta tese sobre transexualidade, discursos de ódio e educação, metas e objetivos que podem ser efetivadas no âmbito escolar.

Nesse sentido, dão definidas três proposições em torno destes elementos: produção de material didático, formação inicial e continuada de professores e currículo escolar. Cabe pontuar que a escolha desses três eixos não indica o esgotamento das possibilidades de trabalho educativo de combate aos discursos de ódio e à transfobia nas redes sociais, tampouco a solução definitiva para cessar essas práticas de violência. Entende-se que eles são essenciais em um processo educativo por serem elementos fundamentais para a formação docente e para suas práticas docentes, uma vez que contemplam vieses de formação e atuação do professor.

Ainda cabe explicitar que as proposições elencam objetivos, metas, ações, agentes, recursos e prazos de execução, levando em conta a viabilidade desses projetos serem de fato aplicados em contextos variados, a clareza das proposições. Assim, para cada uma das três proposições são apresentados quadros e explicitações que sistematizam, de forma objetiva, as conexões entre práticas educativas e combate aos discursos transfóbicos nas redes sociais, tendo em vista uma formação cidadã. A primeira proposição associa-se ao contexto da produção de material didático que se disponibiliza às escolas de educação básica.

Quadro 1: Produção de Material Didático

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AGENTES RESPONSÁVEIS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
Qualificar livros didáticos para educação básica	<p>Reavaliar os materiais didáticos;</p> <p>Estimular a produção de livros com temáticas sobre discursos de ódio e respeito à diversidade;</p> <p>Observar a construção dos materiais para que a transversalidade de temáticas seja efetiva;</p>	Definição de política nacional do livro didático	Poder público federal, estadual e municipal	Destinação de equipe multiprofissional	Curto a longo prazo
Construir materiais sensíveis e representativos	<p>Refletir sobre a diversidade de, respeitando culturas;</p> <p>Utilizar textos, recursos, diversidade de gêneros digitais, com a intenção de ampliar discussões;</p> <p>Estimular o uso consciente das redes sociais.</p>	Definição de política nacional do livro didático	Poder público federal, estadual e municipal	Destinação de equipe multiprofissional	Curto a longo prazo
Distribuir, de forma gratuita, livros e materiais de apoio para os alunos e professores	<p>Comprar e distribuir livros que discutam sobre a humanização e a disseminação de ódio;</p> <p>Intensificar a concretização de materiais que abrangem leituras;</p> <p>Disponibilizar materiais aos professores para a execução de aulas que abrangem as singularidades.</p>	Definição de política nacional do livro didático	Poder público federal, estadual e municipal	Destinação de equipe multiprofissional	Curto a longo prazo

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Nas sugestões apresentadas acima, expõem-se algumas metas que, ao serem efetivadas, podem trazer melhorias na produção de materiais didáticos que são distribuídos aos alunos e professores, bem como as ferramentas que são sugeridas como de apoio para docentes. Parte-se da premissa de que esses referenciais são instrumentos relevantes, como apoio ao professor a suas práticas educativas, portanto, precisam também contemplar as discussões sobre transfobia nas redes sociais como objeto de conhecimento a ser discutido na perspectiva de uma educação crítica e humanizadora.

Além disso, ao refletir sobre isso em conjunto com o uso excessivo da internet e de suas inúmeras facetas interativas, reitera-se, como já mencionado nesta tese, a emergência de abordagem sobre discursos de ódio, uso de redes sociais consciente, compreensão e disseminação de textos nas redes na escola. Tais apontamentos foram pautadas na identificação, atualmente, de materiais que, além de apresentarem fragmentações de textos de informações, exclusão de imagens, figuras, textos literários e não-literários que abordem sobre a diversidade, sobre internet, discursos de teor ofensivo. Quando há menção, essa é breve e sucinta, para que não exista maiores desdobramentos sobre o tema, o que não incentiva a necessária discussão sobre o tema.

Ainda nesse sentido, no que se refere à abordagem da sexualidade, da identidade de gênero, há uma centralidade em disciplinas de ciências e biologia. A ênfase é o corpo, enquanto exclusivo elemento de identificação e de divergência humana: homem possui pênis e mulher tem vagina. Nota-se que isso limita não só a construção do material, mas, sobretudo, reduz as possibilidades e reflexivas dos alunos e dos professores. Dialogar sobre essas questões, somando-as a outros aspectos presentes na atualidade, como as redes sociais é uma maneira de intensificar melhoras na massificação do uso da internet, além de formar leitores e produtores de discursos reflexivos

O entrecruzamento das diversidades, em materiais didáticas de apoio, trará formas de coexistência de culturas, permitindo o hibridismo de discursos, em situações subalternas. Esse diálogo, tão importante para a formação do sujeito, ativará as relações entre as pessoas, permitindo espaços lidos como formativos, em que leituras serão discutidas e tornar-se-ão fontes de transformação, desconstrução e ressignificação da sociedade e das atividades humanas realizadas pelas pessoas.

Ressalta-se, assim, que a construção de materiais que são distribuídos e atualizados com frequência, expondo a realidade social e ferramentas que incitem o pensar humano, poderão propiciar aulas que, além de serem mais dinâmicas, com diferentes metodologias, trarão a centralidade para a humanização dos discentes e dos professores, o que se perpetuará na sociedade. Outrossim, acredita-se que a realização dessas metas trará acolhimento, respeito, consciência sobre o uso das redes sociais, além de uma leitura ampla e significativa acerca de discursos que são disseminados, colocando e evidenciando a prática do letramento digital e da ética da alteridade, desde a produção de materiais. Além da oferta de materiais didáticos adequados à discussão sobre discursos de ódio nas redes sociais e manifestações de transfobia, a formação de professores também precisa ser revisitada, como se propõe na sequência deste trabalho.

Quadro 2: Formação inicial e continuada de professores

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AGENTES RESPONSÁVEIS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
Reavaliar os currículos no Ensino Superior	Haver, principalmente nos cursos de licenciatura, conhecimentos teóricos e práticos sobre educação que contemple o letramento digital e assuntos de importância social, como a transfobia;	Definição de política institucional dos cursos	Universidades, MEC e demais órgãos vinculados às formações de professores	Destinação de equipe multiprofissional com pesquisas, atuação e experiência nos debates sobre discursos de ódio nas redes sociais e transfobia	Curto a longo prazo
Analisar a organização dos estágios obrigatórios e práticas docentes	Realizar atividades que abarquem diferentes temáticas, além de acolherem singularidades humanas e manifestações de opinião online e offline.	Definição de política institucional e das escolas acolhedoras de alunos de licenciatura	Universidades, MEC e demais órgãos vinculados	Destinação de equipe multiprofissional	Curto a longo prazo
Promover cursos stricto e latu senso, além de oficinas, workshops, palestras e seminários	Intensificar a construção de leituras acerca da ampliação de discursos de ódio; Orientar em atividades, práticas de ensino que possam servir como base para a aplicabilidade de discursos acerca do tema em sala de aula;	Definição de política institucional dos cursos	Universidades, MEC e demais órgãos vinculados às formações de professores	Destinação de equipe multiprofissional com pesquisas, atuação e experiência nos debates sobre discursos de ódio nas redes sociais e transfobia	Curto a longo prazo

Fonte: elaborado pela autora (2023).

É no entrelugar que os sujeitos e suas vozes, refletidas por algumas pessoas como tendenciosas ao “incorreto”, poderão emergir (Bhabha, 1998). Verifica-se essa possibilidade de ter contato com o discurso do outro, uma forma de conceber a multiplicidade e compreendê-la em todas as suas dimensões constitutivas. Assim, as possibilidades discursivas produzidas a partir desse contato com o lugar de fala, com a posição-sujeito do outro, é uma das formas de contribuir para a articulação de

leituras que questionem o social, os aparelhos que orientam a sociedade e, como resultado, produzir práticas sociais discursivas que compreendam os constantes aprimoramentos sociais e questionem o que é considerado incorreto, controlado pela heteronormatização.

Nesse contexto, é diante desse cruzamento de vozes que se percebe a necessidade da organização de formações de professores que deem conta de abordar sobre tais assuntos mesmo que possa haver resistências por parte da sociedade e da classe docente. Ademais, conhecer sobre o corpo, as singularidades, gêneros, identidades e, sobretudo, acolher esses assuntos em sala de aula é ultrapassar conteúdos de fisiologia e biologia (Figueiró, 2006, 2009), aspecto que também é pauta limitada em cursos de formação. Os docentes, muitas vezes, não recebem formação e preparo para realizar essas reflexões, o que favorece a concepção de que, na escola, não é lugar desses assuntos. De acordo com Louro (1997), a sexualidade no espaço escolar independe da existência de uma disciplina em específico, pois ela pode ser expressa, de forma inédita, em diversos discursos e em cada sujeito.

Há carência de formação de educadores e de uma reorganização dos currículos dos cursos de licenciatura, para que os professores, além da teoria, sejam, também, sensibilizados e tenham experiências de reflexão consistente e de práticas alinhadas a uma educação voltada para valorização da diversidade, incluindo a sexual e de gênero. Isso significa um avanço importante: não o de “incentivar” a transexualidade com apontamentos discursivos da ignorância propagados em onda recente de conservadorismo no Brasil, mas o de dar visibilidade a sujeitos e suas particularidades que estão presentes em uma sociedade que os ignora. O intuito disso, é que os sujeitos trans sejam respeitados e deixem de sofrer consequências de uma sociedade machista, transfóbica, conservadora como se mostra a brasileira. Nessa perspectiva, um passo necessário é revisar a formação de professores, os currículos das licenciaturas.

Braga (2009) aponta que “[...] cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existente na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de referência por meio da reflexão [...]” (Brasil, 1998, p. 121). Levando em conta essa colocação, fica o questionamento de quais materiais didáticos são disponibilizados aos professores para a execução de aulas dinâmicas, flexíveis, participativas, com metodologias diferenciais e que, ainda, abranjam todas as singularidades. Nestas, os discursos de ódio e questões de transfobia nas redes

precisam ser contemplados para que o processo educativo seja pautado na formação de docentes que reconheçam esse contexto e tenham condições pedagógicas para trabalhá-las em sala de aula com seus alunos de forma crítica, inovadora e humanizadora.

Conforme Schmitz (1993) o material de apoio pode ser visto como uma ponte entre a teoria e a realidade, trazendo a essência de auxiliar o professor a refletir e a incrementar novas leituras, dinâmicas e atividades, estabelecendo coerência entre o manuscrito e a realidade dos alunos. Logo, os textos e demais instrumentos utilizados como norteadores são instrumentos necessários para o processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo, quando se trata desta temática⁴.

Além disso, outro elemento é fundamental: o currículo escolar, que precisa claramente indicar as temáticas abordadas neste estudo como objetos de conhecimento, discussão e formação alunar.

4 Cita-se, com exemplo de material didático para tais atividades, as propostas de leituras construídas na dissertação “Sexualidades “excêntricas” em práticas mediadoras de leitura para o Ensino Superior”, elaboradas durante a construção da dissertação de Mestrado, por Elisângela Bertolotti, sob orientação de Ana Paula Teixeira Porto.

Quadro 3: Currículo escolar

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	AGENTES RESPONSÁVEIS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
Reavaliar os currículos da educação básica	<p>Produzir e realizar práticas pautadas em fins humanitários, voltadas às necessidades da sociedade;</p> <p>Construir estratégias com linguagens, para sensibilizar os alunos em relação à diversidade;</p>	Definição de política institucional	Escolas, órgãos municipais e estaduais	Destinação de equipe multiprofissional	Curto a longo prazo
Abordar sobre a diversidade sexual nos currículos	<p>Integrar a diversidade sexual nas atividades e programas de educação;</p> <p>Dialogar com os discentes sobre o respeito mútuo, a humanização e o acolhimento;</p> <p>Promover, através de disciplinas, cursos e atividades transversais, conscientização sobre as excessivas manifestações de ódio.</p>	Definição de política institucional e das escolas acolhedoras de alunos de licenciatura	Universidades, MEC e demais órgãos vinculados	Destinação de equipe multiprofissional	Curto a longo prazo

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Posturas de reconhecimento, respeito e valorização a diversidades, bem como atividades que incentivem a anulação de discursos que incitam a violência são necessárias. Realizar uma leitura sobre esses aspectos tende a desenvolver a sociedade em uma perspectiva mais humanizadora em sua pluralidade. Assim, vê-se a importância de propiciar a condição de estar na fronteira da diversidade, pensando sobre esta. Como fundamentais nesse processo, estão os currículos, da educação básica ao ensino superior. Nota-se a carência de disciplinas e de momentos formativos em que as particularidades das diversidades sejam evidências, para que

assim projetem um processo de troca e respeito, interagem e fortalecem redes de significação, tornando os sujeitos mais humanos.

Percebe-se que, mediante adaptações que vão desde a formação dos indivíduos, o diálogo entre sujeitos, culturas, leituras trarão entendimento da singularidade, excluindo perspectivas discriminatórias, que reafirmam a existência do preconceito à diversidade. Tais propostas de discussão podem ser realizadas em diversas esferas sociais, entretanto, essa prática é pouco verificada. Por consequência, a disseminação de discursos odiosos é frequente, sendo uma forma de monitorar o aumento do desrespeito social. Com ênfase na sexualidade, os assuntos em torno do tema são identificados enquanto necessário de visibilidade, pois são resultado de ações sociais que existem e que são produto da história humana.

Reitera-se, diante disso, a importância do respeito nas práticas coletivas e sociais que são resultado da formação humana das pessoas em todas as etapas de ensino. Atividades com esse teor, podem, devem e precisam ser realizadas em sala de aula, no âmbito escolar. Afirma-se isso em decorrência da escola ser reconhecida como lugar de pluralidade de vozes, de sujeitos e, sobretudo, espaço de acolhimento e de mediação de saber, a fim da construção de uma formação humana.

Nas instituições de ensino básico, principalmente, nos currículos, tais situações que pressupõem a taxonomia são verificadas em inúmeras situações, principalmente, quando professores e demais integrantes da equipe escola não recebem formação que dê conta desta demanda e, ainda, quando camuflam o assunto da diversidade sexual reduzindo-a a biologia, partes do corpo, etc. práxis com esse teor, intensificam que a possibilidade de reivindicação de direitos é limitada somente de grupos específicos, de pessoas que fazem parte considerada principal da hierarquia: brancos, ricos, heterossexuais, participes da elite. Os direitos humanos, já dissertados nesta tese, portanto, são transformados em um arco-íris “lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa” (Bento, 2011).

Foucault (1999) aborda que é com base nas relações que os pressupostos discursivos em torno do corpo e da sexualidade são edificados, sendo resultado, assim, de atividades institucionalizadas. Os sujeitos que sofrem com o preconceito dentro e fora das escolas não podem, nessa leitura, terem a adjetivação de silenciosos, mas sim de cidadãos que sofrem com o silenciamento de uma sociedade

que preza por imposições normativas. No espaço escola, essa compreensão é lacunar. Exemplo disso é a Base Comum Curricular (BNCC/2020) lançada depois da definição do PNE (2014/2024) que, embora em uma proposta de progressão, reforçando elementos já presentes em outras leis no que tange à diversidade na escola, promoveu a supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual.”

O conceito de gênero aparece nas áreas de Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa e Geografia, voltados para o gênero textual, gênero do discurso, musical, cartográfico e diversidade de textos na Base Nacional Comum Curricular (2017). A proposta foi realizada com a justificativa de o assunto gerar muita controvérsia, indicar o autoconhecimento, crise de identidade, podendo afetar os jovens, seus familiares empregos, etc. então, mesmo que a diversidade apareça em uma proposta transversal de discussão – respeito, preconceito, empatia – palavras que incitam a diversidade sexual foram banidas. Sobre essa reflexão, o vocábulo gênero é apontado entre as diversidades que devem ser trabalhadas nas ciências humanas (BNCC, 2020). A identificação, nos marcos legais, da remoção de termos relativo ao gênero são um modo de verificação de silenciamento.

Quanto às IES, percebe-se a sua importância enquanto *ethos* das diversas possibilidades de relações interpessoais e da construção do conhecimento. No artigo 207 da Constituição Federal, de 1988 reitera que as IES “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, [s.p]), item que reitera a importância das universidades na formação integral dos sujeitos. Entende-se, assim, que esta deve ter seu ensino pautado nas realidades sociais, produzindo um conhecimento técnico-científico que esteja voltado às necessidades da sociedade. Portanto, a universidade, além dos fatores cognitivos, tem o papel de possibilitar a transformação da sociedade, em que os ensinamentos e projetos institucionais contribuam para o desenvolvimento comunitário (Bertolotti, 2019).

Logo, é parte inerente da profissão de ser professor, da equipe diretiva, ajudar o educando a refletir, possibilitando o desenvolvimento de sua imaginação e sua capacidade de estabelecer coerências. É aproximar o aluno da realidade e auxiliá-lo a retirar dela o que contribui para sua aprendizagem. Portanto, os materiais de apoio, os currículos são importantes instrumentos. Contribuem com o processo de ensino e aprendizagem na medida em que os materiais atendam as demandas de

aprendizagem nas quais os alunos possam questionar/refletir, debater/dialogar, levantar hipóteses, experimentar, investigar, buscar respostas e não apenas absorver informações prontas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a escola como espaço destinado, em sua essência, a multiplicação de valores considerados hegemônicos, é fundamental ampliar as lentes e refletir sobre esse espaço. É ampliar os olhares e compreender como os discursos disseminados dentro da escola são criados pela sociedade e de que maneira ela induz tal reprodução. Logo, entender por qual razão alguns comportamentos são validados e outros sofrem com a invisibilização, pensando que, no âmbito escolar, as pessoas podem apresentar suas ideias, concepções, valores, conhecimentos prévios, singularidades, etc. Ultrapassar os muros da escola é, portanto, atividade elementar para entender esse processo de segmentação. Ao haver a aproximação entre essas singularidades na escola, o conhecimento sensível e recíproco das especificidades do outro, haverá o diálogo, a reflexão e o respeito (Bertolotti, 2018)

Dessa forma, ao falar sobre diversidades ou diferenças, nesse contexto, não é com o objetivo de determinar um lado da igualdade, isto é, não se trata de ensinar a “saber conviver”, mas sim de verificar e entender que a humanidade, em si, edifica-se através da diferença. A permanência de uma premissa com esse teor, pautada em uma leitura da importância da implementação de políticas públicas; de uma formação docente coerente; de currículos adaptados; de bases de ensino, associadas à transfobia à disseminação de discursos odiosos nas redes de ensino, através de metas e objetivos no âmbito educacional, são fundamentais. Ou seja, é preciso que exista clareza de que a diversidade, as diferenças, fazem parte da humanidade e se os impulsos de manifestação violenta fossem substituídos afeto e respeito, as relações sociais seriam éticas e humanas.

A leitura supracitada parte de uma concepção em torno da importância da educação na minimização ou anulação de alienações sociais que prezam pela ignorância, pelo preconceito. A abordagem da singularidade em materiais didáticos, em formações continuadas de professores, em disciplinas que não sejam voltadas para a biologia, são práticas emergentes para a descentralização do preconceito. acredita-se que uma educação pautada na desconstrução de ideias enraizadas que

incentivam o desprestígio, o ódio, a violência, é o caminho para discursos de ódio sejam combatidos.

Nessa seara, lê-se que, para haver o pleno exercício da cidadania e o respeito mútuo, é necessário que as pessoas tenham compreensão e dimensão do respeito aos direitos e deveres do ser humano. Ser cidadão, de fato, começa com a relação que a pessoa tem consigo mesma, a extensão disso é o resultado visualizado na sociedade e nas atividades coletivas. Dessa forma, há a necessidade de formação integral que contemple os princípios básicos dos direitos humanos, que iniciam, também, dentro do âmbito familiar, em que a responsabilidade, o respeito, o coletivo são exemplificados e compreendidos enquanto necessários para uma atividade cidadã consciente.

A educação voltada para a anulação de disseminações de ódio, através das sugestões apontadas, exige uma formação que promova o respeito à diversidade social e cultural, a solidariedade, a prática da ética da alteridade e, sobretudo, saiba observar como os discursos expressos nas redes sociais não são neutros. Logo, nota-se que é através da educação, entendida como um dos pilares para a constituição da cidadania, da formação humana, é uma das articuladoras do sujeito com suas transformações sociais, culturais, tecnológicas, etc, que os sujeitos terão uma visão do real significado de cidadania e de suas funções sociais.

Para tanto, há um percurso educacional básico pautado em pilares fundamentais, relacionados ao reconhecimento da diversidade (social, étnica, cultural, de gênero) como algo natural da civilização. O que exclui visões pautadas em preconceitos e discriminações que se manifestam tanto em uma perspectiva simbólica, quanto verbal, psicológica e física. Trabalhar a diversidade, no viés múltiplo que a caracteriza, é condição necessária para o início de uma formação cidadã.

Além disso, é primordial reconhecer o quanto a violência, o radicalismo, o preconceito, o autoritarismo e as visões patriarcais estão estruturalmente arraigados em sociedades como a brasileira. Ferramentas que são fruto do processo histórico, cultural e educacional, mas que precisa ser combatido como forma de ampliação de visões de mundo e construção de outras visões – estas mais plurais, humanas, flexíveis, pautadas em cultura de paz, respeito e humanização. Sem esse olhar para o contexto, compreendendo como ele implica ações do cotidiano de cada um e de todos, é mais difícil o combate de tais práticas.

A prática educação, como ponto culminante e responsável pela consolidação de uma sociedade mais justa, humana e igualitária, também é essencial. Entende-se aqui uma prática institucional – da família, da escola, do Estado, mas também informal, das ações cotidianas que levam a aprendizagens, por estímulos, exemplos, situações-problemas e suas soluções. Educar, dentro e fora dos espaços clássicos, é a alternativa fundamental para composição de outras perspectivas de ver o mundo e o outro, considerando dimensões éticas, sociais, culturais, de gênero.

Os pressupostos citados associam-se diretamente ao tema central deste ensaio: relações de gênero, transexualidade e educação, a partir da abordagem de discursos de ódio em redes sociais. Sem valorização da diversidade sexual e do reconhecimento da sociedade no qual o sujeito se insere, dificilmente haverá um processo educativo exitoso quanto ao combate de um fenômeno que se alastra nos últimos anos (discursos de ódio nas redes sociais direcionados ao trans). Práticas educativas sustentadas em uma perspectiva de educação cidadã, humana e respeitosa necessitam letrar todos quanto a questões que envolvem os direitos de homens e mulheres trans. Isso pressupõe a resignificação de conceitos e a reestruturação de visões estanques sobre parâmetros de sexualidade sacralizados em sociedades conservadoras como a brasileira e carentes de questionamento, o que pode ser ativado em práticas educativas sustentadas nos pilares indicados.

Salienta-se que a interpretação e construção de inferências a partir de discursos de ódio publicados na internet é um meio de contribuir para o potencial leitor dos sujeitos e, além disso, propiciar que haja o pleno exercício do letramento. Nesse sentido, entende-se que os enunciados odiosos publicados nas redes sociais, além de não serem instrumentos neutros de diálogos, são potenciais para, através do seu entendimento e criticidade, ampliem as visões de mundos das pessoas.

Ainda, em coerência com essa leitura, estão as atividades de incentivo à leitura e à cultura nas escolas, através de exposição de audiovisuais, de leituras de textos literários que abordem sobre o tema, práticas comunitárias. As metas e objetivos dissertados constituem relações independentes, mas que, em uma reflexão aprofundada, relacionam-se harmoniosamente. São unidades fundamentais que podem corroborar para uma prática escolar humanizadora, que rompa com padrões sociais estigmatizados e preconceituosos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Observações sobre uma categoria**: “processo sem sujeito nem fim (s). In: Posições - 1. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 66-71.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

BOBBIO, Norberto et Al. **Dicionário de política**. Tradução Luís Guerreiro Pinto Caçais et. Al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BENTO, B. **Brasil**: país do transfeminicídio. *Centro latino- americano em sexualidade e direitos humanos*, Rio de Janeiro, 2014.

BERTOLOTI, Elisângela. **Sexualidades "Excêntricas" em Práticas Mediadoras de Leitura para o Ensino Superior**, Mestrado em Letras – Literatura Comparada (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/FW.

BORCHARDT, Carlise Kolbe. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV** , v. 7, n. 2, 2011.

BORGES, L. Estamos vivendo a Era do Cancelamento na internet. **Revista Consumidor Moderno**: Online. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2020/02/28/era-cancelamento-internet/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRAGA, E. R. M. Sexualidade Infantil: a importância da formação de professores (as) na questão de gênero. In: CARBELLO, S. R. C.; COMAR, S. R. (Org.). **Educação no século XXI**: Múltiplos desafios. Maringá: Eduem, 2009. p. 129-139.

BRASIL. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BUTLER, Judith. **Performative Acts and Gender Constitution**: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. *Performing*

Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre. Baltimore: The John Hopkins Press: 1990.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1990.

CANDAU, Vera Maria. **Magistério: construção cotidiana**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

CARDOSO, Zilmar Santos. **Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico raciais nos cursos de formação docentes: um estudo de caso da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos legais**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016.

CARREIRA, Denise. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa/Cladem/ Ecos/Gelêdes/Fundação Carlos Chagas, 2015. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Regional Sul 1 da CNBB. Nota do Regional Sul 1/CNBB sobre ideologia de gênero na educação. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.diocesedesantos.com.br/nota-do-regional-sul1cnbb-sobre-ideologia-de-genero-na-educacao/>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito, **Rev. Estud. Fem**, v. 21, n. 1, abr/2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt#>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COSCARELLI, Carla, V.; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento Digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 1. ed. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005. 248p.

DA SILVA, Rosane Leal et al. **Discursos De Ódio Em Redes Sociais**. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/33806/6.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. Railton Sousa Guedes - Coletivo Periferia, 2003.

DOMINGOS, Cleverson de Oliveira. **Gênero, sexualidade e diversidade nas políticas educacionais: um mapeamento preliminar das ações e documentos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2011-2014)**. In: CARVALHO, Pimentel Iracilda; ABREU, Fabrício Santos Dias de (org.). Diversidade no contexto escolar: problematizações a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e raça. Curitiba: Appris, 2016. p. 119-138.

DRECHSEL, Denise. 2021. **Um pouco de história: como era a educação brasileira há 100 anos**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/um-pouco-de-historia-como-era-a-educacao-brasileira-ha-100-anos/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DUARTE, André de Macedo. Rer Foucault à luz de Butler: repensar a Biopolítica e o Dispositivo da Sexualidade, Curitiba, São Carlos, **doispontos**, v. 14, n. 1, p. 253-264, abr/2017. Disponível em: <file:///C:/Users/B&RTOLOTTI/Downloads/56552-220232-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem somos. Sobre nós. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 28 nov. 2019.

FIGARO, Roseli A. **Comunicação e trabalho**. Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. Anita Garibaldi/Fapesp, São Paulo: 2001.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. GOFFMAN, Erving. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert, 2004.

FOUCAULT, Michel. **“O saber gay”**. Entrevista concedida a Jean Le Bitoux. Jul. 1978. Revista Ecopolítica, São Paulo, n. 11, p. 2-27, jan./abr. 2015.

FREITAS, Lilliane Miranda. NOGUEIRA, Silvia. Diga-me tuas medidas e direi quem és: A padronização estética dos corpos pelos discursos biológicos, **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, V. 13, N 1. Disponível em: <2013Chavesfile:///C:/Users/B&RTOLOTTI/Downloads/rbpec,+Gerente+da+revista,+03_N408_Freitas_Chaves_prelo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GÊNERONÚMERO. **Apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas trans**. 2023. Disponível Em: <<https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

GRÜN, R. Entre o PiG e o Mensalão: mitologia política e realidade contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 86, p. 57–78, 2014.

GUIA PARA ANÁLISE DE DISCURSO DE ÓDIO. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%3%a1lise%20de%20Discurso%20de%20c3%93dio.pdf?sequence=1&isAlloved=y>>. Acesso em: 19 julh. 2022.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola**: mito ou realidade. Campinas SP: Mercado das Letras, 1995 (Coleções Dimensões da Sexualidade).

LEVY-STRAUSS, Claude. **A origem dos modos à mesa** (*Mitológicas* v. 3). São Paulo: Cosac Naify, 2006. 524p.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. Tradução: Suzana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. 432p.

JORNALDOCAMPUS. "**Homofobia é um dialeto do machismo**". Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/10/25322/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JUNIOR, Irineu Francisco Barreto; PELLIZZARI, Bruno Henrique Miniuchi. Bolhas Sociais e seus Efeitos na Sociedade da Informação: Ditadura do Algoritmo e Entropia na Internet, São Paulo, **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 5, n. 2, p. 57-3, 2019.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA, R. M. **Liberdade de expressão x os discursos de ódio na internet**. Universidade Federal de Roraima, Instituto de Ciências Jurídicas, Boa Vista, 2015, 53 f.

LOURO, G. L. **Pedagogias da Sexualidade**. Em: G. L., Louro (Org.), O corpo educado: Pedagogias da sexualidade (pp. 7-35). Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACIEL, Felipe. **Basta de machismo!** 2022. Disponível em: <<https://sextante.com.br/nao-ficcao/reflexao-critica-sobre-comportamentos-machistas/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MEY, Jacob L. **As vozes da sociedade**: letramento, consciência e poder. Tradução de Maria da Glória de Moraes. Tradução de: The voices of society: literacy, conscientiousness and power. DELTA, vol.14, n. 2, p. 331-338. 1998.

MIGUEL, L. F. **Mito e discurso político**: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa (org.). **Currículo**: Políticas e Práticas. 10 ed. Campinas: Papirus, 1999.

NANDI, José Adelmo Becker. **O combate ao discurso de ódio nas redes sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Catarina. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187510/O_Combate_ao_Discurso_de_Odio_nas_Redes_Sociais.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 julh. 2022.

OTHERO, G. A. **A língua portuguesa nas salas de bate-papo**: uma visão linguística de nosso idioma na era digital. Novo Hamburgo, RS: Edição do Autor, 128, 2002.

PELISOLI, A. C. M. D. **Um objeto hipotético na internet**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: TESSITURAS, INTERAÇÕES,

CONVERGÊNCIAS, 11., 2008. São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/047/ANA_PELI SOLI.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PORTAL BRASIL. **Maria da Penha**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 419-428, set./dez. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p419/44291>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REIS, Fábio Wanderley. **Brasil ao quadrado?** Democracia, Subversão e Reforma. In: XIII Fórum Nacional, Painel V: Como Vai a Democracia Brasileira? Rio de Janeiro: 2001.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

RIBEIRO, Laura Moraes. SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. **Psicologia & Sociedade**, 29. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/DHhdy85vxNPF7qsSK7Y5my/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RIBEIRO, Lucia. **Sexualidade e Reprodução** – O que os padres dizem e o que deixam de dizer. Petrópolis: VOZES, 2001. 255p.

RIBEIRO, P. R. M. (Org). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. **Antropologia & Saúde collection**. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

ROSEMBERG, F. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 151-197, 2001.

ROUSE, Margaret. **Filter bubble**. Disponível em: <<http://whatis.techtarget.com/definition/filter-bubble>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Estudos feministas**, a. 9, set. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 12 imp. São Paulo: Moderna, 2002.

SANTOS, Gustavo Ferreira; LUNA, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca. Limites entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio: controvérsias em torno das perspectivas norte-americana, alemã e brasileira. **InterScience Place**, Campos dos Goytacazes, v. 10, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: Acesso em: 11 jun. 2019.

SCHMITZ, E. **Fundamentos da didática**. 7. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1993.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: RelumeDumará/ISER, 1993.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; FRANCISCO, Rodrigo Eduardo Botelho; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. **Galáxia**, São Paulo, n. 46, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3996/399666587034/html/#B14>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, Marcos Paulo da, et al. Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook, **Rev. Bras. Ciênc. Comun.** V. 44, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/interc/a/VBVZpJsyzRT4hNY3bJ6QJfw/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVEIRA, **Renata Machado da. Liberdade de expressão e discurso do ódio.** Dissertação de Mestrado. PUC/MG, 2007. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. (Tese) Tese de Doutorado em Psicologia. 403f. Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009.../costafernando_do.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

SOUZA, Camila Cristina de Castro. **Políticas públicas para população LGBT no Brasil: Do estado de coisas ao problema político.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. A sociedade amedrontada estratégias eleitorais em torno da violência, Lumina - Juiz de Fora - **Facom/UFJF** - vol. 9, n.1/2, p. 63-75 - jan/dez 2006. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/Lumina16-17-LuizStevanim.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

TAKARA, Samilo; TERUYA, Teresa Kazuko. Pedagogias da sexualidade feminina no blog "Amigo Macho". **Revista Ártemis**, v. XVI, n. 01, p. 151-163, ago./dez 2013.

VERMELHO, Sônia Cristina; VELHO, Ana Paula Machado; BONKOVOSKI, Amanda; PIROLA Alisson. Refletindo sobre as redes sociais. **Educ. Soc.** v. 35, n. 126, mar 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/4JR3vpJqsZLSgCZGVr88rYf/?lang=pt>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VIANNA, Claudia. **Estudos de gênero, sexualidade e políticas de educação:** das ações coletivas aos planos e programas federais. 2011. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

VIANNA, Claudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. **Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo)sexualidade.** Niterói, v.12, n.2, p. 27-45, 1. sem. 2011. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/06052013-124914dossie-2.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

VIDAL, Marciano, GAFO, Javier; FERNANDES-MATOS, Maria José; LASSO, Pablo; RUIZ, Gregório; HIGUERA, Gonzalo. **Homossexualidade:** ciência e consciência. – 3ª ed. – Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internet e as redes sociais são identificadas como *locus* em potencial de exercício e expressão da cultura digital com todas as potencialidades que esta contempla, mas também de perigos que por vezes elas camuflam em especial para aqueles iletrados digitalmente e de formação educacional deficitária – contexto que coexiste em parcela significativa dos usuários de redes sociais. Isso explica, pelo menos em parte, a pretensa ideia de que na internet tudo é possível, como se não houvesse limites à liberdade de expressão, a qual é regulamentada em lei mesmo que ainda lacunar no que tange aos conteúdos e manifestações em redes sociais.

Nesse sentido, em uma perspectiva de disseminação de ideia(i)s é que tal espaço é considerado um território de livre manuseio e transição, o que dá margem para que valores, conceitos, ideologias sejam compartilhados, curtidos e comentados a cada segundo. Textos que podem atingir determinados grupos sociais, contribuindo para a violência, a segmentação e a concretização de bolhas sociais com fins odiosos torna-se nesse contexto mais frequentes embora devessem ser uma exceção. Discursos como os supracitados, que priorizam as concepções enraizadas socialmente no preconceito, podem denegrir imagens e ceifar vidas – não apenas a vida online, causando prejuízos ao desenvolvimento humano e, também, na efetivação de direitos de cidadania.

Os sujeitos que sofrem intolerâncias, como os trans, ao insubordinarem os padrões normativos, por meio de práxis que são caracterizadas como desrespeitosas e que ultrapassam as regras, são intitulados como subversivos (Butler, 1990). Sua singularidade, ao causar estranhamento para personas que se baseiam em uma unidade nacional de vivência, é taxada como ameaça para o heterossexismo, configurando-se como inconveniente, insuportável e insustentável socialmente. Mesmo com a consolidação de princípios democráticos, como os expostos na Constituição Federal (1988), os discursos conservadores, exemplificados pelos comentários citados nesta tese, ganham força e incentivo à medida que são compartilhados.

Atitudes com esse teor, de preconceito e discriminação ressoam na violência contra os sujeitos trans: agressões físicas e psicológicas, apagamento social, desmerecimento e questionamento em relação ao mérito das pessoas trans, remoção de direitos de acesso à escola, ao trabalho, à sociedade. Há uma concepção errônea

do outro, e os meios de correção, violentos, são colocados em ênfase. Agressões como essas, que são visualizadas todos os dias em sites, jornais, revistas e redes sociais, como citado no texto, reiteram que esses elementos são mantidos em prol da vigilância de barreiras que são baseadas em “caixas limitantes” do binarismo (Butler, 2003).

Essas “caixas militantes” ganham maior projeção à medida que são veiculadas, sem filtro nem proibição tampouco advertência/punição a seus autores nas redes sociais. Para redução dessas “caixas”, parece haver necessárias medidas. Entre estas, cabe uma revisão de políticas educacionais tanto para educação básica quanto para o ensino superior, pois, interconectados, precisam contemplar de forma mais intensa uma discussão necessária sobre práticas educativas de respeito, humanização e cidadania relativa à condição trans. Compreender a transexualidade, sem uma visão preconceituosa e violenta, é condição singular para estruturação de uma concepção social, de gênero, de mundo pautada em valores democráticos, humanos, civilizatórios.

Sem esse passo inicial – atento à formação humana e profissional – parece distante a remodelação dos contextos educativos, afinal a base desse processo também se pauta em uma perspectiva de entendimento – conceitual, social, histórico, cultural – da transexualidade. Além disso, sem referências (metodologias, com materiais de apoio, sugestões práticas de ensino e aprendizagem) de como abordar essas questões nos processos educativos também é menos provável que outras práticas educacionais, como as desenvolvidas em escolas, façam fluir o que se quer para uma sociedade humanizada.

Ainda é preciso mais: uma ampla discussão, com todos os setores da sociedade, dando voz a todos os atores, para uma atualização das leis que se referem a explicitação da liberdade de expressão, incluindo de forma mais evidente a produção na e para as redes sociais. Isso inclui uma revisão de normativas legais que regem as publicações na internet, de criação de filtros – potencialidades pelos avanços da inteligência artificial que inibam a publicação de discursos de ódio, de preconceitos e de violência em todas as formas de expressão, de advertência e punição em casos cabíveis de produção e compartilhamento de publicações que ferem os princípios Estado Democrático e dos Direitos Humanos.

Apresentam-se, dessa forma, os letramentos digital, cultural, científico como esteira para uma formação humanizada que perpassa pelos comportamento dos

usuários nas redes sociais. Importante nesse contexto é o olhar para o gênero comentário – objeto de reflexões desta pesquisa. É através dele que discursos de ódio prosperam e, pela popularidade de sua construção, são gatilhos de divulgação de valores sociais, culturais e históricos de conservadorismo, machismo, preconceito, transfobia. As análises do corpus desta pesquisa, formado por publicações recentes, assinalam o quanto essa perspectiva se faz presente em solo brasileiro, ganham maior projeção pela capacidade de proliferação rápida e ampla na internet.

Assim, com base nessas discussões, esta tese teve o objetivo central ampliar as discussões científicas acerca da transexualidade expostas na internet, a partir de uma análise linguística, social e de gênero de comentários sobre o tema, publicados período de 2020 a 2022 em uma das redes mais populares para refletir como a transexualidade é compreendida nessas publicações. Nessa leitura, através de uma metodologia baseada nos apontamentos da Análise de Conteúdo e em autores considerados relevantes para as reflexões em uma perspectiva teórico-crítica interdisciplinar, foi possível apresentar análise e criticidade do *corpus* de comentários publicados na rede social Twitter, no perfil do Globo.com

Nesse sentido, há algumas questões motivadoras tidas como relevantes que contribuíram para a continuidade da pesquisa, na tese, em uma nova perspectiva: a identificação do aumento exponencial de publicação de textos na internet; as redes sociais enquanto partícipes do cotidiano humano; a identificação da diversidade enquanto constituinte da sociedade, tendo em vista a pluralidade visualizada na contemporaneidade; a importância do respeito e da ética da alteridade nas atividades humanas, entendendo-as enquanto responsáveis pela constituição humana do sujeito, que é agente das suas ações; a educação como ferramenta primordial na formação de sujeitos humanos e sensíveis à singularidade do outro; a necessidade de olhar para os documentos norteadores da educação, para a formação de professores; a importância do reconhecimento da singularidade do outro e entendê-la em suas extensões; a constituição de políticas públicas na área e o seu impacto; a necessidade de oportunizar maior espaço para discussão de assuntos com este teor, com a intenção de que os discursos de ódio sejam anulados.

Diante desta pesquisa, das leituras e dos comentários analisados, pode-se verificar a existência do espelhamento de ações cotidianas que denigrem imagens, corpos e identidades. Textos que emergem quando colocados nas redes sociais, mantêm uma linha tênue entre o *offline* e o *online*. Um dos agravantes para essa

prática ocorre mediante a (in)compreensão de leis e de documentos que subsidiam a liberdade de expressão, uma vez que parte da população se apropria de meios de comunicação para proliferar o ódio e suas vertentes negativas.

Além disso, há ausência de responsabilidade comunicativa em relação ao outro e as suas singularidades. Os diálogos realizados nas seções analíticas, principalmente, desta tese, demonstram como os posicionamentos visualizados nos comentários selecionados ressoam de ações que são vistas enquanto oriundas de posturas conservadoras e ideológicas que atribuem conceitos preconceituosos e com teor de exclusão. O imaginário de corpos previamente definidos (Foucault, 1988) é exposto na construção textual nos discursos, o que incita em uma aproximação entre a linguagem e os aparelhos ideológicos, bem como as relações de poder.

Os discursos salientados, no contexto reflexivo pautado nas categorias de análise elencadas - expressões pejorativas e vocábulos ofensivos; recursos digitais de comunicação; invisibilização da condição trans; distorção da singularidade trans; comentário com teor religioso; violação dos Direitos Humanos; machismo estrutural - direcionam para o aumento significativo de discursos de ódio nos canais de comunicação. Peculiaridade que comprova que a existência de filtros, no contexto *online*, não são suficientes e por vezes não aplicados, para a remoção de discursos ofensivos.

Nota-se, outrossim, como os comentários são instrumento de difusão de discursos cujos pressupostos éticos, morais, sexuais e de gêneros estão associadas a uma dimensão ampla: a da configuração da sociedade. Compreender essas questões é, também, identificá-los como elemento de monitoramento, de poder (Foucault, 1998). Tendo uma sociedade conservadora, que idolatra a heterossexualidade, como a brasileira, infelizmente, não surpreende que as redes sociais sejam espaço de disseminação de valores. Isso reitera a ocorrência do espelhamento nas redes, expondo aquilo que a sociedade também valoriza, de forma geral. Ou pelo menos parte significativa da sociedade.

Os discursos selecionados e as inúmeras possibilidades de constituição desses textos mostram a sua potencialidade comunicativa e como podem auxiliar no aumento ou redução de enunciados violentos. Com o uso da linguagem ou da interação através do ícone que revela curtida/aprovação em relação aos comentários, salienta a repercussão positiva ou negativa que esse recurso expressivo possui, fazendo com influencie pensamentos e atitudes que podem causar danos. Pode-se afirmar que tal

ferramenta ocupa uma posição de destaque, sendo considerada viral na sociedade, tendo em vista cotidianamente os usuários postarem suas ideias repletas de ideologias e, em alguns casos, ausentes de respeito, e serem aplaudidas e reverenciadas através de curtidas, comentários e compartilhamentos. Verifica-se, nos comentários, a presença de controle, apreensão e vigilância como adjetivos direcionados à sexualidade em um contexto de repressão das singularidades (Foucault, 2011).

Nesse contexto, a padronização e o silenciamento de corpos são vistos na internet, mais precisamente na rede selecionada, o Twitter. Através da aplicabilidade de linguagem multifacetada, reiterada por uma rede social com políticas de segurança falhas que não removem, por completo, os tweets e comentários com teor de repulsa. As peculiaridades das redes sociais, que vão desde a produção de discursos distintos até o anonimato, dão vazão aos discursos de ódio à medida que esses se relacionam com novos textos, compartilhamentos, curtidas.

A leitura de vocábulos que expressam teor pejorativo, incentivo e normatização da violência, ironia, deboche e descaso são apenas alguns dos elementos que constroem uma sociedade desigual, desrespeitosa e expressamente patriarcal nas redes. Esse aspecto pode ser somado às ferramentas de interação propostas: curtir, comentar, compartilhar. Tais elementos são entendidos como propulsores do protagonismo ou da popularidade, mesmo que muitos usuários ainda os vejam como elementos silenciosos e inofensivos. Ainda, podem ser interpretados como pequenas premiações dadas a determinado conteúdo, mostrando que o leitor possui interesse, afetividade, concordância. Botões com essa função reiteram o engajamento de discursos de ódio, gerando o monitoramento do poder, tendo em vista esse princípio salientar “conjunto de relações estratégicas, que se manifestam de múltiplas formas” (Foucault, 2011).

As reflexões realizadas corroboram para a verificação do espelhamento da violência, além de salientarem a importância de uma educação voltada para a anulação de disseminações de ódio. É emergente uma formação que promova o respeito à diversidade social e cultural, a solidariedade, a prática da ética da alteridade, além de haver o desenvolvimento da habilidade de compreender como os discursos expressos nas redes sociais não são neutros, mas agredem e violentam seres humanos. É diante da educação, entendida como um dos pilares para a

constituição da cidadania, da formação humana, que articulações e transformações sociais poderão ocorrer.

Infere-se, assim, que se torna imprescindível a concretização de um percurso educacional baseado em princípios fundamentais, relacionados ao reconhecimento da diversidade (social, étnica, cultural, de gênero) como algo natural da civilização. Nesse fator, excluem-se perspectivas pautadas em preconceitos e discriminações que se manifestam tanto em uma perspectiva simbólica, quanto verbal, psicológica e física. Dialogar e trabalhar sobre a diversidade, no viés múltiplo que a caracteriza, é condição necessária para o início de uma formação cidadã, tendo como base o reconhecimento do quanto a violência, o radicalismo, o preconceito, o autoritarismo e as visões patriarcais estão estruturalmente arraigados em sociedades como a brasileira. Tais fatores são fruto do processo histórico, cultural e educacional, mas que precisa ser combatido como forma de ampliação de visões de mundo e construção de outras visões.

A consolidação de uma sociedade mais justa, igualitária e humana pauta-se em uma prática institucional – da família, da escola, do Estado -, mas também em contexto informal, das ações cotidianas que levam a aprendizagens, por estímulos, exemplos, situações-problemas e suas soluções. Extinguir a valorização da diversidade sexual e do reconhecimento da sociedade é elemento de retrocesso no processo educativo. A efetivação de práticas educativas amparadas em uma perspectiva de educação cidadã, humana e respeitosa pressupõem a ressignificação de conceitos e a reestruturação de visões estanques sobre parâmetros de sexualidade sacralizados em sociedades conservadoras como a brasileira.

Tais perspectivas, de natureza conclusiva da proposta desta tese, comprovam as hipóteses iniciais de pesquisa, apresentadas na introdução. Partindo-se de possibilidades investigativas, a análise do *corpus* comprova o quanto os discursos de ódio dialogam com uma cultura da violência, historicamente implementada no solo brasileiro desde o período colonial. As postagens nas redes amplificam valores de uma cultura tradicional, heteronormativa, conservadora que exclui o “diferente”, incluindo neste grupo homens e mulheres trans, vítimas constantes de preconceito, discriminação e tantas formas de violência e violação de seus direitos como cidadãos brasileiros. As publicações nas redes espelham esse movimento presente que deve ser combatido por todos, com ações efetivas situadas também em políticas públicas que envolvem a Educação.

Ainda, pautando-se no teor educacional, humano e político proposto nesta tese, entende-se e espera-se que essas reflexões possam provocar professores, alunos e pesquisadores a ampliarem leituras sobre a temática, a fim de compreenderem importância do reconhecimento dos discursos que transitam na sociedade e, principalmente, a compreender a diversidade sexual que integra a sociedade e, como resultado, disseminar uma educação baseada na humanidade. Com isso, pode-se promover a manutenção da solidariedade, valor importante que torna o cidadão um ser humano sensível ao próximo e a sua estigmatização social. Reafirma-se que através da leitura, da literatura e de atividades que envolvam temáticas lidas, é possível pensar “fora da caixa” e estimular outros olhares sensíveis a questões importantes na atualidade.

Por fim, tecendo um diálogo com as epígrafes deste estudo, compreende-se que o desenvolvimento desta tese – a primeira do Programa a debater transexualidade e discursos de ódio nas redes sociais – é uma resposta científica, política, ética, crítica e elucidativa àqueles que objetivam “matar” corpos, vidas, sonhos de quem apenas quer poder ser quem é. Seja no plano *online* e *offline* de diálogos e formação humana, nas escolas e nas universidades, assim como nas políticas públicas e resoluções normativas, têm-se as chaves para uma sociedade humanizadora. Isso requer o debate e a análise, como os contemplados nesta tese, para que todos os corpos possam ter o seu lugar. O lugar de respeito, acolhimento, educação, formação humana.

REFERÊNCIAS¹

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapados-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTOLOTI, Elisângela. **Sexualidades “excêntricas” em práticas mediadoras de leitura para o Ensino Superior**. Mestrado em Letras – Literatura Comparada. Dissertação (Dissertação de Mestrado). URI/FW. Frederico Westphalen, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and subversion of identity**. New York: Taylor and Francis, 1990.

CANDIDO, Antonio. O direito a literatura. In: _____. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p.169-191.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

CARDOSO, S. C.; ZAGO, C.; DA SILVA, B. V. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71639/discurso-de-odio-nas-redes-sociais/3>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Catrinck, Isabela Maria Oliveira; Magalhães, Sandy Aparecida Barbosa; Cardoso, Zilmar Santos. Políticas Públicas Educacionais De Gênero E Diversidade Sexual: Avanços E Retrocessos. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 187-200, abr./jun. 2020.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SILVA, A. S. Políticas públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. **Trivium - Estudos Interdisciplinares**, v. 3 , n. 2, 2011, p. 58-72.

¹ As referências supracitadas dizem respeito aos textos utilizados para a composição da introdução e das considerações finais da tese.